



Ciências Humanas e Sociedade:

estudos interdisciplinares - Vol. 6

Ednan Galvão Santos
Karine Chaves Pereira Galvão
(Organizadores)



AYA EDITORA
2025

Ciências Humanas e Sociedade:

estudos interdisciplinares - Vol. 6

Ciências Humanas e Sociedade:

estudos interdisciplinares - Vol. 6

Ednan Galvão Santos
Karine Chaves Pereira Galvão
(Organizadores)



Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadores

Prof.º Me. Ednan Galvão Santos

Prof.ª Ma. Karine Chaves Pereira Galvão

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva (UNIDAVI)

Prof.ª Dr.ª Adriana Almeida Lima (UEA)

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza (UCPEL)

Prof.º Dr. Alaerte Antonio Martelli Contini (UFGD)

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos (IFAP)

Prof.º Dr. Carlos Eduardo Ferreira Costa (UNITINS)

Prof.º Dr. Carlos López Noriega (USP)

Prof.ª Dr.ª Claudia Flores Rodrigues (PUCRS)

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chiroli (UTFPR)

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota (IFPI)

Prof.ª Dr.ª Déa Nunes Fernandes (IFMA)

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis (UEMG)

Prof.º Dr. Denison Melo de Aguiar (UEA)

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos (UNIFAP)

Prof.º Dr. Gilberto Zammar (UTFPR)

Prof.º Dr. Gustavo de Souza Preussler (UFGD)

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota (IF Baiano)

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza (UFS)

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso (UNISC)

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão (UFPE)

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski (UTFPR)

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior (UFRR)

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra (IFCE)

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho (UFRPE)

Prof.ª Dr.ª Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina (UEA)

Prof.ª Dr.ª Maria Gardênia Sousa Batista (UESPI)

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes (UTFPR)
Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda (UEPG)
Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes (UFRA)
Prof.º Dr. Raimundo Santos de Castro (IFMA)
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani (UTFPR)
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira (IFAC)
Prof.º Dr. Rômulo Damasclín Chaves dos Santos (ITA)
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tânia do Carmo (UFPR)
Prof.º Dr. Ygor Felipe Távora da Silva (UEA)

Conselho Científico

Prof.º Me. Abraão Lucas Ferreira Guimarães (CIESA)
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz (UniCesumar)
Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva (UFRGS)
Prof.ª Ma. Denise Pereira (FASU)
Prof.º Dr. Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues (UFPR)
Prof.º Me. Ednan Galvão Santos (IF Baiano)
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig (UFPR)
Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva (HONPAR)
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti (UFPR)
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim (FASF)
Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap (FCSA)
Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora de Souza Ruiz (UNIDA)
Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa (UniOPET)
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch (FASF)
Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail (CESCAGE)
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens (FASF)
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares (UFPI)
Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues (FASF)
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos (UTFPR)
Prof.ª Dr.ª Tássia Patricia Silva do Nascimento (UEA)
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues (IFSC)

© 2025 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pelos autores para publicação em acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Estes detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, que reflete única e inteiramente sua perspectiva e interpretação pessoal.

É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se aos serviços de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou as opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

C5741 Ciências humanas e sociedade: estudos interdisciplinares [recurso eletrônico]. / Ednan Galvão Santos, Karine Chaves Pereira Galvão (organizadores) -- Ponta Grossa: Aya, 2025. 192 p.

v.6

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-853-3

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481

1. Ensino médio. 2. Liberdade de expressão - Brasil . 3.Tolerância. 4. Discurso de ódio. 5. Desinformação. 6.Internet - Legislação – Brasil. 7. Mídia digital – Legislação. 8. Barreto, Lima, 1881-1922. 9. Psicologia industrial. 10. Trabalho - Aspectos psicológicos. 11. Alfabetização. 12. Analfabetismo. 13. Educação – Brasil. 14.COVID-19, Pandemia de, 2020. I. Santos, Ednan Galvão. II. Galvão, Karine Chaves Pereira. III. Título.

CDD: 300

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação.....XIV

01

O Impacto do Novo Ensino Médio na Escola do Campo1

Frederich Jahnel

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.1

02

As Críticas de Lima Barreto ao Ensino Secundário e Superior (1905-1922)12

Fabio Lucas da Cruz

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.2

03

O Analfabetismo Funcional e a Educação Transformadora: Desafios e Perspectivas22

Marcus Sobral Lima

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.3

04

Uma Análise de Aderência entre a Matriz Curricular do Curso de Graduação em Administração de Empresas e os Princípios de Responsabilidade Social Universitária.....26

Rodrigo Oliveira Miranda
João de Freitas Gadelha Neto
Carla Maria Holanda de Lima Façanha
Randal Martins Pompeu

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.4

05

A Nova Ágora: Redes Sociais, Liberdade de Expressão e o Discurso de Ódio47

Evânio José de Moura Santos

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.5

06

Literatura de Viajante: O Naturalista George Gardner no Interior do Ceará.....65

Edineide Jorge dos Santos
Maria Jorge dos Santos Leite
Maria da Paixão Rodrigues

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.6

07

Bioarqueologia e a Formação do Registro Funerário no Serrote dos Ossos, Caraúbas – PB: Contexto Geoambiental e Dinâmicas de Ocupação Pré-Colonial80

Marcos Tadeu Ellery Frota
Sebastião Lacerda de Lima Filho
Allysson Allan de Farias
Antônio Sílvio Teixeira dos Santos
Juvandi de Souza Santos
Manoel Odorico de Moraes Filho

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.7

08

Trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul: A Busca por Direitos Trabalhistas em Santa Maria -RS 103

Daiane de Souza
Gláucia Vieira Ramos Konrad

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.8

09

Saúde Mental no Trabalho: O Compliance como Instrumento Efetivador da Nr-1 à Luz de Ronald Dworkin.....112

Helíssia Coimbra de Souza

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.9

10

Estratégias Intersectoriais para Aumentar a Aceitação Comunitária do Centro POP José Pedro, Setúbal/Boa Viagem – Recife (PE)..... 133

Renata Zovka da Paz

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.10

11

Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social do Recife: análise evolutiva 2020–2022 144

Renata Zovka da Paz

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.11

12

A Guarda e Uso de Informações pelo Poder Público: Entre Publicidade e Transparência 151

Alfredo Portinari Greggio Lucente Maranca

DOI: 10.47573/aya.5379.2.481.12

Organizadores 173

Índice Remissivo 174

APRESENTAÇÃO

As transformações socioculturais observadas nas últimas décadas impõem novas demandas às Ciências Humanas, exigindo abordagens que articulem diferentes saberes na análise das dinâmicas sociais, institucionais e culturais. Este volume propõe-se como espaço de convergência dessas múltiplas perspectivas, ao reunir estudos que, embora diversos em métodos e objetos, compartilham o compromisso com a compreensão crítica da realidade contemporânea.

A educação constitui um dos eixos centrais do livro, com reflexões que percorrem desde os efeitos do Novo Ensino Médio em contextos rurais até a crítica à estrutura educacional herdada de modelos excludentes. A discussão amplia-se ao abordar o analfabetismo funcional e os obstáculos à formação plena dos sujeitos, revelando tensões entre políticas educacionais e as especificidades dos territórios e das populações que compõem o país.

As relações entre poder público, sociedade civil e responsabilidade institucional aparecem em análises que discutem a gestão social, o compliance como instrumento de proteção à saúde mental no trabalho e a atuação das organizações do terceiro setor. A interface entre política, ética e direito é aprofundada por meio da análise de temas como liberdade de expressão, discurso de ódio e uso de dados públicos, revelando os desafios contemporâneos da convivência democrática.

Ao recuperar aspectos históricos e culturais, o livro destaca trajetórias invisibilizadas, como a dos trabalhadores ferroviários gaúchos, e espaços de memória, como o Serrote dos Ossos. Esses estudos contribuem para a valorização do patrimônio imaterial e para a compreensão das formas de organização e resistência das comunidades ao longo do tempo.

A presença das redes digitais e seus efeitos sobre o discurso público é também examinada, assim como os impactos da pandemia de Covid-19 sobre instituições de assistência social. São temas que demonstram como as tecnologias, os meios de comunicação e os contextos de crise moldam novas formas de interação, visibilidade e exclusão.

Esta obra destina-se a pesquisadores, estudantes e profissionais interessados em percorrer um panorama abrangente das questões que atravessam a sociedade brasileira. Ao promover o diálogo entre campos disciplinares distintos, oferece subsídios para a formulação de práticas, políticas e investigações mais sensíveis às complexidades do tempo presente.

Boa leitura!



O Impacto do Novo Ensino Médio na Escola do Campo

THE Impact of the New High Education at Escola do Campo

Frederich Jahnel

Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9402-0080>.
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5629464097481151>.

Resumo: Este estudo aborda o impacto da disputa entre dois projetos de educação: um alinhado à lógica do capital e do agronegócio e outro, ainda a ser conquistado, que busca articular a educação à soberania alimentar, à valorização do trabalho agrícola familiar e à emancipação social dos trabalhadores do campo. A justificativa do trabalho reside na relevância de discutir os desafios e contradições de políticas que deveriam respeitar as especificidades e necessidades do campo brasileiro. Essa tendência se intensifica com o novo currículo escolar, especialmente no ensino médio, ao priorizar habilidades instrumentais e de curto prazo, o que compromete o desenvolvimento de uma compreensão crítica por parte de professores e alunos. Autores como Silva (2017), em *A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o Resgate de um Empoeirado Discurso*, Silva e Scheibe (2017), em *Reforma do Ensino Médio: Pragmatismo e Lógica Mercantil*, e Souza (2008), em *Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica*, destacam como essas políticas reforçam uma visão mercantilista da educação. A pesquisa, de caráter qualitativo e baseada em análise documental exploratória, investiga a interação entre teoria e prática na educação do campo, evidenciando os efeitos desumanizantes desse modelo e propondo reflexões críticas sobre alternativas mais humanizadoras e inclusivas.

Palavras-chave: escola do campo; BNCC; ensino médio; práticas pedagógicas.

Abstract: This study addresses the impact of the dispute between two education projects: one aligned with the logic of capital and agribusiness and the other, still to be conquered, which seeks to articulate education with food sovereignty, the valorization of family agricultural work and emancipation social status of field workers. The justification for the work lies in the relevance of discussing the challenges and contradictions of policies that should respect the specificities and needs of the Brazilian countryside. This trend intensifies with the new school curriculum, especially in high school, by prioritizing instrumental and short-term skills, which compromises the development of critical understanding on the part of teachers and students. Authors such as Silva (2018), in *A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o Resgate de um Empoeirado Discurso*, Silva and Scheibe (2017), in *Reforma do Ensino Médio: Pragmatismo e Lógica Mercantil*, and Souza (2008), in *Educação do Field: Policies, Pedagogical Practices and Scientific Production*, highlight how these policies reinforce a mercantilist view of education. The research, qualitative in nature and based on exploratory documentary analysis, investigates the interaction between theory and practice in rural education, highlighting the dehumanizing effects of this model and proposing critical reflections on more humanizing and inclusive alternatives.

Keywords: rural school, BNCC, high school, pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio no Brasil tem passado por transformações significativas nos últimos anos. Durante o governo do presidente Michel Temer, a Medida Provisória nº 746/2016 deu início à chamada Reforma do Ensino Médio, estabelecendo mudanças estruturais como a divisão curricular em uma formação básica comum e itinerários formativos que os alunos podem escolher, totalizando uma carga horária ampliada de 1.400 horas anuais. Essa medida, que originou a Lei nº 13.415/2017, foi criticada por não se vincular diretamente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por abrir espaço para a privatização e terceirização de valores aplicados na educação pública, comprometendo a credibilidade do ensino público de qualidade (Silva; Araújo, 2021).

O currículo, historicamente, é um espaço de disputas políticas e econômicas que reflete diferentes correlações de forças. Silva (2015) aponta que essas disputas não apenas abrangem os rumos das políticas curriculares, mas também revelam tensões sobre os conceitos de educação e formação humana. Nesse contexto, a MP 746/2016, que culminou na Lei nº 13.415/2017, promoveu mudanças profundas no Ensino Médio, afetando milhares de jovens sem um amplo diálogo com a sociedade (Silva; Scheibe, 2017).

Entre as alterações promovidas, destaca-se a exclusão da obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia, Sociologia e Artes e a priorização do ensino técnico-profissionalizante, muitas vezes ministrado por profissionais sem formação adequada. Essa lógica, alinhada ao mercado neoliberal, enfraquece o caráter integral e crítico da formação cidadã, priorizando a qualificação de mão de obra para o mercado em detrimento do acesso à educação superior e à formação ampla e humanista (Silva; Scheibe, 2017).

No caso das escolas do campo, as consequências dessa reforma são ainda mais preocupantes. O Decreto nº 7.352/2010 define as escolas do campo como aquelas localizadas em áreas rurais ou urbanas, desde que atendam prioritariamente populações do campo (Brasil, 2012). Essas escolas têm características específicas, como classes multisseriadas e infraestrutura precária, refletindo as desigualdades históricas no acesso à educação de qualidade para populações rurais (Souza; Nascimento; Da Silva, 2013).

O campo é um espaço social que possui identidade cultural própria e práticas compartilhadas por seus habitantes (INEP, 2007). Contudo, a MP 746/2016 e a Lei nº 13.415/2017 ignoraram as especificidades das escolas do campo, tratando-as de forma genérica nos itinerários formativos. Essa negligência levanta questões sobre a capacidade dessas escolas de implementar as mudanças propostas, como o aumento da carga horária e a oferta de ensino integral, sem comprometer ainda mais sua já frágil estrutura.

O debate sobre a educação no campo ganhou força a partir do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em 1997, que trouxe à tona a necessidade de políticas públicas que respeitem as particularidades

do campo. Programas como o PRONERA e o PROCAMPO surgiram como avanços importantes, mas a realidade das escolas do campo ainda está longe do ideal (Souza; Nascimento; Da Silva, 2013).

Diante das mudanças promovidas pelo Novo Ensino Médio, surgem questionamentos fundamentais: como será implementada a carga horária extra nas escolas do campo? Essas mudanças reforçarão uma lógica de mercado, centrada no agronegócio, ou fortalecerão a agricultura familiar? Como os professores serão preparados para adaptar suas práticas pedagógicas às novas exigências? E, acima de tudo, essas reformas contribuirão para a permanência dos jovens no campo ou intensificarão o êxodo rural?

Com base nesses questionamentos, este trabalho busca compreender como as propostas do Novo Ensino Médio impactam as escolas públicas do campo, abordando tanto os desafios quanto as contradições dessa política para um modelo de educação que deveria respeitar as especificidades e necessidades do campo brasileiro.

É apresentado o referencial teórico que fundamenta o estudo, abordando temas essenciais para a elaboração da pesquisa. O objetivo é construir o arcabouço teórico que sustenta a investigação, começando com a contextualização histórica das escolas do/no campo, avançando por momentos importantes e refletindo sobre a realidade atual. Também são discutidos temas como ensino médio, novo ensino médio, práticas pedagógicas nas escolas do campo e BNCC, com o aporte de conceitos de autores relevantes na área.

Escola no Campo

A Educação do Campo surge como resposta às demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, propondo uma nova concepção de campo, camponês e trabalhador rural, com ênfase nas lutas sociais em torno da educação (Souza, 2008). Ela valoriza os saberes oriundos das práticas sociais dos camponeses e reconhece o campo como um espaço de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade e identidade, promovendo a construção de novas possibilidades de reprodução social e desenvolvimento sustentável (Souza, 2008).

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, estabeleceu-se um novo marco para a Educação do Campo, com destaque para a organização da educação básica em grupos não seriados e por alternância regular. A LDB também introduziu a ideia de currículos diversificados, levando em conta as características regionais e locais, além de enfatizar a importância de adaptar os conteúdos às necessidades dos estudantes do campo, considerando o calendário da produção agrícola e a natureza do trabalho rural (PRONACAMPO, 2013).

O Parecer CNE/CEB nº 36/2001 reforça a definição da Educação do Campo como um projeto de desenvolvimento social e territorial, no qual os sujeitos são reconhecidos como detentores de direitos, e promove a valorização de um modo de vida social específico, reafirmando a identidade das escolas do campo (PRONACAMPO, 2013). Em consonância com essas diretrizes, a Resolução CNE/

CEB nº 1, de 2002, orienta sobre os princípios necessários para garantir o acesso e a permanência dos estudantes do campo nas diversas etapas da Educação Básica, promovendo um processo de gestão democrática e a formação contínua de professores, com foco nas especificidades do campo (PRONACAMPO, 2013).

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 2008, consolidou o conceito de “Educação do Campo”, abrangendo a Educação Básica nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao Ensino Médio. Essa abordagem busca atender às populações do campo, como agricultores familiares, pescadores, assentados da reforma agrária, quilombolas, entre outros, respeitando as particularidades de suas formas de vida e produção (PRONACAMPO, 2013).

Segundo o INEP (2007), a literatura recente sobre a Educação do Campo destaca sua emergência, com o termo “educação do campo” substituindo “educação rural”, pois o campo é concebido como um espaço social com vida própria, necessidades distintas e identidade cultural singular. A transformação da Educação do Campo não se limita à melhoria das infraestruturas das escolas ou à qualificação dos professores, mas também exige um currículo escolar que reflita os valores e a realidade local, funcionando como um instrumento de desenvolvimento rural (INEP, 2007).

Apesar das conquistas, persistem desafios significativos, como a insuficiência das instalações físicas das escolas, a precariedade do transporte escolar, a falta de professores qualificados e a predominância de classes multisseriadas, que ainda são questões enfrentadas nas escolas do campo (INEP, 2007).

Ensino Médio

A história da educação no Brasil remonta a um período em que a educação era vista como um privilégio das elites, um meio de distinção social. Apenas as famílias mais abastadas tinham acesso ao ensino, que por muito tempo serviu aos interesses dos grupos dominantes. A chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808 representou um marco, pois, a partir daí, passou a haver uma preocupação em formar as elites locais em consonância com o contexto político e social da época. Ao longo do tempo, a educação foi se tornando mais acessível a diferentes grupos da sociedade, como relatado por Santos (2010).

As primeiras instituições de ensino público no Brasil surgiram em 1835, com o Liceu Ateneu, no Rio Grande do Norte, e, no ano seguinte, em 1836, com os Liceus da Bahia e da Paraíba. Contudo, o grande marco no ensino secundário foi a criação do Colégio D. Pedro II, em 1837, no Rio de Janeiro, que consolidou a formação de um modelo de ensino secundarista voltado às elites. Durante muito tempo, o ensino secundário permaneceu restrito aos liceus, instituições voltadas para a elite burocrática e latifundiária. Como observa Gonçalves (2005), a estrutura social do Brasil imperial era centrada em grandes propriedades e na organização patriarcal, com profundas influências sobre o poder político, econômico e cultural do país.

Com a Proclamação da República, no final do século XIX, a educação passou a ser repensada sob novas influências ideológicas, como o liberalismo e o positivismo. Nos primeiros 40 anos da Primeira República, o ensino médio teve como objetivo preparar os estudantes para o ensino superior. Os governos republicanos começaram a reduzir a influência da Igreja sobre a educação, estimulando o ensino das Ciências da Natureza nas escolas. Entretanto, com o passar das décadas e as transformações socioeconômicas, o ensino secundário foi ficando defasado. Na década de 1940, surgiram iniciativas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e outras instituições com o propósito de formar uma mão-de-obra qualificada, o que não estava sendo alcançado pelo modelo tradicional do ensino secundário (Santos, 2010).

Em 1946, com a promulgação da nova Constituição, alguns princípios defendidos pela Escola Nova foram retomados, estabelecendo uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, em 1961, sancionou a Lei 4.024/61, a qual reorganizou o ensino secundário no Brasil. De acordo com essa lei, o ensino secundário seria dividido em dois ciclos: o ginásial e o colegial, e abrangeria cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário (Brasil, 1961).

A Lei 4.024/61 foi resultado de mais de doze anos de tramitação no Congresso Nacional, marcados por intensos debates sobre os rumos da educação no Brasil. Ela permaneceu em vigor por mais de três décadas, passando por várias alterações, até ser substituída pela Lei 9.394/96. Esta nova legislação também enfrentou longos processos de discussão e modificações, com a participação de diversos grupos com interesses frequentemente conflitantes sobre o papel da educação no desenvolvimento social e econômico do país (Costa; Mueller, 2020).

Nos últimos anos, a educação no ensino médio passou por mudanças significativas, com a Reforma do Ensino Médio, sancionada pela Lei 13.415 de 2017, e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas reformas visaram promover uma pedagogia mais flexível, capaz de adaptar os estudantes às rápidas mudanças do mundo do trabalho. A BNCC, em particular, buscou uma reorientação do currículo escolar, enfatizando competências que permitam aos alunos enfrentarem as transformações sociais e tecnológicas, refletindo as novas demandas do mercado de trabalho e das exigências sociais (Costa; Mueller, 2020).

Novo Ensino Médio

A proposta do Novo Ensino Médio, conforme discutido por Silva (2022), reflete as influências de moldes racionais e neoliberais na pedagogia, focando na formação de indivíduos voltados para alto desempenho. O modelo educacional agora é orientado por competências e aprendizagens contínuas ao longo da vida, alinhado a um projeto político e econômico que favorece interesses privados e desregulamenta a educação pública. Essa mudança, portanto, concretiza o Novo Ensino Médio, que se afasta das necessidades de uma educação democrática e inclusiva para seguir os padrões do mercado (Silva, 2022, P. 177).

Young (2016) aborda a transformação da educação, destacando que, ao priorizar resultados e padronização, o currículo escolar passa a ser moldado por metas, tabelas de desempenho e tarefas, ignorando o processo educativo e os conteúdos. O foco nas métricas de desempenho resulta em alunos desinteressados e professores desmotivados e desgastados, minando a qualidade do ensino e a verdadeira função da escola, que é o desenvolvimento integral dos indivíduos. Young critica essa lógica, observando que ela distorce os objetivos da educação, transformando-os em meras questões de desempenho quantitativo.

Freitas (2018) aponta os efeitos da padronização das avaliações, que trazem à tona uma forma de exclusão e segregação escolar. Nesse contexto, a democracia educacional fica comprometida, uma vez que as avaliações em larga escala favorecem a seletividade e estimulam o abandono escolar, mascarando as reais necessidades e potencialidades dos alunos. O sistema de avaliações padronizadas, conforme argumentado por Zanotto e Sandri (2008), reduz a educação a um produto, ignorando as condições reais das escolas e tratando os resultados dos testes como o único critério de qualidade educacional.

No âmbito do Novo Ensino Médio, o planejamento das escolas começa a ser orientado pelos índices de avaliação e pelos resultados das avaliações em larga escala, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). A BNCC e a padronização curricular também influenciam o planejamento, estabelecendo uma ênfase nas competências que os alunos devem desenvolver ao longo da vida, com um olhar empresarial voltado para a adaptação ao mercado de trabalho. O foco nas competências e avaliações padronizadas resulta em uma educação em que as práticas pedagógicas são subordinadas aos resultados quantitativos.

Essa orientação de ensino, centrada em avaliações standardizadas e currículos rigidamente alinhados à BNCC, gera uma prática pedagógica voltada para a produtividade e a formação de indivíduos para o mercado, em detrimento de uma educação crítica e emancipadora. A exigência de um alto desempenho nos testes de avaliação acaba por engessar a ação docente e reduzir a autonomia pedagógica dos professores, que são responsabilizados pelo sucesso ou fracasso de seus alunos, conforme os índices de avaliação. Essa lógica mercantilista e instrumental, que vê a educação como um processo de formação para o mercado de trabalho, reflete as pressões de um sistema que busca, cada vez mais, resultados imediatos e mensuráveis (Mendes; Horn; Rezende, 2020; Silva Jr, 2016).

BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define o ensino médio como uma importante etapa da educação básica, direcionada à aprendizagem que prepara os estudantes para as demandas e aspirações futuras. Com uma abordagem que reconhece as desigualdades sociais e as diferentes condições de existência entre jovens, a BNCC enfatiza o acesso ao conhecimento em áreas como ciências, tecnologia, cultura e trabalho, com o objetivo de promover um desenvolvimento integral do aluno, projetando um futuro mais inclusivo e equitativo (Parecer CNE/CBE nº 5/2011, ênfases adicionais; BNCC, 2017, p. 461). No entanto, a BNCC

não dedica atenção específica à educação do campo ou às escolas no campo, deixando as adaptações curriculares e a definição dos itinerários a cargo dos gestores educacionais, o que pode resultar em uma lacuna no atendimento às particularidades dessa população.

A BNCC busca consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e preparar os jovens para o trabalho e a cidadania, além de promover o aprimoramento pessoal e a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos (BNCC, 2017, p. 468). A proposta da BNCC é, portanto, transformar o ensino médio em uma fase de construção integral do aluno, que se torna protagonista de suas escolhas e de seu desenvolvimento, com ênfase em valores como a sustentabilidade, ética e responsabilidade socioeconômica e ambiental. A BNCC descreve o currículo como uma ferramenta que promove a flexibilidade, o protagonismo juvenil e o desenvolvimento de competências, habilidades e itinerários formativos.

O currículo do ensino médio, de acordo com a BNCC, é estruturado em torno de competências (áreas de conhecimento), habilidades (etapas de desenvolvimento) e itinerários formativos, como o pensamento computacional, o projeto de vida e a educação financeira. Esses itinerários são projetados para aprofundar os conhecimentos em áreas curriculares específicas ou na formação técnica-profissional, permitindo ao estudante traçar um caminho mais alinhado às suas aptidões e interesses (BNCC, 2017, p. 473). A definição de “itinerário formativo” na BNCC remete à organização de um percurso acadêmico ou técnico, oferecendo maior flexibilidade e autonomia para os alunos escolherem suas trajetórias.

Contudo, a centralidade da noção de competências no currículo, com sua ênfase na adaptação ao mercado de trabalho, pode resultar em uma educação de caráter instrumental e sujeita ao controle, onde a dimensão histórico-cultural da formação humana é negligenciada. Esse enfoque gera uma “formação administrada”, que prioriza a conformidade e a padronização, sacrificando a diferenciação e a autonomia dos estudantes. Mônica Ribeiro, em sua crítica, destaca que a BNCC é um projeto “empoeirado”, que reflete uma agenda de longa data dos governos de direita, materializada por meio da reforma do ensino médio, aprovada pela Lei nº 13.415/17, e implementada por governos como o de Temer e Bolsonaro. Isso levanta o questionamento sobre o impacto real da reforma do ensino médio, promovida pela nova BNCC, na formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de intervir de forma transformadora na sociedade. (Silva, 2018. p.3)

Práticas Pedagógicas nas Escolas no Campo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, promovendo direitos humanos, consciência socioambiental e consumo responsável. No entanto, a aplicação desses princípios nas escolas do campo revela um descompasso entre as diretrizes curriculares e as especificidades desse contexto. A BNCC, ao focar em uma educação voltada para a formação de cidadãos globais, não contempla adequadamente as particularidades da educação no campo, como as diversidades culturais e históricas dessa realidade.

A falta de visibilidade para as necessidades específicas das escolas no campo, dentro de um sistema educacional que segue a lógica do mercado e do capitalismo, resulta em uma lacuna curricular. A BNCC não abrange adequadamente questões fundamentais como o respeito à diversidade local, as peculiaridades do trabalho rural, as tecnologias do campo e a força de trabalho familiar. Essas questões são importantes para a formação de estudantes que vivem no campo, e sua ausência no currículo oficial impede uma abordagem mais inclusiva e adaptada à realidade rural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) afirma, em seu artigo 28, que o ensino deve ser complementado com a diversidade exigida pelas características regionais e locais da sociedade, cultura e economia. Contudo, a aplicação dessa diretriz ainda é limitada, criando uma ambiguidade em relação ao tratamento da educação no campo. Embora a LDB proponha uma adequação curricular e metodológica, a prática educacional nas escolas rurais frequentemente não reflete essas necessidades. Moreira e Ribeiro ressaltam a importância de uma gestão democrática que envolva as comunidades locais no desenvolvimento das práticas pedagógicas, incluindo a formação dos professores e a integração dos discentes ao contexto em que vivem.

A educação do campo, que é tratada como educação rural na legislação brasileira, abrange uma ampla gama de contextos, incluindo áreas pesqueiras, caçaras, ribeirinhas e extrativistas. Assim, o campo vai além de um espaço físico, sendo um campo de possibilidades que conecta os seres humanos com a produção das condições de existência social. A legislação brasileira, como o Decreto nº 7.352 de 2010, e as diretrizes do CNE/CEB, reconhecem a importância de propostas pedagógicas que respeitem e integrem as especificidades culturais e sociais do campo, promovendo o avanço científico e tecnológico e a melhoria das condições de vida no campo.

No entanto, a prática pedagógica nas escolas do campo não deve se restringir à simples transmissão de conteúdo. Tardif (2007) destaca que a educação no campo é um processo de inter-relação entre diferentes saberes – aqueles formais (disciplinas e currículos) e os saberes adquiridos pela experiência local. A formação dos professores para o campo é essencial, pois essa prática pedagógica exige uma abordagem humanizada, que considere as dimensões geográficas, sociais e culturais da realidade rural, favorecendo a inclusão, a democratização do ensino e a construção de valores compartilhados nas comunidades do campo.

Portanto, a educação no campo requer um currículo e práticas pedagógicas que não apenas respeitem a diversidade local, mas que também sejam flexíveis o suficiente para integrar as realidades econômicas, sociais e culturais dos estudantes. A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva para o campo exige uma ação coordenada entre os gestores educacionais, professores, e as próprias comunidades, com foco na transformação das condições de vida e no fortalecimento da identidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as mudanças promovidas pelo Novo Ensino Médio sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, percebe-se que essas reformas estão profundamente atreladas às contradições do sistema capitalista, sobretudo no campo. A lógica predominante, em consonância com a mercantilização da educação e a valorização do agronegócio, tende a reforçar uma estrutura que prioriza a formação de mão de obra alinhada aos interesses do mercado, em detrimento de uma educação emancipatória e crítica voltada para a realidade dos trabalhadores do campo.

A carga horária extra, ao não considerar as especificidades das escolas do campo, revela-se um instrumento que aprofunda desigualdades históricas, pois impõe uma uniformização curricular que desconsidera a diversidade regional e cultural. Em vez de fortalecer a agricultura familiar e a permanência dos jovens no campo, há o risco concreto de intensificar o êxodo rural, já que a educação passa a oferecer perspectivas desconectadas das necessidades locais e das práticas agroecológicas.

Além disso, a preparação dos professores para essas novas exigências esbarra nas condições materiais concretas em que atuam, muitas vezes precarizadas e desvalorizadas. A ausência de formação continuada adequada e de políticas públicas que considerem as realidades rurais resulta em uma adaptação forçada às exigências do Novo Ensino Médio, em vez de promover uma transformação verdadeiramente crítica e contextualizada da prática pedagógica.

Portanto, a reforma do ensino médio, ao invés de constituir um avanço em direção à democratização do conhecimento e ao fortalecimento das comunidades rurais, tende a aprofundar o caráter excludente e funcionalista da educação brasileira. O que está em jogo, no fundo, é a disputa entre dois projetos: um que atende à lógica do capital e do agronegócio, e outro, ainda a ser conquistado, que poderia articular a educação à soberania alimentar, à valorização do trabalho agrícola familiar e à emancipação social dos trabalhadores do campo. Apenas através da luta organizada de educadores, movimentos sociais e comunidades será possível tensionar essas contradições e avançar em direção a uma educação do campo verdadeiramente libertadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 8 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI.** Educação do Campo: marcos

normativos. Brasília: SECADI, 2012. 96 p. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf. Acesso em: 9 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica**. Parecer nº 5, de 4 de maio de 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&Itemid=30192. Acesso em: 27 maio 2022.

COSTA, M. F.; MUELLER, R. R. **As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: antagonismos, projetos em disputa e desdobramentos**. Revista Criar Educação, v. 9, n. 3, p. 118-144, 2020.

FORMAÇÃO do educador: educação, demandas sociais e utopias.

Organizadores: Evelcy Monteiro Machado... [et al.]. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. 184 p.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO CAMPO (FONEC). **Nota sobre a BNCC**. Brasília, 13 out. 2019. Disponível em: <https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/NOTA-FONEC-SOBRE-A-BNCC-2019.pdf>. Acesso em: 9 maio 2022.

GONÇALVES, N. G. **Fundamentos históricos e filosóficos da educação brasileira**. Curitiba: Ibpex, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PRONACAMPO. **Panorama da educação no campo**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. 44 p.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, R. R. **Breve histórico do ensino médio no Brasil**. In: Anais do Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2010.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. **Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil.** Retratos da Escola, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.

SILVA, M. R. **Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas.** Retratos da Escola, v. 9, n. 17, 2015.

SILVA, M. R.; DE ARAÚJO, R. M. L. **Educação na contramão da democracia: a reforma do ensino médio no Brasil.** Revista Trabalho Necessário, v. 19, n. 39, p. 6-14, 2021.

SOUZA, M. A. de. **Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica.** Educação & Sociedade, v. 29, p. 1089-1111, 2008.

SOUSA, M. L. P.; NASCIMENTO, C. M.; DA SILVA, J. J. B. **A política de ensino médio no campo: a experiência da Escola Roseli Nunes, Assentamento CIGRA, Lagoa Grande do Maranhão-MA.** Jornada Internacional de Políticas Públicas, v. 6, 2013.

YOUNG, M. **O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas.** Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 48, p. 609-623, set./dez. 2011. DOI: 10.1590/S1413-24782011000300005.

YOUNG, M. **Conhecimento e currículo: do socioconstrutivismo ao realismo social na sociologia da educação.** Porto: Porto Editora, 2010.

YOUNG, M. **Para que servem as escolas? Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.** DOI: 10.1590/S0101-73302007000400002.

YOUNG, M. **O currículo do futuro: da “nova sociologia da educação” a uma teoria crítica do aprendizado.** Campinas: Papyrus, 2000.

Dedico este trabalho ao **Núcleo de Pesquisa e Estudos em Educação do Campo (NUPECAMP)**, espaço de resistência e construção coletiva do conhecimento, que valoriza as lutas, os saberes e as especificidades das populações do campo. À equipe de pesquisadores e educadores que, com compromisso e dedicação, buscam articular a educação à soberania alimentar, à valorização do trabalho agrícola familiar e à emancipação social dos trabalhadores rurais. Este estudo é fruto das reflexões e das contribuições incansáveis de todos que integram o NUPECAMP, cujas ações têm fortalecido a luta por uma educação crítica, humanizadora e alinhada às reais necessidades do campo brasileiro.



As Críticas de Lima Barreto ao Ensino Secundário e Superior (1905-1922)

The Critiques of Lima Barreto on Secondary and Higher Education (1905–1922)

Fabio Lucas da Cruz

Prof. Dr.

Resumo: O trabalho destaca a importância de Lima Barreto como intelectual negro brasileiro e analisa as críticas do autor ao Ensino Secundário e ao Superior durante a Primeira República (1889-1930). São analisadas crônicas do autor publicadas entre 1905 e 1922. Os resultados do estudo destacam as críticas de Lima Barreto ao elitismo no Ensino Superior, a exclusão de mulheres e da população pobre da instrução pública e a desconexão de currículos e projetos políticos de educação com as reais necessidades que tinha o Brasil para alfabetizar a população e acelerar o progresso científico e econômico.

Palavras-chave: literatura; História da Educação; Lima Barreto; escolarização; crônicas.

Abstract: This study highlights the significance of Lima Barreto as a Black Brazilian intellectual and analyzes his critiques of Secondary and Higher Education during the First Brazilian Republic (1889–1930). The analysis focuses on chronicles published by the author between 1905 and 1922. The findings underscore Lima Barreto’s criticisms of elitism in Higher Education, the exclusion of women and the poor from public instruction, and the disconnect between educational curricula and political projects and the actual needs of Brazil in terms of literacy, scientific advancement, and economic development.

Keywords: Literature, History of Education, Lima Barreto, schooling, chronicles.

INTRODUÇÃO

O funcionário público e escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) analisou os processos de urbanização do Rio de Janeiro e as políticas da Primeira República ancoradas nas oligarquias, no clientelismo e na exclusão social no Brasil. Conhecido por romances como “O Escrivão Isaías Caminha” (1909), “Clara dos anjos” (1948) e “Triste Fim de Policarpo Quaresma” (1915), Lima Barreto explorou com ironia as políticas do governo republicano que favoreceriam a aristocracia enquanto a população pobre vivia em condições precárias, deslocada para as periferias, sem acesso adequado a trabalho ou escolarização.

A educação foi um dos tópicos centrais em suas obras, especialmente em crônicas publicadas em jornais e revistas entre 1905 e 1922. Neste sentido, este trabalho analisa estas crônicas para entender como o escritor avaliava a educação pública no Brasil, em especial o Ensino Secundário e o Superior que eram responsabilidades do governo federal.

As crônicas foram reunidas nos livros “Bagatelas” (1923), “Marginália” (1953), “Feiras e Mafuás” (1953) e “Vida Urbana” (1956). Foram publicadas em revistas e

jornais como “A Notícia”, “Caretta”, “A.B.C.” e “O País”. São caracterizadas por uma linguagem irônica e sarcástica sobre o cotidiano carioca. Lima Barreto condenava a burocracia do serviço público, a falta de preocupação das políticas públicas e, como escritor negro, revelou a discriminação racial da qual também era vítima (Cruz, 2024).

A obra de Lima Barreto permite refletir sobre a história da educação brasileira e o processo de configuração de desigualdades para permanência e acesso em instituições de ensino. Lima Barreto denunciou o racismo, a educação que privilegiava as elites e o academicismo. Também mostrou a ausência de formação profissional para integração dos mais pobres no mundo do trabalho.

A produção literária de Lima Barreto evidencia seu lugar como intelectual negro na história do Brasil. Suas críticas oferecem perspectivas relevantes sobre o país, considerando a marginalização da população negra em aspectos políticos, econômicos e culturais. Nas crônicas, aborda-se o acesso à escola como limitado, com referência à própria experiência do autor, que estudou apenas com apoio financeiro do Visconde de Ouro Preto, já que seus pais eram muito pobres.

Lima Barreto estudou no Liceu Popular Niteroiense e no Colégio Paula Freitas. Após os exames de admissão, Lima Barreto frequentou o Colégio Politécnico, porém não se formou em Engenharia Civil devido a reprovações em disciplinas (Sevsenko, 2003, p. 141). Desta forma, criticou em suas crônicas como saberes ultrapassados eram cobrados de forma rigorosa pelas escolas a ponto de desestimular os alunos.

Com relação à convivência com os estudantes no Colégio Politécnico, “Lima se queixaria do menosprezo que sentiu da parte desses alunos, os quais, vindos de diversos estados do Brasil, muitas vezes pertenciam à extinta nobreza do Império e faziam pouco da descendência africana do colega” (Schwarcz, 2017, p.222). O escritor também enfrentou barreiras no campo literário, relacionadas tanto ao preconceito racial quanto à posição fora dos círculos elitistas, tendo sua obra recebida com maior reconhecimento apenas após sua morte, principalmente nas décadas de 1940 e 1950.

Assim, suas críticas estendiam-se também ao academicismo exacerbado dos escritores e aos círculos literários que excluía escritores por sua origem social ou por sua posição política. As críticas a estes academicismos por Lima Barreto foram descritas por Beatriz Resende (2009):

A primeira recusa de qualquer compromisso com a elite intelectual se fez em Lima Barreto pela denúncia da escrita academicista, velha, “coelhonetista”, antecipando a instauração do novo que vai se dar na escrita modernista. A opção de nosso autor é por uma retórica despojada do ornamental, uma retórica de bagatelas, representante das feiras e mafuás: “Não posso compreender que a literatura consista no culto ao dicionário”. O academicismo recusado significa uma aproximação do elemento popular ao autenticamente nacional, na construção de uma literatura que reflete um “ideal” num autor que tenta “executar esse ideal em uma língua inteligível a todos, para que todos possam chegar facilmente à compreensão daquilo

a que cheguei através de tantas angústias”, como declara em “Amplius”, prefácio do citado *Histórias e sonhos* (Resende, 2009, p.7)

Para análise da literatura de Lima Barreto, adota-se neste trabalho como metodologia de comparação dos textos a valorização da identificação prévia do contexto sociocultural de produção e os objetivos do escritor. Segundo Sandra Pesavento (2006, p.22-23) “o texto literário revela e insinua as verdades da representação ou tio simbólico através de fatos criados pela ficção. Mais do que isso, o texto literário é expressão ou sintoma de formas de pensar e agir”. No caso dos textos de Lima Barreto, refletem o contexto histórico da formação da República, período marcado por movimentos populares contrários à “Política do Café com Leite”, à economia agroexportadora dependente e ao Coronelismo, ou seja, uma postura crítica à corrupção e à exclusão social, como também aos modelos culturais sociais inspirados na Europa e à desconsideração das questões locais do Rio de Janeiro, então capital do Brasil.

O trabalho está dividido em três partes: a primeira discute a escolarização no Brasil republicano e sua problematização por Lima Barreto, especialmente sob a perspectiva do dualismo escolar, aqui entendido como oferta diferenciada de conteúdos, estrutura escolar e oportunidades educacionais entre a população pobre e a elite. A segunda parte concentra-se em analisar crônicas que exploram os problemas do Ensino Superior a partir das críticas de Lima Barreto à influência do título de autor no Brasil utilizado pela aristocracia; e a terceira parte aborda as críticas de Lima Barreto ao Ensino Secundário e às dificuldades enfrentadas pelas mulheres no Ensino Normal.

O Dualismo Escolar na Educação Brasileira

De acordo com Souza (1999), apenas 35% dos brasileiros eram alfabetizados em 1920, o que correspondia a aproximadamente 6.155.567 pessoas. Érico Veríssimo escreveu que “o número de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo a estatística oficial, era, em uma população de 14333915 habitantes, de 12213356, isto é, sabiam ler apenas 14 ou 15 em 100 brasileiros” (Apud Sevckenko, 2003, p. 110). Embora desde a lei educacional de 1827 houvesse determinação para o ensino primário gratuito, não havia esforços para construção de escolas, as existentes concentravam-se em áreas urbanas e atendiam às elites.

Durante a Primeira República (1889-1930), prevaleceu a seguinte organização escolar: Ensino Primário, Ensino Secundário e Ensino Superior. O Ensino Primário objetivava a alfabetização, abordagem elementar de cálculo e geometria e educação moral cívica. O Ensino secundário preparava os estudantes para o ensino superior e a instituição que se tornou modelo nesta etapa de ensino foi o Colégio Dom Pedro II. O Ensino Normal formava principalmente professoras para atuarem no Ensino Primário e o Ensino Superior era incipiente, caracterizado principalmente por cursos como Engenharias e Direito.

Desde 1834, as províncias ficaram com a responsabilidade do ensino primário e secundário, enquanto o ensino superior ficou sobre responsabilidade

do governo federal. No período republicano, com a Constituição de 1891, sem uma política educacional rígidas, estados poucos agiam para fortalecer o Ensino Primário e passaram a controlar o ensino secundário. O governo federal manteve-se preocupado com o Ensino Superior, em aulas preparatórios para esta modalidade, embora a maioria da nação fosse analfabeta (Aranha, 2002).

Segundo Aranha (2002), prevalecia o dualismo escolar: os pobres tinham acesso apenas ao ensino elementar, enquanto as elites seguiam para o secundário, com foco na formação propedêutica. As reformas educacionais republicanas seguiam princípios liberais e positivistas, e reforçaram o dualismo escolar, como a reforma de Benjamin Constant (1890), que inseriu disciplinas científicas e exames de ingresso no ensino superior, e Rivadávia Corrêa (1911), que reduziu o papel do Estado na educação, flexibilizou currículos, porém sem organizar financeiramente os investimentos, com desigualdade entre os estados da federação.

No crônico “Estupendo melhoramento”, por exemplo, Lima Barreto criticou o prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio: “de um dia para outro, decretou que todas as crianças pobríssimas, tais são as que comumente frequentam as escolas públicas soubessem pronunciar francês” (Barreto, 2004, p. 435). Defendia, assim, que o currículo se adequasse às necessidades do país e do seu povo.

Embora a educação fosse considerada Constituição de 1890, as crônicas de Lima Barreto demonstram que a maior parte da população não tinha acesso assim ao Ensino Secundário, que era essencialmente propedêutico, e ao Superior, frequentado pelas elites. Desta forma, a educação contribuía para o poder das aristocracias e a manutenção da disparidade social em um país de maioria analfabeta.

As críticas de Lima Barreto à “doutoromania” e ao Ensino Superior

Lima Barreto criou a expressão “doutoromania” para nomear o costume da aristocracia de ter diplomas como *status* e para cargos bem remunerados, principalmente no setor público (Barreto, 1923, p.298). Para o autor, os “doutores” seriam hipócritas, consideravam-se superiores mesmo com pouco estudo. Afirmou que “só os sábios, os estudiosos, doutores ou não, é que merecem as atenções que vão em geral para os cretinos cheios de anéis e empáfia” (Barreto, 1923, p. 6).

Todas as variedades do “doutor” acreditam que os seus privilégios, honras, garantias e isenções ... se originam do saber, da ciência de que são portadores; entretanto, entre cem, só dez ou vinte sabem razoavelmente alguma coisa. São quase sempre, além de medíocres intelectualmente, ignorantes como um bororó de tudo o que fingiram estudar. A maioria dos candidatos ao “doutorado” é de meninos ricos ou parecidos, sem nenhum amor ao estudo, sem nenhuma vocação nem ambição intelectual. O que eles vêem no curso não é o estudo sério das matérias, não sentem a atração misteriosa do saber, não se comprazem com a explicação que a ciência oferece da natureza; o que eles vêem

é o título que lhes dá namorada, consideração social, direito a altas posições e os diferencia do filho de “Seu” Costa, contínuo de escritório do poderoso papai (Barreto, 1923, p. 6).

Como um crítico ligado à modernidade e aos interesses da população mais pobre, Lima Barreto atacou sem meandros todos os projetos políticos e personalidades públicas que tinham viés elitista, voltado às oligarquias e, para ele, contrário ao interesse público. Segundo o escritor, a elite política ganhava força com a corrupção: “os exames, os doutores, bacharéis, os médicos, toda essa nobreza doutoral que nos domina e apoia os negociastas, é o maior flagelo desta terra que os utopistas querem seja o paraíso terrestre” (Barreto, 1956, p. 49). Barreto considerava que os doutores conseguiram altos salários e prestígio em cargos públicos não por merecimento, mas por manterem relações de amizade e por nepotismo.

Ninguém quer ser professor como os são da Europa, de vida modesta, escarafunchando os seus estudos, seguindo o dos outros e com eles se comunicando ou discutindo. Não; o professor brasileiro quer ser um homem de luxo e representação, para isso, isto é, para ter os meios de custear isso, deixa às urtigas os seus estudos especiais e empresta o seu prestígio aos brasseur d'affaires [homens de negócios] bem ou mal intencionados [...] A universidade, coisa sobremodo obsoleta, não vem curar o mal do nosso ensino que viu passar todo um século de grandes descobertas e especulações mentais de toda sorte, sem trazer, por qualquer dos que o versavam, um quinhão por mínimo que fosse.

O caminho é outro; é a emulação (Barreto, 2004, p.152).

O Ensino Superior funcionava na visão do escritor como uma base para o sistema oligárquico. Na crônica “A Universidade”, publicada em 13 de março de 1920 no periódico A.B.C, Lima Barreto afirmou:

Os estudos propriamente de medicina, de engenharia, de advocacia etc., deviam ficar separados completamente das doutrinas gerais, ciências constituídas ou não, indispensáveis para a educação espiritual de quem quer ter uma opinião e exprimi-la sobre o mundo e sobre o homem.

A esse ensino, o Estado devia subvencionar direta ou indiretamente; mas o outro, o técnico, o de profissão especial, cada um fizesse por si, exigindo o Estado para os seus funcionários técnicos que eles tivessem um estágio de aprendizagem nas suas oficinas, estradas, hospitais etc.

Defendeu o mesmo na crônica “Instrução Pública”, de 11 de março de 1915. Afirmava que a universidade ficou obsoleta durante as transformações econômicas e tecnológicas e que era necessário investir em profissões adequadas às novas necessidades de trabalho da população e da industrialização incipiente. De fato, o início dos anos 20 marcariam a industrialização do país, conforme indica Demerval Saviani:

Com o desenvolvimento da sociedade brasileira, que acelera o processo de industrialização e urbanização, as pressões sociais em torno da questão da instrução pública intensificaram-

se, difundindo-se o entendimento do analfabetismo como uma doença, uma vergonha nacional, que devia ser erradicada. Nesse contexto formularam-se, ao longo da década de 1920, reformas do ensino em diversos estados da Federação tendo em vista a expansão da oferta pública, ao mesmo tempo em que a influência das ideias renovadas provocou o surgimento de movimentos organizados que levantaram também questões relativas à qualidade da educação. Mas o Poder Nacional permaneceu, ainda, à margem dessas discussões (Saviani, 2023).

Enquanto criticava o Ensino superior, defendia o ensino secundário propondo construção de liceus nos bairros e o fim da seriação no ensino superior, para que o estudante escolhesse as matérias para sua futura profissão, enquanto o “governo subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios, etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico”.

A instrução superior não devia ter seriação alguma.

O governo subvencionaria lentes, ajudantes, laboratórios etc., sem prometer, ao fim do curso, que o estudante seria isto ou aquilo: bacharel ou dentista; engenheiro ou médico.

O estudante faria mesmo a escolha das matérias que precisasse, para exercer tal ou qual profissão.

Hoje, as profissões liberais se entrelaçam de tal modo e se dividem de tal forma, que, prender uma cabeça em um curso, é obrigá-la a estudar o que não precisa estudar e não aprender o que precisa aprender.

No mais, a mais livre concorrência... (Barreto, 2004, p. 179).

Também na crônica “Instrução Pública”, Lima Barreto afirmou: “O doutor, se é ignorante, o é; mas, sabe; o doutor, se é preto, o é, mas... é branco”. As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutores [...]” (2004, p. 179). Além de denunciar o racismo, o cronista mostra que o título de doutor permitia ascensão social e muitos negros comportavam-se como a elite para se inserirem socialmente. Também denuncia a sociedade patriarcal em que casamentos eram arranjados e a importância do diploma para melhorar a imagem dos pretendentes. Assim, “a educação não era um mecanismo de transformação social, pelo contrário, mantinha o *status quo*” (Cruz, 2024).

A partir das experiências de sua trajetória no Ensino Superior, escreveu reiteradas vezes sobre a Escola Politécnica. Vejamos um trecho da crônica “Clube das Engenharías”, publicada no periódico Brás Cubas em 11 de julho de 1918:

O primeiro cuidado que têm os hábeis, é se fazerem antes da Escola Politécnica, disto ou daquilo. Há lá lugares para todos os gostos e a questão é escolher. Depois de lentes, com o prestígio que lhes dá a posição oficial, se mancomunam com a judiaria internacional e ei-los cheios de brilho, de dinheiro e de valor. Um professor de Química Industrial, é logo feito diretor de banco e erra bravamente na comparação e frações ordinárias, quando se trata de saber se o câmbio deve ficar mais baixo ou mais alto. Posso citar o nome... Um outro de Zootecnia é feito presidente da companhia de obras de um porto de Mar de Espanha, e logo

que vê um escafandro, assusta-se. Mas eles todos, graças à Cabala crematística do clube, vão adquirindo fortuna, posições, sem que entendam nada daquilo que dirigem ou fingem presidir. O clube, como todos os clubes, foi feito para isto; e não há idiota que se forme em engenharia e disponha de algum dinheiro que não entre para ele imediatamente. A nossa época não é das grandes e fortes iniciativas individuais; a nossa época é das associações, dos clubes, dos títulos, das subscrições entre medíocres para se valorizarem. Ninguém quer se fazer por si, ninguém quer se bater em pessoa; todos querem um... Clube de Engenharia (Barreto, 1918 *Apud* Faria e Pinto, 2012, p.47).

Neste excerto, observamos a acusação de que os professores universitários (“lentes”) são profissionais que advêm das classes abastada, influenciam a política nacional e unem-se a outros integrantes de famílias ricas ou tradicionais para manterem seus privilégios. O ambiente universitário não seria marcado por competência profissional ou mérito escolar e sim pelos laços sociais da elite que o frequentava e usava o Estado para seu próprio benefício.

AS CRÍTICAS AO ENSINO SECUNDÁRIO E O ENSINO NORMAL

Lima Barreto defendia que o Ensino Secundário era elitista pois a maioria da população não tinha oportunidade de se formar nas etapas elementares da educação e, caso conseguisse, o caráter propedêutico, o intelectualismo exacerbado e a facilitação que havia para os filhos de famílias ricas passarem em exames barravam o acesso ou a conclusão dos estudos pelos mais pobres, mesmo que estes tivessem se esforçado nas atividades escolares.

O autor também acreditava que os colégios militares atendiam poucos estudantes, mas custavam muito caro para os cofres públicos e travavam o investimento na expansão do Ensino Secundário. Afirmou que “o dinheiro gasto com eles dava mais três ou quatro colégios de instrução secundária” (Barreto, 1953, p.93). Lima Barreto defendia que o governo do Rio de Janeiro criasse mais escolas por todo o estado para amplo acesso, sem desigualdade de gênero ou de classe social.

Lima Barreto lembrou com carinho de uma de suas professoras na crônica “Tenho esperança que...”, de 03 de maio de 1918:

Eu me lembro também da minha primeira década de vida, de meu primeiro colégio público municipal, na Rua do Resende, das suas duas salas de aula, daquelas grandes e pesadas carteiras do tempo e, sobretudo, da minha professora – Dona Teresa Pimentel do Amaral – de quem, talvez se a desgraça, um dia, enfraquecer-me a memória, não me esqueça de todo. De todos os professores que eu tive, houve cinco que me impressionaram muito; mas é dela que guardo mais forte impressão. (Barreto, 2004, p. 355)

Uma visão afetuosa sobre a figura feminina na docência aparece em outras crônicas nas quais defende os direitos das professoras e denuncia suas dificuldades

para formação. Na crônica, cobrava do Estado criar mais vagas escolares para garantir o direito das mulheres de estudarem:

Verdadeiramente, não há estabelecimentos públicos destinados ao ensino secundário às moças. O governo federal não tem nenhum, apesar da Constituição impor-lhe o dever de prover essa espécie de ensino no Distrito. Ele julga, porém, que só são os homens que necessitam dele; e mesmo os rapazes, ele o faz com estabelecimentos fechados, para onde se entra à custa de muitos empenhos (Barreto, 2004, p.355).

As mulheres puderam lecionar no Ensino Primário somente a partir de 1901. “Aprendiam a utilizar o método intuitivo, a ensinar condutas de higiene e moralidade atreladas ao projeto de modernização, combate a doenças e construção da cidadania republicana” (Cruz, 2024). Eram a maioria das docentes que trabalhavam com as crianças e recebiam baixa remuneração.

Sobre a violência contra a mulher, expressou indignação contra o assassinato de mulheres pelos maridos em crônicas como “Não as matem”, publicada pelo “Correio da Noite” em 27 de janeiro de 1915, julgando inaceitável o crime de honra que justificava pela lei o assassinato diante da acusação de adultério pela esposa.

No entanto, a defesa da educação feminina foi uma exceção diante de muitas críticas que o autor fez às mulheres, afirmando que se preocupavam mais com roupas e casamentos: “A ciência, o saber, a arte, são adornos e enfeites para as suas pessoas naturalmente necessitadas de casamento” (Barreto, 2004, p.176). Também se posicionou contra o movimento feminista e sugeriu que as mulheres só assumissem alguns cargos públicos, como em empresa de telégrafos, nos correios e no magistério (Engel, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As críticas de Lima Barreto ao sistema educacional são embasadas no elitismo da educação secundária e superior, na falta de escolas, na exclusão da população pobre e na valorização do título de ‘doutor’ para manter privilégios da aristocracia. Também criticou a falta de políticas ineficazes do governo federal para ampliar o acesso e fazer o currículo escolar ser mais significativo ao se conectar com as necessidades de desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil no início do século XX.

Embora denunciasse a violência contra a mulher e defendesse o direito das professoras a mais oportunidades de ingresso na Escola Normal, não aceitava as mudanças propostas pelo movimento feminista da época, e reproduzia um discurso patriarcal que não via a mulher em todas as profissões.

Lima Barreto foi um intelectual defensor da educação como essência para a transformação de um país racista, que recentemente abolira a escravidão em 1888, mas não garantirá os direitos essenciais para a população negra. Tinha uma posição liberal, contra o modelo positivista republicano que usava a educação

para poucos da elite, para manter os diplomas entre filhos da aristocracia, que assumiam os principais cargos públicos. Também se opunha à visão ufanista da pátria disseminada pela educação, que apagava os males do Brasil que precisavam ser encarados para criar projetos de efetiva transformação sociais.

Como intelectual negro, o autor teve dificuldades de conseguir destaque no cenário literário e no ensino superior. As suas dificuldades de escolarização, exemplificadas por não conseguir se formar na Escola Politécnica influenciaram suas análises sobre professores que não se dedicavam ao ensino, cujas avaliações sem critério serviam para excluir os estudantes e impedir a continuidade dos estudos, mantendo o ambiente segregador. O currículo do ensino superior era mais adequado a um ensino técnico ultrapassado, portanto, que estava aquém do centro de produção de conhecimento e de formação profissional que a academia deveria ser. Também não concordava com a mera copia dos modelos de ensino e currículos europeus.

As crônicas de Lima Barreto permanecem atuais quando se observa as dificuldades de acesso e permanência na escola de grande parte da população negra e pobre. Segundo o Censo da Educação Superior de 2023, 20,4% dos jovens entre 18 e 24 anos não frequentam o ensino superior (Cordeiro, 2024). Quanto ao Ensino Médio, 8,7 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos não completaram o ensino médio em 2024 (IBGE, 2025).

O Ensino Superior, a despeito das políticas afirmativas como as cotas raciais, ainda não possibilita o êxito da maioria dos estudantes advindos de escolas públicas, negros, mulheres e indígenas, permanecendo excludente na maioria de seus cursos. No ensino médio, assim como no ensino secundário da Primeira República, permanece a evasão, o caráter propedêutico, conteúdos e metodologias inadequados para as transformações do presente.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- BARRETO, Lima. **Obra reunida**. 2 ed. V. I, II e III. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2018.
- BARRETO, Lima. **Bagatelas**. Rio de Janeiro: Empresa de Romances Populares, 1923.
- BARRETO, Lima. **Lima Barreto completo: volume 3 – crônicas [S.I.]**: eBooks Kindle, 2024.
- BARRETO, Lima. **Marginália**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- BARRETO, Lima. **Toda crônica**. Organização de Rachel Valença, v. I e II. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

CORDEIRO, Mirella. **Um a cada cinco jovens de 18 a 24 anos não concluiu o ensino médio, diz Censo.** CNN Brasil, São Paulo, 3 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/um-a-cada-cinco-jovens-de-18-a-24-anos-nao-concluiu-o-ensino-medio-diz-censo>. Acesso em: 2 ago. 2025.

CRUZ, Fábio Lucas da. **A instrução pública nas crônicas de Lima Barreto: restrições de acesso às escolas e desigualdade social durante a Primeira República.** In: ASSIS, Lúcia (org.). Lima Barreto na escola. São Paulo: Blucher, 2024. p. 86–101.

CUTI. Lima Barreto. **São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.** Edição digital.

ENGEL, Magali Gouvêa. **Gênero e política em Lima Barreto.** Cadernos Pagu, n. 32, p. 365388, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tb7y6cgd7dMMMMGDGPQg7gB/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 mar. 2025.

FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves (Org.). **Antologia Lima Barreto: artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta.** Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 2 ago. 2025.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história.** In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Toniaz (org.). História & Literatura: Identidades e Fronteiras. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006. p. 15–34.

RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Edição digital.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto: Triste visionário.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Edição digital.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Luiz (CUTI). **Literatura negro-brasileira.** São Paulo: Selo Negro, 2010.

[inserir página].

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. **O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico.** Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1995.pdf. Acesso em: 5. fev. 2025.



O Analfabetismo Funcional e a Educação Transformadora: Desafios e Perspectivas

Functional Illiteracy and Transformative Education: Challenges and Perspectives

Marcus Sobral Lima

Mestrando do curso de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania da instituição Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA da rede Ânima Educação.

Resumo: O estudo analisa o analfabetismo funcional como um problema social que afeta significativamente a capacidade dos indivíduos de participar plenamente da sociedade, tornando-os vulneráveis à desinformação e limitando seu desenvolvimento pessoal e profissional. Com base em dados sobre o analfabetismo funcional no Brasil e em referenciais teóricos como os sete saberes de Edgar Morin e a pedagogia da autonomia de Paulo Freire, discute-se a importância da educação como ferramenta de transformação social e de empoderamento individual. A relevância de uma educação que promova a leitura crítica do mundo, o desenvolvimento da racionalidade, a consciência da incerteza e o respeito à autonomia do educando são igualmente ressaltados. A conclusão enfatiza a urgência de investimentos em educação de qualidade para combater o analfabetismo funcional e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: analfabetismo; leitura; consciência.

Abstract: This study analyzes functional illiteracy as a social issue that significantly impairs individuals' ability to fully participate in society, making them vulnerable to misinformation and limiting their personal and professional development. Drawing on data regarding functional illiteracy in Brazil and theoretical frameworks such as Edgar Morin's Seven Complex Lessons in Education for the Future and Paulo Freire's Pedagogy of Autonomy, the discussion highlights the importance of education as a tool for social transformation and individual empowerment. The relevance of an educational approach that fosters critical reading of the world, the development of rationality, awareness of uncertainty, and respect for the learner's autonomy is also emphasized. The conclusion underscores the urgency of investing in quality education to combat functional illiteracy and build a more just and equitable society.

Keywords: illiteracy; reading; consciousness

INTRODUÇÃO

O analfabetismo funcional, caracterizado pela dificuldade em interpretar textos, identificar ironias e realizar operações matemáticas básicas, é um desafio significativo para a sociedade brasileira. Dados recentes revelam que uma parcela considerável da população, incluindo indivíduos com ensino superior, apresenta limitações nessas habilidades. Essa condição não apenas dificulta o acesso a oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal, mas também torna os indivíduos mais vulneráveis à desinformação e à manipulação. Nesse contexto, a educação emerge como um direito fundamental e um instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. É necessário

que o Estado, as instituições de ensino e a sociedade civil atuem em conjunto para garantir uma educação de qualidade que prepare os cidadãos para ler o mundo e atuar criticamente nele. E, para que haja inclusão, se faz necessário que órgãos governamentais realizem e criem programas para combater o analfabetismo funcional.

O IMPACTO DO ANALFABETISMO FUNCIONAL E A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO

O analfabetismo funcional tem um impacto direto nos indivíduos vulneráveis e gera a desinformação, como as fake News propagadas nas redes sociais, que se tornaram uma das principais fontes de notícias para muitas pessoas.

A dificuldade em diferenciar fatos de opiniões e em avaliar a credibilidade das fontes torna as pessoas suscetíveis a informações distorcidas, o que pode levar a decisões equivocadas e prejudiciais, inclusive na área da saúde. Além dos prejuízos individuais, o analfabetismo funcional impõe custos significativos à sociedade, dificultando o desenvolvimento econômico e social.

A educação, portanto, é essencial não apenas para a inclusão social, mas também para o desenvolvimento integral dos indivíduos. O acesso ao conhecimento permite a emancipação e o exercício pleno da cidadania.

Governos, preocupados com o desenvolvimento educacional, promovem políticas públicas para desenvolver uma educação consciente, por exemplo Alfabetiza RJ, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, criado em 2023, e o MOVA Digital¹, da Prefeitura de São Paulo, que se baseia em Paulo Freire (1996) para inclusão social e digital.

OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO

Na obra de Edgar Morin (2000): “Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro”, é apresentado um conjunto de reflexões que podem orientar a prática educativa no século XXI. Os sete saberes propostos por Morin (2000) são: i. As cegueiras do conhecimento – a educação deve reconhecer os limites e as incertezas inerentes ao conhecimento, combatendo o erro e a ilusão; ii. Os princípios do conhecimento pertinente – é necessário contextualizar o conhecimento, relacionando as partes com o todo e com a complexidade do mundo.; iii. Ensinar a condição humana – a educação deve promover a consciência da complexidade humana, abordando tanto os aspectos biológicos quanto os culturais e históricos; iv. Ensinar a identidade terrena – é preciso desenvolver uma consciência planetária, reconhecendo a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente; v. Enfrentar as incertezas – a educação deve preparar os indivíduos para lidar com

1 O MOVA Digital é baseado no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), criado por Paulo Freire quando atuava da SME de São Paulo, cujo objetivo é diminuir o número de analfabetos e apoiar jovens e adultos no sistema de leitura digital.

a incerteza, o imprevisto e a complexidade do mundo; vi. Ensinar a compreensão – é fundamental desenvolver a capacidade de compreender o outro, praticando a tolerância e a empatia; e, vii. A ética do gênero humano – a educação deve promover valores éticos, como a solidariedade, a justiça e o respeito aos direitos humanos.

Esses saberes, quando incorporados à prática educativa, podem contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados com a transformação social.

A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE E A PRÁTICA DOCENTE

Paulo Freire (1996), conforme a obra “Pedagogia da Autonomia”, enfatiza o respeito à dignidade e à autonomia do educando. Para ele, o ensino não é a mera transferência de conhecimento, mas um processo de construção conjunta do saber, no qual educadores e educandos aprendem mutuamente.

A dialogicidade, a escuta e o reconhecimento dos saberes dos educandos são elementos centrais da prática educativa, que deve ser um ato político, implicando reflexão crítica constante. O educador deve ser um exemplo de ética, coerência e respeito, estimulando a curiosidade epistemológica e a autonomia dos educandos com ferramentas que facilitem o conhecimento. A formação do educador é um processo contínuo, que exige compromisso, humildade e escuta.

O CONHECIMENTO E SUAS COMPLEXIDADES

O conhecimento não é uma ferramenta pronta, mas um processo em constante construção, sujeito a erros e ilusões. A racionalidade é a melhor proteção contra o erro, mas a racionalização, por sua vez, pode levar a enganos. É essencial o desenvolvimento da autocrítica para evitar a racionalização e a imposição de verdades absolutas. A incerteza é inerente ao conhecimento, e a educação deve preparar os indivíduos para lidar com ela, incentivando a busca por soluções criativas e a capacidade de navegar em um oceano de incertezas.

A FORMAÇÃO DO EDUCADOR: ÉTICA E TRANSFORMAÇÃO

A formação continuada do educador é fundamental para garantir uma educação de qualidade. O educador não é um mero transmissor de informações, mas um agente de transformação, que deve ser um exemplo de ética, coerência e respeito. A prática docente deve ser pautada pela humildade, pela escuta ativa e pelo compromisso com a autonomia dos educandos. É importante que os educadores busquem constantemente aprimorar suas práticas, refletindo criticamente sobre seu trabalho e buscando novas formas de promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral de cada aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A superação do analfabetismo funcional é um desafio urgente e um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A educação, quando orientada pelos princípios de Edgar Morin (2000) e Paulo Freire (1996), torna-se uma ferramenta de transformação social, capaz de promover a emancipação individual e a construção de uma cidadania plena. É necessário que os governos, as instituições de ensino e a sociedade civil invistam em educação de qualidade, que prepare os indivíduos para ler o mundo, atuar criticamente e transformar sua realidade. A educação é um direito social Constitucional, inserido no artigo 6º, sendo considerado por Luís Roberto Barroso (2025, p. 222) como de segunda geração e sendo, portanto, uma necessidade, e todos devem se mobilizar para garantir que esse direito seja efetivado.

REFERÊNCIAS

BARROSO, LUIS ROBERTO. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 2025 (p. 222). Editora Saraiva. Edição do Kindle;

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm;

EDUCA BRASIL. **Informação sobre MOVA Digital**. Disponível em: <https://educabrasil.com.br/mova-digital/>. Acesso em: 22 jan. 2025;

EQUIPE INAF. **Uso educacional do celular com internet ajudaria a reduzir analfabetismo funcional**. <https://alfabetismofuncional.org.br/uso-educacional-do-celular-com-internet-poderia-ajudar-a-reduzir-o-analfabetismo-funcional-no-brasil/>.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000;

PIMENTA, P. **Superar o analfabetismo segue como meta inalcançada do PNE**. Senado Notícias, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/06/superar-o-analfabetismo-segue-como-meta-inalcancada-do-pne>;

SÃO PAULO. **Instrução Normativa SME nº 25, de 10 de agosto de 2022**. Estabelece normas para a celebração e o acompanhamento DO MOVA/SP. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-25-de-10-de-agosto-de-2022/consolidado>;

2 Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.



Uma Análise de Aderência entre a Matriz Curricular do Curso de Graduação em Administração de Empresas e os Princípios de Responsabilidade Social Universitária

An Analysis of Adherence Between Curriculum Matrix of Undergraduate Program in Management and the Principles of University Social Responsibility

Rodrigo Oliveira Miranda

João de Freitas Gadelha Neto

Carla Maria Holanda de Lima Façanha

Randal Martins Pompeu

Resumo: Uma instituição social caracteriza-se pela estabilidade e durabilidade de sua missão. Além disso, é estruturalmente assentada em normas e valores emanados do grupo ou sociedade onde ela se insere. Uma instituição social é, fundamentalmente, um ideal, uma noção, uma doutrina. O estudo teve como objetivo analisar a aderência da matriz curricular do curso de Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza em relação aos princípios de Responsabilidade Social Universitária. Foi realizado um estudo de caso, sendo um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Como resultado observou-se a incidência de aderência total aos princípios de responsabilidade social dos conteúdos programáticos das disciplinas do curso de graduação em administração de empresas. Não se observou nenhuma disciplina que atendesse parcialmente aos princípios de responsabilidade social universitária.

Palavras-chave: responsabilidade social; educação superior; avaliação de educação superior.

Abstract: A social institution is characterized by stability and durability of your mission. In addition, it is structurally based on norms and values which emanate from the group or society in which it operates. A social institution is, fundamentally, an ideal, a concept, a doctrine. The study aimed to analyse the adherence of the curriculum matrix of undergraduate course in Administration from the University of Fortaleza in relation to principles of University Social Responsibility. We conducted a case study, being a descriptive study with a qualitative approach. As a result, it was observed that the incidence of total adherence to the principles of social responsibility of the content of the disciplines of the undergraduate course in management. There was no discipline that would partially to principles of university social responsibility.

Keywords: social responsibility; higher education; assessment of higher education.

INTRODUÇÃO

No atual ambiente as organizações são constantemente questionadas com relação à postura social que devem assumir, ou seja, torna-se cada vez mais

evidente a necessidade de adoção por parte das organizações de ações que visem reafirmar uma conduta transparente e ética. O compromisso social corrobora com as organizações como agentes de promoção social favorecendo uma relação de maior confiabilidade e credibilidade entre a organização e os diferentes públicos ligados a ela. Sendo assim, a responsabilidade social tem se tornado uma das principais ferramentas para auxiliar na construção de imagem organizacional.

Uma instituição social caracteriza-se pela estabilidade e durabilidade de sua missão. Além disso, é estruturalmente assentada em normas e valores emanados do grupo ou sociedade onde ela se insere. Uma instituição social é, fundamentalmente, um ideal, uma noção, uma doutrina. Assim, a Universidade é uma Instituição Social, estável e duradoura, concebida a partir de normas e valores da sociedade e, sobretudo a Universidade é um ideal (Colossi, 2002).

A universidade é uma instituição cujo papel social vai além de formar uma sociedade mais 'iluminada', mas é responsável pelo processo de criação e disseminação, tanto de novos conhecimentos quanto de novas tecnologias, por meio de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento e engenharia e pode ser encarada como agente estratégico para o catchup. Para tanto, de acordo com os dados da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura [UNESCO], no período entre 2004 e 2009, o número de matrículas nos cursos de ensino superior, passou de 4,2 milhões para 5,9 milhões, significando um aumento médio de 7,14% ao ano. Já em 2008, o ensino superior no Brasil era o maior da América do Sul e o 4º maior do mundo, com quase 6 milhões de matrículas (Chiarini; Vieira, 2012).

É preciso considerar também os aspectos da relação entre universidade e cultura. Quais são as condições de preservação, de apropriação da cultura, e de reflexão crítica sobre ela? O papel da universidade é plural e diverso, haja vista a reafirmação do pressuposto sociológico de que a universidade é artefato social que deve ser compreendido como produto da história humana. É necessário considerar que essa histórica é síncrona, ou seja, construída diariamente e em tempo real. Nesse sentido, a universidade tem se posicionada dinâmica ou estática em relação às transformações sociais que se apresentam na contemporaneidade? O fato de ser considerado produto, não quer dizer que seja algo acabado, pronto. Muito pelo contrário, a construção da universidade enquanto artefato social ampara-se sobre tudo, nas demandas sociais, ambientais, políticas, éticas às quais imersas estão a nossa sociedade (Gazeta do Povo, 2012; Silva, 2001).

Dessa forma, Moraes (2000), afirma que o papel da universidade é inquestionável para a formação de pessoas qualificadas e para o desenvolvimento socioeconômico de um país, principalmente quando fundamentado em uma política científica tecnológica articulada no espaço das relações entre universidade, Estado, empresariado e outros setores sociais.

O estudo tem como principal objetivo analisar a aderência da matriz curricular do curso de Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza em relação aos princípios de RS. Com o estudo levanta-se a seguinte questão: Como a matriz curricular do curso está relacionada aos princípios de RSC?

Diante das articulações de interesses que envolvem a universidade e os demais setores sociais, a discussão sobre a responsabilidade social corporativa no âmbito da formação do capital humano para as empresas, se torna legítima a pertinência de uma educação universitária pautada na cidadania empresarial e na consciência ambiental na perspectiva da sustentabilidade. É necessário avançar na concepção de “ser” sustentável ao invés da simplista ideia de atuar “sustentavelmente”.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA OU ESTRATÉGIA EMPRESARIAL?

Garriga e Melé (2004), buscando contribuir para o melhor entendimento da relação entre empresa e sociedade, mapearam os campos onde estão situadas as teorias e enfoques mais relevantes da RSC. Eles partem do pressuposto de que o principal enfoque da RSC relaciona-se com os seguintes aspectos sociais: econômico, político, integração social e ética. Ademais, elaboram sua teoria em quatro grupos: I) a empresa é um instrumento gerador de riqueza e esse é o seu único papel social, sendo aceitável qualquer outra atividade social apenas se a criação de riqueza for comprovada (teoria instrumental); II) a força social da empresa é enfatizada, assim como seu papel perante a sociedade, levando a organização a reconhecer seu papel na cooperação do social (teoria política); III) a atividade empresarial deve ser integrada com as demandas sociais – o crescimento econômico e a continuidade da empresa dependerão dessa relação (teoria de integração); IV) a relação entre empresa e sociedade é fundamentada em valores éticos, levando as organizações a considerar sua responsabilidade social acima de qualquer interesse (teoria ética).

Porém, no contexto contemporâneo, o interesse em RSC é explicado pelo cenário de desafios e contradições do aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política decorrentes da expansão capitalista, marcado por grandes avanços tecnológicos e expansão do fluxo comercial mundial, como também pelo aumento das desigualdades sociais. Conflitos relativos à questão ambiental, ao abuso de consumidores, à interferência no âmbito das políticas públicas, reivindicações sociais e trabalhistas são tidos como “normais” e tratados como erros “estratégicos” pelas grandes corporações (Steurer; Langer; Konrad; Martinuzzi, 2005).

Ao incorporar a responsabilidade social como estratégia, muitas organizações empresariais estão perseguindo apenas a sua perenidade, se disfarçando de uma determinada ética para agir no sentido de suprir as necessidades da sociedade, rotulando-se como empresa cidadã, que conduz ações que favorecem a inserção dos indivíduos no interior do corpo social (Banerjee, 2008; Enriquez, 1997; Freitas, 2000). A aproximação da área de estratégia ao tema RSC é marcada pelo aproveitamento de oportunidades, vantagem competitiva e na minimização de riscos, por meio da identificação e respostas às questões de natureza ética e social (Soares; 2004; Sousa; Wanderley, 2007).

Uma organização que tem como premissa a RSC deve ser capaz de contribuir para o desenvolvimento local e regional, criando empregos de qualidade, e para o progresso social em geral. Além disso, é necessário que a empresa repasse de forma transparente informações de sua gestão e também os documentos que comprovam suas práticas (Xavier, 2010). Entretanto, Arruda e Pereira (2009), por meio de um estudo bibliométrico acerca da RSC, constataram que no meio acadêmico há a preocupação com o fato de que o tema possa servir apenas como uma estratégia de marketing que possibilita às empresas o alcance de vantagem competitiva.

A instituição universitária recebe críticas por parte da sociedade de ser uma instituição dissociada da realidade social e, que apenas repassa conhecimentos, tendo se transformado num órgão corporativo e burocratizado. Estas críticas devem ser consideradas e analisadas continuamente, já que refletem um ambiente de crises que demandam readequações a novas exigências societárias. A receptividade à mudança e à inovação, a busca de novos paradigmas institucionais, é uma das principais preocupações da universidade. Saber conduzi-la neste cenário turbulento é o grande desafio. Inclui-se neste contexto, a predisposição da universidade em constituir sua quarta via ou dimensão. Ou seja, além de ensino, pesquisa e extensão, a universidade precisa atender mais uma função: responsabilidade social.

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

ARSU é a capacidade que tem a universidade de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores, por meio de quatro processos essenciais – gestão, docência, pesquisa extensão – comprometendo-se assim, do ponto de vista social, com a comunidade universitária e com país em que se insere. A RSU relaciona-se a ações voltadas para solucionar problemas sociais, a necessidade de melhor distribuição de renda e para criação de mecanismos de promoção social de setores marginalizados. As universidades assumem assim o papel de ensinar e formar cidadãos que contemplem aspectos de RSC, já que os alunos irão ocupar um lugar na sociedade, tendo que enfrentar situações que exijam uma postura ética e responsável, frente às demandas da sociedade (Calderón, 2006; Silva; Chauvel, 2011).

Dois fatores podem ser destacados que favorecem a visibilidade do tema de responsabilidade social nas universidades. Como primeiro fator, temos a expansão das próprias IES na década de 90. Devido ao aumento, as universidades começaram a adotar estratégias de marketing, abordando questões de responsabilidade social. O segundo fator é a Lei 10.861 de 2004, que apresenta um conjunto de regras que consolida no Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação Superior [SINAES], tem como um dos pilares de avaliação, itens relacionados as práticas de responsabilidade social das instituições de ensino (Cury; Tomiello, 2007).

A partir dessa visão, a universidade cumpre uma missão que ultrapassa os limites da sua razão principal de existir, que corresponde a produção, reprodução, divulgação e conservação do conhecimento, mas também uma educação

para a preparação do aluno, mais que simplesmente técnica, voltada ao pleno exercício da cidadania; seja no aspecto de ocupação de lugares estratégicos nas organizações ou na produção do conhecimento científico de pesquisa que estejam intrinsecamente comprometidas à resolução dos problemas sociais. Ao término desta formação, espera-se que esse aluno assuma uma postura alinhada a um modelo de desenvolvimento sustentável que privilegie, além do crescimento da economia, a promoção da qualidade de vida (Macedo, 2006).

As práticas de RSU devem permear alguns eixos importantes para que possam ser implanta- das, seja nos aspectos social de ensino, pesquisa ou extensão. Os eixos são os seguintes: a) garantir a responsabilidade social da ciência; b) promover a formação da cidadania democrática; c) contribuir para o desenvolvimento, a partir de uma formação para o aluno, que o proporcione ser um agente de desenvolvimento social (Vallaey, 2006).

O trabalho de extensão apenas se justifica à medida que extensão é ensino e/ou pesquisa: o aluno atende a população carente como parte de seu aprendizado prático, seja no exercício profissional, seja no treinamento de suas habilidades de pesquisa. A responsabilidade social está em tudo o que cerca a formação dos alunos e a produção de conhecimento (Berto, 2013; Todorov, 2005). A extensão universitária tem contribuído muito no repensar do processo acadêmico, possibilitando o comprometimento da universidade com as demandas sociais e com o impacto das ações acadêmicas em relação a tais demandas. A extensão, ao defender o argumento de que a formação do estudante não deve se limitar aos ensinamentos de sala de aula abre caminhos para ampliar o entendimento de currículo e, dessa forma, efetivar o real sentido de sua existência e importância na construção e geração de conhecimentos, que venham ao encontro das reais necessidades da população. Compartilhando a ideia de que a instituição universitária tem um papel imprescindível de responsabilidade para com as questões sociais, muitas universidades têm procurado aliar às funções de ensino, pesquisa e extensão, o papel de comprometimento para com os problemas da sociedade, voltando-se para o atendimento das demandas sociais mais urgentes.

Há três considerações básicas para aumentar a consideração por parte dos gestores da importância social da organização: a) eles têm sido forçados a se preocuparem mais com a sociedade mais bem informada e mais exigentes de seus direitos e da preservação de leis que asseguram o seu bem-estar; b) tem sido persuadidos a se tornarem mais atentos, pelo fato de estarem participando no desenvolvimento de atitudes e valores na sociedade; c) o próprio desenvolvimento de teorias administrativas modernas, tais como ecologia de empresas, não pode ficar esquecido pelos gestores, pois se não acompanharem esse desenvolvimento natural sua empresa tenderá a desaparecer. Um dos problemas enfrentados pela gestão é o de definir com certo grau de precisão a real responsabilidade social que cada uma das empresas deve arcar. A resposta a essa questão irá variar, dependendo das fontes a serem usadas na análise da mesma (Audy, 2006; Goergen, 2006; Ristoff, 2006).

Por isso, há necessidade de uma escolha bem definida, de um planejamento bem direcionado e de atuação constante dos responsáveis, para que se possa medir e garantir resultados satisfatórios. O exercício da RSC assegura benefícios diversos, como valorização da imagem, difusão da marca, fidelidade dos clientes e legitimidade pelo desenvolvimento social da comunidade, e, o mais importante, ajuda a minimizar as desigualdades sociais existentes em nosso país (Niello, 2006).

A responsabilidade social pressupõe a necessidade e a urgência no comprometimento com o desenvolvimento em três dimensões: econômica, ambiental e social. A dimensão econômica é, naturalmente, a mais fácil de ser compreendida e incorporada pelos gestores na estratégia de negócios das organizações, pois representa com muita clareza a busca pelo principal objetivo das organizações: a geração de valor aos detentores do capital. O que nem sempre é tão claro ou tão aceito pelos gestores é a relação de causalidade entre esta e as dimensões sociais e ambientais. A dificuldade pode estar no pouco conhecimento existente sobre a formação, gestão e consumo dos capitais humano e natural ou no desinteresse dos empresários para com as questões socioambientais (Lemme, 2005).

A dimensão ambiental, com discussões iniciadas na década de 1960, foi o marco inicial ao debate acerca do desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, da sustentabilidade corporativa. Na teoria e na prática, o desenvolvimento da dimensão ambiental está provavelmente ao menos dez anos à frente da dimensão social. O que pode ser confirmado pela maior disseminação de sistemas de gestão e de certificações (Salzmann, Ionescu-Sommers e Steger, 2005).

Na dimensão social a organização deve proporcionar aos empregados melhores condições de trabalho, contemplando, dentre outras coisas, a diversidade cultural existente na sociedade em que atua. Os gestores devem participar constantemente das atividades socioculturais de expressão da comunidade que vive no entorno da unidade produtiva. A eliminação do desperdício leva a uma cadeia de eventos e processos que podem vir a formar a base de uma surpreendente inovação na esfera organizacional (Hawken, Lovins e Lovins, 1999).

As universidades por serem instituições de ensino, já têm inerente em sua própria função grande responsabilidade social na formação de cidadão, mas há compromissos que devem ser assumidos além da formação em si. Alguns impactos gerados ao exercer suas funções podem ser pontuados: I) impactos de funcionamento organizacional, gerados na vida da comunidade universitária e no meio ambiente; II) impactos educativos na formação das pessoas, orientando na definição de ética de cada disciplina e seu rol profissional; III) impactos cognitivos e epistemológicos, pois orienta a produção do saber e das tecnologias, influenciando na definição do que socialmente se chama ciência e outros conceitos; e IV) impactos sociais, sobre a sociedade e seu desenvolvimento econômico, social e político – é um ator social que pode promover (ou não) o progresso, criar (ou não) capital social, tornar acessível ou não o conhecimento a todos, inserir o estudante em diferentes realidades sociais ou isolá-lo apenas no mundo acadêmico (Accursi *et al.*, 2010).

O debate universidade e compromisso social trazem a questão das funções universitárias, destacando a importância de recusar a hierarquia que alguns

insistem em atribuir às atividades de ensino, pesquisa, extensão. A universidade tem que fazer com que a pesquisa seja articulada com a destinação dessa pesquisa (Ribeiro, 2006). A função extensão universitária é a função que dialoga diretamente com o compromisso social universitário, mas para que isso realmente aconteça, deve estar integrada com o ensino e a pesquisa (Silva; Melo; Silva; Ramos, 2014).

Nesse contexto, a gestão social universitária consiste na melhoria da qualidade da educação superior, na orientação da expansão da sua oferta, no aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, na promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto à abordagem do problema trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em nível mais elevado de profundidade, o entendimento das particularidades dos indivíduos (Andrade, 2008).

Apresenta-se de forma descritiva tendo como objetivo principal a descrição das características de determinada amostra ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entres variáveis. Uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistêmica (Collis; Hussey, 2005).

Foi realizada pesquisa documental, utilizando-se a matriz curricular do curso de administração de empresas, considerada um documento empírico elaborado pelo corpo docente da instituição para, então, compreender a relação de aderência entre o conteúdo programático e responsabilidade social universitária (Denzin; Lincoln, 2006).

Adotou-se o estudo de caso, este apresenta uma série de vantagens que faz com que se torne o delineamento mais adequado em várias situações. Suas principais vantagens são: o estímulo a novas descobertas, a ênfase na totalidade e a simplicidade dos procedimentos. (Fachin, 2006; Vergara, 2011).

Quando se trata de investigar fenômenos contemporâneos, o estudo de caso é a estratégia metodológica mais indicada, por envolver uma série de variáveis relacionadas ao tema da pesquisa, de forma direta ou indireta. A partir dessa estratégia consegue-se investigar o fenômeno em seu contexto real, mesmo em situações em que as fronteiras entre eles não estão estabelecidas claramente. Assim a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa (Goldenberg, 2002; Yin, 2010).

A Universidade de Fortaleza [UNIFOR], onde esse estudo de caso foi realizado, foi concebida pelo industrial Edson Queiroz, no ano de 1973, data de sua fundação. Já graduou mais de setenta mil profissionais em diversas áreas. Dessa forma, por ser uma instituição de referência no âmbito nacional no que se refere às práticas de responsabilidade social, definiu-se enquanto lócus da pesquisa. O curso analisado foi o de graduação em administração de empresas, por ter em sua missão, a busca pela formação de administradores dotados de uma visão holística e sistêmica do funcionamento das diversas organizações públicas e/ou privadas e do ambiente em que estão inseridas de forma ética e responsável social e ambientalmente.

Como técnica de análise dos dados documentais, a pesquisa embasou o estudo, em categorias definidas com base no referencial teórico sobre o tema de RSU, para fazer um estudo de análise de conteúdo contido na matriz curricular. A técnica de análise de conteúdo consiste em classificar elementos nas diversas categorias levantadas visando possibilitar algum entendimento, no caso específico analisar e entender a aderência aos pressupostos de responsabilidade social contidos na matriz curricular do curso de administração de empresas. (Bardin, 2011).

Por meio de uma análise comparativa dos dados coletados da unidade de análise que compõe o estudo de caso e a matriz curricular consultada, objetos sociais da pesquisa, juntamente com o embasamento conceitual já apresentado, a seção seguinte evidencia os resultados obtidos de forma a atender os objetivos da pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS EM RELAÇÃO A ADERÊNCIA DA MATRIZ CURRICULAR (DISCIPLINAS) DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS AOS PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA [RSU]

A análise dos dados na figura 1, considera a matriz curricular do curso de graduação em administração de empresas da UNIFOR, na monta de 39 disciplinas. Apresenta-se a ementa para efeito de contextualização da abrangência conceitual do estudo da disciplina em relação ao campo de estudo à qual está inserida. Na análise, se aplica a relação de aderência considerando a totalidade, a parcialidade e a não aplicabilidade dos conteúdos programáticos aos princípios de RSU. Para reforçar a relação de aderência, apresenta-se uma Categoria de Análise (CA) e/ou uma Evidência Constatada (EC) relativa aos conteúdos programáticos e, em casos excepcionais, nos objetivos da disciplina analisada.

Tabela 1 - Análise de aderência.

1º SEMESTRE			
Disciplinas	Unidade de Análise (Ementa)	Relação de aderência a RSC:	
		(1) Aderente totalmente	Categoria de Análise (CA) ou Evidência Constatada (EC)
Comunicação Empresarial das organizações.	Linguagem e comunicação. Comunicação e gestão Estilo e linguagem do texto empresarial. Redação empresarial. Correspondência administrativa e oficial.	(2) Aderente parcialmente	
		(3) Não Aderente	
		(4) Não se aplica	
Comunicação Empresarial das organizações.	Linguagem e comunicação. Comunicação e gestão Estilo e linguagem do texto empresarial. Redação empresarial. Correspondência administrativa e oficial.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Introdução à Contabilidade	Contabilidade como ciência. O patrimônio. Resultado. Plano de contas. Escrituração. Balancete de verificação, balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício-DR.	1	CA: Atende aos valores, crenças e propósitos sociais básicos. Para Nash (1993), os valores compreendidos pela conduta ética nos negócios estão: a honestidade, a justiça, o respeito aos outros, a prudência e a confiabilidade.
Introdução à Economia	Conceitos básicos de economia. Princípios de microeconomia. Princípios de macroeconomia. Princípios do comércio internacional. Fundamentos das finanças públicas. Princípios de finanças. Fundamentos de desenvolvimento econômico.	1	CA: Busca soluções para os distintos problemas científicos, educativos e culturais relacionados com a sociedade em geral. De acordo com o Instituto Ethos (2002 citado por Soares, 2004), a empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

Matemática	Funções elementares. Funções Econômicas. Limites e Continuidades. Derivadas. Aplicações	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Teoria geral da Administração	Introdução a Teoria geral da administração. Abordagem clássica da administração. Abordagem humanística da administração. Abordagem comportamental da administração. Administração participativa. Abordagem estruturalista. Abordagem sistêmica da administração. Abordagem contingencial da administração. Administrando com ética e responsabilidade Social	1	CA: Fomenta valores éticos morais na sociedade.

2º SEMESTRE

Disciplinas	Unidade de Análise (Ementa)	Relação de aderência a RSC:		Categoria de Análise (CA) ou Evidência Constatada (EC)	
		(1) Aderente totalmente	(2) Aderente parcialmente		
		(3) Não Aderente	(4) Não se aplica		
Elaboração do Trabalho Científico	Métodos e técnicas de estudo. Tipos de conhecimento e ciência. Método e pesquisa científica. Trabalhos científicos, citações, notas de rodapé e referência bibliográfica.	4		EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.	
Estatística I	Conceitos fundamentais da estatística. Tipos de dados estatísticos e sua obtenção. Representação tabular e gráfica. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Noções de probabilidade. Distribuições de probabilidade.	3		EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.	
Filosofia e Ética	Conceito de filosofia. Filosofia e ciência. A filosofia no período moderno. Ética e moral. Filosofia existencialista.	1		CA: Contribui para o desenvolvimento, a partir de uma formação para o aluno, que proporcione ser um agente de desenvolvimento social.	

Inst. de Direito Público e Privado	Noções de direito. Teoria geral do estado. Direito constitucional. Pessoas. Bens. Negócio jurídico e fato jurídico. Obrigações. Contratos. Pose e propriedade. Direito de família. Direito das sucessões.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Sociologia Organizacional	Contexto histórico da sociologia. A sociedade e as organizações. Economia e trabalho. O setor público não estatal e a relação com o estado.	1	CA: Contribui para o desenvolvimento, a partir de uma formação para o aluno, que o proporcione ser um agente de desenvolvimento social.

3º SEMESTRE

Disciplinas	Unidade de Análise (Ementa)	Relação de aderência a RSC:	
		(1) Aderente totalmente	(2) Aderente parcialmente
		(3) Não Aderente	(4) Não se aplica
		Categoria de Análise (CA) ou Evidência Constatada (EC)	
Direito Empresarial	Fundamentos do direito empresarial. Teoria geral das sociedades. Tipos societários elencados no código civil. Introdução ao estudo da recuperação judicial, falência e da recuperação extrajudicial. Títulos de créditos.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Matemática Financeira	Conceitos básicos. Sistemas de juros simples. Desconto simples. Sistemas de juros composto. Anuidades e - séries uniformes. Séries variáveis. Índices de preços, taxa de inflação, taxa real, taxa nominal e indexadores. Sistemas de amortização.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Org. Sistemas e Métodos	Aplicação de OSM nas empresas. Organizações empresariais e estrutura organizacional. Sistema de autoridade e sistema de responsabilidade. Instrumentos e metodologia de trabalho na área de OSM.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.

Psicologia Organizacional	A psicologia como ciência. O trabalho e a construção da identidade. O comportamento humano nas organizações. Psicologia organizacional.	1	CA: Promove a formação da cidadania democrática.
Tecnologia a Informação Gerencial	Sistema de informação (SI) e tecnologia de informação (TI). Hardware. Software. Banco de dados. Redes de computadores. Segurança de informação. Prática: softwares Excel e Access.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.

4º SEMESTRE

Disciplinas	Unidade de Análise (Ementa)	Relação de aderência a RSC: (1) Aderente totalmente (2) Aderente parcialmente (3) Não Aderente (4) Não se aplica	Categoria de Análise (CA) ou Evidência Constatada (EC)
Custos e Formação de Preços	Introdução à contabilidade de custos. Terminologias e expressões usadas pela contabilidade de custos. Classificação e nomenclaturas de custos. Princípios contábeis aplicados a custos. Esquema básico de custos. Custos dos materiais diretos. Custo da mão-de-obra. Custos indiretos. Sistemas e métodos de custeamento. Ponto de equilíbrio. Formação de preços.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Desenvolvimento Gerencial	A organização e a administração. Processo administrativo. Papeis gerenciais. Liderança organizacional. Processo decisório. Administração do tempo. Administração de equipes.	1	CA: Contribui para o desenvolvimento, a partir de uma formação para o aluno, que o proporcione ser um agente de desenvolvimento social.
Finanças Corporativas I	Natureza, objetivos e conceitos relevantes da área de finanças corporativas. Análise das demonstrações financeiras e custo de capital. Análise de projetos de investimentos. Decisões financeiras de curto prazo.	1	CA: Fomenta valores éticos e morais na sociedade.

Gestão de Recursos Humanos	Introdução à gestão de recursos humanos. Introdução à análise de cargos. Estratégias e processos de atração e retenção de pessoas. Gestão de desenvolvimento profissional. Avaliação e gestão do desempenho profissional.	1	CA: promove a formação da cidadania democrática.
Marketing	Histórico do Marketing e seu papel na Sociedade. Macro ambiente de Marketing. Comportamento de Compra do Cliente e Análise de Consumo. Segmentação e Estratégia de Mercado. Estratégia do Composto Mercadológico. Marketing Holístico, Branding, Estratégia de Marketing e Plano de Marketing.	1	CA: Fomenta valores éticos e morais na sociedade.

5º SEMESTRE

Disciplinas	Unidade de Análise (Ementa)	Relação de aderência a RSC: (1) Aderente totalmente (2) Aderente parcialmente (3) Não Aderente (4) Não se aplica	Categoria de Análise (CA) ou Evidência Constatada (EC)
Análise de Dados Estatísticos	Cruzamento e medidas de associação. One-way ANOVA. Regressão. Análise de Cluster.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Finanças Corporativas II	Estrutura de capital e custo de capital. Administração de carteiras/moderna teoria dos portfólios. Gerenciamento de riscos financeiros. Noções de reestruturação financeira.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Gerência de Vendas	A função vendas. Natureza da atividade gerencial de vendas. Planejamento de vendas. Organização de vendas. Gestão do pessoal de vendas. Distribuição comercial. Administração de preços de vendas. Controles e análises de vendas.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.

Logística Empresarial I	Introdução à logística empresarial. Planejamento e controle de estoques. O transporte na logística. Armazenamento de materiais. Administração de compras.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Sistemas de Gestão I	Introdução a sistemas de gestão, organização e processo. Tipos de sistemas de informação. Sistemas integrados de gestão ERP. Visão prática de um ERP.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.

6º SEMESTRE

Disciplinas	Unidade de Análise (Ementa)	Relação de aderência a RSC: (1) Aderente totalmente (2) Aderente parcialmente (3) Não Aderente (4) Não se aplica	Categoria de Análise (CA) ou Evidência Constatada (EC)
Gestão de Recursos Humanos II	Gestão de cargos. Gestão da remuneração e benefícios. Higiene, ergonomia, saúde e qualidade de vida no trabalho. Sindicalização, negociação, legislação e gestão das práticas trabalhistas. Tendências na gestão de pessoas.	1	CA: Promove a formação da cidadania democrática.
Gestão da Produção	Introdução a gestão da produção. Medidas de desempenho. Localização de empresas. Arranjo físico e fluxo. Medidas do trabalho. Planejamento agregado e controle. Noções de PERT-CPM.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Logística Empresarial II	Logística empresarial estratégica e planejamento. Sistemas de custos de transporte e instrumentos de controle e avaliação. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. Indicadores de desempenho. Tópicos complementares em logística empresarial.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.

Pesquisa de Mercado	Conceitos Básicos de Pesquisa de Mercado. Projeto de pesquisa. Execução do projeto de Pesquisa. Elaboração e apresentação do relatório final.	1	CA: Fomenta valores éticos e morais na sociedade.
Sistema de Gestão II	ERP - Enterprise Resource Planning aplicado à área financeira. Sistemas de gestão empresarial. Indicadores.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.

7º SEMESTRE

Disciplinas	Unidade de Análise (Ementa)	Relação de aderência a RSC:	
		(1) Aderente totalmente (2) Aderente parcialmente (3) Não Aderente (4) Não se aplica	Categoria de Análise (CA) (EC)
Controladoria e Orçamento	Modelo de gestão e o processo de gestão. Missão e estrutura da controladoria e o papel do controller. Sistema de informação da controladoria Processo de gestão e estratégia empresarial. Plano orçamentário. Elaboração do orçamento. Projeção dos demonstrativos contábeis, Controle orçamentário.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Elaboração e Avaliação de Projetos	Conceituação geral. Mercado- Dimensionamento e análise. Tamanho do projeto e economia de escala. Localização. Engenharia. Fontes de financiamento para projeto. Os quadros financeiros do projeto. Critérios quantitativos de análise econômica de projetos.	1	CA: busca soluções para os distintos problemas científicos, educativos e culturais relacionados com a sociedade em geral.
Estratégia Empresarial	Evolução da estratégia empresarial. O processo de gestão estratégica. Análise interna. Análise externa. Estratégias corporativas e empresariais. Plano estratégico. Planejamento operacional.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.

Gestão Ambiental	<p>Evolução histórica das questões ambientais. Conceito e aplicações do modelo de desenvolvimento sustentável. Conceituação de gestão ambiental e apresentação de suas dimensões, aplicações e interfaces. Conceituação de sistemas de gestão ambiental. Conceito de certificação ambiental.</p> <p>Origem das principais certificações. Série ISO 14.000.</p> <p>Definição de mercado verde, produto verde, consumidor verde, marketing verde.</p> <p>Conceituação logística reversa tecnologias ambientais.</p> <p>Aferimento e cálculo de custos ambientais. Conceito produção. Realização de atividades de caráter prático</p>	1	CA: busca soluções para os distintos problemas científicos, educativos e culturais relacionados com a sociedade em geral.
------------------	--	---	---

Trabalho de Conclusão de Curso I	<p>Tipos de projetos. Definição do tema. Objetivos da pesquisa. Justificativa. O problema de pesquisa. Metodologia da pesquisa. Embasamento teórico e bibliografia. Cronograma e orçamento. Elaboração apresentação do projeto.</p>	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
----------------------------------	---	---	---

8º SEMESTRE

Disciplinas	Unidade de Análise (Ementa)	Relação de aderência a RSC: (1) Aderente totalmente (2) Aderente parcialmente (3) Não Aderente (4) Não se aplica	Categoria de Análise (CA) ou Evidência Constatada (EC)
Diag. Consult. Organizacional	<p>Aspectos internos e de mercado da empresa. Descrição e análise do ambiente interno da empresa. Elaboração da Matriz SWOT da empresa. Elaboração do plano de ação proposto com base no diagnóstico na empresa.</p>	1	CA: busca soluções para os distintos problemas científicos, educativos e culturais relacionados com a sociedade em geral.
Jogos de Empresas	<p>Processos empresariais. Variáveis ambientais. Cenários econômicos. Relatórios empresariais. Simulação empresarial.</p>	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.

Mercado de Capitais I	Mercado financeiro e de capitais: uma abordagem macroeconômica. O sistema financeiro nacional: estrutura e funcionamento. Mercado primário de ações e abertura de capital. Análise de investimento e títulos do mercado financeiro. Mercado secundário de ações: bolsa de valores.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.
Trabalho de Conclusão de Curso II	Apresentação gráfica da monografia ou plano de negócios. Desenvolvimento da pesquisa. Elaboração do texto. Monografia ou plano de negócios.	3	EC: Não se vincula diretamente aos princípios de RSU categorizados.

Fonte: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a análise dos dados aqui apresentados, observa-se que a incidência de aderência total aos princípios de RSC dos conteúdos programáticos das disciplinas do curso de graduação em administração de empresas da UNIFOR, ficou na monta de 38,46%. Não se observou nenhuma disciplina que atendesse parcialmente aos princípios de RSU. Constatou-se, portanto, que ser responsável socioambientalmente é diferente de simplesmente atuar socioambientalmente. Essa relação entre ser e atuar, diferencia-se entre o que é essencialmente relacionado à RSU e o que é superficial ao conceito. Somente a disciplina de “Elaboração do Trabalho Científico” foi considerada no item “não se aplica” para a análise de aderência, haja vista estar inserida em um contexto de padronização baseada em normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT]. No entanto, o percentual de 2,56% desta disciplina, não representa um dado disto ante em relação aos níveis de aderência total e não aderência. Já em relação as disciplinas que não apresentam nenhuma relação de aderência aos princípios de RSU, somam a monta de 58,97%, conforme observa-se na tabela 2:

Tabela 2 - Resumo quantitativo da análise aderencial.

Quantidade de disciplinas	Nível de aderência	Percentual referente
15 disciplinas	1 (Totalmente aderente)	38,46%
Ø disciplinas	2 (Parcialmente aderente)	0%
23 disciplinas	3 (Não aderente)	58,97%
1 disciplinas	4 (Não se aplica)	2,56%

Fontes: elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

As categorias de análises são específicas para a classificação de aderência total. Estas atendem aos valores, crenças e propósitos sociais básicos; buscam soluções para os distintos problemas científicos, educativos e culturais relacionados

com a sociedade em geral; fomentam valores éticos e morais na sociedade; contribuem para o desenvolvimento, a partir de uma formação para o aluno, que o proporcione ser um agente de desenvolvimento social e promovem a formação da cidadania democrática, considerando os princípios de RSU estudados.

Das quinze disciplinas classificadas aderentes à RSU, a saber: Introdução à Contabilidade; Introdução à Economia; Teoria Geral da Administração; Filosofia e Ética; Sociologia Organizacional; Psicologia Organizacional; Desenvolvimento Gerencial; Finanças Corporativas I; Gestão de Recursos Humanos; Marketing; Gestão de Recursos Humanos II; Pesquisa de Mercado; Elaboração e Avaliação de Projetos; Gestão Ambiental e Diag. Consult. Organizacional, observa-se que não há evidência quantitativa de superioridade em relação a aderência à RSU entre disciplinas ditas “das humanas” em relação as disciplinas ditas “técnicas e/ou específicas”, ou seja, independente do aprofundamento teórico das disciplinas, percebe-se que é possível contribuir para a difusão dos princípios de RSU. Na disciplina de comunicação empresarial, não se detectou de forma explícita, conteúdo que se relacione com a RSU, embora entenda-se que o processo de comunicação seja importante nas definições das estratégias de implantação e desenvolvimento da Responsabilidade Social nas Universidades. Nos conteúdos da disciplinas de introdução à contabilidade observa-se em seu conteúdo programático o item “demonstração dos resultados”, ou seja, como princípio da RSU, a transparência é um fator de legitimidade organizacional. Na disciplina de introdução à economia observa-se os termos: “externalidades e falhas de mercado”; “pobreza e desigualdade” e “meio ambiente”, tais fatores são objetos de estudo da RSU. Nesse contexto, sugere-se, para futuros estudos, que seja analisado o perfil docente, no âmbito da formação acadêmica e da experiência profissional em RSC, de forma a se analisar a aplicabilidade desses conteúdos à realidade socioambiental existente.

REFERÊNCIAS

ACCURSI, F. M. *et al.* **Difusión de temas del Programa Amartya Sen en las Carreras de Grado de la Facultad de Ciencias Económicas y Estadísticas de la Universidad Nacional de Rosario.** Rosario: UNR, 2010.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARRUDA, G. S.; PEREIRA, B. A. D. **Estado da arte dos estudos sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE) no Brasil.** In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 4., 2009, Recife. Anais [...]. Recife: ANPAD, 2009.

AUDY, J. L. N. **Universidade inovadora: entre a tradição e a renovação.** In: MOROSINI, M. (org.). *A universidade no Brasil: conceitos e modelos.* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BANERJEE, S. B. **Corporate social responsibility: the good, the bad and the ugly.** *Critical Sociology*, Detroit, v. 34, n. 1, p. 51-79, 2008.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BERTO, A. B. F. **Responsabilidade social universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade**. Perspectivas Online: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 3, p. 16-25, 2015. Disponível em: http://www.seer.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/229/137. Acesso em: 2 nov. 2015.
- CALDERÓN, A. I. **Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil**. Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, Brasília, v. 24, n. 36, p. 8-22, jun. 2006.
- CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P. **Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 66, p. 117-132, jan./mar. 2012.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COLOSSI, N. **La universidad en el contexto de las transformaciones globales**. In: COLOSSI, N. *et al.* A gestão universitária em ambiente de mudanças na América do Sul. Blumenau: Nova Letra, 2002.
- CURY, R. M.; TOMIELLO, N. **Sistema de logística reversa e responsabilidade social universitária: um exercício interdisciplinar**. Florianópolis: Cesus, 2007.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ENRIQUEZ, E. **Os desafios éticos nas organizações modernas**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 6-17, jan./abr. 1997.
- FREITAS, M. E. **A questão do imaginário e a fronteira entre cultura organizacional e a psicanálise**. In: MOTTA, F. C. P.; FREITAS, M. E. Vida psíquica e organização. São Paulo: FGV, 2000.
- GARRIGA, E.; MELÉ, D. **Corporate social responsibility theories: mapping the territory**. Journal of Business Ethics, Columbia, v. 53, p. 51-71, 2004.
- GAZETA DO POVO. **Qual o papel social da universidade no século 21?** Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/qual-o-papel-social-da-universidade-no-seculo-21-31436hclxguvb4y45vsgmvexa>. Acesso em: 23 out. 2015.
- GOERGEN, P. **Universidade e compromisso social**. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (org.). Universidade e compromisso social: Brasília, 25 e 26 de agosto de 2005. (Coleção Educação Superior em Debate, v. 4). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HAWKEN, P.; LOVINS, A.; LOVINS, L. H. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. 3. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1999.

KLIKSBERG, B. **Más ética, más desarrollo**. 19. ed. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 2008.

LEMME, C. F. **Sustentabilidade e finanças**. In: GARDETTI, M. A. (org.). Textos en sustentabilidad empresarial: integrando las consideraciones sociales, ambientales y económicas con el corto y largo plazo. Buenos Aires: World Resources Institute, 2005.

MACEDO, A. R. **O papel social da universidade**. Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, Brasília, v. 23, n. 34, p. 7-12, jan. 2006.

MORAES, F. F. **Universidade, inovação e impacto socioeconômico**. Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 8-11, jul./set. 2000.

NASH, L. **Ética nas empresas: boas intenções à parte**. São Paulo: Makron Books, 1993.

NIELLO, J. V. **Comisión Económica Para América Latina y el Caribe (CEPAL)**. Responsabilidad social empresarial (RSE) desde la perspectiva de los consumidores en números 2001 a 2011. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2006. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/3543/S2006312_es.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 out. 2015.

RIBEIRO, M. **Educação social**. Campinas: Unicamp, 2006.

RISTOFF, D. **A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas**. In: MOROSINI, M. (org.). A universidade no Brasil: conceitos e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SALZMANN, O.; IONESCU-SOMERS, A.; STEGER, U. **The business case for corporate sustainability: literature review and research options**. European Management Journal, v. 23, n. 1, p. 27-36, 2005.

SILVA, F. L. **Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, maio/ago. 2001.

SILVA, F. M.; MELO, P. A.; SILVA, J. E. O.; RAMOS, A. M. **Compromisso social e extensão: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina**. Revista Alcance – Eletrônica, Biguaçu, v. 21, n. 1, p. 77-97, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/32046/compromisso-social-e-extensao--a-pratica-da-universidade-federal--de-santa-catarina>. Acesso em: 28 out. 2015.

SILVA, R. C. M.; CHAUVEL, M. A. **A responsabilidade social das empresas e seus efeitos no comportamento do consumidor: um estudo qualitativo**. Revista de Gestão Social e Ambiental, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 172-186, 2011.

SOARES, G. M. P. **Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!?** RAE Eletrônica, São Paulo, v. 3, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a07>. Acesso em: 26 set. 2015.

SOUSA, J. M., FILHO; WANDERLEY, L. S. **Divulgação da responsabilidade social empresarial: como os websites empresariais vêm sendo utilizados por empresas de energia e varejo.** Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jun. 2007.

STEURER, R.; LANGER, M. E.; KONRAD, A.; MARTINUZZI, A. **Corporations, stakeholders and sustainable development I: a theoretical exploration of business-society relations.** Journal of Business Ethics, Columbia, v. 61, p. 263-281, 2005.

TODOROV, J. C. **O conceito de responsabilidade social nos estabelecimentos de ensino superior.** Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, Brasília, v. 23, n. 34, p. 41-46, abr. 2005.

VALLAEYS, F. **Que significa responsabilidade social universitária?** Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, Brasília, v. 24, n. 36, p. 35-55, jun. 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

XAVIER, A. V. **Responsabilidade social corporativa: um enfoque multidisciplinar no contexto globalizado.** Desenvolvimento em Questão, Ijuí, v. 8, n. 16, p. 131-158, jul./dez. 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



A Nova Ágora: Redes Sociais, Liberdade de Expressão e o Discurso de Ódio

The New Agora: Social Media, Freedom of Expression, and Hate Speech

Evânio José de Moura Santos

Doutor em Direito Penal pela PUC/SP, Mestre em Processo Penal pela PUC/SP, Pós-Graduado em Filosofia pela PUC/RS, Pós-Graduado em Direito Penal Econômico pela Universidade Coimbra/Ibccrim e Pós-Graduado em Direito Constitucional pela UFS, Acadêmico do Bacharelado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano. Professor da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Direito 08 de Julho, advogado e Procurador do Estado.

Resumo: O escopo do presente estudo consiste em breve análise do comportamento da sociedade que vive hiperconectada e converteu os meios de comunicação em uma nova ágora. Atualmente, ao invés de serem discutidos os grandes temas da pólis em praça pública, como faziam os cidadãos na gênese da democracia grega, vale-se a coletividade das redes sociais para promover um debate sem profundidade acerca dos mais diversos assuntos, muitas vezes ultrapassando os limites da liberdade de expressão, da tolerância e da ética, fazendo do ciberespaço um palco propício para ofensas e perseguições, materializadas com a disseminação de um discurso de ódio em que são agredidas diversas minorias que sofrem ataques racistas, capacitistas, misóginos, homofóbicos, aporofóbicos, xenófobos, demonstrando uma intolerância política, racial, cultural, religiosa e civilizatória. Cuida-se de problema relevante e que cresce exponencialmente com a digitalização das relações interpessoais.

Palavras-chave: redes sociais; liberdade de expressão; discurso de ódio.

Abstract: The scope of this study consists of a short analysis of the behavior of a society that is hyperconnected and has converted the media into a new ágora. Currently, instead of discussing the major issues of the polis in the public square, as citizens did in the genesis of Greek democracy, the collective use of social networks is used to promote an in-depth debate on the most diverse subjects, often exceeding the limits of freedom of expression, tolerance and ethics, making cyberspace a suitable stage for offenses and persecution, materialized with the dissemination of hate speech in which various minorities are attacked and suffer racist, ableism, misogynist, and other attacks. homophobic, aporophobic, xenophobic, demonstrating political, racial, cultural, religious and civilizational intolerance. This is a relevant problem that grows exponentially with the digitalization of interpersonal relationships.

Keywords: social media; freedom of expression; hate speech.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O homem desde que passou a viver na pólis sempre foi desafiado a discutir publicamente os temas mais relevantes para a sua comunidade, configurando essa participação algo essencial para a construção do próprio conceito de cidadania. Nesse contexto tem-se com o advento da ágora o nascimento de uma arena de debates, consistindo em um relevante aspecto da democracia grega, possibilitando

um encontro público das pessoas interessadas em apresentarem os problemas da coletividade e suas propostas de solução, respeitando-se a divergência e colhendo-se as diversas manifestações.

Essa ideia de inclusão da população nos assuntos do estado está na gênese da cidadania e fortaleceu a defesa da democracia como um regime de governo com a atuação direta dos cidadãos (evidentemente que considerando quem tinha direito a voz e voto na democracia ateniense – excluindo-se as mulheres, os estrangeiros e escravos).

O gosto pelo confronto de ideias foi sendo desenvolvido e aprimorado pelo *homo sapiens* e, mesmo nos momentos menos transparentes da história, nunca se abandonou por completo a relevância dessa postura.

Deve-se ao iluminismo e suas ideias inovadoras a possibilidade do surgimento da liberdade de expressão, passando-se a sustentar como direito humano fundamental a vedação a qualquer tipo de perseguição em razão de ideias, crenças e posicionamentos. Tem-se a gênese da possibilidade do confronto civilizado de opiniões, a defesa da laicidade do estado e a semente da livre manifestação do pensamento.

A defesa da liberdade, pluralidade política, livre manifestação e opinião e a plena participação do debate público continuou sendo necessária durante o período contemporâneo, até que chegamos aos tempos atuais de plena globalização.

Passamos a viver a era da pós-verdade. Os avanços nos meios de comunicação, mais que uma cidadania ativa e com a garantia constitucionalizada da liberdade de expressão, vedando-se a censura ou qualquer manifestação autoritária no sentido de cercear a livre divulgação de ideias promovida de forma plural, passou a exigir uma manifestação constante.

Tem-se uma nova revolução que nasce sem critérios bem delimitados, fazendo com que os indivíduos debatam e confrontem os mais variados temas, mesmo sem conhecimento de causa, deixando de observar regras mínimas de civilidade, promovendo ofensas e agressões, muitas vezes enveredando para a prática de crimes.

Nesse contexto é que se espalha o discurso de ódio como uma prática cada vez mais presente e com um enorme potencial destrutivo das relações interpessoais, ataques às minorias e afronta a própria ideia de livre manifestação do pensamento, desdobramento das garantias da liberdade de expressão e da vedação à censura.

Surge a nova ágora representada pelas redes sociais e perfis em plataformas de comunicação, passando todo indivíduo que vive nessa sociedade hiperconectada a apresentar e sustentar opiniões, normalmente sem a necessária reflexão e o adequado aprofundamento acerca dos mais diversos temas. A polarização é estimulada, não como componente do debate, mas como meio de engajamento, possibilitando muitas vezes pronunciamentos intolerantes e preconceituosos.

Essa facilidade das comunicações promovidas em tempo real e com repercussão em todo mundo, contribui para as diversas manifestações que destilam ódio (que sempre existiu nas relações pessoais), porém hodiernamente de forma

muito mais evidenciada e potencializada, principalmente por vivermos em uma sociedade do espetáculo on line e on time.

Discursos de ódio político, religioso, racial, de gênero, contra orientação sexual, em desfavor dos estrangeiros, pobres, deficientes físicos, migrantes, etc., que sempre foram narrados pela história como acontecimentos que não deveriam se repetir, agora enveredam por um outro triste capítulo, passando a ter uma capacidade destrutiva exponencialmente elevada e um enorme alcance.

A evolução tecnológica atualmente vivenciada possibilitou a passagem do *homo sapiens* para o *homo sapiens*. Tem-se uma nova geração que vive em contato permanente com a computação em rede e a cultura cibernética, criando uma mudança comportamental, possibilitando o advento de uma revolução das comunicações para fins positivos (inclusive com relação a eventual participação popular para discutir temas próprios da administração do estado, do poder e da democracia), mas também, infelizmente, existem diversos exemplos de uso negativo, notadamente em razão da facilidade de se espalhar e propalar o discurso de ódio.

Ao longo do presente estudo buscar-se-á demonstrar como o uso pernicioso das redes sociais pode minar a democracia, atentar contra as garantias fundamentais, aumentar o preconceito e as ofensas às minorias, avultando uma urgente necessidade de construção de novos paradigmas no enfrentamento desse fenômeno.

Ademais, apontam-se diversas lacunas axiológicas na norma, demandando a atuação do parlamento, além da premente necessidade de adoção de posturas ancoradas na ética, alteridade e defesa dos direitos humanos fundamentais, envolvendo agências estatais e a própria mudança de postura da cidadania.

REDES SOCIAIS COMO NOVA ÁGORA E MEIO UTILIZADO PARA DISSEMINAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO COM ABUSO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Com a ampliação do acesso a rede mundial de computadores (www: world wide web), tem-se o nascimento de sites e aplicativos que permitem a interação e comunicação entre indivíduos e organizações dos mais variados tipos, classes, idades, formação cultural, propósitos, facilitando o compartilhamento de informações, a criação de relacionamentos e a troca de ideias.

Um mundo globalizado contribuiu decisivamente para essa revolução das comunicações, servindo como atrativo de conhecimento, interação e também possuindo um forte viés econômico. É na pós-modernidade que as redes sociais se desenvolvem de maneira vertiginosa, afetando completamente a forma de se comunicar, de produzir conteúdo, de noticiar fatos e até mesmo de se manifestar acerca de assuntos relevantes da política. Segundo Zenha (2018, p. 23) ao buscar delimitar um conceito das redes sociais:

No século XXI, vivencia-se a explosão das interações sociais mediadas por meio do computador e, mais recentemente, com o uso do telefone celular e do tablet (mobilidade), todos conectados à internet. Para muitos indivíduos, não é possível viver sem estar ligado a ela, o excesso de tempo despendido na navegação no mundo virtual resulta em uma overdose de interatividade digital.

A sociedade passou a ser dependente das redes sociais que ditam tendências e são usadas com propósitos econômicos. Tem-se como oportuno detalhar o papel das redes sociais na pólis, o direcionamento atual do debate para o mundo digital fomentando a virtualização dos diálogos e a disseminação do discurso de ódio que se vale da amplitude, do anonimato e da facilidade de ser propalado no mundo cibernético.

A Nova Ágora: Do Homo Sapiens ao Homo Zapiens.

Deve-se aos gregos o nascimento da ideia de pólis e da ágora como uma praça destinada para o debate e exercício de funções públicas, permitindo a participação dos cidadãos, a realização de escolhas de medidas administrativas e providências a serem adotadas na gestão da cidade-estado, além da exposição de ideias sobre os mais variados temas de interesse da coletividade. Desta forma, pode-se afirmar que na pólis do antigo mundo grego, a ágora exercia a função de lugar privilegiado de encontro, de troca de ideias, de exercício da cidadania, de debate político e de confrontos. Era o espaço público por excelência.

Ao descrever as principais características da formação do ocidente, pesquisadora da história antiga, assim pontifica:

Pertencer à pólis era ser cidadão e, apesar das diferenças sociais que opunham os cidadãos no concreto da vida social, eles se concebiam, no plano político, como unidade permutáveis. Essa permuta referia-se a um sistema cuja lei era o equilíbrio e cuja norma era a igualdade por meio da isonomia. Essa ideia de isonomia significava a igual participação de todos no exercício do poder (Eyler, 2014, p. 73).

É nesse contexto que nasce a ágora como *locus* privilegiado de convívio dos cidadãos em áreas públicas “destinadas às reuniões políticas, ao comércio, ao teatro, aos jogos esportivos etc.” (Eyler, 2014, p. 97). Referida situação – convívio do cidadão na pólis e debate na ágora, somente foi possível em razão da invenção da democracia pelos gregos:

Com a reforma de Clístenes, inicia-se a democracia (*demói*, os cidadãos; *krátos*, o poder: o poder dos cidadãos). Para avaliarmos a originalidade desta instituição, basta que comparemos seu nome e o dos outros três regimes políticos, isto é, monarquia, oligarquia e anarquia. Podemos observar que estes últimos são palavras compostas com um derivado *arkhé*, isto é, *arkhía*, termo que designa a função suprema de governo. A *monarkía* atribui a um só (monas) a função soberana de governo; a *oligarkía* atribui a alguns (*oligói*); e a *anarkía*, usando o prefixo negativo (an),

indica que ninguém exerce a função de governo. Em vez de *demoarkhía*, a palavra escolhida foi *demokratía*, em que *krátos* (força, poder, senhorio) não designa uma função – a função de governo – e sim o princípio da própria soberania, ou seja, os cidadãos. Assim se *aristokratía* quer dizer o poder dos melhores ou dos excelentes (*áristoi*), *demokratía* quer dizer o poder do *démos*. Poderíamos supor que se a palavra democracia não designa função soberana de governo, então ninguém a exerce e o regime seria uma espécie de anarquia ou falta de governo. Não é, porém, o caso. Qual é o poder do *démos*? A força das leis. Na democracia, a função soberana não cabe a alguém ou a alguns, mas à lei; e a desobediência a ela é a anarquia (Chauí, 2002, p. 133).

É na ágora que se desenvolve a prática do debate na pólis, sendo possível discutir entre os cidadãos (deve-se destacar que mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos na Grécia antiga), diversas questões de interesse da coletividade, passando o *homo sapiens* a desenvolver o hábito do confronto de ideias relevantes em local de acesso ao público, permitindo a interação de todos.

Ademais, relevante registrar que na democracia grega não existia a figura do representante eleito, sendo exercida diretamente por todos os homens livres que gozavam do privilégio da cidadania.

Fazendo uma evolução da sociedade, voltando-se para os dias atuais, chega-se a era do pleno acesso às comunicações e informações, sendo que os avanços tecnológicos dos últimos tempos, resultado da globalização e da hiperconexão da população, possibilita um encurtamento de distâncias e de certa forma uma maior participação dos cidadãos nos mais variados temas.

Dentre os assuntos debatidos nas redes sociais (essa nova ágora da pós-modernidade) é possível enxergar a existência de discussões relevantes para a pólis, a exemplo de uma mobilização para assuntos ínsitos à cidadania, como a cobrança de investimentos públicos, execução do orçamento, a assinatura de uma petição endereçada a uma autoridade com um pedido coletivo, o apoio a um projeto de lei ou apresentação de uma lei de iniciativa popular, um requerimento administrativo de interesse comum ou carta de apoio ou repúdio (os abaixo-assinados de outrora).

Entretanto, essa preocupação e engajamento não consiste na regra, posto que correntes virais ou temas da moda nas redes sociais possuem maior apelo e comprometimento, verificando-se o uso da força e do alcance das redes sociais voltado para disseminar notícias falsas e principalmente para despejar um discurso de ódio multifacetado em diversos aspectos.

Diante deste enorme desafio e problema moral, acredita-se que o enfrentamento do desvirtuamento do debate público, a ausência de uma repreensão ou punição aos abusos das manifestações em redes sociais que desrespeitam direitos fundamentais e disseminam discursos sectários e ataques, muitas vezes em troca de likes, contribuem para o atual estado da arte.

Afigura-se premente uma mudança tanto comportamental, como na lei, obrigando a adoção de novas posturas revestidas de ética, valendo-se da força coercitiva do direito e do estado, imprescindíveis no combate ao discurso de ódio.

Deve-se evitar que o *homo sapiens* ao invés de utilizar o conhecimento acumulado e os avanços tecnológicos para conceber melhorias na sociedade, venha a se transformar no *homo zapiens*, desprovido de senso crítico e fruto de uma sociedade que valoriza o efêmero e não tem preocupação com o ser humano.

Acerca desta mudança na forma e velocidade de interação, fruto de uma nova sociedade habitada pelo *homo zapiens*, responsável por implantar uma nova maneira de debater, discutir, pensar, manifestar-se e agir, relevante registrar:

O surgimento de uma nova geração digital também foi tratado por Veen e Vrakking em *Homo Zapiens: educando na era digital* (2009). A ideia de *Homo Zapiens* (com dois pp) reflete as mudanças verificáveis nessa nova geração, a geração Z (nascidos a partir de 1990), chamada também de “geração digital”, “geração instantânea”, constituída de pessoas em permanente contato com as mídias digitais e a internet, e tem à disposição uma quantidade enorme de informação para ser zapeada (Alonso, 2018, p. 4).

Essa sociedade totalmente influenciada pelas redes sociais e demais mídias, absorva no mar de informações, muitas delas supérfluas, também está sendo estudada na contemporaneidade por Byung-Chul Han que batiza esse fenômeno como infocracia (2022, p. 34-35):

Na era das mídias digitais, a esfera pública discursiva não é ameaçada por formatos de entretenimento das mídias de massa, não pelo infoentretenimento, mas sobretudo pela propagação viral de informação, a saber, pela infodemia. No interior das mídias digitais residem, além disso, forças centrífugas que fragmentam a esfera pública. A estrutura de anfiteatro das mídias de massa cede lugar à estrutura rizomática das mídias digitais que não têm centro. Desse modo, nossa atenção não é mais dirigida a temas relevantes para a sociedade como um todo.

É nesse contexto que o discurso de ódio frutificou, deitou raízes e tem ganhado muito espaço, superando a possibilidade do uso racional e cidadão da hiperconexão por uma prática deletéria, nefasta e em muitos aspectos criminosa dos meios de comunicação.

O Discurso de Ódio e sua Disseminação pelas Redes Sociais

Não obstante seja disseminada no senso comum a ideia de que o discurso de ódio no Brasil é um fenômeno brando ou até inexistente, a realidade é exatamente o oposto desta equivocada percepção, aparecendo de forma bastante distinta e frequente, diversas manifestações que evidenciam a divulgação do discurso de ódio, podendo-se citar inúmeros exemplos que maculam essa falsa imagem de país cordial e pacífico.

Infelizmente somos um país e um povo que convive com o discurso de ódio desde priscas eras, não existindo uma preocupação sistemática em seu combate efetivo e tampouco em sua erradicação.

A miscigenação brasileira não exclui a presença do radicalismo e da violência simbólica e estrutural que permeiam nossas relações sociais cotidianas. A desigualdade social, a história de escravidão e o autoritarismo da formação de nossa sociedade criaram um terreno propício para a intolerância e o ressentimento, elementos refletidos em diversas esferas da vida pública e privada.

O historiador Leandro Karnal, em seu livro *Todos Contra Todos: “O Ódio Nosso de Cada Dia”*, argumenta que a sociedade contemporânea tem promovido uma visão polarizada e “maniqueísta”, na qual os indivíduos são levados a categorizar o outro como inimigo, eliminando o espaço propício para vicejar um debate democrático e o pensamento crítico. Aponta os diversos gatilhos psicológicos que intensificam esse fenômeno, como a inveja e o sentimento de injustiça, que frequentemente se convertem em hostilidade contra determinados grupos, normalmente minoritários e vítimas de exclusão e preconceito.

A tensão fruto do enfrentamento dos polos distintos, especialmente no campo político, exacerba as divisões sociais, dificultando o diálogo e favorecendo discursos extremistas. Segundo Leandro Karnal (2017, p. 12.):

Foram os primeiros momentos nos quais a elite pátria pensou em “nós”, ou seja, os pacifistas que queriam construir um país de progresso e prosperidade, contra “eles”, os grevistas, sindicalistas, agitadores e outros que insistiam em inocular no corpo nacional o vírus do dissenso. “Nós” correspondia aos patriotas, aos que só desejavam a paz. “Eles” correspondia à cizânia e aos cronicamente insatisfeitos. Sempre fomos bons em pensamentos maniqueístas, em dualismos morais perfeitos.

O anonimato e o imediatismo da internet potencializam comportamentos agressivos e discriminatórios que sempre existiram, porém viviam limitados a determinados nichos. A internet deu voz e vez a quem divulga discurso preconceituoso e permeado de ódio, permitindo que posturas intolerantes se propaguem sem as consequências que existiriam nas hipóteses de interações presenciais.

Com a popularização das redes sociais e a capilaridade das tecnologias de comunicação, tornou-se comum que indivíduos utilizem essas plataformas para disseminar discurso de ódio sem a necessidade de exposição. Se antes um comentário hostil ou preconceituoso demandava coragem para ser proferido “tête-à-tête” ou “face to face”, hoje a impessoalidade do meio digital, a ocultação do verdadeiro perfil ou o pretense anonimato da internet conferem aos agressores uma segurança que alimenta sua impunidade.

Nessa dinâmica, surgem indagações relevantes: em que estão ancorados tais discursos? O que justifica a disseminação gratuita do ódio? Qual o real propósito de referidas posturas?

Vale ressaltar que nem sempre há uma motivação clara. Muitas vezes, o ódio se apresenta como um fim em si mesmo, dirigido de forma aleatória e gratuita

a grupos específicos. Com o crescimento exponencial da comunicação digital, a liberdade de expressão assumiu novas proporções, transcendendo limites geográficos e institucionais (configurando-se em boa parte dos casos em verdadeiro abuso da liberdade de expressão que não pode ser confundida com liberdade de agressão).

A palavra, antes restrita a espaços públicos físicos e mediada por filtros institucionais, havendo a plena possibilidade de responsabilização de quem descamba para os excessos, hoje circula de maneira instantânea e descontrolada, sem qualquer mediação ou barreira que impeçam a sua disseminação global em questão de segundos.

A propagação do discurso de ódio constitui um dos desafios mais complexos enfrentados pelas democracias contemporâneas. Embora a liberdade de expressão seja uma garantia fundamental essencial, inerente à própria ideia de estado democrático de direito, seu exercício encontra limites, notadamente quando à pretexto de proteger a liberdade de expressão em verdade estar-se valendo de referido mecanismo como instrumento de incitação à violência, exclusão ou discriminação.

O filósofo francês André Glucksmann aprofunda essa problemática ao demonstrar como o ódio não se limita a uma manifestação emocional e individual, mas frequentemente é estruturado e instrumentalizado para atender a interesses políticos e sociais, sustenta que o ódio é um fenômeno organizado e latente, que pode se camuflar em discursos aparentemente legítimos, mascarando-se sob o pretexto da liberdade de expressão.

Afirma referido pensador da contemporaneidade:

O ódio acusa sem saber. O ódio julga sem ouvir. O ódio condena a seu bel-prazer. Nada respeita e acredita encontrar-se diante de algum complô universal. Esgotado, recoberto de ressentimento, dilacera tudo com seu golpe arbitrário e poderoso. Odeio, logo existo (Glucksmann, 2007, p. 12).

Ademais, não se pode olvidar que na era da comunicação em massa, tem-se uma maior possibilidade de intensificação da polarização entre grupos ou classes sociais, fortalecendo narrativas excludentes, contribuindo para a legitimação de posturas discriminatórias. Esse fenômeno foi analisado à luz da teoria da “Pedagogia do Oprimido”, concebida pelo professor Paulo Freire (2024, p. 59), cuja reflexão central evidencia que indivíduos alienados podem reproduzir discursos opressores, mesmo quando estes atentam contra seus próprios interesses.

Dessa forma, o discurso de ódio não apenas perpetua desigualdades estruturais, mas também se enraíza nas dinâmicas sociais, transformando-se em um obstáculo significativo para o fortalecimento democrático e a proteção da dignidade humana.

Pode-se verificar o exemplo de países que pregam o terror e perseguição aos imigrantes mesmo precisando deles para mão de obra ou preenchimento de espaços e tarefas que somente a população local não conseguiria ocupar. Nesse sentido ganham especial relevo as ideias da filósofa espanhola Adela Cortina

(2020) ao afirmar que o ser humano é naturalmente xenófobo e nosso cérebro é aporofóbico.

Referida pesquisadora conceituou a aporofobia, eleita a palavra do ano de 2017 pela Fundación del Español Urgente, sendo incorporada ao *Diccionario de la Lengua Española* (Dicionário da Língua Espanhola), como sendo:

(...) o desprezo pelo pobre, o rechaço a quem não pode entregar nada em troca, ou, ao menos, parece não poder. E por isso é excluído de um mundo construído sobre o contrato político, econômico ou social desse mundo de dar e receber, no qual só podem entrar os que parecem ter algo de interessante para dar em retorno (Cortina, 2020, p. 25).

Nossa mente tende a excluir e isolar comportamentos desta maneira. Existe natural tendência por exemplo, de instintivamente promover o distanciamento do diferente.

De acordo com o pensamento da professora Adela Cortina o direcionamento do ódio aporofóbico (“*á-poros*” – pobre, sem recursos e “*fobia*” – medo, aversão), em grego, não está somente relacionado as origens das vítimas de referido discurso, mas sim no quantitativo econômico que aquele indivíduo poderá trazer para o povo que o oprime. Esse pensamento muda o paradigma e direciona o foco para questões sociais, nos fazendo refletir ainda mais acerca das raízes de tais discurso. Colhe-se da obra da ilustre pensadora como os turistas, naturalmente vindos de outras regiões, não apresentam “perigo” para os opressores, desde que disponham de recursos, afinal, países da Europa necessitam da economia trazida pelos turistas para alavancar suas finanças.

Esse fenômeno ilustra como a discriminação não se dá apenas com base em diferenças culturais ou étnicas, mas também em função da utilidade percebida do indivíduo dentro do sistema econômico vigente. Assim, percebe-se que o ódio direcionado a determinados grupos não é meramente uma questão de aversão irracional, mas está profundamente enraizado em dinâmicas econômicas e sociais.

Portanto, essa distinção revela que, muitas vezes, o ódio não se baseia apenas em diferenças culturais ou raciais, mas sim na percepção utilitária que a sociedade tem sobre determinados grupos.

Regina Cirino de Souza (2019, p. 54) reforça essa ideia ao demonstrar como tais crimes não são apenas manifestações individuais de intolerância, mas sim expressões estruturais de poder, que se utilizam da violência para manter determinados grupos em posições de subalternidade.

Dessa forma, enquanto determinados imigrantes ou minorias são vistos como ameaça ao *status quo*, outros são tolerados ou até bem-vindos quando há interesse econômico envolvido. Esse aspecto evidencia que o ódio não é apenas uma reação emocional, mas também uma poderosa ferramenta de controle social, instrumentalizada para reforçar desigualdades e garantir privilégios.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a legislação desempenha um papel crucial no combate aos crimes de ódio, embora o ordenamento jurídico

brasileiro possui diversas lacunas axiológicas, situações que configuram claras ofensas que não são adequadamente tuteladas ou são protegidas de forma absolutamente desproporcional e insuficiente, possibilitando a perpetuação da discriminação e da violência contra determinados grupos (especialmente grupos minoritários e que historicamente sempre foram marginalizados e vítimas de preconceito e perseguição).

A inexistência de leis específicas aptas a combaterem de maneira razoável e proporcional, dando uma proteção jurídica adequada e suficiente, evidencia os desafios enfrentados por minorias na busca por reconhecimento legal e proteção efetiva. Muitas vezes referidas minorias são invisíveis para o estado e seus agentes públicos.

Nesse diapasão tem-se como relevante debater a questão da homofobia, criminalizada por uma interpretação realizada pelo colendo Supremo Tribunal Federal (STF) quando do julgamento de ação que apontou a existência de omissão do parlamento brasileiro por mais de duas décadas.

Diante da inércia proposital do Congresso Nacional (poder onde possuem assento os legítimos representantes do povo – art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal), não restou alternativa a Suprema Corte a não ser equiparar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo (Lei nº. 7.176/89), considerando a ausência de uma norma específica tipificando referida conduta, reforçando um cenário de insegurança jurídica, criando óbices para aplicação eficaz das penalidades, combatendo-se prática nefasta (STF – ADO 26, Rel. Min. Celso de Mello, j. 13.06.2019). O debate sobre a necessidade de uma legislação própria persiste, refletindo não apenas desafios técnicos, mas também uma resistência estrutural ao avanço dos direitos humanos no Brasil.

Esse impasse demonstra como a proteção legal ainda não abrange de maneira plena todas as formas de discriminação, configurando lacunas normativas axiológicas consistentes na ausência de tipificação de condutas que objetivem o combate ao discurso de ódio, legitimando um cenário de complacência com a violência e a disseminação da intolerância contra as minorias.

O discurso de ódio propalado nas redes sociais impulsiona a prática de crimes de ódio, definidos como “aquelas condutas motivadas pelo preconceito, pela intolerância e pela animosidade”, sendo que referidos delitos têm como alvo uma “vítima pertencente a determinado grupo excluído” (Souza, 2019, p. 67).

A rede mundial de computadores tornou muito mais fácil e rápida a propagação dessas mensagens revestidas de ódio, principalmente porque muitos agressores, como aponta Leandro Karnal valem-se do “ataque anônimo nas redes, sem o custo do ataque pessoal, deu ao ódio do covarde uma energia muito grande. Deu-lhe a proteção da distância física e do anonimato” (Karnal, 2017, p. 108).

Relevante destacar, ainda, que embora a lei seja imprescindível no combate ao discurso de ódio, nem todas as soluções estão contidas na lei. Em verdade acredita-se ser possível enfrentar o preconceito, desenvolvendo uma cultura de valorização da ética, notadamente porque como ensinam Leandro Karnal e Luiz

Estevam “o preconceito é um dano ao conceito de humano e um ataque ao Estado Democrático de Direito” e em “um mundo onde é possível atacar ou matar alguém por uma diferença é um mundo inseguro para todos” (Karnal; Estevam, 2023, p. 27).

Repise-se que o uso da internet potencializa essa nova praça pública em que se permite a manifestação de todos contra todos em que se converteram as redes sociais, responsáveis por uma verdadeira mudança comportamental da sociedade.

O Abuso da Liberdade de Expressão na Contemporaneidade com a Banalização do Discurso de Ódio

Ao tomar conhecimento da prisão, do suplício e da execução na roda das tormentas de Jean Calas, acusado falsamente de ter matado o próprio filho em Toulouse, apenas pelo fato de ser protestante e não professar o catolicismo, o grande iluminista Voltaire escreveu uma obra lapidar em defesa da liberdade de pensamento e de crença, batizando-a de “Tratado sobre a Tolerância”. Nascia em 1763 o primeiro documento defendendo a liberdade de pensar e expressar publicamente seus posicionamentos.

Posteriormente, diversos outros iluministas passaram a sustentar que a liberdade de pensamento e expressão compõem o rol de direitos naturais do homem, sendo positivados na Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos (1789), que afirma: “a livre manifestação dos pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, sob condição de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei”.

Na história evolutiva das democracias pode-se assegurar que quanto mais democrático um governo, mais arejada sua Constituição e mais livre uma nação, maior será a liberdade de pensamento e de expressão e o pluralismo de ideias.

A Constituição Federal de 1988 batizada de “Constituição Cidadã” expressamente assegura a livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato (art. 5º, IV, CF), a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (art. 5º, IX, CF), a liberdade de cátedra (art. 206, II, CF) e a liberdade de informação jornalística (art. 220, CF).

A liberdade de expressão nunca foi e nem pode ser absoluta, encontrando limites claros no próprio texto constitucional, devendo-se impedir o uso de manifestações lançadas no intuito de ofender à honra, imagem e intimidade das pessoas, estimular a prática de crimes, agredir a integridade física ou disseminar discursos de ódio.

A questão ganha especial atenção e atualidade na sociedade que vivemos, em razão da rápida transição do *homo sapiens* (que sempre buscou o conhecimento, respeitando a ciência e valorizando as artes) para o *homo zapiens* (cidadão virtual, que sabe zapear e utilizar várias tecnologias digitais ao mesmo tempo, mantendo forte interação nas redes sociais).

Esse fenômeno está sendo diariamente potencializado com a rápida integração da população que, munida de um smartphone, passa a ser usuário de várias redes sociais ao mesmo tempo (Facebook, Twitter, Instagram, Telegram, TikTok, Discord, dentre outras), sendo que quase todos os usuários se posicionam sobre vários assuntos, mesmo não tendo domínio sobre tantos temas tão diversificados.

Nesse contexto, inclusive em razão da polarização e confronto político atualmente vivenciado no país, com o crescimento de franjas autoritárias e próximas da extrema-direita, intensificou-se o acirramento no uso das redes sociais e a liberdade de expressão passou a ser usada como escudo legitimador de uma suposta “liberdade de agressão”.

Cuida-se de desvio da ideia de liberdade de expressão e manifestação do pensamento, não sendo tolerável permitir que em pleno século XXI os meios de comunicação sejam utilizados como veículos de ofensas, agressões e ódio.

Não é possível em nome da liberdade de expressão permitir a existência de grupos ou células que disseminam discurso de ódio nas redes sociais, ofendendo minorias com postagens de conteúdo nazista, racista, misógino, homofóbico, xenófobo e absolutamente preconceituoso.

Devem referidas posturas serem prontamente reprovadas, responsabilizadas e reprimidas. Combater a desinformação, a apologia ao crime e o preconceito não é censura. A livre manifestação do pensamento não alberga direito de caluniar, injuriar, difamar, ameaçar e, muito menos, de atentar contra a própria liberdade de expressão, contra a democracia ou contra o Estado Democrático de Direito.

A internet e as redes sociais não podem ser transformadas em uma “terra de ninguém”, sem lei e sem consequências para aqueles que difundem ofensas e disseminam o ódio, provocando sérios danos à sociedade, atentando contra a democracia.

Ademais, não se pode olvidar que a mesma Constituição Federal de 1988 que estabelece as premissas para a liberdade de expressão, também assegura uma gama de direitos fundamentais, tais como a vedação à discriminação (abrangendo a proteção de gênero, raça, credo, orientação sexual, dentre outras), o respeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos à imagem, privacidade e a honra de todos os cidadãos.

Relevante destacar que não existe conflito entre os dispositivos da Constituição Federal (sendo apenas aparente o choque entre a previsão da liberdade de manifestação do pensamento e a proibição da divulgação de ideias racistas ou misóginas, por exemplo). Tem-se uma questão relevante tanto de caráter filosófico como jurídico: como equilibrar a necessidade de regulamentação do uso das redes sociais e a proibição do discurso de ódio sem comprometer a liberdade de expressão?

Em um contexto comparativo, verifica-se que países como França e Alemanha adotam legislações mais restritivas, criminalizando manifestações que incitam preconceito e discriminação, enquanto os Estados Unidos, amparados pela Primeira Emenda à Constituição Federal americana de 1778, conferem uma

conceituação mais ampla à liberdade de expressão, praticamente permitindo quase todos os tipos de manifestação, ainda que resvale para discursos potencialmente ofensivos.

Esse conceito absolutamente dilatado de liberdade de expressão, quando desprovido de uma adequada calibragem pode ensejar uma série de situações atentatórias à própria ideia de estado democrático de direito. Nesse contexto tem-se como relevante a análise do conceito de liberdade de expressão, delineando-se suas fronteiras, não sendo razoável imaginar que em nome da liberdade de expressão busque-se uma espécie de escudo protetivo para evitar a punição para agressores, inexistindo qualquer razoabilidade em se defender uma liberdade de expressão absoluta e ilimitada.

É necessário propagar a tolerância, combatendo o fanatismo e toda e qualquer forma de perseguição contra quem pensa e atua de forma diferente, principalmente por que “não há vantagem alguma em perseguir os que não são de nossa opinião e em fazer-nos odiar por isso” (Voltaire, 2015, p. 86). A convivência com os diferentes, o respeito às desigualdades, a necessária tolerância da vida em coletividade precisa ser novamente difundida, como se estivéssemos de volta ao pré-iluminismo, devendo-se rechaçar toda e qualquer manifestação de ódio.

As redes sociais devem ser utilizadas para aproximar, engajar e debater a pólis, nunca para aumentar o ódio e o preconceito. A liberdade de expressão não pode ser utilizada como óbice ao combate ao discurso de ódio, desvirtuando sua real finalidade, ínsita a uma ideia de pluralidade, democracia e liberdade.

ENFRENTAMENTO ÉTICO E JURÍDICO DO PROBLEMA

Eis o grave problema atualmente vivenciado: uso das redes sociais não para o bem comum, mas para disseminar e difundir o preconceito e o discurso de ódio. Urge que referida problemática venha a ser seriamente enfrentada, demandando a atuação de várias instâncias sociais (família, escola, etc.), culturais, éticas e jurídicas.

Cuida-se de problema multifacetado que exige um plexo de mudanças e, sobretudo, que passe a ser rechaçado e combatido o discurso de ódio. A tolerância com o preconceito vulnera o combate à referida postura. É preciso reagir, valendo-se dos instrumentos educacionais, culturais e legais para coibir a propagação do discurso de ódio.

Nesse contexto, vislumbra-se como algo relevante não permitir o uso indiscriminado da liberdade de expressão como um escudo protetivo para o ódio e a desinformação. Esclarecer que não existem direitos e garantias ilimitados é essencial.

Delimitar que não é possível tolerância absoluta é fundamental, devendo-se tracejar uma linha ética que separa o que deve ser permitido e admitido no livre debate de ideias do que deve ser proibido, vedado, combatido, eis que resvala ou direciona para a permissividade com o discurso de ódio.

Referida situação nos obriga a debater o famoso paradoxo da tolerância e seus desdobramentos.

O Paradoxo da Tolerância: Devemos ser Tolerantes com os Intolerantes?

O paradoxo da tolerância foi concebido e desenvolvido pelo filósofo austríaco Karl Popper (1902-1994), um dos mais importantes pensadores do século XX. Referido problema filosófico busca resposta para o seguinte questionamento: devemos ser tolerantes com os intolerantes?

Neste aspecto o mestre epistemologia das ciências nos ensina que

(...) a tolerância irrestrita está fadada a levar ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância irrestrita até aos que são intolerantes, se não nos dispusermos a defender uma sociedade tolerante do ataque dos intolerantes, os tolerantes serão destruídos e com eles a tolerância (Popper, 2010, p. 411).

Portanto, deve existir um limite para a tolerância à manifestação do pensamento alheio, não sendo razoável imaginar que a sociedade assista passivamente ao ataque dos intolerantes. Os parâmetros a serem utilizados estão previstos na lei, de modo que as divergências motivadas pelo viés político, religioso, cultural, etc., possuem sua fronteira dentro dos padrões éticos, morais e de civilidade, baseada em premissas básicas, tais como a de que não existe liberdade de expressão ilimitada, o discurso de ódio não pode ser estimulado e permitido e todo tipo de violência e agressão deve encontrar na lei penal uma resposta do Estado.

Nenhuma defesa política, cultural, histórica, religiosa, etc., justifica e muito menos legítima o discurso de ódio. O debate público nas redes sociais não pode ser convertido em uma arena de vale-tudo sem limites ou fronteiras entre o lícito e o ilícito, o moral e o imoral o ético e o antiético.

Posturas agressivas, repetição ad nauseam de mentiras e ataques às minorias passaram a ser regra em um debate extremamente pobre de ideias e prenhe de ódio, rancor e mentira.

Valendo-se do paradoxo da tolerância responde-se de maneira firme no sentido de que não devem ser toleradas, atenuadas e permitidas referidas situações, sob pena de derruir a própria ideia de estado democrático de direito.

Urge que se inicie um combate sistemático, sério e proporcional ao discurso de ódio, devendo ser aplicada lei penal nos casos extremos, demonstrando que não será permitida a ofensa às minorias.

Argumentação de Lege Ferenda Acerca da Tipificação do Discurso de Ódio

O discurso de ódio deve ser coibido pela força da lei, com a utilização das instituições do estado que devem atuar na persecução de referidas condutas, apurando, investigando, denunciando formalmente e condenando judicialmente.

Para tanto, impende que seja aprimorada a lei penal, considerando que apenas algumas condutas preconceituosas são tipificadas como crime, existindo outras condutas sem previsão de punição, atualmente consideradas indiferentes penais.

Pode-se elencar como crimes de preconceito – possível consequência para quem dissemina discurso de ódio, o racismo (Lei nº. 7.176/89), considerado pela Constituição Federal como imprescritível e inafiançável (art. 5º, XLII, CF), a injúria racial que fora equiparada ao racismo (Lei nº. 14.532/2023), o capacitismo (ofensa ou discriminação contra alguém em razão de sua condição de deficiente físico – Lei nº. 13.146/2015), a xenofobia (enquadrada na lei do racismo – art. 20, Lei nº. 7.176/89), além da homofobia (equiparado ao racismo com base na decisão do STF).

Entretantes, diversas outras manifestações de ódio ainda não encontram tipificação específica no direito penal, sendo necessário que o Congresso Nacional legisle sobre a matéria, suprimindo referida lacuna, evitando a impunidade de condutas graves por uma eventual ausência de lei.

Pode-se citar como inexistente a tipificação com punição específica para a prática da misoginia e da aporofobia, por exemplo, demandando uma atenção do parlamento brasileiro.

Em verdade justifica-se a edição de um código de combate ao preconceito tipificando todas as condutas possíveis e atualmente conhecidas de discurso de ódio, evidenciando-se a possibilidade de aumento das penas quando a disseminação ocorrer em redes sociais ou pela internet (considerando a maior potencialidade lesiva) ou em espetáculos públicos (vedando-se o preconceito recreativo, ainda tão comum nos dias atuais).

De lege ferenda é essa a providência a ser adotada, demonstrando de uma vez por todas que o país vai se esforçar para cumprir os Tratados Internacionais que vedam qualquer tipo de preconceito (racial, religioso, de gênero, origem, orientação sexual, idade, capacidade física, etc.).

Existe um longo caminho a ser trilhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir o presente estudo reafirmando a atualidade do tema, além da necessidade de ser desenvolvido uma pesquisa sob diversos enfoques: políticos (o valor da participação popular exercido por intermédio das redes sociais, podendo-se falar na existência de uma nova ágora, ocupada pelo *homo sapiens* que padece de infodemia), jurídicos (quais os limites da liberdade de expressão, a necessidade de respeito a dignidade da pessoa humana e aos demais direitos fundamentais e quais as consequências legais do abuso ou desvirtuamento de referida liberdade de manifestação do pensamento, devendo-se punir criminalmente o discurso de ódio que descambe para o ilícito penal) e filosóficos (existe uma fronteira ética para o uso da livre manifestação de ideias no ambiente virtual? como estabelecer e respeitar

referidos marcos ou limites? quais medidas devem ser utilizadas para impulsionar o uso racional e proveitoso das redes sociais, principalmente para discutir os assuntos da pólis?).

Considerando as limitações do presente texto, tem-se como necessário delimitar a análise acerca dos efeitos (positivos e negativos) das manifestações nas redes sociais e de como o uso inadequado dessas ferramentas, abandonando uma postura ética, tolerante, respeitosa e de alteridade, pode descambar para a prática de agressões, ofensas e disseminação do discurso de ódio, configurando em vários casos crimes de ódio.

A atual quadra política, histórica, cultural e informacional reclama mudanças urgentemente. Não se afigura possível ficar de braços cruzados, sem lutar por uma alteração legislativa, mudança de mentalidade interpretativa da lei (avanço jurisprudencial), realização de estudos científicos e técnicos sobre a necessidade de um efetivo combate ao discurso de ódio, criando mecanismos que possam coibir a utilização das redes sociais para disseminar ofensas às minorias e ataques de natureza política.

Cuida-se de fenômeno crescente e que certamente demandará o estudo e a pesquisa dos cientistas sociais, filósofos, juristas, historiadores, comunicadores, enfim, todos aqueles que direta e indiretamente se relacionam com essas questões.

O debate sobre os limites da liberdade de expressão assume especial relevância quando confrontado com o discurso de ódio, que, embora possa estar inicialmente amparado pela livre manifestação do pensamento, revela-se potencialmente lesivo a outros direitos fundamentais, como a dignidade humana e a proteção contra a discriminação. Embora a liberdade de expressão constitua um pilar essencial da democracia, ela não é absoluta e deve ser ponderada com outros direitos que visam à salvaguarda do indivíduo e da coletividade.

O discurso de ódio, nesse contexto, representa uma ameaça significativa, especialmente quando compromete a coesão social e a paz pública. Embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental, sua limitação é necessária quando há risco de violação a direitos essenciais, como a dignidade humana. Diante do discurso de ódio, torna-se imprescindível equilibrar a preservação da livre manifestação com a proteção da integridade e dos direitos individuais, sobretudo quando a exteriorização de determinadas ideias ameaça a convivência social e fomenta a intolerância.

Ademais, deve-se estabelecer um limite para a tolerância, criando mecanismos legais para punir todos aqueles que não respeitam a fronteira da legalidade/moralidade.

A regulação do discurso de ódio, portanto, constitui uma questão sensível, que demanda uma abordagem jurídica cuidadosa, devendo ser estabelecidos limites claros e fundamentados para evitar que a liberdade de expressão seja manipulada como instrumento de incitação ao ódio, à discriminação e à violência. A criação de critérios objetivos e proporcionais é essencial para assegurar que a proteção da liberdade de expressão não se converta em salvo-conduto para condutas que atentem contra os valores democráticos e os direitos humanos.

Avista-se um longo percurso a ser trilhado no enfrentamento deste fenômeno, sendo necessário melhor conhecer o uso das redes sociais e como empregá-las nos debates públicos, desenvolvidos na atualidade.

Deve-se incentivar a utilização das redes sociais para a discussão contínua acerca de temas voltados para a cidadania, relevantes e inerentes ao estado/pólis, afastando-se do debate rasteiro e sem qualquer interesse social ou importância coletiva, embora com grande apelo e engajamento, consistindo referido modal uma verdadeira ágora pós-moderna.

A busca pela preservação da dignidade da pessoa humana e da coesão social, combatendo a disseminação do ódio configura não apenas uma questão jurídica de grande relevância e urgência, mas um compromisso ético inegociável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Existem muitos temas para serem compreendidos, todos diretamente orbitando ao redor dessas questões. Afigura-se necessário cotejar as diversas transformações da sociedade que passou do *homo sapiens* para o *homo zapiens*, devendo empregar os conceitos filosóficos, jurídicos e políticos de liberdade de expressão, tolerância, dignidade da pessoa humana, alteridade, combate ao preconceito, restrição ao pensamento que divulga ou propala discurso de ódio, orientando o uso das redes sociais como a nova ágora, voltadas para o debate dos temas públicos e não como meio de ofensa, polarização, afastamento e ódio cultuado pelo homem.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Aristides. **A mente e os artificios do Homo Zapiens**. TRANZ, **Revista de estudos transitivos do contemporâneo**. São Paulo, edição 13, dez., 2018. Disponível em: <https://tranz.org.br/13_edicao/TranZ18-Aristides-ArTecnologia.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010&ori=1>>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a Aversão ao Pobre: um Desafio para a Democracia**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, vol. 1.

EYLER, Flávia Maria Schlee. **História Antiga – Grécia e Roma: A formação do ocidente**. 3.ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 90.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

GLUCKSMANN, André. **O Discurso do Ódio**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.

KARNAL, Leandro. **Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz Estavam de Oliveira. **Preconceito: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

POPPER, Karl. **Textos escolhidos**. Org. e trad. David Miller. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

SOUZA, Regina Cirino Alves Ferreira de. **Crimes de ódio: racismo, feminicídio e homofobia**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a Tolerância**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015. Coleção Grandes Nomes do Pensamento, vol. 3.

ZENHA, Luciana. **O Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam?** Caderno de Educação. Belo Horizonte, ano 20, n. 49, vol. 1, 2018.



Literatura de Viajante: O Naturalista George Gardner no Interior do Ceará

Travel Literature: Naturalist George Gardner in the Interior of Ceará

Edineide Jorge dos Santos

Mestra em Educação(UFPE), Professora aposentada da Rede Pública Estadual de Pernambuco

Maria Jorge dos Santos Leite

Doutora em Educação(UFC), professora-adjunta da Universidade de Pernambuco(UPE)

Maria da Paixão Rodrigues

Nutricionista, Universidade de Pernambuco(UPE)

Resumo: A literatura de viajante é um gênero no qual o narrador-viajante aborda a cultura estrangeira com base nas suas impressões. George Gardner descreveu na sua obra “Viagens ao interior do Brasil” a sua passagem pelo interior do Ceará, de forma simples e objetiva, objetivando explorar aspectos da botânica brasileira, sem deixar de observar os hábitos e costumes que constituíam a cultura da população. Objetivo: Analisar as impressões do naturalista sobre a paisagem geográfica (vilas e cidades), a população e seus costumes por ocasião de sua passagem pelo interior do Ceará. Metodologia: Estudo qualitativo e analítico interpretativo, com realização de pesquisa bibliográfica/documental, em que buscou-se responder às seguintes questões: Quais as impressões deixadas por George Gardner sobre o interior do Ceará? Como o autor enxergou e retratou o povo, seus costumes, tradições e modos de vida? Resultados: Desde o início da sua visita ao interior do estado, Gardner já destaca a baixa classe social da grande parte dos habitantes, marcado pelas grandes secas, sendo as principais fontes de exportações o algodão e o couro, apesar dos pequenos rebanhos, em geral. As vilas descritas eram pouco habitadas, e Gardner destaca a boa receptividade em algumas vilas, sendo o oposto em outras, mesmo permanecendo por mais tempo. A ética dos habitantes da província e frequência de separação foi muito questionada pelo autor. O autor parece ter gostado bastante da culinária, com preparações como coalhada e “imbuzada”. A botânica do estado foi muito analisada pelo autor, com conhecimento de diversas plantas antes desconhecidas. Conclusão: Gardner conheceu os povos, costumes, localização geográfica do interior do Ceará, possibilitando aos leitores, maior proximidade com a vivência relatada, mesmo em situações distintas às de seu costume.

Palavras-chave: literatura de viajante; interior do Ceará; George Gardner.

Abstract: Traveler literature is a genre in which the traveler-narrator approaches foreign culture based on his impressions. George Gardner described in his work “Viagens ao interior do Brasil” his passage through the interior of Ceará, in a simple and objective way, aiming to explore aspects of Brazilian botany, while observing the habits and customs that constituted the culture of the population. Objective: To analyze the naturalist’s impressions about the geographical landscape (towns and cities), the population and its customs on the occasion of his passage through the interior of Ceará. Methodology: Qualitative and analytical interpretative study, with bibliographical/documentary research, in which it was sought to answer the following questions: What are the impressions left by George Gardner about the interior of Ceará? How did the author see and portray the people, their customs, traditions and ways of life? Results: Since the beginning of his visit to the interior of the state, Gardner has

already highlighted the low social class of most of the inhabitants, marked by great droughts, with the main sources of exports being cotton and leather, despite the small herds, in general. The villages described were sparsely inhabited, and Gardner points out the good receptivity in some villages, being the opposite in others, even though they remained longer. The ethics of the inhabitants of the province and frequency of separation was much questioned by the author. The author seems to have enjoyed the cuisine quite a bit, with preparations such as curds and “imbuzada”. The botany of the state was much analyzed by the author, with knowledge of several plants previously unknown. Conclusion: Gardner knew the peoples, customs, geographical location of the interior of Ceará, allowing readers greater proximity to the experience reported, even in situations different from those of their custom.

Keywords: traveler’s literature; interior of Ceará; George Gardner.

INTRODUÇÃO

Denominamos literatura de viajante as obras produzidas por escritores/viajantes estrangeiros entre os séculos XVI e XIX, que por causas diversas vieram para o Brasil para viver, trabalhar, pesquisar ou passear e resolveram documentar suas permanências em território brasileiro, a exemplo de George Gardner, naturalista escocês, que veio para o Brasil em 1836, permanecendo até 1841. O resultado dessa vivência foi a publicação, em 1846, na Inglaterra, do livro intitulado: “Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841”, cujo propósito foi explorar aspectos da botânica brasileira, sem deixar de observar os hábitos e costumes que constituíam a cultura da população.

No presente trabalho nos propomos analisar as impressões do naturalista George Gardner sobre a paisagem geográfica (vilas e cidades), a população e seus costumes por ocasião de sua passagem pelo interior do Ceará, a partir da análise da obra supracitada. Observamos as formas de descrição que o naturalista fez da população cearense, seu modo de vida, hábitos e costumes.

Trata-se de um estudo qualitativo, analítico e interpretativo, com realização de pesquisa bibliográfica/documental, na qual buscamos responder às seguintes questões: Quais as impressões deixadas por George Gardner sobre o interior do Ceará? Como o autor enxergou e retratou o povo, seus costumes, tradições e modos de vida?

As pesquisas bibliográficas/documentais buscam a resolução de um problema, proposto por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa traz subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob quais enfoques e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

As pesquisas qualitativas são entendidas como “aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas como construções humanas significativas, tanto no seu advento quanto na sua transformação” (Santos e Santos, 2013, p.564).

Essa abordagem é aqui entendida como aquela que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratada por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (Minayo, 2013). Já a análise interpretativa, enquanto método aplicável aos estudos qualitativos, busca a compreensão das mensagens comunicadas pelos textos dos mais diversos gêneros.

Ancoradas nesses pressupostos metodológicos realizamos a pesquisa aqui apresentada, tendo como principais objeto de análise a obra “Viagem ao interior do Brasil”, de autoria do naturalista escocês George Gardner, obras dela derivadas e literaturas afins. Ao analisarmos qualitativamente essa literatura e buscamos responder às questões acima propostas, considerando que

Interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias anunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar todas a fecundidade das ideias expostas, é cortejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor” (Severino, 2002, p. 56).

Assim, além das impressões dos autores analisados, especialmente George Gardner, considerando o contexto temporal e histórico em que o autor estudado esteve no Brasil, as autoras deste trabalho acrescentam as suas percepções acerca do que foi dito.

LITERATURA DE VIAJANTE: ANÁLISES E DISCUSSÕES

A literatura de viajante é um gênero textual que agrega tipologias diversificadas e problematiza a separação epistemológica entre ficção e realidade. Constitui-se num gênero no qual o narrador-viajante aborda a cultura estrangeira com bases nas suas impressões, sem necessariamente, haver uma correspondência entre sua narrativa e a realidade, mas uma percepção dessa realidade, refletiva a partir de sua própria cultura.

Desde que as terras brasileiras caíram em domínio português, fomos visitados por diversos estudiosos viajantes, vindos do Velho Mundo, movidos pela curiosidade em conhecer o Novo Mundo e seus habitantes, conhecidos como exóticos lá fora. Os escritos deixados por esses estudiosos são importantes fontes documentais da nossa história; no entanto, precisamos compreender que as descrições e narrativas feitas por eles são impressões fortemente influenciadas por suas visões de mundo e suas culturas, obviamente bem diferentes da nossa.

Desde que a carta de Pero Vaz de Caminha descreveu o ambiente natural das terras do Brasil, muitos estrangeiros movidos pela curiosidade por aqui passaram fazendo descrições detalhadas de nossas paisagens geográficas, campos, vilas, povoados e seus habitantes, em vários séculos de nossa história. O século XIX, por exemplo, fora marcado pela passagem de diversos viajantes, muitos eram naturalistas, dentre eles o médico escocês George Gardner (1812-1849), que explorou grande parte do território brasileiro em viagens durante os anos 1836-1841,

explorando aspectos da botânica brasileira, sem deixar de observar os hábitos e costumes que constituíam a cultura da população, cuja obra é objeto desta análise.

Em suas viagens pelo Brasil, Gardner procurou explorar áreas não percorridas pela expedição dos naturalistas que lhe antecederam, como Johann Baptist von Spix (1781-1826) e Karl Friedrich Philip von Martius (1794-1868). Percorrendo outros caminhos, visitou as então províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Alagoas, Pernambuco, Ceará e Piauí. Essa expedição deu origem à obra intitulada “Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841”. Um trabalho bastante representativo da literatura de viajante no Brasil (Paiva, 1993, p. 1).

Essa literatura é compreendida como gênero de fronteira consolidado por meio de textos escritos por viajantes em países estrangeiros em diversos contextos temporais e históricos. Sua afirmação ocorreu “na Europa, entre os séculos XV e XVI, em consequência das viagens marítimas ao novo mundo, e assume a forma de cartas, diários, registros de bordo, relatos de naufrágio, textos de natureza plural que à viagem foram buscar formas, motivos e temas” (Cunha, 2012, p.155). Os estudiosos da literatura de viagem ressaltam o caráter autobiográfico que esse gênero literário apresenta na contemporaneidade, emprestado pelos narradores viajantes.

A chegada de Gardner ao Ceará ocorreu em 1938. Aqui observou e descreveu o fenômeno das secas, as características das vilas pelos quais passou, a caatinga, a moral e os costumes dos moradores. No aspecto econômico, destacou o cultivo da cana de açúcar e observou a serra do Araripe, o clima, as espécies de vegetais, plantas frutíferas, tribos nômades, festas religiosas e doenças que afetavam a população.

Os que tinham percorrido o interior aconselhavam-me convictamente ir por mar até Aracati, cidade da Província do Ceará, a dois graus e meio ao norte de Pernambuco, e partisse desse porto para o interior, pois as estradas eram algo melhores que as que partiam de outros lugares da costa, e mais baratos os cavalos (Gardner, 1975, p 79).

No trecho acima é possível observar que a beleza da narrativa do autor encontra-se na descrição dos detalhes que permeiam toda a sua obra. Numa linguagem simples e objetiva leva ao leitor a acompanhá-lo imaginariamente nessas viagens. Dessas narrativas interessa-nos, pois, compreender as impressões que Gardner construiu sobre o interior do Ceará, principalmente a respeito da população e seus hábitos e costumes.

Passagem por Aracati

Em sua obra, o autor naturalista descreve o início de sua viagem passando por Aracati, que era então uma cidade localizada na província do Ceará. Aqui Gardner observa que os moradores da localidade pertencem à classe baixa classe social, afirmação extraída da observação de suas moradias, destacando que as casas eram construídas com carnaúba (*Corypha cetrifera*, Mart.) que é uma

palmeira nativa da região semiárida do Nordeste brasileiro (D'alva, 2004). Ressalta, ainda, que a utilização desse material se estende para todos os fins de aplicação de madeira, como currais de gado, especialmente por sua duração, mesmo quando exposta ao tempo. As folhas são usadas na produção de colmo, albardas, chapéus e cera (Gardner, 1975). Corroborando com o pensamento gardneriano, Alves e Coelho (2017), destacam num estudo sobre a variedade e utilidade da carnaúba, que a cera extraída dessa árvore é utilizada na iluminação de casas, em forma de velas, especialmente no meio rural nordestino.

Em Aracati e adjacências, o autor observou o clima e destacou a região como uma área territorial propensa a longos períodos de seca, de tal modo que tanto animais quanto humanos corriam riscos de morte em decorrência da falta de chuvas. “A água que então se consumia da fonte próxima da cidade era vendida pelas ruas em pequenos barris, levados em carrinhos quase sempre puxados por carneiros” (Gardner, 1975).

Tem-se notado que tais sêcas ocorrem periodicamente. Aracati era suprida, quando lá estive, com água de qualidade tolerável, vinda de um pôço perto da cidade; mas esperava-se ter dentro em pouco ótimo suprimento de uma fonte situada cerca de uma légua de distância (Gardner, 1975, p. 128).

Essa observação feita por Gardner a respeito das severas secas pode ser explicada pela grande variabilidade da precipitação, causando problemas de seca de diferentes intensidades no estado (Barra *et al.*, 2002). As secas no Ceará, assim como em outras partes do nordeste, são fontes inspiradores de trabalhos sociológicos e literários. Estudiosos e escritores, a exemplo de Rodolfo Teófilo, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e outros utilizaram a seca como tema de suas obras.

Ao observar o comércio local Gardner é enfático ao asseverar que na província de Aracati, o comércio de exportação era quase que restrito para algodão e couro, excetuando outros poucos gêneros.

De algodão se exportam anualmente cerca de cinco mil fardos de vinte e cinco mil arrobas e trinta e duas libras; de couros, cerca de dois mil. Pouco algodão, porém, se cultiva perto da costa, sendo a maior parte dele, bem como dos couros, trazida do interior, ao fim da estação chuvosa, em grandes carros, geralmente puxados por seis juntas de bois. No tempo das águas os caminhos são intransitáveis; em tempo de sêca, não se encontra nem água nem erva para o gado (Gardner, 1975, p. 127).

Batista (1999) esclarece em seu estudo “Revitalização da cotonicultura no estado do Ceará” o quanto o algodão foi importante para a economia do estado do Ceará. No entanto, devido a condições climáticas, como exposto por Gardner, e outros fatores, não houve possibilidade de manter o algodão como principal matéria prima de exportação.

Em sua permanência em terras de Aracati, Gardner notou que havia ali a presença de rochas, terras baixas cobertas de cascalhos e seixos de variados

tamanhos, arredondados e consistindo de granito, gnaiss e quartzo (Gardner, 1975), dando também sua contribuição para o conhecimento acerca da geografia local.

Ao passar por uma vila chamada de S. Bernardo, o autor observou que as casas eram construídas em forma de quadrado, sendo que as localizadas nas proximidades da vila eram ocupadas por moradores bem receptivos, destacou.

Tôdas as casas desta parte da zona, que não se encontram dentro da cidade, tem na frente um copiar, debaixo do qual os viandantes geralmente pedem licença para fazer o pouso da noite, suspendendo suas rêdes aos ganchos que para isso ali estão. Logo que foram desarreados os animais da sela e descarregados os que traziam a bagagem, soltámo-los para pastar nas circunvizinhanças, com as patas dianteiras bem manietadas, afim de que não se extrviassem (Gardner, 1975, p. 131).

Além de descrever essas vivências com moradores locais por onde passou, o autor nos faz entender que em suas andanças não estava sozinho. Em diversos momentos refere-se a uma pessoa chamada Pedro que seria uma espécie de ajudante pessoal e não necessariamente um colaborador de suas pesquisas, pelo menos foi o que entendemos nos escritos a seguir.

Logo após a chegada, mandei o Pedro procurar leite para o almoço, trazendo-me ele uma grande vasilha cheia, pela qual, disse, nada lhe haviam cobrado; e no correr da tarde iguais presentes me foram mandados por duas outras pessoas (Gardner, 1975, p. 134).

Nessas observações evidencia-se o caráter empático, solidário e colaborador da população do interior cearense com a qual o pesquisador/viajante conviveu durante sua permanência nessas terras.

No trecho de sua obra destacado abaixo é perceptível que o naturalista se dispôs a não somente narrar a sua passagem pelo interior do Ceará, mas conhecer também a cultura e costumes da região. Nas observações sobre a culinária da região Gardner destaca a utilização do leite para preparo de queijo e coalhada e a utilização da rapadura para adoçar outros alimentos.

Os habitantes fazem algum queijo, mas de manteiga nem cogitam: o leite que sobra do almoço, porque as vacas só se ordenham de manhã, fica de lado até a noite, coalhando-se ao calor do dia. Este prato, grandemente apreciado pela gente da terra, adoça-se com açúcar mascavo, a que chamam rapadura e que lhes vem da zona acima de Icó. A rapadura é feita em pedaços de umas seis polegadas de comprimento por três de largura, e é duríssima. Por muito tempo fui obrigado a usá-la como sucedâneo do açúcar. **Embora não a apreciasse muito no princípio, acabei por achá-la tão boa, que a preferia ao açúcar, como toda a gente desta zona, a quem ví muita vez fazer sua refeição só de rapadura com farinha** (Gardner, 1975, p. 134, grifos nossos).

Os habitantes, em grande maioria eram criadores de gado, com um pequeno rebanho. Segundo o autor, “os mantimentos eram aqui muito baratos por causa da

pouca procura. “Tinha-se um boi por vinte e cinco xelins e um carneiro ou cabrito por quatro ou cinco” (Gardner, 1975, p. 134).

Apesar da história registrar o interior do Ceará como uma grande fonte de exportação de algodão, o naturalista afirma ter visto poucos algodoeiros na região, pois cultivavam apenas para o próprio consumo. Isso nos leva a refletir: pode o naturalista não ter explorado tão bem a região à qual visitou? Ou, na época em que visitou, perto dos meados do século XIX, estaria essa produção em crise? A literatura acerca dessa temática aponta para o crescimento da produção algodoeira nesse período.

O crescimento do cultivo do algodão proporcionou tornar este produto na principal riqueza da região ao longo do século XIX. Podemos afirmar que tal fato proporcionou um surto econômico suficiente para atrair pessoas de regiões vizinhas e transformar o porto de Aracati, em um dos mais movimentados da região (Cunha, 2020, p. 3).

O contraponto trazido na citação acima reforça a ideia segundo a qual as impressões dos viajantes sobre as populações e culturas por eles visitadas não necessariamente corresponde à realidade existente no momento em que deram essas visitas. São percepções talvez influenciadas pelos modelos culturais existente em seus lugares de origem.

Outra observação feita por Gardner sobre a cultura alimentar no interior cearense foi sobre a mandioca que afirmou era plantada para obtenção da farinha, posteriormente utilizada na carne seca, bastante comum na alimentação da época. “A farinha ou se come sêca, e então tem a consistência de serragem de madeira, ou cozida numa forma a que chamam pirão, dissolvendo-o em água quente, ou em leite, quando o há em abundância” (Gardner, 1975, p. 135).

Passagem por Icó

George Gardner e seu auxiliar passaram também pela cidade de Icó. Uma região, segundo sua percepção, com solo contendo uma argila avermelhada, coberta de cascalho, com pontos mais elevados, com altas lombadas na superfície e estratificações quase verticais.

A cidade de Icó, uma das principais do interior do Ceará, está situada em uma planície a léste do rio Jaguaribe, que toma aqui o nome de Rio Salgado. A população é, ao que ouvi, de seis mil habitantes. A planície, bastante vasta, é limitada a léste pela Serra de Pedreira e ao oeste por uma cadeia de montes muito mais baixos. A cidade consiste em três ruas principais que correm quase no sentido norte-sul, cortadas por outras menores. As casas são feitas de tijolos, por não se encontrar nos seus arredores madeira de suficiente dimensão. Com exceção da meia dúzia, são todas terreas e branqueadas por uma espécie de greda abundantíssima na região montanhosa a umas trinta léguas para o oeste (Gardner, 1975, p. 138).

Esses detalhes são muito importantes para compreensão do modo de vida das populações do interior cearense, em meados do século XIX, pois, são

observados não somente os aspectos materiais, mas também os simbólicos, como comportamentos e crenças.

Quanto à religião desses povos o autor considerou ignorância o fato de um velho sacerdote, habitante da cidade, ter lhe perguntado se era batizado ou não. Ressaltou que esse comportamento prevalecia no meio de quase todo o clero inferior que encontrou nas províncias do norte (Gardner, 1975). Devemos lembrar, no entanto, que os ideais morais suscitados por Gardner diziam respeito a valores de uma civilização cristã europeia, que ganhou contornos próprios no Brasil, especialmente nas terras do Nordeste, num sertão isolado e formado por grupos patriarcais.

Passagem por Lavras da Mangabeira

O autor relata ter deixado a vila de Icó para seguir em direção à cidade de Crato, onde o clima era mais fresco e a região bem mais irrigada pelas correntes de água das montanhas. No percurso entre Icó e Crato teria passado pela Vila de Lavras de Mangabeira, conforme sua narrativa:

Na noite do segundo dia após a partida de Icó chegamos à Vila de Lavras de Mangabeira, cerca de dez léguas distante. Um pouco além de Icó a estrada torna-se áspera, com altos e baixos no seu leito pedregoso, imprestável, por isso, ao trânsito de carros, fazendo-se todo o tráfego para o interior ou nas costas de cavalo ou, por mais estranhos que pareça, no lombo de bois. A alternativa de montes e vales torna menos monótona esta porção do caminho; e, conquanto a vegetação herbácea tenha sido grandemente destruída pelo calor, a maior parte das árvores, que são a um tempo grandes e muito numerosas, ainda retinham a folhagem (Gardner, 1975, p. 140).

Nas localidades pelas quais Gardner não se demorou muito, priorizou a observação dos aspectos naturais, objetivo principal de sua pesquisa, enquanto botânico. Mas, se precisasse pousar, ou ficar por alguns dias, registrava detalhadamente o povo e sua cultura, mesmo toando a sua como referência.

Viagem ao Crato

Mesmo sendo o interesse de Gardner voltado para a botânica, ao observar os aspectos da natureza, vai descrevendo o povo e seu modo de vida. Observa durante a viagem para o Crato que o território é escassamente povoado, com solo cascalho, não possibilitando a plantação e criação de animais (Gardner, 1975). Estimou a população em dois mil habitantes, quase todos índios (em sua forma de identificar) ou indígenas como falamos atualmente, puros ou mestiçados.

Outro aspecto que não passou despercebido pelo naturalista foi o comportamental. Assim, relatou a sequência de furtos que sofreu durante a sua passagem pelo interior do Ceará. Em um desses eventos relata:

achei melhor fingir que não dera pelo corrido. Mas este não foi o único furto cometido aqui antes de amanhecer o dia: quando se

estavam carregando os animais, o Pedro deu pela falta de um saco contendo minha grande lata de estanho para uso botânico, bem como uma carneira com tudo o que lhe pertencia a êle Pedro. Tudo tinha sido tirado de minha bagagem, ao pé da rêde, enquanto dormíamos (Gardner, 1975, p. 148).

A chegada do naturalista e seu ajudante em Crato não passou despercebida. Afirmou ter notado uma estrada mais plana e arenosa, com grandes árvores e plantações de cana de açúcar. Na vila, uma das árvores mais comuns ao invés da Carnaúba, era a Macaúba (*acrocomia sclerocarpa*, Mart.), que se eleva a mesma altura, mas apresenta um tronco mais grosso acima da meia altura (Gardner, 1975).

Mas, como nosso interesse aqui é trazer as percepções do autor sobre o povo e seu modo de vida, salientamos que Gardner chamou à atenção para ausência na cidade, de cadeiras nas salas de visitas das casas, destacando a preferência das pessoas por redes. Sobre as mulheres disse que estas permaneciam quase todo o dia deitadas, levantando-se e apenas no momento das refeições, e acrescenta:

Na rêde, como na esteira, sentam-se com as pernas encruzadas por baixo e aí passam o dia fumando, comendo doces e bebendo agua fria. Suspende-se a rêde à altura de um pé ou mais do solo, servindo assim de sofá, onde por vezes mais de uma pessoa se vê sentada ao mesmo tempo. A noite preferem-na também como leito, por ser muito mais fresca, como pode atestar quem, como eu, por espaço de mais de três anos raro dormiu em outra espécie de cama (Gardner, 1975, p. 151).

Se tomarmos como referência os trabalhos etnográficos e literários produzidos ao longo dos tempos sobre a população e sua cultura no sertão nordestino, isso inclui o Ceará, em todos os tempos, vamos encontrar diversos registros que fazem referências às mulheres pertencentes a essa populações como sendo muito ativas que as descritas pelo viajante, apesar de se tratar de uma sociedade patriarcalista que as colocavam numa situação de submissão aos homens. José de Alencar, em “o sertanejo”, assim se referem às mulheres do século XIX:

umas pilavam milho para fazer o xerém; outras andavam nos poleiros guardando a criação para livrá-la das raposas; e os moleques as ajudavam na tarefa, batendo o matapasto, ou dando cêrco às frangas desgarradas. As cozinheiras, encaminhando-se para a frente a fim de lavar alí na água corrente a louça de mesa e fogão, assim como as caçarolas, cruzavam-se em caminho com as lavadeiras que já se recolhiam com as trouxas de roupa na cabeça. Nos currais tirava-se o leite, acomodavam-se os bezerros, e cuidava-se de outros serviços próprios das vaquejadas, que já tinham começado com a entrada do inverno, porém só mais tarde deviam fazer-se com a costumada atividade (Alencar, 1977, p. 64).

O autor ainda acrescenta que não era de seu costume dormir de rede, mas essa acomodação era utilizada durante a noite por ser mais fresca. A rede era feita de algodão encorpado, com o tecido produzido pelos próprios habitantes, com coloração azul ou branco, sendo o azul obtido pela tintura de anileira.

Dando sequência às suas observações em Crato, relata ter visto que muitos outros viajantes andando pelo sertão, em todas as casas, vendendo mercadorias europeias ou trocando-as por gado ou cavalos. O autor afirmou que no dia seguinte da sua chegada ali correu a notícia de que ele seria um viajante comercial, com mercadorias à venda, sendo procurado por várias senhoras que desejavam ver os artigos de negócio (Gardner, 1975).

Sobre os habitantes da província disse que eram famigerados por sua rebeldia às leis. “Certo que aqui foi, e até certo ponto ainda é, um esconderijo de assassinos e vagabundos de toda a espécie e vindos de todos os recantos do país” (Gardner, 1975, p. 153). E que a moral desses habitantes é em grande maioria baixa, tendo como ocupação principal o jogo de cartas, com apostas de dólares para os mais ricos, moedas de cobre ou até mesmo grãos de feijão para aqueles com baixa classe social, ocasionando em frequentes brigas muitas vezes resolvidas à ponta de faca (Gardner, 1975).

Esse olhar depreciativo sobre a população de interior do Ceará, e do nordeste como um todo, não encontramos somente nos escritos de Gardner, autores como Euclides da Cunha, apesar de considerar o sertanejo “um forte”, via-o como um produto de meio, moldado pelas condições do sertão que o levava à uma degeneração de caráter, fruto de um determinismo geográfico.

No tocante às relações familiares e amorosas,

Raramente os homens da melhor classe social vivem com as esposas: poucos anos depois do casamento, separam-se delas, despedem-nas de casa e as substituem por mulheres mais moças que estão prontas a suprir-lhes o lugar sem se prenderem pelos vínculos do matrimônio. Sustentam assim duas casas. Entre outros que vivem nesta situação posso mencionar o juiz de direito, o juiz de órfãos e a maior parte dos comerciantes. Nem admira que tal seja o nível da moral quando se leva em conta a conduta do clero (Gardner, 1975, p. 154).

Para exemplificar seu estranhamento o autor relata a visita de um senador à cidade de Crato, ocasião em que trouxe consigo a sua amante que também era prima, e a presença de sacerdotes que tinham filhos de mulheres com as quais conviviam abertamente, podendo estas serem até mesmo casadas (Gardner, 1975).

Talvez por estranhar tanto os costumes do povo de Crato, Gardner queixou-se por não ter recebido uma calorosa recepção na província, de modo que apesar da convivência de cinco meses, foi o local no qual teria formado menos relações de amizade e intimidade com os habitantes. “Além do senhor Melo, o único indivíduo cuja casa frequentei era um outro filho do velho vigário, Capitão João Gonçalves, dono de um engenho de açúcar (rapadura), a duas léguas da vila” (Gardner, 1975, p. 154). Contudo não deixou de observar outros aspectos, ao destacar as principais produções da região: cana de açúcar, mandioca, arroz e fumo.

Durante a sua permanência no Cariri cearense, Gardner fez excursões nas redondezas de Crato. Uma delas foi na Serra de Araripe, ocasião em que conseguiu explorar as grotas, encostas e os cimos ali existentes e fazer a descrição abaixo:

A serra de Araripe, isto é, a que corre entre Crato e Barra do Jardim, é apenas uma ramificação oriental de um planalto que se estende continuamente da costa, na direção do sul, e forma um marco natural entre as duas grandes províncias do Ceará e Piauí. Eleva-se geralmente de 500 a 1.000 pés acima do nível da região a léste dela, mas não tanto acima da do este. A esta cordilheira dão os portugueses o nome de serra Vermelha (Gardner, 1975, p. 167 a 168).

Nas proximidades, relata ter encontrado um acampamento de giganos, estes estariam aborrecidos com a população dos arredores, não deixando claro o autor quais as razões desse aborrecimento. O que nos leva a pensar que tal aborrecimento fosse talvez provocado pela falta de amabilidade ou hospitalidade identificada por ele no jeito de ser do povo cratense.

De Crato para a Vila Barra do Jardim

Após um longo período em Crato, localidade onde passou uma temporada mais longa, o viajante se deslocou para a Vila Barra do Jardim, nome que advém da sua verde e luxuriante vegetação do solo, atualmente Jardim. Sobre essa vila enfatizou que era pequena, em forma de um quadrado, mas que foi muito bem recepcionado.

Desde sua saída de Crato veio observando que a área ocidental era densamente coberta de pequenas árvores. Uma delas era uma espécie de *jatropha* muito comum nas matas secas e conhecida pelo nome de manacoba, trata-se de uma pequena árvore de dez a vinte pés de altura, cujas raízes, muito mais lenhosas que as da mandioca, são convertidas em farinha nos tempos de fome (Gardner, 1975).

Chegando na então vila de Barra do Jardim, no ano de 1838, Gardner observa e relata sobre o cultivo da cana de açúcar e faz indagações aos cultivadores dessa planta.

Perguntei a vários donos de plantação de cana por que não preferiam o plantio do café, sem dúvida muito mais rendoso; responderam-me todos que, acostumados a fazer rapadura, não gostavam dos riscos de um sistema com que se achavam pouco familiarizados. Mas, na minha opinião, a causa principal são **seus hábitos de ócio e indolência** (grifos nossos) e o horror que sentem a tudo que inovem os costumes de seus antepassados (Gardner, 1975, p. 101).

Nessa passagem, percebemos um certo estranhamento por parte do viajante/pesquisador no tocante à cultura de produção econômica dos agricultores do sul do Ceará, a ponto de qualificá-los como ociosos e indolentes, por não substituírem a cana pelo café. Isso demonstra, talvez, uma postura etnocêntrica, pois o etnocentrismo “no plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc (Rocha, 1988, p.5). No entanto, no estudo da obra de Gardner (1975), não podemos definir suas impressões como etnocêntrica sem que antes busquemos entender

“os caminhos e razões, enfim, pelos quais tantas e tão profundas distorções se perpetuam nas emoções, pensamentos, imagens e representações que fazemos da vida daqueles que são diferentes de nós” (Rocha, 1988, p. 5).

Sobre os engenhos que processavam a cana para transformá-la em rapadura no sul do Ceará, Gardner fez a seguinte observação:

(...) Tive muitas ocasiões de ver nesse engenho, como se faz a rapadura. O engenho é de construção muito tosca, compondo-se de uma armação com três moendas verticais de pau, entre as quais a cana passa para se espremer o suco que se recolhe num receptor embaixo, donde escorre para um cocho escavado no tronco de grande árvore. Passa-se a cana três vezes para que extraia toda a garapa. Deste cocho, parte do líquido é levada de tempos em tempos, a pequenos tachos de metal, dos quais havia nove, enfileirados em pequenas aberturas sobre uma fornalha arqueada. Nas diferentes fases do processo, à medida que se faz a evaporação, o suco é despejado de um tacho em outro, até adquirir no último a desejada consistência. Transfere-se então para uma cuba escavada em sólida madeira e que se chama de gamela. Aí fica algum tempo a esfriar, sendo então lançada em formas de madeira do formato e tamanho do tijolo comum, embora algumas se façam com a metade deste tamanho. Tiradas das formas, ficam a endurecer ainda por uns dias e estão prontas para o mercado. As grandes vendem-se em Crato por dois vinténs, em Icó por cinco e em Aracati, por quatro (Gardner, 1975, pp. 94-95).

Foi ainda na Barra do Jardim que Gardner visitou duas pequenas tribos indígenas, povos considerados por ele como não civilizados, e chama à atenção para a rápida diminuição desses povos. “Uma das tribos, os huamães, cerca de oitenta indivíduos, reside geralmente a umas sete léguas ao sudoeste da vila. A outra, a dos xocó, em número de setenta mais ou menos, tem sua morada habitual acerca de treze léguas para o sul” (Gardner, 1975, p. 179).

Assim como fiz em outras localidades que visitou, Gardner, observou e registrou em Barra do Jardim, no sul do Ceará, além dos aspectos naturais, os materiais e simbólicos. Sobre as, aspectos valorizados em suas anotações, destacou:

Usa-se para portas, mesas e diversas peças de mobiliário. As folhas e flores exalam tão forte cheiro de alho, que a atmosfera se torna desagradável de respirar. As pastagens dos animais eram agora excelentes, com erva nova e abundante, de quatro a seis pés de altura. A mim como botânico era uma verdadeira delícia viajar em tais regiões, onde quase a cada passo me era dado aduzir alguma coisa nova e bela às minhas coleções (Gardner, 1975, p. 189).

Nessa localidade o autor conheceu a árvore símbolo do sertão nordestino, o umbuzeiro do qual se deriva o fruto da preparação da umbuzada ou “imbuzada”, doce típico ainda muito apreciado na região atualmente. Sobre isso, relata: “A árvore mais comum no caminho era o umbuzeiro, cujo fruto, chamado imbu, se

encontrava em tal abundância,, que o solo em baixo das árvores era inteiramente amarelo: comemo-los à farta e achámo-los muito saborosos” (Gardner, 1975, p. 194). Em seguida relata o processo de preparação dessa comida e conta outras especificidades da árvores.

De sua polpa misturada com leite, coalho e açúcar preparam os sertanejos um prato muito apreciado a que dão o nome de imbuzzada. A árvore deita raízes longas e horizontais, que não penetram fundo na terra, e sobre elas se encontram, a curta distância, uns tubérculos redondos e escuros, com cerca de oito polegadas de diâmetro, consistindo inteiramente em uma substância celular branca, cheia d’água evidentemente destinada pela, natureza ao suprimento da vegetação da árvore na estação da sêca; mas os viajantes frequentemente os arrancam por amor da agua que contém, excelente em qualidade e na proporção de um quartilho em cada tubérculo (Gardner, 1975, p. 191).

No sul do Ceará, o viajante registrou o nome das localidades pelas quais passou: Poço do Cavalo a Cachoeira, Fazenda Marmeleira, povoado chamado de Rosário. Aqui relata ter encontrado várias espécies da botânica, como do gênero *angelonia*, sendo das mais notáveis entre elas uma bela espécie de *trepadeira* (*A bracteata*, Berth), espécies de cactos e do gênero *Loasa*(Gardner, 1975) e seguiu registrado o modo de vida das pessoas.

Os moradores são quase todos criadores de gado; algumas das famílias pobres possuem apenas meia dúzia de cabeças, ao passo que há ricos que contam para cima de cem. Cultivam também em pequenas plantações milho, arroz, mandioca e feijão. Os moradores da casa, onde me acolhi pareceram-me muito pobres; a casa era pequena e mal construída, com uma grande abertura do lado, que servia de entrada, mas sem porta que abrigasse do vento e da chuva; tinha só dois cômodos, um interior ocupado pela família, outro exterior, onde se hospedava o meu grupo e mais um viajante (Gardner, 1975, p. 193).

Nota-se na descrição do autor, que algumas áreas do interior do Ceará eram compostas por habitantes pobres, criadores de pequenos rebanhos de gado. No entanto, em algumas fazendas, como a Fazenda Canabrava, na qual o próprio dono não reside nela, vaqueiros são contratados para cuidar do rebanho, evidenciando- assim, a existência de profundas desigualdade no sertão nordestino do século XIX o que corrobora com a literatura existente sobre esse tempo.

A fazenda, ao que ele me informou, produz anualmente cerca de duzentos bezerros; o gado interna-se a grande distancias nas matas e campos; mas nesta época do ano, que é a, da produção dos bezerros, o vaqueiro e seus ajudantes, geralmente escravos, estão sempre campeando as vacas paridas. Trazem então para casa os bezerros e os encerram em grandes cercados, a que chamam currais, aonde as mães os seguem naturalmente. No curral fecham-se à noite vacas e bezerros, mas de dia soltam-se as vacas a pastar fora: indispensável a precaução em região tão agreste, para evitar que as mães se extraviem nas matas.

Tira-se um pouco de leite da vacas, pela manhã, ao soltá-las; à tarde nunca se ordenham. De parte do leite fazem uma espécie de queijo mole, grandemente apreciado por todas as classes da sociedade (Gardner, 1975, p. 196).

Causa-nos um certo estranhamento nas narrativas de Gardner, ao descrever o modo de vida da população, não dar a devida importância às relações de trabalho. A descrição acima faz referência à contratação de vaqueiros e até ao trabalho de escravos, mas não problematiza essas relações, tampouco registra o modo de vida dessas pessoas que eram responsável pela produção da existência material naquela. Sem falar que escreveu em quase meados do século XIX àquela época o Brasil já sofria pressão externa para abolir a escravidão. Gardner ignora isso, mas segue fazendo observações sobre fazendas e paisagens naturais e modos de vida, geralmente distinguindo quais famílias tinha mais ou menos riqueza sem problematizar a origem delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a obra “Viagem ao interior do Brasil”, de autoria do naturalista escocês George Gardner, objetivamos interpretar o olhar do “Outro” sobre o povo e a cultura do interior cearense, buscando compreender que as impressões deixadas pelo autor em suas narrativas. Durante a análise da obra fomos compreendendo que os olhares do autor sobre a população brasileira, especialmente a do interior do Ceará, foram pautadas mais em julgamentos e hierarquias de civilizações, contendo posturas hoje consideradas etnocêntricas, e desconsiderando os costumes e as tradições da população por ele visitada como fruto de uma cultura específica, o que demonstra, na nossa compreensão, a ausência de uma postura relativista diante das diferenças.

Somos consciente que a chamada Literatura de Viajante, a exemplo da obra analisada, é de grande valia para conhecermos populações que pertenceram às gerações anteriores às nossas, mas é importante compreendermos que os produtores dessa literatura viveram em épocas cronologicamente distantes da nossa e em lugares geograficamente distantes do nosso e que possuíam culturas diferentes da nossa. As suas culturas lhes serviam de referências para descrever outros povos considerados por eles como inferiores, isso explica o olhar de estranhamento de Gardner sobre o modo de vida, costumes, valores e tradições do povo do interior do Ceará. Compreendendo nisso seremos capazes de contrapor as posturas etnocêntricas que ainda permeiam algumas análises antropológicas com o relativismo, um conceito baseado na ideia do outro (alteridade) como sendo relativa, não havendo um modelo de referência.

Concluindo, queremos dizer que naturalista Gardner teve muita disposição e enfrentou desafio para conhecer, além dos aspectos naturais do Brasil, os povos, os costumes, os aspectos geográficos e demais elementos do Brasil e interior do Ceará. Suas narrativas foram tão detalhadas que possibilita aos leitores sentissem a vivência da situação narrativa como se estivessem vivendo a mesma experiência do viajante.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **O sertanejo**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- ALVES, M. O.; COELHO, J. D. **Tecnologia e relações de produção no extrativismo da carnaúba no nordeste brasileiro**. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.
- BARRA, T. da S. *et al.* **Caracterização climatológica da severidade de secas do estado do Ceará-Brasil**. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 6, p. 266-272, 2002.
- BATISTA, M. S. **Revitalização da cotonicultura no estado do Ceará (Períodos: 1973-1998; 1999-2002)**. Repositório Institucional Universidade Federal do Ceará, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/65905>. Acesso em: jun., 2023.
- CASTRO, Antônio Sérgio Farias; MORO, Marcelo Freire; MENEZES, Marcelo Oliveira Teles de. **O complexo vegetacional da zona litorânea no Ceará: Pecém, São Gonçalo do Amarante**. Acta Botanica Brasilica, v. 26, p. 108-124, 2012.
- CUNHA, George Henrique de Moura. **O algodão na economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância**. 2012. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XXII – V. 3 - N. 47 – Dezembro de 2020 - Salvador, BA – p. 211 – 240.
- D’ALVA, O. A. **O extrativismo da carnaúba no Ceará**. Repositório Institucional Universidade Federal do Ceará, 2004. Disponível em: Repositório Institucional UFC: O extrativismo da Carnaúba no Ceará. Acesso em: jun., 2023.
- GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil - principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução de Milton Amado, apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Ed, Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.



Bioarqueologia e a Formação do Registro Funerário no Serrote dos Ossos, Caraúbas – PB: Contexto Geoambiental e Dinâmicas de Ocupação Pré-Colonial

Bioarchaeology and the Formation of the Funerary Record at Serrote dos Ossos, Caraúbas – PB: Geoenvironmental Context and Pre-Colonial Occupation Dynamics

Marcos Tadeu Ellery Frota

Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Núcleo Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Núcleo de Antropologia Forense (NUAF), Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE). <https://orcid.org/0009-0006-6711-3140>

Sebastião Lacerda de Lima Filho

Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Núcleo Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Núcleo de Antropologia Forense (NUAF), Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE). <https://orcid.org/0000-0002-9218-8615>

Allysson Allan de Farias

Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Núcleo Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM), Universidade Federal do Ceará (UFC). <https://orcid.org/0000-0002-5322-1785>

Antônio Sílvio Teixeira dos Santos

Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Núcleo Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM), Universidade Federal do Ceará (UFC). <http://lattes.cnpq.br/8599098492469998>

Juvandí de Souza Santos

Laboratório de Arqueologia e Paleontologia (LABAP), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Núcleo Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM), Universidade Federal do Ceará (UFC). <https://orcid.org/0000-0002-1480-3993>

Manoel Odorico de Moraes Filho

Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), Núcleo Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM), Universidade Federal do Ceará (UFC). <https://orcid.org/0000-0003-3378-8722>

Resumo: Este estudo apresenta uma análise bioarqueológica e geoarqueológica do Sítio Arqueológico Serrote dos Ossos, localizado no município de Caraúbas, no interior da Paraíba. O sítio, caracterizado como uma necrópole em abrigo rochoso, é investigado por meio de uma abordagem sistemática e multidisciplinar. O trabalho descreve o contexto geoambiental da área, detalha as metodologias de escavação e análise de campo e laboratório, e apresenta os principais achados, incluindo vestígios osteológicos humanos, artefatos líticos e cerâmicos. A discussão central se concentra na interpretação das dinâmicas de formação do registro arqueológico, considerando os processos tafonômicos e a sua relação com as práticas funerárias pretéritas. A análise das evidências osteológicas fornece informações sobre a saúde, dieta e enfermidades das populações que ocuparam o espaço. Por fim, o sítio é contextualizado no panorama da arqueologia do semiárido nordestino, comparando-se com outras necrópoles regionais, como Pinturas I e Moconha, ambas localizadas, também nos sertões paraibanos e busca, assim, discutir padrões de uso do espaço funerário e dinâmicas culturais de longa duração.

Palavras-chave: bioarqueologia; gearqueologia; práticas funerárias; Paraíba; Cariri.

Abstract: This study offers a bioarchaeological and geoarchaeological examination of the Serrote dos Ossos Archaeological Site, situated in the municipality of Caraúbas in the interior of Paraíba. Defined as a rock shelter necropolis, the site is explored through a systematic and multidisciplinary approach. The work outlines the geoenvironmental setting of the area, describes the methodologies used for field and laboratory excavation and analysis, and presents the main findings, which include human osteological remains, lithic, and ceramic artifacts. The central discussion focuses on understanding the formation processes of the archaeological record, considering taphonomic mechanisms and their connection to ancient funerary practices. The analysis of osteological evidence sheds light on the health, diet, and diseases of the populations that once occupied the site. Finally, the site is placed within the context of northeastern semi-arid region archaeology, comparing it with other regional necropolises such as Pinturas I and Moconha, both also located in the hinterlands of Paraíba. This comparison aims to explore patterns in the use of funerary spaces and the long-term cultural dynamics of the area.

Keywords: bioarchaeology; geoarchaeology; funerary practices; Paraíba; Cariri.

INTRODUÇÃO

A arqueologia do semiárido nordestino tem se consolidado como um campo de pesquisa dinâmico e relevante para a compreensão das ocupações humanas pré-coloniais no Brasil. Este bioma, o único exclusivamente brasileiro, apresenta uma paisagem geoecológica peculiar, caracterizada por um clima semiárido e por uma vegetação de caatinga adaptada a longos períodos de seca. Estudos de reconstrução paleoambiental na região indicam que o Holoceno foi marcado por significativas transições climáticas, com alternância entre períodos mais úmidos e secos, que moldaram as estratégias de adaptação e subsistência das populações humanas. A geomorfologia acidentada, com afloramentos rochosos, grutas e abrigos, ofereceu suporte para o estabelecimento desses grupos, funcionando como espaços de ocupação, produção material e, notadamente, de práticas funerárias e artísticas (Santos, 2022; Frota, 2025; Lima Filho *et al.*, 2025).

Nesse contexto, os sítios arqueológicos em abrigos rochosos que funcionaram como necrópoles constituem registros de valor inestimável para a bioarqueologia, pois contêm não apenas vestígios materiais, mas também restos osteológicos que, quando preservados, permitem a reconstrução do perfil biológico e cultural dos indivíduos. O Sítio Arqueológico Serrote dos Ossos, situado na zona rural de Caraúbas, Paraíba, emerge como um estudo de caso exemplar para a região. Localizado em uma área de transição entre biomas, com predominância da caatinga, o sítio demonstra como os grupos humanos souberam explorar os recursos hídricos e minerais do ambiente, além de utilizar o abrigo rochoso para múltiplas finalidades. A escavação revelou uma necrópole com material osteológico em associação a artefatos, o que o torna um registro fundamental para a investigação das estratégias de ocupação e das dinâmicas de uso do espaço no passado (Santos, 2022; Franklin e Santos, 2023).

A principal lacuna que este estudo busca preencher é a necessidade de uma análise bioarqueológica rigorosa, integrada ao contexto geoambiental e tafonômico do sítio (Lima Filho, 2025). A interpretação das práticas funerárias, das condições de vida e da saúde das populações pré-coloniais não pode ser dissociada dos processos de formação do registro arqueológico nem da relação desses grupos com sua paisagem (Butzer, 2014). Ao integrar os dados de campo às análises laboratoriais e compará-los com o acervo bibliográfico regional, este trabalho pretende oferecer uma contribuição substantiva para o entendimento da história de ocupação humana no Cariri Paraibano.

Assim, o objetivo principal da pesquisa é apresentar uma análise aprofundada do Sítio Arqueológico Serrote dos Ossos, convertendo os dados de campo e os resultados preliminares de laboratório em um quadro interpretativo coeso. Para tal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (a) descrever o contexto geoambiental do sítio e detalhar as metodologias de campo e de laboratório empregadas nas campanhas de pesquisa; (b) apresentar o registro arqueológico, com foco na estratigrafia e na distribuição dos vestígios materiais e osteológicos; (c) discutir as dinâmicas de formação do sítio e as implicações tafonômicas e bioarqueológicas das práticas funerárias identificadas; e (d) inserir o Sítio Serrote dos Ossos no cenário da arqueologia regional, estabelecendo um diálogo com outras necrópoles e discutindo padrões de ocupação e comportamento cultural.

O capítulo está estruturado para guiar o leitor em uma progressão lógica. A seção 2, “Materiais e Métodos”, detalha a abordagem e as técnicas de pesquisa. A seção 3, “Apresentação Geral do Sítio”, oferece uma descrição factual e sistemática do contexto e dos achados. A seção 4, “Discussão”, constitui a parte analítica, onde os dados são interpretados e conectados a debates mais amplos da literatura arqueológica. Por fim, a seção 5, “Considerações Finais”, sintetiza as conclusões e aponta caminhos para futuras investigações, reforçando o valor do sítio para o patrimônio cultural brasileiro.

MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologia de Campo e Registro Sistemático

A pesquisa arqueológica no Sítio Serrote dos Ossos foi conduzida segundo uma abordagem sistemática e multidisciplinar, em conformidade com as diretrizes de projetos autorizados pelo IPHAN. As escavações foram realizadas em duas campanhas de campo, ambas no ano de 2022, com o intuito de maximizar a coleta de dados sobre os vestígios e seus contextos.

Para a documentação e o registro, empregaram-se técnicas de georreferenciamento, com o uso de teodolito, para a elaboração da topografia do local e a plotagem precisa de cada vestígio em seu contexto macro e micro. O registro fotográfico, realizado em diferentes momentos da escavação, teve como função acumular informações visuais que complementassem as anotações de campo e

servissem de subsídio para análises posteriores em laboratório. A documentação rigorosa e a abordagem *in situ* foram consideradas essenciais para a interpretação dos contextos funerários. Os ossos em sua posição de deposição constituem evidências fundamentais para compreender a forma como os remanescentes humanos foram manipulados no passado, bem como para avaliar a construção e as transformações do sítio arqueológico ao longo do tempo (Pezo-Lanfranco, 2021). A pesquisa bioarqueológica no Serrote dos Ossos refletiu essa premissa: o material osteológico foi diretamente observado em seu contexto estratigráfico e documentado com rigor, permitindo a reconstrução de aspectos como saúde, dieta, mobilidade e práticas funerárias das populações pretéritas.

Análises Laboratoriais e Integração de Dados

Os vestígios recuperados em campo — incluindo artefatos líticos, estruturas de fogueiras, fragmentos cerâmicos com incisões, material orgânico (fibras de caroá, contas de colar e coprólitos), além de ossos humanos e faunísticos — foram submetidos a uma série de análises em laboratório. Entre elas, destacam-se: exames macroscópicos do material; análises de morfologia com lupa binocular e microscopia; exames radiológicos e de Micro-CT em amostras ósseas; verificação do pH do solo e estudo da diagênese óssea; bem como análises histopatológicas.

Para a datação dos diferentes momentos de utilização do sítio, foram coletadas amostras de material orgânico (fragmentos ósseos) e sedimentos, posteriormente submetidos à datação por Carbono-14 (^{14}C), método mais eficiente para estimar a idade de espécimes arqueológicos de origem biológica com até 50–70 mil anos (BICHO, 2012). O objetivo foi estabelecer uma cronologia precisa e, se possível, correlacionar as ocupações com mudanças climáticas e ambientais, a partir de dados já levantados por outros autores que pesquisaram na região (Santos, 2022).

A análise do material osteológico humano, foco da bioarqueologia, incluiu o estudo de paleopatologias e osteopatologias, que fornecem indícios sobre a saúde e as enfermidades dos indivíduos. Foram identificadas, em parte das amostras, enfermidades como osteoartrite, osteoporose, calos ósseos, osteofitoses (bicos de papagaio), baixa densidade óssea, déficits nutricionais e hipoplasias dentárias. A interdisciplinaridade manifestou-se na integração dessa análise com outras linhas de pesquisa: por exemplo, o material faunístico, objeto da zooarqueologia, oferece informações sobre a dieta, enquanto a análise do solo pode indicar o tipo de ambiente e possíveis situações de estresse nutricional.

A pesquisa em paleopatologia e paleodieta, realizada por meio de exames osteobiográficos em ossos e dentes, é um suporte necessário para determinar o perfil de saúde e doença de populações pré-históricas e históricas do Nordeste brasileiro. O estudo também iniciou, em etapas recentes, a extração e sequenciamento de aDNA (DNA antigo), visando à verificação de paleodoenças em nível molecular e ao teste de hipóteses sobre mobilidade e relações genéticas das populações antigas, bem como suas possíveis reincidências no presente.

APRESENTAÇÃO GERAL DO SÍTIO SERROTE DOS OSSOS, CARAÚBAS - PB

Contexto Geoambiental do Sítio e sua Relação com a Paisagem do Semiárido

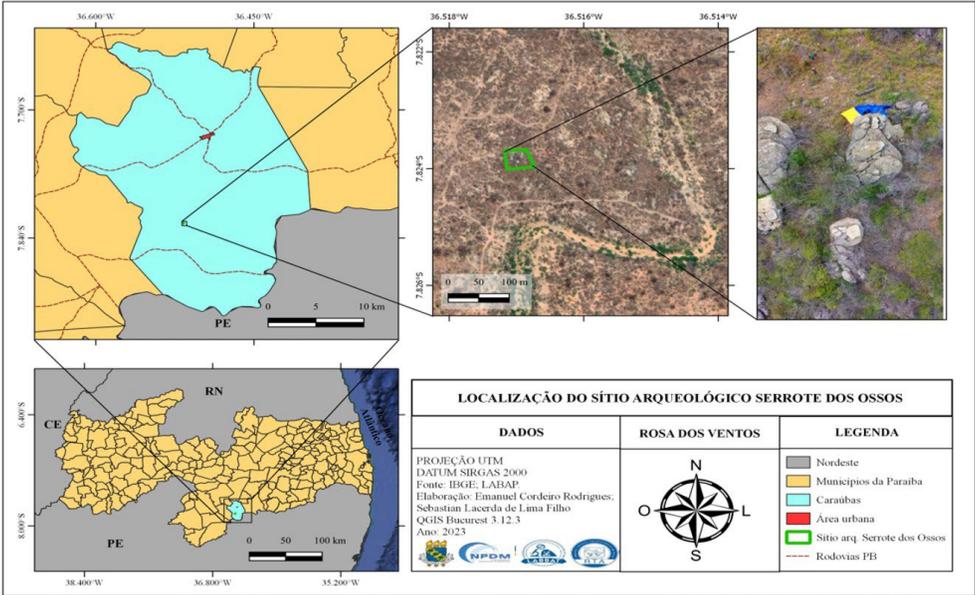
O Sítio Arqueológico Serrote dos Ossos está localizado no município de Caraúbas, no estado da Paraíba. Geograficamente, a área de estudo está inserida em uma região de transição entre biomas, mas com uma clara dominância da Caatinga. A geomorfologia local é acidentada, com a presença de amplos afloramentos rochosos que formam abrigos, grutas e tocas, os quais foram utilizados como locais de ocupação e sepultamento pelas populações humanas do passado (Fig. 01, Mapa 01). A área faz parte da Bacia do Rio Seridó, que se estende por Paraíba e Rio Grande do Norte, um território com intensos processos morfodinâmicos de erosão e assoreamento, o que ressalta a importância de estudos geoarqueológicos na compreensão da formação do registro (Azevedo Netto, 2012; Santos, 2022; Lima Filho, 2025).

Figura 1 - Vista geral da área e do contexto geoambiental onde está localizado o sítio Serrote dos Ossos.



Fonte: Odorico Moraes, 2022.

Mapa 1 - Localização geográfica e espacial do Sítio Serrote dos Ossos no Estado da Paraíba e na região da cidade de Caraúbas.



Fonte: Cordeiro & Lima Filho, 2025.

Campanha de Escavação: Um Panorama Geral

Os sítios arqueológicos são a menor unidade do espaço passível de estudo, nos quais são encontradas evidências de atividades humanas pretéritas, artefatos e demais ecofatos. Estes podem ter passado por eventos de deposição ou rearranjo ao longo da história da formação do que se convencionou chamar de registro arqueológico (Santos, 2022; Renfrew e Bahn, 2005; Bicho, 2012).

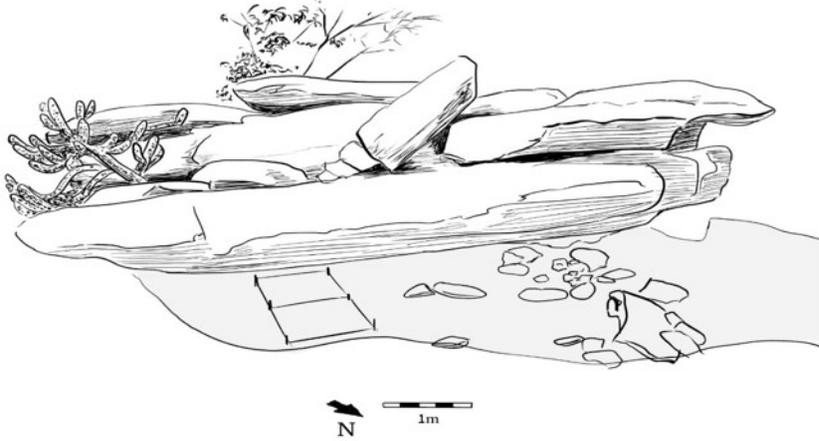
Para além dessa definição sugerida por Santos (2022), é importante considerar e caracterizar um sítio arqueológico como um local onde há evidências materiais de atividades humanas passadas, preservadas em contexto estratigráfico, que permitem reconstruir aspectos culturais, sociais e ambientais de sociedades históricas ou pré-históricas, e que estão carregado de dados para compreensão da vida pretérita num determinado espaço e num lapso temporal (Bicho, 2006). Pode ser compreendido como uma *“janela de dados para o passado...”* (Prous, 1992; Binford, 1983).

Todas as etapas serão descritas e organizadas na seguinte ordem:

- Do sítio Arqueológico Serrote dos Ossos

O sítio Arqueológico encontra-se em um abrigo rochoso na zona rural do município de Caraúbas, Paraíba (fig. 02).

Figura 2 - Desenha esquemático (croqui) do sítio arqueológico Serrote dos Ossos.



Fonte: arqueólogo Nilo Nobre. Material originalmente disponível na tese de doutorado em construção de Lima Filho, 2025 e Frota, 2025.

A área, segundo informações de caçadores e moradores locais, foi visitada e usada como abrigo temporário por aqueles que frequentavam o local para pequenas atividades e para se abrigar e cozinhar quando estavam lavrando a terra para produzir milho, algodão e feijões nas imediações, possivelmente o local foi utilizado nos últimos tempos para atividades religiosas, já que no teto do abrigo identificamos a presença de uma cruz pintada com tinta óleo vermelha e, na superfície do solo arqueológico foi identificado e coletado fragmentos de vela. Assim, é possível verificar que o abrigo rochoso e, em especial, seu solo arqueológico e o entorno imediato, sofreram danos irreparáveis com possíveis escavações clandestinas (fig. 03a, b). É importante salientar que muitos dos atos de vandalismo verificados na malha central e em trechos intermediários e relacionados do sítio são recentes (Santos, 2022).

Figura 3 - Vista parcial do sítio e do início das escavações do abrigo Serrote dos Ossos.



Fonte: Thamires Cavalcante & LABAP, 2022.

É importante salientar que dada a importância do sítio arqueológico Serrote dos Ossos e a grande quantidade de materiais arqueológicos ali encontrados, duas campanhas foram necessárias para o bom desenvolvimento das atividades. Elas ocorreram da seguinte forma: 1ª Campanha: 19 a 23/03/2022 e 2ª Campanha: 29 a 31/07/2022.

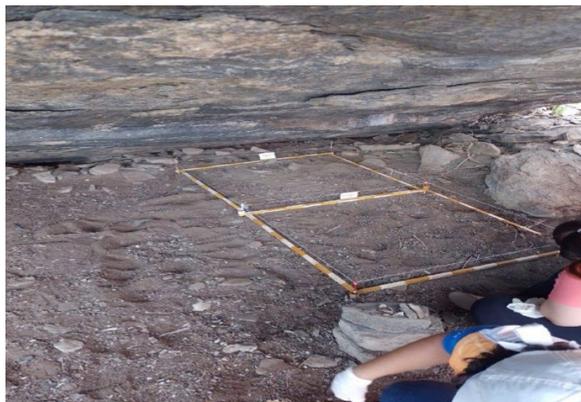
Em se tratando dos procedimentos de abertura das quadrículas, salienta-se que pelo local ser bastante pequeno (cerca de 4 metros de comprimento por 4 de largura e 1,60 de altura), portanto em espaço bem limitado (Fig. 04), resolveu-se abrir apenas seis quadrículas denominadas de 1 e 6, tendo como limite o suporte rochoso em sua parte mais interna (fig. 05) (Santos, 2022).

Figura 4 - Espaço interno do sítio arqueológico Serrote dos Ossos.



Fonte: Juvandi Santos & LABAP, 2022.

Figura 5 - Quadriculamento do sítio arqueológico Serrote dos Ossos.



Fonte: Thamires Cavalcante & LABAP, 2022.

O Principal objetivo em abrir tais quadrículas se deve ao fato que no passado quando foi realizada a primeira visita ao local, foi verificada a presença de fragmentos de ossos humanos, além disso, no teto, se constatou a existência de algumas figuras rupestres, nessa área apenas foi identificado em superfície lixo e alguns poucos fragmentos de cerâmica e carvões, possivelmente recentes (Santos, 2022).

Todas as atividades foram realizadas em duas etapas, descritas a seguir:

Na 1ª etapa da pesquisa (realizada entre os dias 19 e 21 de março de 2022), foi inicialmente feita a coleta do material ainda em superfície e nas quadriculas, recolhendo-se pequenos fragmentos de ossos humanos (fig. 06).

Figura 6 - Vista de parte de fragmentos de ossos humanos recolhidos na parte superficial da área escavada do sítio.



Fonte: Juvandi Santos, 2022.

As três quadrículas foram enumeradas e definidas como A1, A2 e A3 e abertas (fig.07), utilizamos inicialmente a técnica de decapagem artificial de 0 a 10 cm sendo evidenciado grande quantidade de fragmentos de ossos humanos e carvões, resolvemos avançar mais 10cm (De 10 a 20cm), aparecendo fragmentos de ossos humanos, levando-nos a aprofundar as decapagens nessa área inicial do sítio, de 20 a 30 cm (fig. 08 e 09).

Figura 7 - Vista parcial de sepultamento com a presença de ossos humanos durante as escavações na Quadrícula A2.



Fonte: Thamires Cavalcante & LABAP, 2022.

A partir dos 30 cm, o solo arqueológico começa a demonstrar sinais de esterilidade e aparecimento de blocos rochosos. Mesmo assim, vários esqueletos de crianças e indivíduos subadultos e adultos foram escavados e identificados, sendo eles parcialmente completos ou fragmentados (fig. 10 e 11).

É importante considerar que a presença de ossos de crianças em sítios arqueológicos de caráter bioarqueológico pode estar relacionada a diversos fatores culturais, ambientais e biológicos, reflexo das práticas realizadas pelos cariris nesse espaço. É de conhecimento dentro das pesquisas sobre o tema Brasil, que em muitas dessas sociedades pré-históricas, crianças ou jovens eram enterrados de maneira distinta dos adultos, muitas vezes em locais específicos, como dentro de habitações, próximos a fogueiras e muito especialmente em urnas funerárias de diferentes proporções (Da-Gloria & Larsen, 2017; Pezo-Lanfranco, 2021).

Figura 8 - Esqueletos de crianças evidenciados no sítio Serrote dos Ossos.



Fonte: Thamires S. Cavalcante & LABAP, 2022.

Figura 9 - Diferentes fragmentos ósseos evidenciados durante as escavações.



Fonte: Thamires Cavalcante & LABAP, 2022.

Figura 10 - Diferentes fragmentos ósseos evidenciados durante as escavações na A3.



Fonte: Thamires Cavalcante & LABAP, 2022.

Figura 11 - Vista de parte dos procedimentos de escavação e evidenciação dos vestígios.



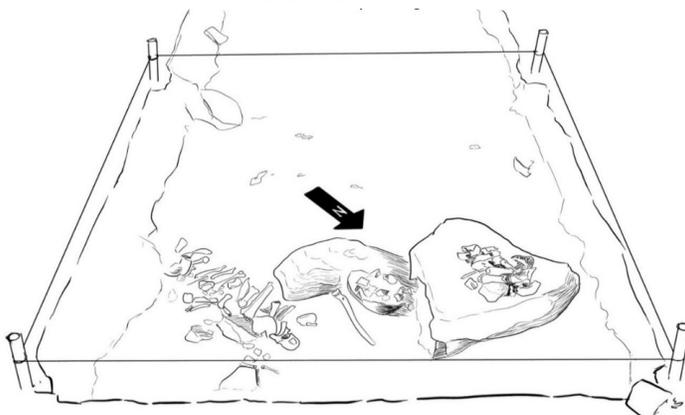
Fonte: Thamires Cavalcante & LABAP, 2022.

Figura 12 - Desenha esquemático (croqui) de um dos enterramentos arqueológicos escavados durante atividades no sítio arqueológico Serrote dos Ossos.



Fonte: arqueólogo Nilo Nobre. Material originalmente disponível na tese de doutorado em construção de Lima Filho, 2025.

Figura 13 - Desenha esquemático (croqui) de um dos enterramentos e estruturas relacionadas, durante atividades no sítio arqueológico Serrote dos Ossos.



Fonte: arqueólogo Nilo Nobre. Material originalmente disponível na tese de doutorado em construção de Lima Filho, 2025).

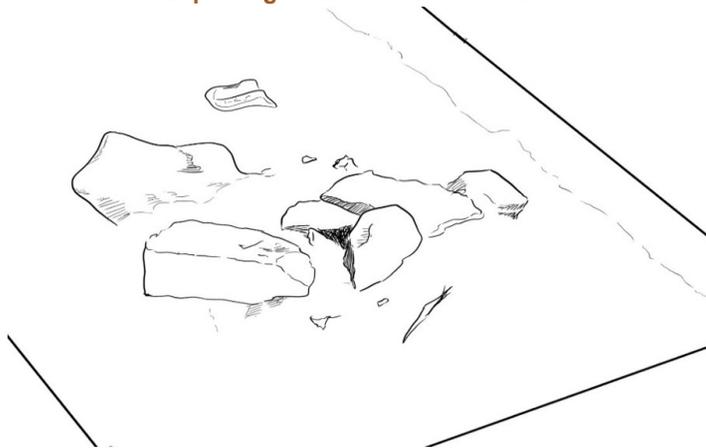
Na ocasião das escavações foi possível constatar possíveis estruturas de fogueiras, especialmente na quadrícula A1 que apresentam cinzas e carvões associados (fig. 14 e 15), esse material fornece dados importantes para pesquisas futuras no campo da antracologia e também no intuito de verificar o tipo de alimentação e/ou subsistência por parte dessas populações cariris que habitaram não apenas o sítio Serrote dos Ossos, mas também outros nichos ecológicos e espaços relacionados.

Figura 14 - Fogueira identificada na quadrícula A1 do sítio Serrote dos Ossos.



Fonte: Arthur Franklin Ferreira Lopes, 2023.

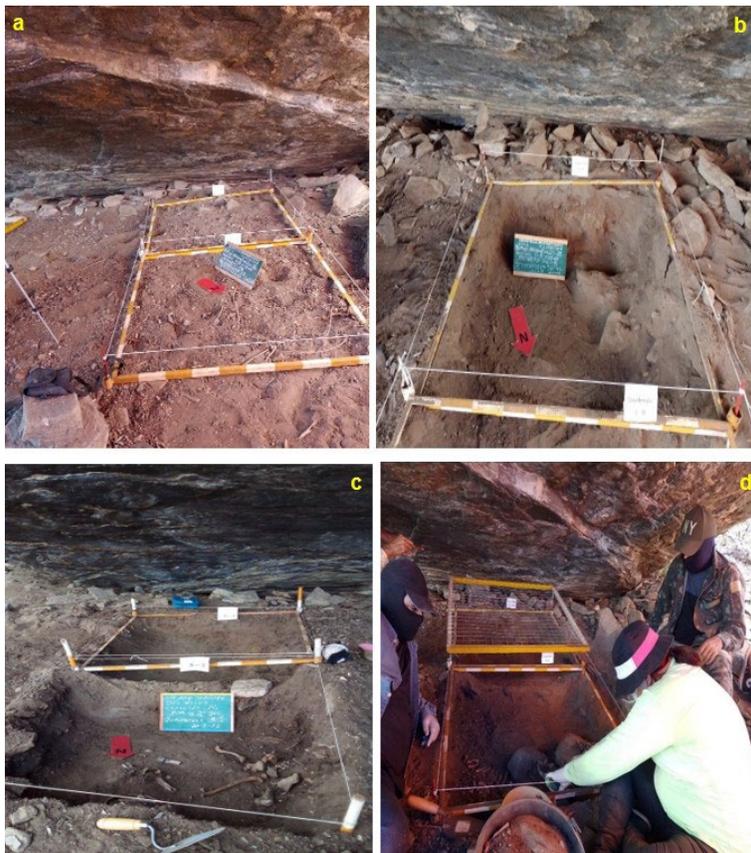
Figura 15 - Desenha esquemático (croqui) de uma das fogueiras identificadas e caracterizadas durante as atividades no sítio arqueológico Serrote dos Ossos.



Fonte: arqueólogo Nilo Nobre. Material originalmente disponível na tese de doutorado em construção de Lima Filho, 2025.

Outros momentos durante os procedimentos de escavação no sítio que precisam ser apresentados a fim de fornecer um panorama maior dos diferentes procedimentos e tipos de vestígios que foram caracterizados. Dados muito produtivos puderam ser resgatados durante a abertura e escavação das quadriculas A1, A2 e A1.1, tanto na 1ª campanha, como também aquelas realizadas na 2ª campanha, tais como as quadriculas escavadas e definidas como 1A, 1B, 2A, 2B, 3A, 3B (fig. 16a,b,c,d).

Figura 16a,b,c,d - Vista geral do sistema de quadriculamento realizado para escavação e coleta dos diferentes vestígios arqueológicos e bioarqueológicos levantados.



Fonte: Thamires Cavalcante & LABAP, 2022.

Dos Resultados da Escavação Arqueológica do Sítio Serrote dos Ossos

Uma quantidade expressiva de material arqueológico e bioarqueológico pôde ser verificada durante as duas etapas de escavações realizadas no sítio Serrote dos Ossos, dentre eles, destacam-se os vestígios osteológicos (centenas de ossos humanos associados aos enterramentos evidenciados), bem como muitos outros conjuntos de ossos inteiros e fragmentados que puderam ser identificados, coletados e uma parcela analisada. Para além desse tipo de material, que se configura com o universo vestigial de maior destaque dentro do conjunto de vestígios documentados no sítio supracitado, também foi possível documentar fragmentos cerâmicos, material orgânico, líticos, estruturas de fogueiras, contas de colares (feitas de madeira e de osso), acessório (pingente) de amazonita, conchas e outros vestígios

malacológicos, cinzas/carvões, madeira, cabelo, trançados de carúá, coprólito, vestígios zooarqueológicos (Santos, 2022).

De uma forma sintetizada, passaremos a apresentar parte desses vestígios com o intuito de que possa ser construída uma ideia geral, mas também específica da quantidade e da variedade de vestígios resgatados. Tais dados foram sintetizados a partir dos diferentes relatórios parciais e também a partir do relatório final elaborado pelo coordenador das atividades, Prof. Dr. Juvandi S. Santos (2022), e submetidos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portanto, se considera o seguinte:

1- Do material evidenciado:

- a. Cerâmica: Trata-se de fragmentos de cerâmica com carregamento. Apenas duas peças foram evidenciadas em subsuperfície;
- b. Fragmento de ossos: Foram evidenciados milhares de fragmentos de ossos e dentes humanos nas duas campanhas arqueológicas;
- c. Carvões: Tanto em superfície quanto em subsuperfície coletamos fragmentos de carvões misturado a cinza e sedimentos, da mesma forma que nas quadrículas durante as decapagens;
- d. Fragmento de Trançado de Caroá: Foi evidenciado nas duas campanhas vários fragmentos de trançado de caroá, que servia para envolver o corpo nas atividades de sepultamento, tanto primários quanto secundários;
- e. Materiais malacológicos: Foram evidenciadas peças feitas de carapaças de caracóis que tinham serventia diversas para o grupo humano;
- f. Contra de colar e Pingentes: Foram identificadas uma quantidade significativa de contas de colar feitas de pequenos fragmentos de ossos de animais e algumas feitas de pedras. A peça mais impressionante relacionada ao adorno corporal que compõe um enxoval foi um pingente perfurado feito de amazonita.

Durante as atividades e posteriormente, muitas conjecturas e reflexões foram construídas pela equipe de pesquisa chefiada pelo Prof. Dr. Juvandi Santos, dentre as principais considerações sobre os achados e a escavação arqueológica do sítio Serrote dos Ossos, Caraúbas, Paraíba. Dentre elas, é possível destacar, segundo o que foi apresentado no relatório final de atividades no sítio (Santos, 2022):

O único fragmento de cerâmica evidenciado no contexto arqueológico parece ser bastante antigo. O fragmento apresenta características próprias, como carregamento em sua face externa, não se assemelhando em nada à cerâmica Cariri.

Em relação as demais observações sobre a cultura material evidenciada, destacamos que foi verificada a existência de:

- a- Fragmentos de ossos: No geral, parte dos fragmentos de ossos humanos apresenta elevado grau de deterioração e friagem. Outra parte dos ossos encontram-se bem preservados e servirão para futuras análises de aDNA;
- b- Carvões: Grande quantidade de carvões que foram evidenciados e fizeram

parte de fogueiras, possivelmente em atividades ritualísticas, comum entre os sepultamentos secundários do povo Cariri. Na maioria dos casos, grande quantidade de cinzas foi identificada junto aos carvões;

c- Metal: Identificamos duas peças de metal, ferro, durante a escavação. Sabemos que em locais que caçadores e agricultores frequentam, peças de metais fazem parte de suas ferramentas de trabalho, no que nos faz crer que a peça arqueológica é recente, e que foi deixado/depositada pelos ocupantes/trabalhadores/caçadores temporários, que passaram pelo sítio arqueológico.

d- Estrutura de fogueira: Foi evidenciado uma única estrutura de fogueira, com

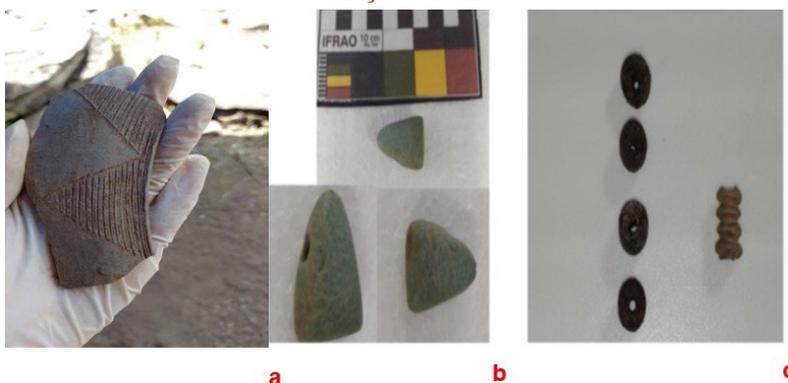
quantidade significativa de carvões e cinzas;

e- Materiais Malacológicos: Foram identificadas várias peças malacológicas, com destaque para um possível utensílio utilizado para cavar o solo.

f- Contas de colar e pingentes: Foram identificadas várias contas de colar compondo os enxovais funerários e um bonito pingente de amazonita.

g- Dentes humanos: Foram coletados diversos fragmentos dentários que serão analisados futuramente (fig. 17a,b,c e 18 a,b,c,d,e,f,g).

Figura 17 - Vista de parte da cultura material evidenciada nas escavações do sítio.



Fonte: Thamires Cavalcante & LABAP, 2022.

Figura 18a,b,c,d,e,f,g - Mosaico apresentando parte do material bioarqueológico coletados durante etapas de curadoria e estudos iniciais no LABAP/UEPB.



Fonte: Thamires Cavalcante & LABAP, 2022.

Datação Arqueológica e Cronologia

Ainda durante a execução do projeto de pesquisa no Sítio Serrote dos Ossos, foram separadas – durante atividades de laboratório – algumas amostras para datação radiocarbônica. A respeito disso, Souza (2022) nos diz que:

(...) a amostra de ossos humanos foi enviada para a instituição Beta, de Miami, nos EUA, para datação radiocarbônica, **obtendo-se a datação de 1.141 anos B.P.** Outros materiais estão sendo enviados para o NPDM-UFC e MAE/USP, para análises diversas

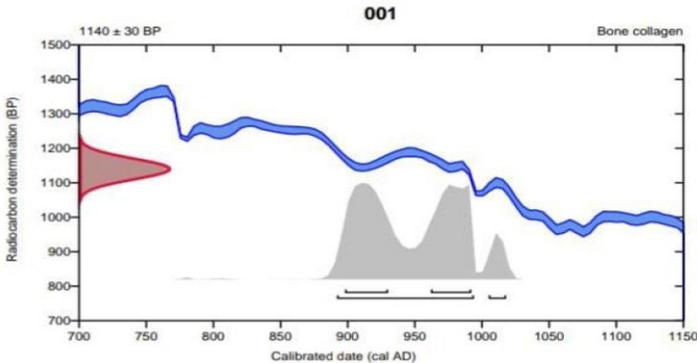
de identificação de possíveis doenças desse grupo humano e extração de aDNA.

Esses dados radiocarbônicos (C14) são fundamentais para situar o sítio e a cultura material evidenciada. Datações arqueológicas ampliam o conhecimento sobre aspectos cronológicos e de ocupação humana em determinados nichos e espaços, conforme já nos esclareceram Bicho (2006) e Renfrew e Bahn (2005). Ela por si só já fornece muitas conjecturas sobre a presença cariri nessa região e amplia as reflexões no que se refere à dispersão ou expansão cariri pelos sertões paraibanos, conforme já discutiu Souza (2019 e 2022) (fig. 19).

Segundo Cavalcante, Limeira e Souza (2023):

A respeito da idade do sítio, foi realizada pelo Laboratório Beta Analytic localizado em Miami, Flórida (EUA), a datação por calibração da idade do Radiocarbono com ossos do referido sítio Serrote dos Ossos, através do C14 resultou em 1.140 anos com a margem de erro de +/- 30 anos. Dessa forma, é possível consolidar a cronologia de habitação dos povos Cariri no município de Caraúbas no período pré-colonial paraibano.

Figura 19 - Gráfico apresentando dados relacionados à datação radiocarbônica do sítio.



Fonte: Beta Analytic Radiocarbon Dating Laboratory, 2022. Disponível em: Cavalcante, Limeira e Souza, 2023.

DISCUSSÃO

A bioarqueologia no Sítio Serrote dos Ossos tem como objetivo reconstruir aspectos da vida das populações pretéritas por meio da análise dos seus remanescentes humanos. O estudo osteobiográfico, que inclui o exame das paleopatologias, fornece indícios sobre o perfil de saúde/doença dos indivíduos e sobre os processos sociais e culturais que os afetaram. O material de pesquisa aponta para a existência de lesões ósseas vinculadas a atividades cotidianas ou conflitos, bem como de “marcas de estresse nutricional” em alguns ossos humanos.

A ocorrência de estresse nutricional pode ser diretamente associada a períodos de escassez de recursos, que podem ser rastreados em camadas sedimentares pobres em nutrientes. Essa correlação entre os dados osteológicos e as evidências paleoambientais é um exemplo da interconexão que a abordagem interdisciplinar, fornecida pela Bioarqueologia Translacional, permite. A pesquisa em saúde bucal de grupos indígenas modernos no Brasil, por exemplo, revela que a mudança na dieta, com a introdução de açúcares e produtos industrializados, pode levar a uma deterioração da saúde dentária. No contexto pré-colonial, a análise de abrasões e cálculos dentários pode ser utilizada para inferir sobre o tipo de dieta e as condições de saúde bucal da comunidade Cariri do Serrote dos Ossos. A ausência de patologias visíveis em alguns esqueletos, conforme observada em outros sítios de enterramento no Nordeste, levanta a questão das “patologias invisíveis” e reforça a necessidade de análises mais aprofundadas, como a extração de aDNA, exames de Micro-CT e radiografias para uma compreensão completa das condições de saúde e doença das populações que habitaram os sertões paraibanos.

O Sítio Serrote dos Ossos não é um achado isolado, mas parte de um padrão regional de uso de abrigos rochosos para fins funerários no semiárido nordestino, algo já amplamente descrito por Santos (2019, 2022) e Moraes (2021). A comparação com outros sítios necrópoles da região será fundamental para entender as continuidades e rupturas nas ocupações humanas e para contextualizar os achados do Serrote dos Ossos em uma perspectiva de longa duração, tanto em escalas macro, quanto micro de vestígios e indícios.

Um dos exemplos mais importantes para a comparação é o Sítio Pinturas I, em São João do Tigre, também na Paraíba, cujo estudo também foi coordenado pelo Prof. Dr. Juvandi Santos do LABAP/UEPB, o mesmo responsável pelas escavações no Serrote dos Ossos. A necrópole Pinturas I também se insere no bioma Caatinga e se relaciona historicamente com os povos Cariri. Embora a datação de Pinturas I aponte para um período pós-contato, possivelmente de ocupação por índios Cariri, o padrão de escolha do local e a presença de arte rupestre no abrigo, embora não diretamente ligada aos sepultamentos, demonstram a persistência desses espaços como locais de significado cultural.

Outro sítio comparativo de grande relevância é o sítio tupi chamado Moconha, localizado na região de Serra Grande. O sítio também apresenta as mesmas características de cemitério indígena com uma vasta existência de material cerâmico e ossos humanos em contexto. O sítio pode ser considerado como uma espécie de “lugar persistente” (*persistent place*) e um “marco paisagístico” (*landmark*) e por sua vez sugere que a escolha do local para enterramento não era aleatória, mas simbólica. Da mesma forma, o Sítio Serrote dos Ossos parece se encaixar nesse padrão, o que reforça a ideia de que esses abrigos rochosos eram espaços de memória e de práticas rituais recorrentes, moldando e sendo moldados pelas comunidades e ambientes ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sítio Arqueológico Serrote dos Ossos é uma necrópole pré-colonial de grande importância para a arqueologia do semiárido paraibano. A investigação, conduzida a partir de uma abordagem interdisciplinar que integrou a bioarqueologia translacional, a geoarqueologia e a arqueologia da paisagem, forneceu uma visão multidimensional do local. O estudo da estratigrafia e do contexto geoambiental revelou uma história de ocupação e formação do registro arqueológico marcada tanto por dinâmicas naturais quanto culturais, com a reutilização do espaço ao longo do tempo. A análise dos vestígios materiais e, principalmente, dos restos osteológicos, permitiu a reconstrução das práticas funerárias, indicando rituais de deposição intencional e a composição de enxovais fúnebres, com a existência de enterramentos primários e secundários no lugar.

A análise preliminar das osteopatologias sugere que as populações pretéritas do sítio enfrentaram desafios relacionados à saúde e à dieta, cujas marcas nos ossos podem ser reflexos de condições ambientais instáveis, como períodos de escassez. O Sítio Serrote dos Ossos se alinha a um padrão regional de necrópoles em abrigos rochosos, em diálogo com sítios como Pinturas I e Moconha, o que reforça a ideia de que esses espaços eram “lugares persistentes” e marcos paisagísticos, com significado cultural e ritualístico de longa duração.

A pesquisa no Serrote dos Ossos reforça a importância da abordagem interdisciplinar para uma compreensão mais completa da vida no passado. As evidências bioarqueológicas, quando integradas com os dados geoarqueológicos e ambientais, fornecem um panorama robusto das estratégias de adaptação das comunidades humanas pré-coloniais ao semiárido nordestino.

Para o futuro, a pesquisa necessita de datações adicionais por Carbono-14 para estabelecer uma cronologia mais precisa e permitir uma comparação mais detalhada com outros sítios regionais. As análises de osteopatologias e de paleopatologias devem ser aprofundadas, buscando um diagnóstico mais preciso das condições de saúde e de vida. A análise de aDNA, uma técnica promissora na arqueologia brasileira, poderá revelar informações sobre paleodoenças, mobilidade e afiliação genética dos grupos, complementando as evidências morfológicas e culturais e contribuindo para os debates sobre a origem e dispersão dos povos americanos e da região.

Por fim, este estudo contribui para a valorização do patrimônio cultural e arqueológico de Caraúbas e da Paraíba. A divulgação dos resultados e a continuidade de projetos de pesquisa servirão como suporte para o fortalecimento da identidade local e para a construção de uma comunidade mais engajada na preservação de sua história e no fortalecimento de sua identidade.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; DUARTE, Patrícia & OLIVEIRA, Adriana Machado Pimentel. **Uma visão arqueológica da relação entre cultura e ambiente: a inserção ambiental dos sítios arqueológicos do município de São João do Cariri, Paraíba**. Revista Nanduty | Vol. 1 - N. 1 | julho a dezembro de 2012.
- BARBOSA, L. C.; MELO, F. M.; SILVA, J. R. **Ocupações pré-históricas na bacia do Rio Paraíba: uma abordagem geoarqueológica**. Revista Brasileira de Arqueologia, v. 29, n. 2, p. 45-62, 2016.
- BINFORD, Lewis R. **In Pursuit of the Past: Decoding the Archaeological Record**. University of California Press, 1983.
- BICHO, Nuno. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. São Paulo, 2a edição, editora Ediciones 70, 2012. 552 p.
- BUTZER, K. W. **Arqueologia, un Ecologia del Hombre**. Barcelona, Ediciones Bellaterra. 2014, 225 p.
- CAVALCANTE, T. S.; LIMEIRA, V. S.; SANTOS, J. S. **O sítio arqueológico Serrote dos Ossos, Caraúbas – PB e um breve estudo a partir do contexto fúnebre dos povos Cariri**. Revista Tarairiú, Campina Grande - PB, Volume 1 - Número 22 – 2023.
- FRANKLIN, A., & de SOUZA SANTOS, J. **Cavidades Naturais como Espaços de Sepultamento Indígenas Cariri: o caso do Sítio Serrote dos Ossos, Caraúbas, Paraíba**. Revista Tarairiú, 1(22), 2023. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REVELAP/article/view/2199>. Acesso realizado em: 20 de maio de 2025.
- FROTA, M. T. E. **Estudo Bioarqueológico dos Remanescentes Humanos do Sítio Serrote dos Ossos, Caraúbas – PB**. Fortaleza. Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional/Faculdade de Medicina da UFC. 2025 (tese de doutoramento) [no prelo].
- LIMA FILHO, S. L. **“Os mortos ensinam aos vivos”: os processos tafonômicos dos vestígios bioarqueológicos (marcadores de saúde e doenças) existentes no sítio arqueológico Serrote dos Ossos, município de Caraúbas, estado da Paraíba, Brasil**. Fortaleza. Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional/Faculdade de Medicina da UFC. 2025 (tese de doutoramento) [no prelo].
- LIMA FILHO, S. L.; MORAES FILHO, M. O.; FROTA, M. T. E.; LIMA, R. J. F.; NASCIMENTO, J. M. S.; SOUZA, M. A. **Informações sobre a documentação preliminar do sítio arqueológico Toca da Onça (Povoado Boa Sorte, região de Pedro Alexandre, nordeste da Bahia, Brasil)**. 2025. Centro de Arqueologia de Almada, Portugal. Revista Al-Madan Online, Tomo 01, edição 28.

MORAES, Flávio Augusto de Aguiar. **Bioarqueologia dos povos Tapuia: o caso do sítio funerário Pedra da Tesoura, Boqueirão-PB, Brasil. 256 f. 2021.** Tese (Doutorado em Arqueologia) - Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2021.

PEZO-LANFRANCO, Luis Nicanor. **Bioarqueologia e antropologia forense: métodos de escavação, recuperação e curadoria de ossos humanos.** São Paulo, Brazil Publishing, 1a edição, 2021.

RENFREW, C. & BAHN, P. **Arqueologia.** Teorías, Métodos y Practica. Barcelona, Akal; 2ª edição, 2005.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Relatório final das atividades de escavação arqueológica do Sítio Cemitério Serrote dos Ossos, Caraúbas, Paraíba.** (Período: Campanha Nº 1 = 19 a 23/03/ 2022 – Campanha Nº 2 = 29 a 31/07/2022). Processo no IPHAN: 01408.000.45/2022-88. LABAP/UEPB, 2022.

_____. **Os Tapuias Cariris dos Sertões da Paraíba: o meio ambiente em que viviam, seus usos e costumes.** Série Arqueologia e Paleontologia – Volume VII, Campina Grande, Cópias e Papéis Editora, 2019.



Trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul: A Busca por Direitos Trabalhistas em Santa Maria -RS

Railway Workers of Rio Grande do Sul: The Pursuit of Labor Rights in Santa Maria, RS

Daiane de Souza

Gláucia Vieira Ramos Konrad

Resumo: O presente estudo é fruto da dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria- RS, na Linha de Pesquisa Patrimônio Documental Arquivístico. No momento para a disciplina Seminário da Linha de Pesquisa cultura, migrações e trabalho. A fundação da Viação Férrea do Rio Grande do Sul neste ano de 2025 completa 105 anos. Neste ano a Justiça do Trabalho completa 82 anos no Brasil, conduzindo a construção das relações trabalhistas ao longo da história. Porém, este campo de trabalho não é neutro e sim de muita luta e resistência dos trabalhadores em prol da busca dos seus direitos trabalhistas já que a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) fora aprovada em 1o de maio de 1943, pelo chefe de governo Getúlio Vargas. Partindo desse pressuposto, a temática sobre trabalho e trabalhadores torna-se necessária para fim dos objetivos, sendo o reconhecimento e enriquecimento acadêmico da luta dos direitos dos ferroviários no Mundo do Trabalho.

Palavras-chave: direitos trabalhistas; ferroviários; processos judiciais.

Abstract: This study is the result of a dissertation presented in the Professional Graduate Program in Cultural Heritage at the Federal University of Santa Maria, RS, in the Archival Documentary Heritage Research Line. Currently, it is for the Seminar course of the Culture, Migration, and Labor Research Line. The founding of the Rio Grande do Sul Railway will be 103 years old this year, 2023. This year, the Labor Court celebrates its 82nd anniversary in Brazil, guiding the development of labor relations throughout history. However, this field of work is not neutral; rather, it is one of intense struggle and resistance by workers seeking their labor rights, since the Consolidation of Labor Laws (CLT) was approved on May 1, 1943, by Prime Minister Getúlio Vargas. Based on this premise, the theme of labor and workers becomes necessary for the purpose of achieving the objectives, namely the recognition and academic enrichment of the struggle for railway workers' rights in the World of Work.

Keywords: labor rights; railway workers; legal proceedings.

INTRODUÇÃO

A justiça do trabalho no Brasil conduz a construção das relações trabalhistas ao longo da história. Nessa relação de criação e luta por direitos trabalhistas nenhuma classe trabalhadora deve ser deixada para escanteio. Os ferroviários como são chamados os trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul estiveram frente a várias pautas e demandas judiciais, sendo que em 1943 foi consolidada as leis trabalhistas no Brasil.

Partindo desse pressuposto, o marco temporal da pesquisa será nos primeiros 10 anos da CLT no Brasil, explorar essa demarcação torna-se necessária para entendermos como foram os primeiros anos dos processos judiciais trabalhistas na região, como os trabalhadores buscavam seus direitos e quais eram os resultados processuais.

A pesquisa foi realizada no Memorial da Justiça do Trabalho em Santa Maria, Rio Grande do Sul. O acervo possui um vasto número de processos judiciais trabalhistas do Estado, sendo selecionados os trabalhadores da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) como requerentes.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa científica constitui um processo sistemático de busca por conhecimento. Cada questionamento de pesquisa requer parâmetros metodológicos adequados para que possa ser devidamente respondido. A escolha da metodologia é, portanto, determinante para a qualidade e pertinência dos resultados obtidos. Neste trabalho, optou-se por uma pesquisa documental de caráter exploratório. De acordo com Gil (2002, p.41):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

O caráter exploratório da pesquisa fornece elementos para ampliar a proximidade do leitor ao tema da pesquisa e ao produto, o foco não é obter estatísticas e sim levantamento de informações. A natureza exploratória é complementada pela qualitativa buscando compreender as percepções pesquisadas nos processos judiciais trabalhistas.

A escolha do tema é justificada, inicialmente, pela curiosidade da pesquisadora, que atua em um escritório de advocacia e, portanto, mantém contato direto com processos judiciais. No entanto, a decisão de focar especificamente nos processos trabalhistas foi fortalecida pelo contexto contemporâneo de debates sobre a redução de jornadas, flexibilização de direitos e reformas trabalhistas. Como trabalhadora regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), emergiu o interesse em compreender como se configurava o mundo do trabalho nos primeiros anos de vigência da legislação trabalhista brasileira.

A Consolidação das Leis Trabalhistas

O Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, aprova a Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil, como referenda trabalho, indústria e comércio, assinada pelo Chefe de Governo Getúlio Vargas. Um grande marco para trabalhadores do Brasil, neste caso em específico, os ferroviários, que já desempenhavam tais atividades desde 1920, sendo está a fundação da Viação Férrea. O trabalho é uma

parte importante da sociedade, onde é desenvolvida atividades em prol de um determinado fim. Segundo Leite, Carlos Henrique B, p.48.

O trabalho é reconhecido internacionalmente como um Direito Humano, como se infere do art. 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo também reconhecido no Brasil como um valor estruturante do Estado Democrático de Direito (CF, art. 1º, IV) e um direito fundamental social (CF, art. 6º).

Os trabalhadores estão seguros quanto aos direitos adquiridos com a aprovação da Lei, porém essa luta é constante e as mudanças são necessárias para que possa abranger todos.

O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, com tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos crescimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e no fazer-se social nos remete diretamente a dimensão decisiva dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para generacidade para-si dos homens (Antunes, 2003, p. 168 *apud* Flores, 2008, p.65).

O direito trabalhista vem de um longo histórico de greves, lutas e demandas sobre horas trabalhadas, lugares e onde trabalhar. Pois, muitos trabalhadores foram colocados em situação de análoga à escravidão até dias de hoje.

No Brasil, podemos dividir a história do direito do trabalho em três fases: a primeira, do descobrimento à abolição da escravatura; a segunda, da proclamação da república à campanha política da Aliança Liberal; e a terceira, da Revolução de Trinta aos nossos dias (Leite, p.50).

No decorrer dos anos de 1943 as mudanças nos artigos, incisos e parágrafos da CLT se fizeram necessários devido a fase contemporânea do Brasil. Para Delgado (p.94) O Direito do Trabalho surge da combinação de um conjunto de fatores, os quais podem ser classificados em três grupos específicos: fatores econômicos, fatores sociais, fatores políticos. Surgindo assim um novo ramo no jurídico brasileiro, o direito do trabalho.

Os trabalhadores Ferroviários na região central do Rio Grande do Sul

A justiça trabalhista está diretamente ligada aos trabalhadores, isso porque os mesmos lutaram por políticas de melhoria na estrutura e bem-estar no ofício do trabalho. Nestes movimentos trabalhistas, em 1943 a CLT entrou em vigor. Este caminho da justiça do trabalho é longo e perdura até nos dias de hoje, com isso foi inaugurado o Memorial da Justiça do Trabalho em Santa Maria-RS, trazendo grandes volumes de processos judiciais trabalhistas onde vão ser pesquisados e disponibilizados para o visitante.

Moraes (2017, p.55) coloca que “a cidade de Santa Maria é um caminho geometricamente importante, devido ser o caminho para as missões no centro

estado". Nessas missões trabalhadores iam e vinham para cidade, causando assim um crescimento considerável, mas que logo depois iria ser dispersado devido a mudança no comando das estações férreas. Perante todo esse processo de desenvolvimento nos embates trabalhistas, os ferroviários foram frente dos protestos.

Através destas lutas, percebemos que vai muito além do direito de trabalhar, reiteravam o movimento de melhoria de classe também, lutavam para o contexto da época melhorar. Entendiam que somente assim suas lutas podiam ser atendidas. As tradições de solidariedade e de diálogo com governantes, que marcaram a história dos ferroviários, convergem sobre a importância da mediação trabalhistas nas greves.

Dessa vivência puseram em evidência suas ideias e posições políticas como forma de resistência aos rigores vividos na profissão. No decorrer dos anos trabalhariam também no intento de construir um "capital político, necessário ao fortalecimento do grupo profissional. Flôres (2008, p. 110) esse capital político seria o que ajudaria nas demandas em frente ao governo da época. Entendiam que sem luta de classe não seria possível todos obterem êxito em suas profissões e demandas trabalhistas.

Como os ferroviários constituíam um coletivo formado por diferentes etnias, entre as quais se destacava os operários de origem alemã, polonesa e italiana, com certeza as experiências trazidas por esses imigrantes constituíram-se no principal indicativo para fundação das primeiras entidades associativas e beneficentes (Flôres, 2008, p. 141).

Os ferroviários formaram então um coletivo de etnias sendo de associação beneficente até clube de futebol, o Riograndense Futebol Clube, time fundado por ferroviários para obter o lazer. Dentre outras, fundou-se a Cooperativa de Crédito do Rio grande do Sul, caixa rural, em 1914 em Santa Maria- RS.

A primeira entidade organizada pelos ferroviários com intuito social, de caráter humanitário e beneficente, que não dependia de descontos compulsórios junto a empresa ferroviária, teve sua origem em Santa Maria o ano de 1903, O grêmio operário, prestando assistência aos necessitados de socorros (Flôres, 2008, p. 153). Tal entidade mudou de nome ao longo da sua duração na cidade. A mesma era para ajudar trabalhadores e a cidade em seu desenvolvimento, já que alguns dos pedidos era por iluminação pública, auxílios doenças para os associados afastados do trabalho.

A contratação de mão de obra para ferrovia vem deste a parte administrativa, fornalhas até a oficina, na qual tinha maior número de operários atuando. O trabalho exigia um bom porte físico e boa saúde, pois muitos necessitavam caminhar quilômetros para realização de trilhos do trem.

Os ferroviários sempre demonstraram uma vivência e união de classe, sempre atentos as mudanças políticas no Brasil, reivindicavam pautas como horário de trabalho, melhoria no ambiente, pagamento de salários em dia, auxílios. Pois os mesmos foram contratados para a operacionalização dos transportes e a prestação

de serviço sobre os trilhos de ferro. Dentre as atividades e demandas físicas e laborais dos mesmos.

Como visto, o mutualismo no meio ferroviário é parte do conjunto das experiências profissionais e sociais compartilhadas pelos trabalhadores ferroviários gaúchos já a partir do século XIX. Das práticas iniciais de beneficência advieram preocupações como os momentos de incerteza laboral, especialmente quando os trabalhadores eram demitidos, se acidentavam ou faleciam. Por não possuírem nenhuma garantia trabalhista ou quaisquer formas de assistência social das instâncias governamentais, tiveram anteriormente as práticas cooperativas as preocupações de ordem mutual (Flôres, 2008, p.137).

Com as práticas laborais em sua maioria de esforço físico e em locais inabitados, muitos sofriam com desgaste e acidentes trabalhistas. A busca por estes “benefícios” de ter um auxílio em caso de acidente para não comprometer sua renda familiar era uma preocupação de todos que trabalhavam nos trilhos da Viação Férrea de Santa Maria- RS.

Migração de Trabalhadores Ferroviários em Santa Maria- RS

Quando uma cidade demanda de uma grande quantidade de mão de obra a mesma busca nas cidades vizinhas, a divulgação pela oportunidade de trabalho é estendida para fora do marco municipal. O meio de transporte, a ferrovia veio para impulsionar a economia, social, urbanização e integração de camadas sociais. Com a chegada dos trilhos na região central, a mesma precisou ter um aparato para receber os viajantes e trabalhadores da ferrovia.

A chegada da estrada de ferro à cidade de Santa Maria foi um fato muito aguardado, uma vez que esta viria a suprir as necessidades de transporte de mercadorias e passageiros na região. Em determinadas épocas do ano, quando ocorriam muitas chuvas, as estradas regionais tornavam-se intransitáveis, causando a falta absoluta de gêneros no comércio (Belém, 2000, p. 160)

Na época da chegada da futura ferrovia em Santa Maria- RS, a mesma não possuía um grande número de habitantes, com a chegada da estrada de ferro isso mudou, pois foram muitos viajantes e trabalhadores que chegaram na cidade. Com essa demanda de locais para receber os visitantes e acolher os trabalhadores da ferrovia, a cidade precisou construir hotéis e pousadas.

No ano 1889 já era possível perceber o vigoroso impulso que a chegada da ferrovia deu para o desenvolvimento do município. A estação, como grande portal da cidade na época, propiciou a propulsão de uma série de atividades de comércio e serviços junto de seu entorno, a fim de dar suporte aos viajantes que se encontravam na cidade. Assim, foram inaugurados muitos hotéis nas proximidades da estação, principalmente nas ruas 7 de setembro, Manoel Ribas e na então Avenida Progresso. Além destes, também se expandiu o número de restaurantes e

lojas de vestuário e utensílios variados, principalmente na citada avenida, que passou a se configurar como um importante local de atividades comerciais e de serviços (Belém, 2000, p. 165).

Foram surgindo casas, bairros do proletariado em torno da construção da ferrovia, estes sendo dos trabalhadores da mesma, vindo de várias regiões do estado. Estas demandas fizeram com que a concessionária construísse um habitacional para seus trabalhadores, a Vila Belga. Sendo assim, a migração de trabalhadores e chegada da estrada de ferro na cidade serviu para impulsionar o crescimento e urbanização da cidade de Santa Maria.

Portanto, a migração foi necessária para a cidade, não unicamente mas inicialmente, já que muitos resolveram ficar para criar seus filhos e fazer de Santa Maria sua cidade do coração e manter-se perto daquilo que foi sua obra, sua vida trabalhadora e também uma atividade que serviu como tempos de grandes ganhos para a cidade.

Processos Judiciais Trabalhistas como Patrimônio Documental

Desde o início das civilizações, as pessoas precisam criar e seguir normas de um determinado grupo, sociedade. Essas normas são hoje chamadas de Leis, decretos, regulamentos. Porém nem tudo foi seguido em sua totalidade, é preciso sempre estar em movimentos conforme a sociedade se desenvolve. Com o desenvolvimento da sociedade, as mulheres buscam espaço no mundo do trabalho, porém primeiramente por necessidade, necessidade para manter sua casa, família.

O Decreto/Lei, CLT, pode ser considerado um dos primeiros documentos importantes nesta luta trabalhista no direito do trabalho. Sendo que “documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa” (Bellotto 2006, p.35), neste caso, o documento é o Decreto/Lei.

Considerando que o decreto é de valor inestimável para o início da busca por direitos de melhoria no mundo do trabalho, é possível dizer que o decreto faz parte da história de luta de classe. Sendo então considerado um documento de arquivo, ou seja, ele foi produzido por uma entidade pública no transcurso das funções que justifica sua existência. Bellotto (2006) essa existência de tal documento é importante para questões de prova onde se busca informações sobre direitos trabalhistas.

O direito trabalhista surgiu com a revolução industrial, para regulamentar mão de obra nas indústrias e comércios. Com essa demanda de trabalhadores as empregadoras precisaram movimentar-se nas questões de melhorias dos horários trabalhados e pagamentos. No âmbito do direito trabalhista começou a surgir insatisfações do proletariado, ou seja, reivindicações para o bem-estar dos trabalhadores. Assim, surgindo os primeiros processos judiciais trabalhistas.

Sendo que Kich (2011, *apud* Fausto 2015, p.30) “os processos judiciais são reconhecidos como imprescindíveis fontes de pesquisa, ao contrário do passado, onde seus arquivos junto às instituições judiciais, eram simples depósitos de papéis.” Estes processos judiciais surgiram devido a grandes demandas dos direitos adquiridos pelo proletariado que não eram atendidos por seus empregadores durante

ou após saída do setor trabalhista. No mundo do trabalho os ferroviários buscaram seus direitos entrando na justiça, iniciando assim um processo trabalhista.

Este processo aberto após o início da Consolidação das Leis Trabalhistas é de grande valia para pesquisadores no mundo de hoje, para entendermos as lutas da época. Portanto o processo judicial trabalhista requerido nos anos de 1943 até 1953, hoje é considerado um patrimônio documental. A Unesco- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, descreve as seguintes características ao patrimônio documental:

Movíveis, feitos de símbolos/códigos, sons e/ou imagens; preserváveis (os suportes são elementos inertes); reproduzíveis e transladáveis; o fruto de um processo de documentação deliberada. Além disso, a configuração do documento se dá pelo conteúdo informativo e o suporte no qual este se consigna(UNESCO, 2002).

Sendo o processo judicial um conjunto de documentos, estes de conteúdo informativo e preserváveis devido a sua fonte de prova existente internamente, é de fato importante ser considerado como patrimônio documental judicial. Kich (2011, p. 22) “Os arquivos judiciais representam um patrimônio para a reconstrução da vida diária e das relações sociais, para a pesquisa e o ensino. Mesmo os processos findos, que não apresentam mais quaisquer possibilidades de recursos, são fontes de elementos de prova e acesso a memória. “ Sendo esta definição de patrimônio documental abrangente, considerando o que a autora descreveu, os processos judiciais trabalhistas são patrimônio documental para fins de prova, pesquisas e valores da memória da classe trabalhadora.

O patrimônio documental Brasileiro recebe atenção, porém precisará de mais e mais, pois é neste acervo que a história e lutas trabalhistas estão escritas e averiguadas.

Essa responsabilidade de preservação do patrimônio documental para a sociedade não é dos dias atuais, porém funciona para um público mais envolvido no assunto. No caso das lutas dos direitos trabalhistas existem muitas ações e lugares de preservação, exemplos são os memoriais da Justiça do Trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das breves leituras dos livros e pesquisas sobre ferroviários no mundo do trabalho notou-se que entre 1943 até 1953, a busca por direitos trabalhistas foi através de processos judiciais.

A chegada de Getúlio Vargas e da Aliança Liberal ao poder inaugurou o projeto de governo corporativista e de conciliação de classes, que convocava as instituições a desempenharem funções de colaboração com o governo, cujas primeiras ações foram aprovação de decretos a regular as relações de trabalho (Fraccaro,2018, p.57).

Ao longo das décadas várias leis, normas e decretos foram mudados.

Por isso, avançam e retrocedem sem ser previamente dirigidos por uma única lógica. Separar esses direitos em hierarquias talvez apenas contribua para uma noção de cidadania: aquela que justamente temos nos dedicado a considerar criticamente e que foi hegemônica na “Era Vargas” (Konrad, 2013, p.04).

As lutas pelos direitos trabalhistas são necessárias e de grande preocupação a todo momento, pois o governo sempre buscou pela colaboração dos trabalhadores, mas isso não significa que o mesmo colabore, pois tens que dialogar com empresários e seus representantes. Por motivos do governo utilizar sempre “o meio campo”, os trabalhadores estão sempre atentos às demandas da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.** Aprova a consolidação das leis do trabalho. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm , acesso em 12 de jul 2023.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria: 1797-1933.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental.** _4. ed. _Rio de Janeiro: Editora FGV,2006.

FAUSTO, Letícia da Silva. **A mulher trabalhadora em Santa Maria durante o estado novo (1937-1945).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria,2015.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Os trabalhadores da V.F.R.G.S: profissão., mutualismo, cooperativismo.** Santa Maria: Pallotti, 2008.

FRACCARO. G. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa//Antônio Carlos Gil.** 4.ed.-São Paulo: Atlas,2002.

KICH, T.J.F, **Descrição do Patrimônio Judicial: processos da Primeira República do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Santa Maria,2011.

KONRAD, Gláucia V.R; KONRAD, Diorge A. **O Rio Grande do Sul e o Brasil na Historiografia do Trabalho (1930-1945).** Revista Mundos do Trabalho, vol. 5, n. 10, p. 91-105, julho-dezembro de 2013

LEITE, Carlos H. B. **Curso de Direito do Trabalho / Carlos Henrique Bezerra Leite.** – 15. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.

MORAES. R. A, **As Demandas Judiciais dos Trabalhadores Santamarienses na busca pela efetividade da CLT entre os anos de 1946 a 1948.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

UNESCO. Memória do mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Ed.ver.2002. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Diretrizes%20para%20a%20salvaguarda>. Acesso em 30 jan 2023.



Saúde Mental no Trabalho: O Compliance como Instrumento Efetivador da Nr-1 à Luz de Ronald Dworkin

Mental Health in the Workplace: Compliance as an Instrument for Enforcing NR-1 in the Light of Ronald Dworkin

Helíssia Coimbra de Souza

Resumo: As relações laborais foram transformadas de uma luta de classes para a união dos interesses em prol de bens e valores comuns. As partes contribuem para o alcance do meio ambiente de trabalho próspero e sustentável. A importância da saúde mental é analisada no contexto do Vetor Editora e Serviços, além do Hospital Adventista de Belém (Adventist Health). A problemática estudada traz como reflexão: como o direito à saúde mental contribui para o meio ambiente de trabalho no Brasil, tendo por base a NR-1 e o pensamento de Ronald Dworkin? O objetivo geral do estudo consiste na observância da saúde mental como parte essencial para a sadia qualidade de vida dos trabalhadores. Os objetivos específicos estão alicerçados: na saúde mental enquanto um direito humano e regulamentado no Brasil; a saúde mental como um dever, a partir dos ditames estabelecidos pela Norma Regulamentadora 1; e o legado de Ronald Dworkin. Os resultados apresentam as novas possibilidades trazidas pela NR-1, sendo cada instituição responsável pela contribuição com a saúde mental dos trabalhadores. O legado de Ronald Dworkin torna-se chave para a compreensão da NR-1, sendo o direito do trabalho contemporâneo observado de forma sensível e harmônica aos fatos apresentados.

Palavras-chave: saúde mental; trabalho; compliance; NR-1; Ronald Dworkin.

Abstract: Labor relations have shifted from a class struggle dynamic to a convergence of interests aimed at achieving shared goods and values. Both parties contribute to fostering a prosperous and sustainable work environment. The importance of mental health is examined in the context of Vetor Editora e Serviços and the Adventist Hospital of Belém (Adventist Health). The central question addressed in this study is: how does the right to mental health contribute to the work environment in Brazil, based on NR-1 and the philosophy of Ronald Dworkin? The general objective of the article is to consider mental health as an essential component of workers' overall quality of life. The specific objectives are grounded in: mental health as a human right regulated in Brazil; mental health as a duty, in accordance with the provisions established by Regulatory Standard No. 1 (NR-1); and the legacy of Ronald Dworkin. The findings highlight the new possibilities introduced by NR-1, assigning each institution responsibility for contributing to workers' mental health. Ronald Dworkin's legacy becomes key to understanding NR-1, as contemporary labor law is approached with sensitivity and harmony in light of the facts presented.

Keywords: mental health; work; compliance; NR-1; Ronald Dworkin.

INTRODUÇÃO

Os seres humanos organizavam suas vidas em torno de pequenas comunidades, partilhando de bens e valores estabelecidos entre os próprios integrantes. O trabalho estava restrito ao próprio sustento e ao desenvolvimento local.

O processo de urbanização levou pessoas para as grandes cidades, sendo a organização do trabalho pautada na satisfação de necessidades pessoais. As comunidades próximas deram lugar aos conglomerados de indivíduos que formam os centros urbanos. Os trabalhos não visam mais a satisfação de interesses coletivos, mas aos ditames estabelecidos pelo patronato.

A contemporaneidade apresenta como marco a união das necessidades de lideranças e trabalhadores. As rupturas históricas provocadas pelo êxodo rural e movimentos industriais levantou questões em nível de direitos humanos e direitos específicos para o âmbito trabalhista.

O estudo apresenta o tema latente quanto ao desenvolvimento psicológico dos trabalhadores, sendo tal direito afirmado no âmbito nacional e internacional. O Brasil apresenta a Norma Regulamentadora 1, sendo essa uma importante base para prevenção e solução de conflitos no meio ambiente de trabalho.

O direito humano à saúde mental acompanha os princípios e valores consagrados no direito do trabalho brasileiro. A problemática reside no questionamento: como o *compliance*, aplicado sob a perspectiva da teoria dos princípios de Ronald Dworkin, torna-se um instrumento eficaz e sustentável para o meio ambiente de trabalho saudável preconizado na NR-1?

O objetivo geral consiste na observância da saúde mental como parte essencial para a sadia qualidade de vida dos trabalhadores. A Norma Regulamentadora 1 retirou as questões em saúde mental da esfera moral, estabelecendo todos os parâmetros sob os quais as empresas não poderão desbordar.

Os objetivos específicos estão alicerçados: na saúde mental enquanto um direito humano e regulamentado no Brasil; a saúde mental como um dever, a partir dos ditames estabelecidos pela Norma Regulamentadora 1 e o *compliance*; culminando no legado de Ronald Dworkin, sendo a teoria dos princípios avaliada para melhor solucionar casos difíceis envolvendo saúde e meio ambiente de trabalho.

A metodologia utilizada será a bibliográfica, estabelecendo as bases do direito à saúde mental e meio ambiente de trabalho com autores de referência. O método de estudo de caso traz testemunhos relevantes para o tema, sendo analisados os impactos para a saúde biopsicoonética da Vetor Editora e Serviços, além do Hospital Adventista de Belém (Adventist Health).

Os resultados apresentam as novas possibilidades trazidas pela NR-1, sendo as empresas responsáveis pela contribuição com a saúde mental de seus trabalhadores. O direito ao desenvolvimento psicológico deve fazer parte da cultura empresarial, como demonstram os entendimentos de Tribunais Regionais do

Trabalho. A teoria dos princípios elaborada por Ronald Dworkin é analisada a partir de doutrinas basilares, podendo ser afirmada como uma via mais eficaz e justa para ordenar casos complexos.

O legado de Ronald Dworkin torna-se chave para a compreensão da NR-1, sendo o direito do trabalho contemporâneo observado de forma sistemática. A garantia de saúde mental no meio ambiente laboral traz como resultado um novo mercado, onde empresas não apresentam somente a quantidade, mas devem expor a qualidade das suas atuações.

O PROCESSO EVOLUTIVO DOS DIREITOS HUMANOS TRABALHISTAS

A primeira geração de direitos humanos fora marcada pelo reconhecimento da autonomia da vontade. O exercício da função do existir foi valorizado como parte essencial de um trabalho onde as pessoas não se viam escravizadas pelo estado.

A segunda geração tornou-se um marco evolutivo por afirmar que, apesar da liberdade ser intrínseca aos seres humanos, esta coaduna com responsabilidades ordenadas pelo estado. Os deveres observados por meio de leis e normas regulamentadoras são essenciais porque “o próprio conflito não poderá ser resolvido, visto só em suas relações de homem a homem, mas deve ser encarado de homem a homem vivendo ambos em sociedade” (Raitani, 1979, p. 9).

A presença do estado passa a ser vista enquanto um ente que previne, e na ocorrência, medeia os conflitos existentes. Essa visão do estado enquanto incumbido da realização de ações e serviços públicos, está diretamente ligada ao terceiro patamar dos direitos humanos. A dimensão das tutelas transindividuais reflete a interseccionalidade contemporânea, onde uma questão trabalhista entre partes gera efeitos em outras áreas e modifica o viver de outras pessoas.

O estudo analisa o direito à saúde mental pela amplitude e relevância que esse tema apresenta no contexto trabalhista. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a saúde nas esferas biopsicossocial, sendo papel das empresas a elaboração de códigos de conduta que versem sobre a saúde mental no meio ambiente de trabalho.

O direito humano à saúde mental está intrínseco na terceira dimensão dos direitos humanos, onde os aspectos ambientais, culturais e relacionais estão elencados. O meio ambiente é observado como o entorno onde um trabalhador está inserido, sendo a cultura caracterizada pela forma como a empresa compreende os seus processos produtivos. O ponto relacional é chave, pois não engloba apenas a comunicação entre colegas e liderança, mas abrange toda a sociedade.

O direito humano à saúde mental, interpretado para a realidade das organizações no Brasil, precisa envolver os trabalhadores de modo sistemático. Conforme preceitua a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde fisiológica do trabalhador precisa estar em dia, e a estruturação do trabalho precisa ser respeitosa

as capacidades individuais de cada funcionário. No tocante aos relacionamentos, as empresas não devem se atentar exclusivamente para as dinâmicas de trabalho, sendo a sociedade avaliadora sobre como a empresa se posiciona no mercado.

Avaliar condicionantes históricas e culturais desse trabalhador, através de instrumentos válidos e confiáveis. A empresa deve ter profissionais capacitados, pois, uma cultura que não oferece um porque, um para que aos seus trabalhadores, não conseguirá fazer um manejo adequado dos comportamentos (Vetor Editora, 2025).

A conceituação do direito ao trabalho decente torna-se chave para esta pesquisa, haja vista que a OMS preceitua a saúde de forma integral. Não existe possibilidade de uma empresa se desenvolver sem o empenho de cada pessoa que a integra. Os trabalhadores, ainda que observados dessa forma por estarem em relações laborais, não deixam de ser pessoas que estão construindo um sentido para as suas vidas.

O comportamento dos trabalhadores, em partes está condicionado aos regulamentos da empresa. O trabalho decente observado pela OIT não está restrito a esfera da produtividade, tendo como principal parâmetro a qualidade assegurada pelas empresas. O cumprimento dos direitos laborais assegura que cada funcionário se sinta parte integrante da organização.

O trabalho decente não envolve apenas a forma como se produz um produto ou serviço, mas observa o trabalhador como uma pessoa que se realiza através do exercício profissional. O trabalho decente pode ser observado na capacidade do funcionário sair de si mesmo, colocando os seus dons e talentos à serviço da coletividade.

O Direito à Saúde Mental Nas Empresas Como Garantia Do Trabalho Decente

As empresas que se preocupam com cada trabalhador em suas dimensões biopsiconoéticas, consequentemente são promotoras do trabalho decente e da excelência empresarial.

Assegurar o mínimo de proteção à atividade laboral a partir da definição de diretrizes basilares que devem ser respeitadas. Desse modo, não basta que seja garantido ao indivíduo o acesso ao trabalho, é preciso que sejam garantidas as condições dignas de trabalho, que possa exercer seu ofício tendo sua dignidade preservada, ou seja, percebendo uma contraprestação justa, laborando com observância das normas de higiene, saúde e segurança do trabalho, usufruindo do direito a férias remuneradas periódicas, tendo garantida a limitação razoável das horas de trabalho, o direito a repouso e lazer. Para tanto, faz-se necessário o incondicional respeito aos direitos essenciais assegurados (Ferreira; Ferreira, 2020, p. 3).

O direito à saúde mental no meio ambiente de trabalho torna-se mais seguro e efetivo com a Norma Regulamentadora número 1. As empresas conseguem ter

parâmetros de atuação, sem deixarem de adaptar os ditames normativos para as suas realidades.

Gráfico 1 – Afastamentos por Saúde Mental entre 2014 e 2024.



Fonte: adaptado de G1, 2025.

A crise de saúde mental no Brasil não foi provocada pela pandemia, sendo o período de emergência sanitária apenas revelador das necessidades sociais ocultas. A determinação de distanciamento coletivo levou as pessoas para dentro das suas casas. A interiorização do modo de vida permitiu que elas refletissem sobre questões em saúde com maior amplitude.

O direito do trabalho já estava em transformação, da mesma forma que as empresas observavam a necessidade de revisar os seus estatutos. Os processos sociais estavam cada vez mais globalizados e híbridos, acarretando uma sobrecarga de informações e estímulos.

A cultura empresarial que sofreu impactos significativos pela inserção das novas tecnologias, na atualidade precisa aprimorar as relações e o próprio ambiente de trabalho. A cultura empresarial é moldada, em parte por bases legais existentes, e em outra parte pelo livre arbítrio da liderança. No tocante a esfera da vontade, faz-se necessário um compromisso coeso entre todos os que integram a empresa.

Os princípios e valores empresariais não são ditados por normas legais expressas, cabendo a liderança ser responsável pela cultura que regerá a empresa. A compreensão de trabalho decente não é uniforme, haja vista que cada empresa apresenta a sua realidade. O conceito está estabelecido, mas a forma como ele vai se dar tem caráter interpretativo.

As lideranças não podem mais ser observadas como meras detentoras do poder de mando. A ordem estabelecida precisa se dar de forma que todos contribuam para o desenvolvimento da empresa. O trabalho decente é observado como um direito reconhecido na esfera internacional. O ponto-chave consiste no igual reconhecimento de que este direito está sobreposto ao cumprimento de deveres.

As esperanças não merecem proteção jurídica. Quando têm motivos suficientes para serem protegidos, a sua proteção deve abranger a dimensão subjetiva e objetiva da esperança, que engloba quatro elementos: os atos internos de esperança (desejar, aspirar e acreditar), o direito a ter certas oportunidades, as possibilidades de meios próprios para alcançar o que se espera e algumas oportunidades consolidadas (Riofrio, 2023, p. 122).

A amostra do gráfico traz compreensão da importância de se elevar a saúde mental nas empresas. Mesmo os casos nos quais não se requer afastamento, o nível de satisfação de cada trabalhador, e conseqüentemente, de produtividade, reduz significativamente.

O Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) não existe para impedir o desenvolvimento de transtornos mentais em trabalhadores. O objetivo de uma estrutura física e um programa que abranja a saúde mental nas empresas consiste em: prevenir casos futuros, auxiliar os funcionários no estágio inicial, além de dar suporte em caso de regresso pós afastamento.

As bases legais no Brasil não podem ser efetivadas sem o olhar sensível para os contrastes sociais que marcam a história do país. No âmbito empresarial estas fraturas históricas também se fazem presentes, sendo majoritário o número de microempreendedores que não podem arcar com a contratação de psicólogos e espaços projetados para estes profissionais.

A sensibilidade dos profissionais que atuam no âmbito do direito do trabalho é imprescindível, haja vista que, muitos empregadores não são indiferentes, apenas carecem de recursos físicos e econômicos para manter psicólogos internamente.

O trabalho decente não é um trabalho sobre-humano, ou seja, isento de problemas e que sujeita as empresas ao cumprimento de normas com alta rigidez. As bases legais, assim como a Norma Regulamentadora número 1, objetivam auxiliar que organizações possam atuar de forma mais assertiva para com os seus trabalhadores.

A Pandemia do Covid-19 trouxe desafios humanos e organizacionais, mas a extração do significado de cada um deles revela um novo direito do trabalho. As metas e objetivos estabelecidos pelas empresas não perdem sua importância, apenas são analisados de forma que todos sintam-se parte desse processo.

O acolhimento dado para cada funcionário, não caracterizando-o pelo que faz na empresa, mas observando todas as suas dimensões – biopsicoeconômicas, torna-se a essência do direito do trabalho. As capacidades profissionais devem ser analisadas, pois estas impactam diretamente na produção e qualidade do que será ofertado a sociedade.

O ponto diferenciador consiste na transcendência da oferta de produtos e serviços, permitindo que a coletividade conheça os princípios, a missão e os valores da empresa. O trabalhador não é apenas um número que compõe o quadro de funcionários, mas uma pessoa que aspira alcançar propósitos de vida através do trabalho que desempenha.

A liberdade interior se perfaz na responsabilidade de quem não se fecha em si mesmo, mas transcende-se em direção aos outros, por meio do trabalho, amor e sacrifício, que são as três fontes principais de descoberta do sentido da vida. O sentido da vida é a vocação a que cada um é chamado, que o singulariza e o torna insubstituível (Frankl, 2023, p. 12 *apud* Pinheiro, 2023, p. 12).

As empresas podem elevar a sua produtividade, ao mesmo tempo que elevam a qualidade da sua marca quando compreendem a importância do processo. O direito ao desenvolvimento psicológico não se perfaz apenas nas relações internas. Os consumidores estão atentos e podem fazer parte da concretização desta garantia, usando da sua liberdade interior para pesquisar e selecionar organizações sustentáveis.

O COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO EFETIVADOR DA NR-1

O *compliance* não impede atos ilícitos em sua totalidade, mas auxilia na identificação efetiva da ocorrência e seus atores. A palavra conformidade advém do verbo *to comply*, mas não está restrito a ele. A adoção do *compliance* por uma empresa afirma seu compromisso institucional para com o desenvolvimento das pessoas e do meio ambiente.

Trata-se de um conjunto de medidas tomadas que visa garantir que todas as normas pertinentes ao *compliance* sejam cumpridas e observadas pelos funcionários das organizações no âmbito de se evitar infrações e promover as devidas punições às eventuais ilegalidades que porventura forem cometidas (Verissimo, 2017).

Ainda que a conformidade seja um dos aspectos inerentes ao *compliance*, ela não é o único. A empresa que adota um programa de *compliance* tem o compromisso de instituir uma nova cultura.

O acordo de conformidade é observado conjuntamente ao código de ética e normas específicas para cada setor. A cultura da conformidade não exige apenas respeito aos ditames legais. O relacionamento interno e externo que a empresa constrói permite a sustentabilidade dos negócios.

O *compliance* não tem um processo ou técnica a ser seguida para ser implantado, mas as peculiaridades de cada organização deverão ser analisadas e levadas em consideração no momento da sua inserção de acordo com suas necessidades e áreas de riscos (Mendes e Carvalho, 2018).

Os produtos e serviços não formam o conceito de negócios integralmente. A cultura empresarial é indissociável do desenvolvimento sustentável das empresas e seus colaboradores. O *compliance* torna-se um instrumento que concilia os interesses das empresas e colaboradores, agrupando os bens e valores comuns.

A saúde mental dos funcionários é um direito humanamente reconhecido, assim como a da liderança responsável por toda ordenação empresarial. O *compliance* atua como instrumento que previne e medeia a solução de litígios.

A Norma Regulamentadora 1 não veio para inibir a atuação dos trabalhadores e líderes. A função social da norma consiste em ordenar o trabalho para a dignidade humana.

1.4 Direitos e deveres

1.4.1 Cabe ao empregador:

a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho;

e) determinar procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho, incluindo a análise de suas causas;

g) implementar medidas de prevenção, ouvidos os trabalhadores, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

I. eliminação dos fatores de risco;

II. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas de proteção coletiva;

III. minimização e controle dos fatores de risco, com a adoção de medidas administrativas ou de organização do trabalho; e

IV. adoção de medidas de proteção individual (Brasil, 2020).

O cenário de crises sociais e econômicas favorecem o aparecimento de conflitos laborais. A sociedade contemporânea apresenta uma visão de vida fragmentada, contrariando pilares internacionais em saúde.

A Norma Regulamentadora 1 trouxe a obrigação para as empresas de promover saúde integral. O pensar da vida unificada traz benefícios em nível biopsicossocial, observando o trabalhador como uma pessoa que se desenvolve através da empresa.

As empresas não podem resolver todas as questões dos seus trabalhadores. O ponto-chave trazido pela NR-1 é a contribuição do meio ambiente do trabalho para vivificar ou adoecer o ser humano.

O *compliance* é um grande aliado da NR-1 para desenvolver novos aspectos culturais. O corpo formativo da empresa sente-se responsável quando existe uma norma operante.

A obrigação de se atentar aos ditames normativos, gradativamente potencial para se transformar em adesão voluntária.

O estabelecimento de uma cultura empresarial é permeado por desafios. A necessidade impera com mudanças no âmbito social, econômico e ambiental.

O processo de *compliance* advém das mudanças éticas e quanto aos códigos de conduta. O aumento da produtividade e da colaboração entre os membros são marcos a serem atingidos.

O Modelo de Negócios da Vetor Editora e Serviços

A Vetor Serviços torna-se um modelo de parceria com empresas nos diversos segmentos, sendo o ponto unísono de promover saúde mental através de programas especializados.

A Vetor Serviços afirma o trabalho decente através de palestras, aplicação de construtos, além de programas que avaliam periodicamente se a empresa precisa de alguma mudança. Os psicólogos terceirizados são especialistas no âmbito organizacional, favorecendo as empresas por oferecem projetos adaptados à realidade de cada local.

A aplicação e o desenvolvimento das medidas mencionadas, quando bem estruturados e ministrados por profissionais qualificados, podem trazer resultados importantes e altamente satisfatórios, impactando de forma positiva os trabalhadores, possibilitando-lhes algum desempenho, e as empresas, como uma poderosa ferramenta de gestão e humanização das relações de trabalho (Macedo, 2022, p. 7).

A instituição torna-se íntegra e coesa pela observância biopsicoespiritual do ser humano. A Vetor Editora testemunha os construtos que desenvolve, mantendo uma cultura organizacional voltada para a participação ativa de todo o corpo formativo.

A Vetor Editora é uma empresa de pesquisa e desenvolvimento em psicologia e avaliação psicológica há mais de 57 anos no mercado, no qual produz e promove saúde mental e emocional de pessoas e organizações em todos os segmentos, pois temos um compromisso com o bem-estar visando qualidade de vida de todos. A área de Serviços da Vetor desenvolve, de maneira sustentável, o comprometimento, o engajamento, a eficácia e os resultados das pessoas e das organizações por meio de: atendimento as demandas de empresas, clínicas e profissionais da área da saúde; customização de projetos diversos para as organizações; promoção de autoconhecimento e saúde mental (Ventura, 2025).

A Vetor Editora apresenta um histórico que coaduna com o direito do trabalho contemporâneo. Há mais de 57 anos, esta empresa é responsável pela promoção de saúde mental as pessoas e organizações dos mais diversos segmentos.

A Vetor apresenta unidades físicas, sendo uma na capital São Paulo, outra na cidade de Campinas, além do estado do Rio de Janeiro. O propósito da empresa consiste em auxiliar profissionais autônomos e organizações quanto ao desenvolvimento psicológico.

O *compliance* torna-se um testemunho de como a cultura empresarial pode ser mais viva e eficaz. O cuidado com a saúde dos colaboradores precisa ser pensado de forma integral, da mesma forma que o *compliance* apresenta bens e valores comuns.

A Norma Regulamentadora 1 trouxe um novo olhar para a cultura da conformidade, não restringindo o *compliance* apenas aos padrões éticos e tecnicistas.

Ainda que o dever – ser de cada membro da empresa importe, conjuntamente aos cuidados técnicos que as atividades exigem, um bom programa de *compliance* observa as pessoas envolvidas.

Estar em conformidade significa que uma pessoa jurídica, seja ela pública ou privada, está aderente às normas e regulamentos aplicáveis à sua atuação. Isso implica cumprir com as obrigações legais e regulatórias pertinentes, bem como adotar práticas e controles internos que visem à prevenção e detecção de condutas irregulares ou ilícitas. A observância de padrões de *compliance* é fundamental para garantir a integridade e a sustentabilidade das atividades empresariais, tanto para mitigar riscos legais quanto operacionais (Câmara, 2024, p. 29).

O referendado Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) tem como princípio a busca pela qualidade de vida do trabalhador, concebendo a função desenvolvida na empresa como parte integrante do seu bem-estar.

O GRO apresenta um papel imprescindível dentro das empresas, haja vista que, ele é uma ponte entre as necessidades dos colaboradores e as expectativas da liderança empresarial. A documentação prática desse processo chama-se Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), válida desde o ano de 2022.

A Vetor Editora e a Vetor Serviços propiciam que as empresas recebam orientações especializadas quanto a saúde dos colaboradores e diretores. As empresas, por vezes concentradas no desenvolvimento dos seus negócios, não apresentam reserva financeira para a contratação de psicólogos organizacionais.

A otimização gerada pela Vetor Editora e Vetor Serviços consiste na análise do *compliance* em uma perspectiva realista e consistente. O Brasil é uma nação reconhecida pelo espírito empreendedor, precisamente, dos pequenos e médios empresários. A geração de emprego e renda é latente, contudo, existe o desafio de manutenção sustentável destes trabalhadores.

As PMEs, incluindo MEIs, compõem 99% do total de empresas em território brasileiro. Isso significa que quase a totalidade dos negócios se encaixa nessa categoria. As PMEs são responsáveis por 52% dos empregos formais no setor privado, com um total de 16,1 milhões de vagas. Essa contribuição é essencial para o mercado de trabalho e a renda familiar (Camargo, 2024).

As empresas não conseguem arcar com os custos de um profissional especializado, criando um setor onde este pode atualizar e prevenir riscos ocupacionais. A Vetor Editora e Serviços funciona para estas instituições como uma via segura e eficaz para medir a saúde dos trabalhadores. Os testes são validados cientificamente pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), e todos são analisados por uma equipe especializada da Vetor Serviços.

Figura 1 – Aplicação de Testes para Futuras Políticas Empresariais.

Fonte: Plataforma Vetor Online, 2025.

As empresas de pequeno e médio porte podem selecionar, na medida de suas capacidades, a contratação de um programa exclusivo da Vetor Serviços. A exclusividade vem da adaptação do programa para as necessidades específicas de cada empresa. A avaliação financeira também é levada em consideração, podendo ser adicionado ou excluído elementos desse programa.

A Norma Regulamentadora 1 retirou da esfera moral o cuidado com a saúde mental dos trabalhadores. O programa de *compliance*, na atualidade faz referência a cultura de cada instituição, e não somente a como ela deve corresponder tecnicamente.

A Vetor Editora e Vetor Serviços oferta a segurança de que as ações desenvolvidas estão alinhadas com o *compliance* institucional. Ainda que o *compliance* possa ser realizado por profissionais de recursos humanos, existe o reconhecimento da vulnerabilidade desta área frente as minúcias da NR-1.

O *compliance* torna-se um instrumento primoroso na prevenção e solução administrativa das ocorrências. O não ajuizamento de ações traz ganhos públicos e privados, quais sejam: contribui para o melhor fluxo processual no Poder Judiciário, além de dar possibilidade para que as empresas aprendam as dinâmicas conflituais e formas de resolução interna.

O Desenvolvimento Biopsiconoético do Hospital Adventista de Belém

As instituições de saúde perpassam por constante revisões quanto aos modelos de atendimento ofertados. A primazia da Rede Adventista de Saúde (Adventist Health) consiste no modelo de saúde e cuidado integral. Os pacientes e todos os colaboradores contam com hospitais e clínicas completas, ofertando atendimento biopsicoespiritual.

O modelo amazônico de saúde teve início em 1931 com a chegada dos missionários Leo e Jessie Halliwell. O casal adventista norte-americano navegava pelos rios da região em uma lancha nomeada Luzeiro, já propagando cuidados em saúde para todas as dimensões humanas.

No ano de 1953, com suporte da Igreja Adventista do Sétimo Dia e comunidades locais, foi inaugurado o Hospital Adventista de Belém. Inicialmente, as instalações foram projetadas para atender apenas as necessidades dos irmãos ribeirinhos.

A excelência técnica alinhada ao cuidado com a espiritualidade, propiciou que em 1960 o HAB fosse expandido para quarenta leitos. O cenário contemporâneo marca o legado deixado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, que tem como um dos pilares centrais o cuidado com a saúde.

Figura 1 – Distribuição de Livros como Compromisso Social do Hab.



Fonte: Hospital Adventista de Belém, 2024.

O Hospital Adventista de Belém conta com uma infraestrutura completa, realizando acompanhamento em saúde nas mais diversas especialidades. A capacidade do HAB abarca serviços complementares, estes marcados pelo compromisso com a reabilitação completa dos pacientes (fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia etc.).

Possui 1.300 funcionários, dos quais 235 são médicos. Para atender bem os pacientes, a infraestrutura do hospital conta com 38 mil m² de área construída em seus prédios, que estão distribuídos em quatro blocos. A unidade de saúde possui 170 leitos hospitalares, 58 leitos de observação e 11 salas de cirurgia. O hospital também possui um centro de reabilitação avançado, que oferece fisioterapia em diferentes modalidades (Plenc; Oliveira, 2021).

A saúde não deve ser observada apenas nos aspectos humanitários, sendo o funcionamento de um hospital realizado com base em elevados padrões

internacionais. O HAB possui creditações que afirmam sua excelência estrutural e quanto ao corpo técnico, concretizando o direito de acesso a saúde integral.

Em 2019, o Hospital Adventista de Belém foi o primeiro hospital do Brasil a receber a certificação nível diamante por distinção em serviços de terapia intensiva. O prêmio foi concedido pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB) e pelo Instituto Qualisa de Gestão (órgão credenciador de serviços de saúde). Além disso, devido aos bons resultados alcançados pelo HAB no tratamento da sepse, o Instituto Latino-Americano de Sepse (ILAS) lhe concedeu o Certificado de Distinção como reconhecimento pelo tratamento com alto desempenho e resolutividade da doença no hospital (Plenc; Oliveira, 2021).

O Hospital Adventista de Belém permite que a população amazônica tenha acesso aos serviços integrais no âmbito da saúde. A saúde mental é observada de forma biopsiconoética, sendo o papel do HAB essencial para o alcance do grande número de pessoas que passam pelas suas instalações diariamente.

As ações e serviços prestadas pelo Hospital Adventista de Belém não estão restritas aos espaços internos. As comunidades urbanas e ribeirinhas são beneficiadas com o projeto Luzeiro I, onde contam com serviços médicos e odontológicos. A parceria entre os profissionais do HAB e os membros das comunidades reforça o cuidado integral e consistente.

Figura 1 – Médico Walter Streithorst Filho e Professora Aposentada Noemi Neves.



Fonte: Igreja Adventista do Sétimo Dia, 2025.

O Hospital Adventista de Belém não resume seu legado as expansões estruturais e no seu corpo formativo. O apoio constante da Igreja Adventista do Sétimo Dia permite que a instituição se posicione de forma global. As missões institucionais e externas mostram que o direito à saúde é um compromisso humano e social incontestável.

O HAB torna-se exemplo por ter o seu alto funcionamento realizado a partir de planos de saúde ou pacientes particulares. As instituições privadas conseguem se manter de modo eficaz e sustentável a partir de uma boa gestão dos recursos que estas recebem diariamente.

A visão diferenciada do corpo formativo do HAB está centrada na difusão de ações e serviços em saúde. O compromisso da Igreja Adventista do Sétimo Dia não se esgota em pregações internas ou distribuição de materiais reflexivos. O cotidiano do Hospital Adventista de Belém é eficaz porque todos se alinham ao testemunho cristão da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

A arquitetura local, formação técnica e humana dos profissionais, pode ser definida conforme os parâmetros de saúde integral. Conformam as escrituras “Se alguém afirmar: “Eu amo a Deus”, mas odiar seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não vê.” (1 João 4:20).

A TESE DE RONALD DWORKIN PARA COMPREENSÃO DOS PRINCÍPIOS

O direito fora historicamente observado como um congregado de leis que ordenavam a sociedade. O elo entre a coletividade e o estado se dava por meio de instituições públicas, sendo os profissionais responsáveis por compreender o conteúdo das leis e a aplicação destas.

O jurista Ronald Dworkin propõe a visão inovadora do direito enquanto um sistema, afirmado no Brasil como ordenamento jurídico. A tese de Dworkin não abomina a importância de parâmetros regulatórios do bem-viver em sociedade, quais sejam, as leis vigentes em um país. A colocação de Ronald Dworkin é responsável por trazer sensibilidade as friezas legais existentes.

A hermenêutica jurídica é valorizada pelo jurista na possibilidade de integrar as bases legislativas com princípios morais e a justiça substantiva. O compromisso dos juízes não se esgota no entendimento de um código de leis, mas envolve a compreensão das nuances de cada caso.

O trabalho de Ronald Dworkin fora essencial, também para aclarar que toda decisão recairá sobre pessoas, e estas não podem ser resumidas ao peso das leis. A complexidade de muitos temas, como o direito à saúde mental, envolve características biopsiconoéticas que só podem ser alcançadas pela sensibilidade humana.

Para Dworkin (2003), não há criação do Direito pelos magistrados, mas construção do Direito pelas partes mediante os princípios, portanto abandona o marco teórico, a perspectiva unilateral das regras, conforme defendia o positivismo. O convencionalismo mostra-se falho quando não é capaz de explicar o intencionais tomadas por pessoas que planejam, por meio dessas decisões, imputar na comunidade uma obediência geral, com base nas suas próprias decisões, em meio a uma sociedade que é complexa (Dworkin, 2003, n.p. *apud* Costa, 2021, p. 2).

A reflexão acerca da tese de Ronald Dworkin mostra a importância de o direito acompanhar os processos sociais, concretizando uma justiça pacificadora e sustentável frente aos conflitos existentes. A análise do direito enquanto um ordenamento não gera margem para atitudes parciais de magistrados, apenas permite que estes reconheçam os limites legais.

O jurista sempre defendeu a incompletude das leis frente aos desafios presentes e futuros, compreendo essa inconsistência a partir do princípio da integridade. Os magistrados não são investidos em suas funções apenas para proferir julgamentos, mas sobretudo para atuarem como mensageiros da paz social.

As decisões judiciais precisam apresentar razoabilidade e coerência frente aos casos concretos. O processo decisório deve ser transposto, não para satisfazer o ânimo destoadado das partes, mas para conferir-lhes atendimento em suas reais necessidades.

Dworkin (2002) estabelece uma teoria alternativa, pelo princípio da integridade, que se preocupa como os indivíduos podem ter outros direitos, além dos criados de uma decisão ou prática expressa. Como se pode ter direito ao reconhecimento judicial de uma prerrogativa quando não existem decisões judiciais ou práticas sociais inequívocas que conferem decisão em favor dessa perspectiva (Dworkin, 2002, n.p. *apud*, Costa, 2021, p. 2).

O princípio da integridade afirma que os princípios têm validade jurídica, contudo, cabe aos intérpretes das leis realizarem aplicações eficientes e eficazes. A eficiência consiste na compreensão das particularidades de cada caso, promovendo uma abordagem mais ampla e precisa através dos princípios. A eficácia diz respeito a satisfação das partes e não recorribilidade frente as decisões judiciais.

As doutrinas acompanham Ronald Dworkin, mostrando a necessidade veemente de cada magistrado unir a técnica com a sensibilidade própria do ser humano. No campo processual tem-se o reconhecimento de que o direito não acompanha todas as mudanças sociais. Ao intérprete cabe agir com humildade, discernimento e sensibilidade.

O intérprete não pode interpretar a lei como se o tempo estivesse parado, excluindo os fatores variáveis que justificam o alcance evolutivo das normas legais, como se faz todos os dias, num sem-número de situações em que é fértil a vida jurídica. Não pode, assim, isolar-se o Juiz do mundo e permitir-se ignorar o modo pelo qual as coisas se passam na vida. Deve buscar saber o que efetivamente ocorre, o que está no fundo e ao lado dos quadros que lhe são apresentados, o que realça e ilumina o alegado e o provado (Raitani, 1971, 21-23).

O juiz que compreende a sua atuação enquanto animador das fendas e lacunas existentes, expande suas capacidades interpretativas por meio dos princípios. A principiologia jurídica torna-se uma excelente baliza para que magistrados não invoquem interesses escusos aos das partes.

O magistrado deve olhar para as partes enquanto seres humanos dignos, mas sem esquecer que toda liberdade pressupõe uma responsabilidade. As partes

litigantes são livres para ingressarem com uma ação, da mesma forma, o juiz deve ser livre para decidir de forma justa e coerente.

A utilização dos princípios não evoca o elasticamento das leis vigentes, apenas contribui para maior compreensão e decisão sobre casos complexos. A contemporaneidade globalizada e digital apresenta contextos não previstos em bases legais. As mudanças sem precedentes dos contextos sociais exigem sensibilidade e prudência na atuação magistral.

A Tese de Ronald Dworkin Aplicada a Realidade da Vetor Editora e Serviços

Os entendimentos sobre direito ao trabalho vêm mudando para acompanhar os novos processos sociais. A realidade biopsiconoética afirmada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mobiliza lideranças públicas e privadas para repensarem o labor.

O direito ao trabalho fora historicamente estruturado com base em uma luta de classes, está marcada por conflitos administrativos e judiciais. Os fatos contemporâneos, entretanto, vem colocando empregadores e trabalhadores na mesma via de entendimento.

As crises econômicas, sanitárias e políticas impulsionaram reformulações legais para alcançar as reais necessidades no direito do trabalho. A Norma Regulamentadora 1 fora um modelo de como o trabalho não está fixado apenas na geração de renda e produtividade.

A Vetor Editora e Serviços torna-se líder na América Latina por compreender as dinâmicas empresariais de forma sistemática. O trabalho passa a ser observado como um potencializador de bem-estar aos envolvidos, mas também como um deteriorador da dignidade humana das partes envolvidas.

Os princípios e valores inerentes a Ronald Dworkin permitem que o direito esteja integrado as realidades biopsicoespirituais.

A proteção da saúde mental no ambiente laboral, conforme prevista na NR-1 atualizada, representa um avanço normativo significativo e se insere na narrativa jurídica como um novo capítulo do “Romance em Cadeia”, metáfora desenvolvida por Ronald Dworkin.

O romance construído por múltiplos autores otimiza a compreensão do ordenamento jurídico brasileiro. A metáfora de Ronald Dworkin pode ser aplicada para gerar compreensão sobre os riscos laborais existentes, e como estes afetam a dignidade humana das partes.

Nesse cenário, o programa de *compliance* assume um papel interpretativo fundamental: ao internalizar os princípios constitucionais e assegurar a implementação prática da NR-1, ele atua como um agente de integridade, promovendo coerência entre norma, moralidade e responsabilidade institucional.

Os profissionais responsáveis pelo programa de *compliance*, por sua vez, se aproximam da figura do “Juiz Hércules” de Dworkin — pessoas que, munidas de

racionalidade e sensibilidade ética, buscam a melhores respostas para os desafios enfrentados no cotidiano das relações laborais.

A saúde mental no trabalho transcende a mera aplicação regulatória, tornando-se expressão de um compromisso contínuo com os valores que estruturam o direito como prática interpretativa. O *compliance*, portanto, não apenas operacionaliza comandos legais, mas reafirma os princípios que mantêm vivo o romance jurídico em sua cadeia narrativa.

A Vetor Editora e Serviços, por sua vez, amplia a eficácia do *compliance* corporativo no Brasil. A publicação de livros relacionados a psicologia organizacional, elaboração de testes com reconhecimento internacional, tornam o meio ambiente de trabalho mais saudável para todos.

Os líderes empresariais, assim como os trabalhadores que integram as empresas, podem contar com a Vetor Editora e Serviços para a prevenção de conflitos através das políticas corporativas. O legado de Ronald Dworkin, tanto para um programa de *compliance*, como no caso de ajuizamento de ações judiciais, está na compreensão mais completa dos casos por meio dos princípios.

A prevenção e resolução dos conflitos torna-se mais eficaz e sustentável quando os responsáveis pelo programa de *compliance* avaliam principiologicamente os casos. Os magistrados também aprimoram conteúdos legais através da interpretação sensível e coesa proposta por Ronald Dworkin.

A Inovação de Ronald Dworkin no Contexto do Hospital Adventista de Belém

O contexto do Hospital Adventista de Belém é considerado padrão ouro, onde pode-se observar uma instituição reconhecida na excelência em cuidados integrados e humanizados. A proteção da saúde mental dos colaboradores representa não apenas uma exigência normativa, mas um compromisso ético alinhado à narrativa jurídica proposta por Ronald Dworkin em sua metáfora do “Romance em Cadeia”.

A atualização da NR-1, que inclui os riscos psicossociais de forma latente e constante, pode ser interpretada como um novo capítulo na história da proteção trabalhista. O hospital, ao implementar políticas de *compliance* voltadas à saúde mental — como palestras educativas, acompanhamento psicológico e ações preventivas — atua como agente de integridade, dando continuidade à construção de um direito comprometido com a dignidade humana.

A área da saúde é complexa e sensível desde a sua origem, e o gestor de *compliance* assume papel semelhante ao “Juiz Hércules” dworkiniano, ao interpretar normas e princípios constitucionais para oferecer respostas eficazes aos desafios da saúde mental no ambiente hospitalar.

A atuação integrada entre os setores de Recursos Humanos, Psicologia Organizacional e Segurança do Trabalho reforça a coerência institucional e transforma a norma em prática viva. Assim, o Hospital Adventista de Belém não apenas tem a NR-1 como mera formalidade, mas reafirma os valores que sustentam o direito proposto por Ronald Dworkin.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano tem dois atributos internos, quais sejam, o livre arbítrio e a vontade de agir. Através do livre arbítrio cada pessoa pode escolher entre o bem e o mal, sendo a vontade reveladora das intenções por trás das opções selecionadas.

O âmbito do trabalho revela como os seres humanos têm potencial construtivo e destrutivo no mundo em que habitam. O labor pode ser observado como um instrumento que dignifica o caráter, mas também enquanto uma via de promoção do desequilíbrio interior.

O direito a saúde mental no meio ambiente de trabalho está em consonância com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). As preocupações quanto a produtividade ainda é latente, mas não devem constituir o objetivo principal de uma empresa.

As alterações biopsicoespirituais dos trabalhadores precisam ser observadas, de modo que estas canalizem um bem-estar real e sustentável. As lideranças constituem parte importante, mas não dominante dentro de uma corporação. O entendimento de que não existe uma luta de classes, mas sim uma busca contínua pelo desenvolvimento nacional, dá o tom do direito ao trabalho contemporâneo.

A Norma Regulamentadora 1 pode ser vista como um grande mensurador das relações de trabalho, abrangendo aspectos de segurança, saúde mental e a própria dimensão noética dos funcionários.

O *compliance* torna-se uma forma plausível e sustentável de organização setorial em empresas. Os colaboradores reconhecem as suas funções, ao mesmo tempo que ganham ciência das suas obrigações. O termo inglês *to comply* é válido, mas o *compliance* não se esgota com o alcance da conformidade.

A cultura de integridade permeia relações contemporâneas nas instituições que zelam por um trabalho digno, próspero e sustentável. A consciência dos valores inerentes a empresa contribui para ações preventivas e estruturação do programa de *compliance*.

O *compliance* propicia a redução no ajuizamento de ações, contribuindo com o fluxo processual do Poder Judiciário. No tocante às relações administrativas, tem-se o saneamento mais rápido do que aconteceu e quais as pessoas envolvidas.

Os modelos estudados e expostos neste estudo refletem como o *compliance* pode ser um instrumento eficaz e econômico – pensando a médio e longo prazo. A Vetor Editora e Serviços engloba a elaboração de materiais físicos e digitais sobre saúde mental, além de possuir equipes engajadas para auxiliar instituições.

A referência da Vetor Editora e Serviços é resultado da própria estruturação da empresa, que oferta um ambiente de trabalho moderno e que valoriza os talentos de todos os envolvidos. No tocante as parcerias institucionais, o direito a saúde mental pode ser atestado com palestras em diversas empresas. Os instrumentos de avaliação psicológica e psicossocial também auxiliam instituições de ensino a elevarem seus índices de satisfação e rentabilidade.

A segunda referência de direito a saúde mental no meio ambiente de trabalho é o Hospital Adventista de Belém. A rede Adventist Health apresenta o conceito da saúde integral, abrangendo cuidados nas dimensões fisiológica, psicológica e espiritual.

As atividades iniciadas na cidade de Belém em 1931 por missionários americanos, ao longo dos anos fora expandida para um hospital de alto nível. As creditações em saúde afirmam o compromisso da instituição com a promoção dos pilares de cuidado humano.

A religião Adventista do Sétimo Dia não é apenas uma crença propagada, mas testemunho vivido por líderes e colaboradores que atuam no HAB. O cumprimento da Norma Regulamentadora 1 não é apenas oriundo de uma imposição legal. Os valores de fé, caridade e profissionalismo resultam na excelência do HAB.

A teoria de Ronald Dworkin oferece uma contribuição singular do Direito como prática interpretativa, fundada na integridade e orientada por princípios. Ao propor o Direito como integridade, o jurista rejeita a visão positivista, defendendo que decisões jurídicas devem ser construídas com base em uma narrativa coerente, moralmente justificada e historicamente conectada.

A metáfora do “romance em cadeia” ilustra essa concepção: cada juiz, ao decidir um caso, atua como um autor que escreve um novo capítulo de uma obra coletiva. Para que essa narrativa jurídica mantenha sua unidade, é necessário que cada decisão respeite os capítulos anteriores e contribua para a evolução da história do Direito, sempre guiada pelos princípios de justiça, equidade e devido processo legal.

Ao considerar a prática jurídica como uma construção interpretativa que exige integridade e respeito aos princípios, a teoria de Ronald Dworkin se mostra essencial para compreender o papel do juiz na consolidação de um sistema jurídico legítimo e coerente.

Em um contexto de trabalhos cada vez mais dinâmicos e plurais, essa abordagem reafirma a importância de interpretar o ordenamento jurídico com profundidade. A utilização de princípios não anula as contribuições geradas pelo positivismo, mas suscita a compreensão de toda a sociedade para com a velocidade das transformações sociais.

O meio ambiente de trabalho, assim como as relações que o envolvem, precisam ser respeitadas pelos juristas. Os magistrados, na nobre função de intérpretes da lei, devem garantir a confiabilidade das suas decisões. O juiz que alcança as nuances de cada caso e promove uma sentença justa e coesa, consequentemente também gera maior credibilidade e harmonia social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora n.º 01: Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais**. Brasília: MTE,

2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/.../nr-01-atualizada-2025-i-1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CAMARGO, Ricardo. **Porcentagem de Pequenas e Médias Empresas no Brasil: uma análise detalhada**. Camargo & Associados, 29 jun. 2024. Disponível em: <https://camargoeassociados.com.br/CamargoOnLine/Artigo20240629.aspx>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CASEMIRO, Poliana; Moura, Rayane. **Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos**. G1, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2025.

COSTA, Carlos Henrique Generoso. **A interpretação em Ronald Dworkin**. In: Rabello, Fernando (org.). Teoria do Direito. Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r28721.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FRANKL, Viktor. **Em busca de sentido: edição para jovens leitores**. 2. ed. São Paulo: Campinas, 2023.

LOUZADA, Iraciara Faria; Leal, Johender Nascimento de Paula; Silva, Willian Pereira da; Rodrigues, Hugo Leonardo. **A utilização do compliance como ferramenta da governança corporativa**. Revista Cosmos Acadêmico, v. 5, n. 1, p. 1–18, jun. 2021. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2021/06/revista-cosmos-academico-v05-n01-artigo05.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2025.

MACEDO, Antônio. **A importância da saúde mental nas organizações**. In: Vetor Editora. Catálogo Vetor Editora Serviços. São Paulo: Vetor Editora, 2022. p. 7.

PLENC, Daniel Oscar; Oliveira, Josafá da Silva. **Hospital Adventista de Belém**. Encyclopedia of Seventh-day Adventists, 2021. Disponível em: <https://encyclopedia.adventist.org/article?id=7GJ2&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2025.

RAITANI, F. **Prática de processo civil**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1971. 1 v.

SANTANA, Fernanda Lais. **Compliance e governança corporativa**. Conteúdo Jurídico. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/62103/compliance-e-governana-corporativa>. Acesso em: 05 jul. 2025.

SILVA, José Carlos. **A memória, a história e o romance em cadeia de Ronald Dworkin: a busca de uma nova interpretação jurídica**. Revista Derecho y Cambio Social, Lima, n. 58, p. 1–20, jul./ago. 2021. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/2019/1420>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SILVA, Maria Aparecida da; Oliveira, João Carlos de; Souza, Ana Paula. **Trabalho decente e dignidade humana: desafios e caminhos para sua concretização na região Amazônica**. Revista Jurídica Cesumar – Mestrado, v. 23, n. 1, p. 1–20, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/9360/6487>. Acesso em: 02 jul. 2025.

RIOFRIO, Juan Carlos. **The right to hope: a new perspective of the right to have expectations, opportunities and plans**. Washington and Lee Journal of Civil Rights and Social Justice, v. 30, n. 1, p. [faixa de páginas], 2023. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.wlu.edu/crsj/vol30/iss1/6/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

VENTURA, André. **Saúde mental nas organizações: compreendendo a NR 01 e métodos avaliativos**. Comunicação pessoal, material de treinamento, 2025.

VETOR Editora. **Vetor Editora e NR-1: cuidar do colaborador para transformar o futuro [e-book em PDF]**. [S.l.]: Vetor Editora, fev. 2025. Disponível em: <https://blog.vetoreditora.com.br/wp-content/uploads/2025/02/ebook-vs-NR1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.



Estratégias Intersetoriais para Aumentar a Aceitação Comunitária do Centro POP José Pedro, Setúbal/Boa Viagem – Recife (PE)

Intersectoral Strategies to Increase Community Acceptance of the José Pedro POP Center, Setúbal/Boa Viagem – Recife (PE)

Renata Zovka da Paz

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar os desafios de aceitação comunitária enfrentados pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) José Pedro, localizado no bairro de Setúbal/Boa Viagem, Recife (PE). Apresenta-se um conjunto de ações, fundamentado em uma abordagem intersetorial, para melhorar a percepção social e o apoio da comunidade ao equipamento. Os resultados aguardados compreendem maior integração comunitária, redução de estigmas, melhoria da segurança no entorno e fortalecimento da política pública municipal voltada à população em situação de rua.

Palavras-chave: Centro POP; população em situação de rua; segurança pública; planejamento estratégico; aceitação comunitária.

Abstract: This study examines the challenges of community acceptance faced by the José Pedro Specialized Reference Center for the Homeless Population (Centro POP), located in the Setúbal/Boa Viagem neighborhood of Recife, Pernambuco. Using an intersectoral approach, it proposes a set of actions aimed at improving public perception and fostering greater community support for the facility. The expected outcomes include reducing stigma, enhancing community integration, improving safety in the surrounding area, and strengthening the municipal public policy directed toward the homeless population.

Keywords: Homeless population; Centro POP; community acceptance; public safety; strategic planning.

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua constitui um grupo social heterogêneo, caracterizado por extrema vulnerabilidade, violações de direitos e forte estigma social. Equipamentos públicos como os Centros POP, previstos na Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm como objetivo promover inclusão social e garantir direitos básicos, oferecendo atendimento especializado. Apesar de sua importância, a instalação e operação desses equipamentos correntemente encontram resistência local, fenômeno que pode ser interpretado pelo conceito de NIMBY (Not In My Back Yard), em português “não no meu quintal”, assinalado pela aceitação abstrata de políticas públicas, mas com repulsa à sua implementação no território imediato. No caso do Centro POP José Pedro,

implantado em 2023, no bairro de Setúbal/Boa Viagem, nota-se um cenário de tensão entre a função social do equipamento e a percepção negativa de parte da comunidade.

A população em situação de rua constitui um grupo social heterogêneo, com trajetórias marcadas por rupturas familiares, desemprego, pobreza extrema, problemas de saúde mental e dependência química, exigindo ações intersetoriais de proteção social e promoção de vínculos (Brasil, 2008; Sposati, 2017). Essa realidade demanda políticas públicas intersetoriais aptas a garantir proteção social, gerar autonomia e reconstruir vínculos comunitários e familiares.

Nesse contexto, os Centros POP caracterizam-se como equipamentos estratégicos para o atendimento especializado dessa população, oferecendo acolhida diurna, apoio para documentação civil, encaminhamentos para saúde e trabalho, espaço para higiene pessoal, guarda de pertences e fortalecimento de vínculos sociais.

A Prefeitura do Recife mantém quatro Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centros Pop), localizados nos bairros de Santo Antônio (Centro Pop Maria Lúcia), Santo Amaro (Centro Pop Glória), Madalena (Centro Pop Neuza Gomes) e Setúbal/Boa Viagem (Centro Pop José Pedro). Esses equipamentos funcionam de segunda a sexta-feira, em horário comercial, e estão estrategicamente distribuídos para atender diferentes áreas da cidade. Há ainda registros sobre a atuação de um “Centro Popinho” em Santo Amaro, que reforça o atendimento especializado a crianças e adolescentes na região.

Especialmente em áreas de maior renda ou com forte presença de organizações comunitárias, onde a associação equivocada entre pobreza e insegurança ainda persiste, a instalação desses equipamentos quase sempre enfrenta resistência local.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A resistência comunitária à implementação de serviços voltados à população em situação de rua é um fenômeno complexo e multidimensional, que não pode ser reduzido a reações isoladas ou meramente emocionais. De acordo com Goffman (1988), a estigmatização social constitui um dos principais fatores estruturantes dessa resistência.

Constantemente associada a comportamentos dissonantes, como criminalidade e uso abusivo de substâncias psicoativas, a população em situação de rua, caracterizada por indícios de pobreza extrema, desemprego duradouro, rupturas familiares e questões de saúde física e mental. Esse estigma se perpetua na percepção coletiva e induz diretamente a forma como as comunidades interpretam a presença e o impacto de serviços governamentais voltados a esse público.

Além do estigma, é essencial considerar o papel do medo difundido e da impressão de insegurança, conceitos largamente discutidos por Bauman (2009) ao refletir sobre as sociedades contemporâneas. O autor aponta que, no contexto de

uma “modernidade líquida”, as inseguranças existenciais e sociais se amplificam e se transferem para objetos e grupos específicos. Desse modo, a presença de pessoas em situação de rua em áreas residenciais e/ou comerciais é repetidamente percebida como uma ameaça, mesmo quando não há evidências concretas de elevação da criminalidade. Além disso, esse medo não procede apenas de experiências diretas, é alimentado por narrativas midiáticas e discursos políticos que reforçam estereótipos.

Outro componente decisivo é o descompasso na comunicação pública, como interpreta Castells (2009). Comumente o Estado e os gestores públicos não conseguem transmitir de forma clara, acessível e contínua os objetivos, métodos e impactos positivos das políticas voltadas à população em situação de rua. Sem essa comunicação qualificada, prevalece na comunidade uma leitura rasa ou distorcida, pautada por boatos e informações fragmentadas. Essa lacuna comunicacional não só causa prejuízo à aceitação social, como também cria um ambiente fértil para a disseminação de movimentos de oposição.

A ausência de integração intersetorial entre as políticas públicas de assistência social, saúde, segurança e desenvolvimento urbano, em desacordo com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (MDS, 2012), aumenta a resistência. Sem articulação territorial e institucional, serviços isolados tendem a ser percebidos como pontos de concentração de problemas, em vez de instrumentos de solução. Portanto, a intersetorialidade é condição imprescindível para que as respostas às demandas da população em situação de rua sejam abrangentes, coerentes e efetivas.

Diante desse cenário, o planejamento estratégico participativo, como propõe Bryson (2011), emerge como ferramenta essencial. Ao envolver atores comunitários, gestores públicos, organizações da sociedade civil e usuários dos centros no processo decisório, gera-se um ambiente mais propício para a construção de consensos e para a minimização de resistências. Tal planejamento não se resume à definição de metas e indicadores, mas une a escuta ativa, a negociação de interesses e a valorização dos saberes locais, reforçando o sentido de pertencimento e corresponsabilidade.

Além do diálogo social, é necessário que as estratégias adotadas abranjam a eficácia operacional dos serviços. A comunidade costuma avaliar a legitimidade de um serviço público não somente por sua finalidade declarada, mas também pela sua capacidade de criar resultados concretos e visíveis no território. Assim sendo, garantir a qualidade do atendimento, a manutenção adequada das instalações e a segurança no entorno são ações que contribuem para consolidar a confiança da população e diminuir resistências iniciais.

Medidas como melhoria da iluminação pública, ordenamento do espaço urbano, presença de equipes de mediação de conflitos e parcerias com órgãos de segurança podem ser decisivas para transformar a percepção social e alavancar a sensação de segurança. Finalmente, é relevante reconhecer que a alteração de percepção comunitária sobre serviços voltados à população em situação de rua é um processo gradual, que demanda persistência e transparência. Essa abordagem

integrada também fortalece o pacto social em torno da garantia de direitos e da promoção da dignidade humana.

A teoria e a prática de gestão mostram que a localização de equipamentos voltados à população em situação de rua deve considerar critérios de viabilidade territorial, acessibilidade e mitigação de impactos no entorno (Jacobs, 2011; MDS, 2012). Apontam que áreas predominantemente residenciais inclinam a apresentar maior resistência comunitária, riscos de conflitos de convivência e menor adequação logística para serviços de alta rotatividade de usuários. Por isso, a alocação preferencial em zonas de uso misto ou áreas centrais, com oferta consolidada de transporte, serviços de saúde e oportunidades de trabalho, apresenta-se mais compatível.

Em resumo, a aceitação comunitária exige estratégias de planejamento estratégico participativo (Bryson, 2011), que unam eficácia operacional, diálogo social e prevenção situacional de riscos.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

O Centro POP José Pedro desempenha papel central na rede socioassistencial de Recife, oferecendo um conjunto de serviços essenciais que incluem atendimento social individualizado, espaço para higiene pessoal, guarda de pertences, apoio para emissão de documentos, encaminhamentos para serviços de saúde e inserção laboral, além de articulação direta com o programa Consultório na Rua. Essas ações miram na proteção social, na promoção de direitos e na criação de caminhos para a saída das ruas, sendo essenciais para a efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Apesar de sua importância, parte da comunidade residente no entorno manifesta percepção negativa em relação ao serviço, continuamente associando sua presença ao aumento de furtos, uso de drogas em vias públicas e degradação urbana. Essa visão tem sido agravada pela pouca ou inexistente visibilidade dos resultados positivos alcançados.

Há um distanciamento entre o que o Centro POP realiza e o que a comunidade percebe, reforçado pela ausência de campanhas informativas e de divulgação de histórias de reinserção social. Não há divulgação de canais permanentes e estruturados de diálogo entre a gestão pública e a comunidade, impedindo a construção de confiança mútua e a resolução colaborativa de conflitos.

As deficiências no ordenamento do entorno, como iluminação insuficiente, acúmulo de lixo e ausência de mobiliário urbano adequado, comprometem também a percepção de segurança. Esses fatores, combinados, alimentam um ciclo de desconfiança, que pode ser revertido, como já foi dito, apenas por meio de estratégias integradas de comunicação, qualificação do território e participação social.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Propõe-se um Plano Integrado de Melhoria da Aceitação Comunitária (PIMAC), descrito a seguir com ações em quatro eixos: comunicação social e transparência, integração comunitária, segurança e ordenamento urbano e qualificação da rede de atendimento.

Comunicação Social e Transparência

O eixo Comunicação Social e Transparência do PIMAC para o Centro POP José Pedro propõe iniciativas que resgatem o vínculo com a comunidade e garantem o acesso amplo às informações institucionais.

Entre as ações estão a criação e/ou divulgação de canais oficiais multiplataforma (site, redes sociais, informativos e painéis no território), reunindo dados de atendimento, reinserção familiar e laboral, aliado à publicação trimestral de boletins com dados e impactos sociais, e a implantação de um Conselho Local de Comunicação Comunitária, que assegure a participação de usuários, moradores e comerciantes nas decisões e no diálogo contínuo com a gestão.

Além dessas atividades, o plano deve prever campanhas educativas para reduzir estigmas e promover a empatia em relação à população em situação de rua. Complementando, o plano prevê campanhas educativas para reduzir estigmas e promover a empatia em relação à população em situação de rua.

Essas ações atendem à transparência ativa prevista na Lei de Acesso à Informação (LAI) e à diretriz de sensibilização e informação do Decreto nº 7.053/2009, ampliando o acesso da população local e dos usuários às informações sobre o funcionamento do Centro POP, o que pode fortalecer o vínculo institucional e o controle social.

Integração Comunitária

Além da implantação supracitada de um Conselho Local Consultivo, com representantes da gestão, usuários e comunidade, que atuará como espaço permanente de diálogo e construção coletiva, é sugerido realizar eventos integrativos, como feiras, oficinas e ações culturais e ambientais, abertos à participação da vizinhança, com o objetivo de estabelecer vínculos e promover a integração social. Ainda é possível estimular parcerias comerciais solidárias, priorizando a contratação de beneficiários do centro, de forma a fomentar oportunidades e inclusão socioeconômica.

Por fim, indica-se estabelecer o projeto “Portas Abertas”, que permitirá visitas guiadas ao Centro POP para quebrar estigmas e reforçar a transparência. Todas essas ações devem ter metas, indicadores, responsáveis e prazos definidos, garantindo um acompanhamento sistemático e resultados alinhados à participação social e à convivência comunitária previstas na Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Segurança e Ordenamento Urbano

O eixo Segurança e Ordenamento Urbano do PIMAC para o Centro POP José Pedro estabelece ações para melhorar a sensação de segurança, prevenir conflitos e qualificar o espaço urbano no entorno do equipamento. Indica-se instituir um patrulhamento comunitário em parceria com a Guarda Municipal e a Polícia Militar, com o intuito de promover a segurança no território. Também é viável realizar a requalificação do entorno, com melhorias na iluminação, limpeza e sinalização, tornando o espaço mais acolhedor e funcional.

Complementando essas iniciativas, o plano deve prever a capacitação contínua de servidores e parceiros em mediação de conflitos e comunicação não violenta, fortalecendo a atuação preventiva, além da criação de indicadores para monitorar o impacto das ações na segurança e integração comunitária. Todas as ações precisam de metas claras, prazos definidos e responsáveis indicados, permitindo acompanhamento sistemático e garantindo que os resultados contribuam para um ambiente mais seguro, ordenado e socialmente integrado.

Qualificação da Rede de Atendimento

Aconselha-se, como citado acima, realizar capacitação contínua em mediação de conflitos e comunicação não violenta para os servidores, com o objetivo de qualificar as práticas de atendimento e relacionamento com os usuários. Além disso, para garantir respostas efetivas às necessidades da população, deve-se fortalecer o fluxo de articulação com as áreas de saúde mental, habitação e segurança alimentar. Pode-se instituir ou reativar, se já existente, um núcleo com representantes dessas diferentes políticas públicas (assistência social, saúde, educação, cultura, segurança pública e habitação) para reuniões bimestrais, visando acompanhamento de casos complexos e articulação de respostas conjuntas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que ajustes operacionais pontuais, o aumento da aceitação comunitária do Centro POP José Pedro demanda um reposicionamento estratégico da política pública no território. Isso significa rever a maneira como a unidade se apresenta à comunidade, adotando metodologias participativas, fortalecendo canais de diálogo e determinando a população local como corresponsável no processo de integração e convivência.

Nesse cenário, o diálogo transparente deve ser compreendido não apenas como prestação de contas, mas como um processo de escuta qualificada, no qual demandas, percepções e sugestões da comunidade são legitimadas e adicionadas ao planejamento do serviço. Essa interação, quando bem conduzida, contribui para desmistificar preconceitos, reduzir tensões e fomentar o sentimento de pertencimento em relação ao equipamento público.

Ao promover ações culturais, educativas e produtivas que envolvam simultaneamente usuários e moradores, o Centro POP se consolida como patrimônio coletivo.

Além disso, melhorias concretas no entorno desempenham papel decisivo. Intervenções como iluminação adequada, limpeza regular, sinalização informativa e presença ostensiva de policiamento comunitário impactam diretamente na percepção de segurança e na valorização da área. Quando tais mudanças são visíveis e associadas à atuação do equipamento, reforçam a percepção positiva de sua presença. Como observa Jacobs (2011, p. 46), “ruas bem cuidadas, com uso misto e presença ativa de pessoas, funcionam como os melhores mecanismos naturais de vigilância”, o que contribui para reduzir conflitos e aumentar a confiança.

Por fim, a intersetorialidade constitui condição indispensável para consolidar a aceitação comunitária. Ao unir esforços e competências diversas, cria-se um ambiente social acolhedor no qual a função do Centro POP é compreendida como benefício e não como ameaça ao território.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2009.
- BRYSON, J. M. **Strategic Planning for Public and Nonprofit Organizations**. 4. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2011.
- CASTELLS, M. **Comunicação e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (MDS). **Orientações Técnicas para o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2012.
- SPOSATI, A. **A Política Social Brasileira no Século XXI**. São Paulo: Cortez, 2017.
- TAYLOR, N. **NIMBYism and the politics of public participation**. Local Environment, Abingdon, v. 1, n. 3, p. 261–266, 1996.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: AMGH, 2018.

SILVA, A. C.; PEREIRA, C. M. **Gestão integrada de políticas urbanas**. Revista Gestão Pública, v. 9, n. 2, p. 45-67, 2020.

SOUZA, D. F.; ALMEIDA, L. R. **Impacto das ações comunitárias em políticas sociais**. Revista Ciências Sociais Aplicadas, v. 15, n. 1, p. 123-140, 2021.

PEREIRA, M.; LIMA, J. F. **Participação social e equipamentos públicos**. Revista de Políticas Públicas, v. 7, n. 2, p. 89-105, 2022.

COSTA, R. L. **Planejamento estratégico e segurança comunitária**. Cadernos de Gestão Local, v. 4, n. 4, p. 32-50, 2023.

ANEXO 1

Plano de Intervenção

Eixo 1 - Comunicação Social e Transparência

Ação	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo
1. Criar ou divulgar um já existente Canal Oficial Multiplataforma	Facilitar o acesso às informações institucionais do Centro POP e fortalecer o vínculo com a comunidade	Implantar canais (site, redes sociais, painéis e informativos) ou divulgar o já existente até o 3º mês do plano	Canais ativos e atualizados quinzenalmente	Coordenação do Centro POP e Assessoria de Comunicação da Secretaria	Curto prazo (0-3 meses)
2. Publicar Boletins de Resultados e Impacto Social	Divulgar, de forma clara, dados sobre atendimentos, ações e impactos sociais	Publicar boletins trimestrais com dados e gráficos	Nº de boletins publicados / ano	Coordenação do Centro POP, Vigilância Socioassistencial e Gerência de Monitoramento e Avaliação	Trimestral
3. Implantar de um Conselho Local de Comunicação Comunitária	Promover diálogo permanente entre Centro, usuários e comunidade	Realizar 12 reuniões anuais com participação de pelo menos 50% dos membros	Nº de reuniões realizadas e atas publicadas	Coordenação do Centro POP e Conselho Local	Início no 2º mês e reuniões mensais

Ação	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo
4. Realizar Campanhas Educativas e de Redução de Estigma	Reduzir preconceitos e promover empatia sobre a população em situação de rua	Executar no mínimo 3 campanhas anuais (presenciais e digitais)	Nº de campanhas realizadas e alcance estimado	Coordenação do Centro POP e Assessoria de Comunicação	Médio prazo (a partir do 4º mês)

Eixo 2 - Integração Comunitária.

Ação	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo
1. Realização de Eventos Integrativos Abertos à Comunidade	Promover a convivência e reduzir barreiras sociais entre usuários e comunidade	Realizar ao menos 4 eventos integrativos por ano	Nº de eventos realizados / nº de participantes	Coordenação do Centro POP e parceiros locais	Trimestral
2. Implantar Programa de Voluntariado Comunitário	Engajar moradores e instituições em atividades de apoio e fortalecimento das ações do Centro POP	Cadastrar e capacitar no mínimo 20 voluntários no 1º ano	Nº de voluntários ativos / horas de apoio registradas	Coordenação do Centro POP e parceiros institucionais	Médio prazo (3-6 meses para início)
3. Estabelecer Parcerias Comerciais e Solidárias Locais	Estimular oportunidades de inserção laboral e apoio a iniciativas comunitárias	Firmar pelo menos 5 parcerias formais no 1º ano	Nº de parcerias formalizadas / usuários beneficiados	Coordenação do Centro POP e Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Médio prazo (até 6 meses)
4. Criar o Projeto "Portas Abertas"	Aumentar a transparência e aproximar a comunidade do equipamento	Realizar 6 visitas guiadas anuais	Nº de visitas realizadas / nº de visitantes	Coordenação do Centro POP	Bimestral

Eixo 3 - Segurança e Ordenamento Urbano

Ação	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo
1. Im-plantar Patrulha-mento Co-munitário Integrado	Reforçar a segurança no entorno do Centro POP por meio de presen-ça preventiva e abordagem humanizada	Firmar acordo de coopera-ção e iniciar patrulhamento semanal até o 3º mês	Nº de rondas realizadas / mês	Coordenação do Centro POP, Guarda Muni-cipal e Polícia Militar	Curto prazo (0-3 meses)
2. Requa-lificar do Entorno com Ilumi-nação e Limpeza Regular	Melhorar as con-dições urbanas para aumentar a sensação de segurança e bem-estar	Executar melhorias de iluminação e limpeza até o 4º mês	Nº de pontos de iluminação instalados ou reparados / frequência de limpeza	Secretaria de Infraestrutura e Emlurb	Curto prazo (0-4 meses)
3. Capa-citar em Media-ção de Conflitos e Comu-nicação Não Violenta	Capacitar agen-tes e servidores para lidar com conflitos de forma pacífica e eficiente	Realizar 2 ci-clos anuais de capacitação com 80% de participação do público-alvo	Nº de par-ticipantes capacitados / avaliação de satisfação	Coordenação do Centro POP e Escola de Governo Muni-cipal	Anual
4. Implan-tar Indica-dores de Impacto Social na Seguran-ça	Monitorar e avaliar os efeitos das ações de segurança e ordenamento urbano	Criar e aplicar sistema de indicadores até o 6º mês	Relatórios semestrais publicados / variação dos indicadores	Coordenação do Centro POP e Gerência responsável por Monitoramento e Avaliação	Médio prazo (até 6 meses)

Eixo - Qualificação da Rede de Atendimento.

Ação	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo
1. Implemen-tar ou divul-gar Fluxos Intersetoriais Padronizados	Garantir agilidade e integração no atendimento aos usuários por meio de protocolos unificados	Elaborar e validar fluxos inter-setoriais até o 4º mês	Nº de protocolos elaborados e em uso	Coordenação do Centro POP e gestores da rede parceira	Curto pra-zo (0-4 meses)

Ação	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo
2. Promover Formação Continuada para Equipes Técnicas e Gestores	Qualificar a atuação profissional com base em abordagem especializada e intersetorial	Realizar 4 capacitações por ano com 80% de participação da equipe	Nº de capacitações realizadas / nº de participantes	Coordenação do Centro POP e Escola de Governo Municipal	Trimestral
3. Núcleo Intersetorial Permanente	Fortalecer a articulação entre políticas públicas para casos complexos	Instituir núcleo e realizar 6 reuniões anuais	Nº de reuniões realizadas / nº de casos acompanhados	Coordenação do Centro POP e representantes setoriais	Médio prazo (até 6 meses)



Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social do Recife: análise evolutiva 2020–2022

Impacts of the Covid-19 Pandemic on Civil Society Organizations Providing Social Assistance in Recife: An Evolutionary Analysis (2020–2022)

Renata Zovka da Paz

Resumo: A Unidade de Vigilância Socioassistencial (UVS) da Prefeitura do Recife analisou, a partir de três levantamentos, o impacto da pandemia de covid-19 no funcionamento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de Assistência Social no município, entre 2020 e 2022. Este estudo revela a interrupção parcial ou total das atividades, a queda significativa na arrecadação, o aumento das demandas sociais e o risco de encerramento de instituições. Durante a crise sanitária, observou-se também o papel fundamental das OSCs na distribuição de alimentos, itens de higiene e outros produtos, reforçando sua centralidade no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Palavras-chave: organizações da sociedade civil; covid-19; assistência social; Recife; vulnerabilidade social.

Abstract: The Socio-Assistencial Surveillance Unit (UVS) of Recife City Hall analyzed, through three surveys, the impact of the covid-19 pandemic on Social Assistance Civil Society Organizations (CSOs) in the municipality between 2020 and 2022. The findings reveal partial or total interruption of activities, a significant drop in fundraising, increased social demands, and the risk of institutional closure. During the health crisis, CSOs also played a key role in distributing food, hygiene items, and other essential products, reinforcing their centrality within Brazil's Unified Social Assistance System (SUAS).

Keywords: civil society organizations; covid-19; social assistance; Recife; social vulnerability.

INTRODUÇÃO

A pandemia da covid-19 provocou inúmeras transformações nas dinâmicas sociais e institucionais em escala global. O impacto foi mais acentuado em populações em situação de vulnerabilidade, especialmente no Brasil, onde as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desempenharam papel essencial na provisão de serviços e defesa de direitos (IPEA, 2021). Segundo Paes-Souza e Oliveira (2021), a governança colaborativa entre Estado e sociedade civil foi decisiva para suavizar os efeitos sociais da crise. A Prefeitura do Recife, por meio da Unidade de Vigilância Socioassistencial (UVS), realizou três levantamentos sobre a situação das OSCs entre 2020 e 2022, cujos resultados embasam este estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Estudos recentes apontam que a pandemia intensificou a precarização do trabalho social e elevou a pressão sobre as OSCs (Cunha; Pinheiro, 2020). De acordo com Silva e Teixeira (2021), o SUAS demonstrou limites estruturais diante da crise, exigindo maior articulação com a sociedade civil. As OSCs de Assistência Social historicamente atuam em atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, complementando a rede socioassistencial (IPEA, 2021; Recife, 2021).

Conforme a legislação vigente, as entidades de defesa e garantia de direitos prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, sendo dirigidos ao público da política de assistência social (Brasil, 2009).

As entidades de atendimento são aquelas que prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal (Brasil, 1993).

Por fim, as entidades de assessoramento prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social (Brasil, 2009).

Independentemente da finalidade, Santos e Lima (2022) afirmam que a inovação digital e a diversificação de parcerias foram cruciais para a resiliência das OSCs durante a pandemia. O IPEA (2021) ressalta que a sociedade civil foi protagonista na linha de frente do enfrentamento da fome e da vulnerabilidade social no Brasil durante a crise mundial.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um estudo descritivo e comparativo, com abordagem quanti-qualitativa, baseado na análise documental dos três levantamentos realizados pela Unidade de Vigilância Socioassistencial (UVS) da Prefeitura do Recife com entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). As fases de coleta ocorreram em 2020, 2021 e 2022, abrangendo respectivamente 52, 50 e 34 Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que forneceram respostas. O instrumental metodológico utilizado consistiu em questionários estruturados, encaminhados por e-mail aos representantes das entidades, assegurando homogeneidade no processo de recolhimento das informações.

Os dados obtidos foram posteriormente sistematizados e analisados de modo a evidenciar a evolução temporal dos impactos da pandemia de covid-19

no funcionamento das OSCs de Assistência Social. Tal estratégia proporcionou identificar padrões de continuidade e de mudança entre as três fases do estudo, oportunizando não apenas a descrição das principais tendências, como também, a comparação entre cenários distintos da crise sanitária, fornecendo robustez maior às interpretações e ao debate à luz da literatura científica recente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

São 52 organizações inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) responderam ao questionário disponibilizado através de e-mail aos representantes entre 07 de julho a 06 de agosto de 2020 e 50 na segunda fase da pesquisa, de fevereiro a 01 de março de 2021. Na terceira etapa finalizada no dia 10 de junho de 2022, participaram apenas 34 entidades. Ainda sobre a segunda fase é importante destacar que 60 questionários foram preenchidos, contudo apenas 50 puderam ser considerados válidos devido a inconsistências e respostas múltiplas das mesmas instituições.

No primeiro período investigado (2020), 39 entidades (75%) paralisaram parcialmente as atividades, 07 (13,5%) paralisaram totalmente e apenas 06 (11,5%) não interromperam a atuação. Das que descontinuaram o funcionamento total ou parcialmente, foram 40 (87%) no mês de março e 06 (13%) no mês de abril. Sobre o quantitativo de pessoas atendidas pela instituição, 25 (48,1%) responderam que o quantitativo de pessoas atendidas aumentou, 10 (19,2%) responderam que o quantitativo de pessoas atendidas diminuiu e 17 (32,7%) informaram que o quantitativo de pessoas atendidas permaneceu o mesmo.

Sobre arrecadação e geração de receitas das instituições, considerando doações em geral, financeiras e não financeiras, 25 (48,1%) responderam que a arrecadação caiu até 50%, 17 (32,7%) responderam que se manteve na média padrão e 10 (19,2%) informaram que a renda caiu acima de 50%.

As instituições foram questionadas se identificaram mais dificuldade das famílias e indivíduos em manter a subsistência, observando o contexto comunitário no qual atuam.

20 (38,5%) responderam que a situação piorou e já era bastante grave. 28 (53,8%) comunicaram que estava piorando, mas ainda não era de calamidade. 03 (5,8%) responderam que não tinham como avaliar a situação. E, por fim, 01 (1,9%) informou que não observava a diferença. Eram os mesmos desafios que enfrentaram anteriormente.

Ao serem indagadas sobre riscos reais de encerramento das atividades por falta de recursos e apoio, para os próximos 6 a 12 meses, caso a situação atual permanecesse, apenas 09 (17,3%) afirmam que tinham condições de sobreviver à crise e que o impacto seria pequeno. 40 (76,9%) responderam que manteriam o atendimento mas em novo formato enquanto 03 (5,8%) informaram que havia possibilidade de encerrar definitivamente a instituição.

Apenas 04 (7,8%) comunicaram que não estavam realizando doações. As demais estão distribuindo cestas básicas; refeições prontas; vestuário; itens de higiene pessoal e/ou limpeza; máscaras descartáveis e/ou de tecidos; entre outros itens.

Mesmo com as restrições financeiras a grande maioria das organizações respondentes não pretendiam encerrar as atividades, contudo a UVS, através de relatório, considerou importante que a Gestão Municipal e o CMAS, no intuito de amenizar o impacto da pandemia, evitar o fechamento e o aumento da vulnerabilidade das comunidades atendidas, buscassem alternativas de apoio e orientação às entidades, especialmente relacionadas a trabalho e atividades remotas; receitas e captação de recursos; controle das finanças; mudança no perfil e no quantitativo dos atendidos; protocolos de higiene e conduta, etc.

Na segunda fase (2021), 39 entidades (78%) paralisaram parcialmente as atividades, 08 (16%) paralisaram totalmente e apenas 03 (6%) não interromperam a atuação. Entre as em que paralisaram, 14 ainda não voltaram a realizar atendimento presencial. Dessas, 1 é de Assessoramento; 8 de Atendimento e 5 de Defesa e Garantia de Direitos. Sendo 8 voltadas para crianças e adolescentes; 1 para Jovens e Adultos e 5 para outros públicos.

Sobre o quantitativo de pessoas atendidas pela instituição, 23 (46%) responderam que o quantitativo de pessoas atendidas aumentou, 14 (28%) responderam que o quantitativo de pessoas atendidas diminuiu e 13 (26%) informaram que o quantitativo de pessoas atendidas permaneceu o mesmo. O percentual de entidades que informaram diminuição no número de atendidos é maior do que na fase anterior.

Sobre arrecadação e geração de receitas das instituições, considerando doações em geral, financeiras e não financeiras, 21 (42%) responderam que a arrecadação caiu até 50%, 16 (32%) responderam que se manteve na média padrão e 13 (26%) informaram que a renda caiu acima de 50%. O cenário foi um pouco mais favorável do que na primeira fase da pesquisa. Das que afirmaram que a arrecadação caiu, 11 diminuíram o quantitativo de pessoas atendidas.

As instituições foram questionadas se identificaram mais dificuldade das famílias e indivíduos em manter a subsistência, observando o contexto comunitário no qual atuam. O percentual de organizações que indicaram que a situação piorou é quase o dobro da fase anterior da pesquisa em 2020.

Ao serem indagadas sobre riscos reais de encerramento das atividades por falta de recursos e apoio, para os próximos 6 a 12 meses, caso a situação atual permanecesse, 18 (36%) afirmaram que tem condições de sobreviver à crise e que o impacto seria pequeno. 28 (56%) responderam que manteriam o atendimento mas em novo formato enquanto 04 (8%) informaram que havia possibilidade de encerrar definitivamente a instituição. Percentual um pouco maior do que na primeira fase (em aproximadamente 3%).

Das 4 organizações que sinalizaram risco de fechamento, duas possuíam parceria vigente com a Prefeitura do Recife. Essa informação foi na época passada

para a Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (GPSEAC) para planejamento de ações de apoio.

Das 50 instituições consultadas, 88% informaram que realizaram algum tipo de doação durante a pandemia de covid-19, com destaque para a distribuição de cestas básicas (70%), itens de higiene e limpeza (74%) e máscaras (72%), além de refeições, vestuário e outros bens. As principais fontes de recursos foram doações de pessoas físicas (34%) e parcerias com empresas e entidades privadas (32%), seguidas por apoio internacional, subvenções públicas e receitas próprias. Quanto às medidas preventivas, 40% realizaram orientações remotas, 26% por meio de materiais impressos e 34% de forma presencial. Apenas 8% não registraram casos de covid-19, enquanto 26% relataram óbitos entre usuários, voluntários ou funcionários.

A avaliação da terceira fase da pesquisa da UVS, realizada em 2022, demonstrou que a repercussão da pandemia de covid-19 sobre as OSCs de Recife foi significativa, porém com sinais de adaptação ao longo do tempo. Enquanto na primeira fase, em 2020, 28% das entidades relataram redução no número de atendidos, esse percentual caiu para 19,2% em 2021 e foi ainda menor em 2022, revelando a retomada gradual dos serviços. Contudo, a interferência nas rotinas e projetos permaneceram expressivos: 5,9% das entidades destacaram mudanças relacionadas à gestão de funcionários, 2,9% à atuação de voluntários, e outros percentuais menores (entre 1,9% e 6,5%) se referiram ao agravamento de situações de vulnerabilidade social. Esses dados indicam que, embora as entidades tenham conseguido retomar parte dos atendimentos, o esforço exigido foi acompanhado por sobrecarga e de novas demandas sociais.

No campo das recomendações, as organizações asseveraram a necessidade de mais apoio governamental e intersetorial. Entre os pedidos recorrentes na pesquisa, destacaram-se a expansão da rede de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a expansão de creches e escolas profissionalizantes, e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos territórios. Além do mais, foi dada ênfase à redução e isenção de taxas para entidades, à criação de incentivos fiscais para empresas parceiras e ao lançamento de editais de financiamento e termos de colaboração. Houve ainda indicações de crescimento do número das visitas de acompanhamento, implantação da renda básica municipal, campanhas de arrecadação e capacitação contínua de dirigentes e equipes. Assim, o levantamento demonstrou não apenas a resiliência das OSCs diante da crise, mas também a urgência de medidas estruturantes que garantam sua sustentabilidade e intensifiquem o controle social sobre as políticas públicas de Assistência Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três fases da pesquisa desenvolvida pela Vigilância Socioassistencial apontam que o impacto da pandemia de covid-19 sobre as Organizações da Sociedade Civil de Recife foi persistente, profundo e multifacetado. Os dados

demonstram que a retomada foi acompanhada de sobrecarga nas rotinas, dificuldades de financiamento e ampliação da vulnerabilidade social das populações atendidas. Portanto, o desafio não se restringe à reestruturação das atividades interrompidas, mas à construção de mecanismos de sustentabilidade para o conjunto da rede socioassistencial.

A sociedade civil organizada demanda, ao mesmo tempo, reconhecimento de sua centralidade no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e condições concretas de funcionamento. Segundo Cunha e Pinheiro (2020), crises prolongadas impõem a necessidade de inovação institucional e de cooperação ampliada entre Estado e sociedade. Nesse sentido, os achados em Recife provam que a articulação intersetorial, junto ao fortalecimento do controle social, é condição indispensável para enfrentar emergências socioeconômicas e sanitárias.

Os resultados obtidos indicam duas dimensões. Por um lado, a apresentação da resiliência das OSCs, que ampliaram sua atuação na distribuição de alimentos, itens de higiene e apoio emergencial; do outro, a comprovação de que essa resiliência não pode ser confundida com autossuficiência. A experiência recifense comunica que a sociedade civil é elemento importante na garantia da proteção social, contudo precisa de ações permanentes de fortalecimento para evitar paralisações no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade. Assim, a pandemia deixa como legado a urgência de institucionalizar políticas de apoio contínuo às OSCs, de modo a assegurar a efetividade dos direitos sociais e a sustentabilidade da rede socioassistencial (Santos; Lima, 2022; Costa; Falcão, 2021).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1993.

BRASIL. **Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).** Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

COSTA, M.; FALCÃO, T. **Crises sanitárias e os desafios da sustentabilidade no terceiro setor.** Revista *Katálysis*, v. 24, n. 3, p. 513-529, 2021.

CUNHA, E.; PINHEIRO, M. **Inovação institucional e cooperação Estado-sociedade em tempos de crise.** Revista de Políticas Públicas, v. 24, n. 2, p. 45-62, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sociedade civil e pandemia: desafios e respostas no enfrentamento da covid-19.** Brasília: IPEA, 2021.

PAES-SOUZA, R.; OLIVEIRA, L. **Governança colaborativa e resposta social à pandemia no Brasil.** Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 11, n. 2, p. 201-220, 2021.

RECIFE. Prefeitura do Recife. Unidade de Vigilância Socioassistencial. Impacto da pandemia de covid-19 nas Organizações da Sociedade Civil de Assistência Social de Recife – I, II e III Fases. Recife: UVS, 2020-2022.

SANTOS, J.; LIMA, R. **Organizações da sociedade civil e a centralidade na proteção social**. Cadernos de Assistência Social, v. 18, n. 1, p. 77-94, 2022.

SILVA, A.; TEIXEIRA, M. **Limites e possibilidades do SUAS diante da pandemia de covid-19**. Serviço Social & Sociedade, v. 142, p. 45-62, 2021.



A Guarda e Uso de Informações pelo Poder Público: Entre Publicidade e Transparência

Data Custody and Use by the Government: Between Publicity and Transparency

Alfredo Portinari Greggio Lucente Maranca

Auditor Fiscal da Receita Estadual do Estado de São Paulo, Bacharel em Direito (FDUSP) e Engenharia (Escola Politécnica), Mestre em engenharia (Escola Politécnica), Mestre em administração tributária pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED).

Resumo: O estudo analisa a guarda e o uso de informações pelo setor público, destacando a tensão entre publicidade e transparência na governança contemporânea. Partindo da teoria da comunicação de Claude Shannon, que separa a informação de seu significado, discute-se como os dados, quando abstraídos de seu conteúdo semântico, tornam-se instrumentos de estruturação das relações sociais. A reflexão dialoga com o estruturalismo de Mauss, Lévi-Strauss e Saussure, mostrando como redes de informação revelam esquemas ocultos de reciprocidade e poder. No contexto brasileiro, a análise é orientada pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pelas contradições de sua aplicação ao Estado, onde os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade assumem papel central. Ressalta-se que a publicidade, frequentemente confundida com transparência, é condição de legitimidade para a ação administrativa, pois conjuga informação, proteção de direitos individuais e efetivação da vontade pública.

Palavras-chave: princípio da publicidade; publicidade administrativa; transparência governamental; governança de dados públicos; lei geral de proteção de dados (LGPD); democracia deliberativa; vontade geral e razão pública; informalidade e subdesenvolvimento; governo como plataforma; estado digital.

Abstract: This study examines the custody and use of information by the public sector, focusing on the tension between publicity and transparency in contemporary governance. Beginning with Claude Shannon's theory of communication, which isolates information from meaning, the text explores how data, once detached from its semantic content, can become a powerful instrument for structuring social relations. Building on structuralist insights from Mauss, Lévi-Strauss, and Saussure, it argues that information networks reveal hidden frameworks of reciprocity and power. Within the Brazilian context, the discussion is framed by the General Data Protection Law (LGPD) and its limits when applied to the state, highlighting contradictions between privacy concerns and the constitutional duty of publicity. The article reviews the principles of legality, impersonal action, morality, efficiency, and publicity as defined in the Federal Constitution, emphasizing how publicity, often confused with transparency, plays a central role in enabling state action while preserving citizens' rights. Philosophical references to Rousseau's "general will," Montesquieu's "spirit of the laws," and Rawls's concept of "public reason" are mobilized to illustrate how democratic legitimacy emerges from fragmented yet institutionalized expressions of collective will.

Keywords: publicity principle; administrative publicity; government transparency; public data governance; Brazilian general data protection law (LGPD); deliberative democracy; general will and public reason; informality and development; government as a platform; digital state; digital government.

INTRODUÇÃO

The fundamental problem of communication is that of reproducing at one point either exactly or approximately a message selected at another point. Frequently the messages have meaning; that is they refer to or are correlated according to some system with certain physical or conceptual entities. These semantic aspects of communication are irrelevant to the engineering problem.

O problema fundamental da comunicação consiste em reproduzir em um ponto exata ou aproximadamente a mensagem selecionada em outro ponto. Frequentemente as mensagens têm significado; isto é, elas se referem ou estão relacionadas a certas entidades conceituais ou físicas. Estes aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes para o problema de engenharia (Claude Shannon, 1948).

Em seu magistral artigo sobre teoria da comunicação, Claude Shannon (1948, p. 379-423) representa a informação negligenciando seu significado e a realidade que essa informação representa. A informação é um elemento do ato de comunicação, congelado no momento do trânsito, fotografado em seu voo entre emissor e receptor, analisado apenas no que se pode ver nessa imagem congelada. É, por exemplo, uma frase, o som de um elogio ou de uma ofensa, sem refletir quem emitiu e os efeitos que serão causados em quem receber.

A indústria de comunicação habituou-se a velar o conteúdo das comunicações como forma de preservar a privacidade das pessoas, até para que elas possam confiar e se manifestar inteira e abertamente nos meios de comunicação postos à disposição. Os “metadados” dessa comunicação, toda a informação que não seja o conteúdo transmitido, envolvendo quando emitiu, se foi durante a madrugada ou no horário comercial onde emitiu, se foi onde reside ou em um lugar excepcional, talvez uma praia ou um navio, quantas vezes e com que intensidade se comunicou com quem, estão disponíveis para o detentor da informação, que poderá identificar as características da emissão e recepção, informações que acabam por nos fornecer uma verdadeira e eficiente radiografia da sociedade.

Ao longo dos últimos anos, muitos estudiosos fizeram estudos científicos da sociedade no âmbito do que se denominou estruturalismo, captando uma estrutura da sociedade por estudo de uma determinada rede de contato entre as pessoas. Reduzir a sociedade a um parâmetro apenas, seja reduzir às transações financeiras, aos encontros pessoais ou qualquer outro elemento, pode simplificar os dados de análise social a ponto de se poder tratar os resultados de forma científica.

Apesar de, em certa medida, muitos estudiosos restringirem o estudo da sociedade a um aspecto que lhe fundamente, como Marx e Freud, uma das primeiras formas de abraçar a abordagem expressamente estruturalista, mesmo sem usar esse nome, foi o tratado sobre doações de Marcel Mauss (2015). A ideia inicial é a de captar nas doações as reais relações relevantes dentro de uma sociedade. Os presentes de Natal, dia dos namorados, aniversário ou sem data especial marcam profundas relações entre as pessoas, em uma infraestrutura afetiva e de

conexão, muito mais do que as relações meramente comerciais e equitativas. As doações, segundo Mauss (2015), são formas de dar uma parte de si e representam um esqueleto social a ser analisado. Mauss estudou as culturas tradicionais de Samoa, na Nova Zelândia, onde são particularmente importantes as doações nupciais. Mauss era sobrinho de Emile Durkheim, profundamente conhecido no meio sociológico e seu trabalho se tornou simbólico para Lévi-Strauss, um dos consolidadores da abordagem estruturalista, que via nas doações expressas por Mauss um estabelecimento de um sistema de reciprocidade e obrigações recíprocas. É basicamente isso que explica Don Corleone à pessoa que lhe pede um favor no primeiro episódio de “O Poderoso Chefão”, recusando o dinheiro oferecido em pagamento.

O estruturalismo, porém, se informou de estruturas muito mais ricas, como a própria comunicação verbal humana, tornando famoso o brilhante trabalho de Ferdinand de Saussure, que criou a ciência linguística. Lévi-Strauss (1996) expressa essa ideia de forma completa em *Tristes Trópicos*, livro que ele escreveu sobre o Brasil:

L'ensemble des coutumes d'un peuple est toujours marqué par un style; elles forment des systemes. Je suis persuadé que ces systemes n'existent pas en nombre illimité, et que les sociétés humaines comme les individus - dans leurs jeux, leurs rêves ou leurs délires - ne créent jamais de façon absolue, mais se boment à choisir certaines combinaisons dans un répertoire idéal qu'il serait possible de reconstituer.

O conjunto de costumes de um povo é sempre marcado por um estilo, que forma sistemas. Estou convencido que estes sistemas não existem em número ilimitado e que as sociedades humanas, como os indivíduos – com seus jogos, sonhos e delírios – não criam nada de forma absoluta, mas se limitam a escolher certas combinações em um repertório ideal que se pode reconstituir.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A presente investigação fundamenta-se em um referencial teórico interdisciplinar que articula teoria da comunicação, sociologia estruturalista e filosofia política. O ponto de partida é a noção de informação em Claude Shannon, entendida como unidade formal independente de significado, ampliada pelo estruturalismo de Mauss (1925), Lévi-Strauss (1955) e Saussure (2006), que revela padrões de reciprocidade e sistemas sociais. Este marco é confrontado com conceitos clássicos de Rousseau (vontade geral), Montesquieu (espírito das leis) e Rawls (razão pública), para situar a problemática da publicidade administrativa como princípio estruturante do Estado democrático.

Metodologicamente, a pesquisa adota análise normativa e hermenêutica de dispositivos legais, em especial a Constituição Federal e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comparando-os com experiências internacionais de governança digital (Estônia, Estados Unidos, Dinamarca, entre outros). O método

é essencialmente qualitativo, combinando estudo documental, revisão bibliográfica e reflexão teórico-crítica, sem pretensão estatística, mas com ênfase na coerência conceitual.

A análise dos resultados evidencia as tensões entre transparência e publicidade na ação estatal, destacando como a informalidade econômica e social limita a eficácia da governança de dados. Ao mesmo tempo, mostra que a evolução para modelos de “governo como plataforma” oferece oportunidades para fortalecer a democracia deliberativa e articular participação social, desde que acompanhada por inovações institucionais e tecnológicas que assegurem eficiência, moralidade e impessoalidade na gestão pública.

Contexto da Discussão Presente Sobre a Governança Pública de Dados

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira (Lei n.º 13.709 de 14 de agosto de 2018, alterada pela Lei n.º 13.853 de 8 de julho de 2019) ou LGPD é a primeira regulamentação abrangente de proteção de dados do Brasil e está amplamente alinhada ao General Data Protection Regulation (GDPR – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) da Europa.

A LGPD trata primordialmente do aspecto da privacidade, que é o principal aspecto que a lei deve reger para a iniciativa privada. Quando se trata do uso de dados pelo poder público, entretanto, a situação se torna bem mais complexa, envolvendo uma série de valores adicionais. Muito se discute sobre a aplicação ou não da LGPD para a Administração Pública e uma aplicação literal de fato viola alguns de seus princípios. Uma lei ordinária da União estabelecendo como Estados e Municípios devem tratar seus dados administrativos já seria exemplo bastante de um absurdo jurídico e a exceção estabelecida no art. 4º claramente não refletiu as atividades essenciais do Estados.

A alínea “d” do inciso III do art. 4º da LGPD “permite” o uso dos dados apenas para persecução e investigação de fatos tipificados como crime. Uma interpretação literal entenderia que os dados não podem ser analisados para outros fins, proibindo qualquer investigação sanitária, ecológica, de saúde pública, tributária, de segurança individual e coletiva. Fica por esta lei o estado desobrigado a tomar conhecimento de qualquer informação que não lhe seja expressamente declarada, nesta interpretação literal e descuidada.

De fato, essa interpretação absurda toma forma no subdesenvolvimento instalado, quando nenhum crime realmente existe até que se coloque por escrito e o esfregue na face de quem tem competência para agir, que estava até então acomodado na inércia de seu gabinete. Sabe-se que essa é a grande diferença entre o poder executivo e o judiciário, que apenas analisa os casos que lhe são apresentados nos limites da lide. O Poder Executivo é o que deve exceder esses limites do que lhe é convenientemente trazido e se responsabilizar pela situação de fato em que vive o cidadão. O Poder Executivo tem a obrigação de se informar sobre o real estado das coisas, sobre os problemas dos cidadãos, sobre as vicissitudes da cidade e do dia a dia.

Uma vez tendo a livre iniciativa fixado os parâmetros em que devem ser gerenciados seus bancos de dados, fica a pergunta sobre como devem agir os Estados, Municípios e União, em relação aos dados a que tem acesso.

Valores da Ação do Poder Público

O caput do artigo 37 da Constituição Federal (1988) estabelece que a Administração Pública obedecerá aos princípios de:

- Legalidade,
- Impessoalidade,
- Moralidade,
- Eficiência,
- Publicidade

Destes, os quatro primeiros são normalmente triviais para a iniciativa privada, pois o princípio da legalidade, para começar por ele, se dá em forma suave para a iniciativa privada, que apenas fica proibida de agir em oposição à lei. Já para o poder público se faz necessário buscar todo o desenho e previsão da ação na lei. Um restaurante pode servir os pratos que bem entender, ou até inovar totalmente nessa atividade, enquanto um município não pode inventar atividades sem previsão legal.

O princípio da impessoalidade, que se segue, não faz qualquer sentido para a empresa privada. É um grande diferencial de qualidade dos produtos trazer elementos da personalidade e peculiaridades do presidente da empresa ou proprietário. Pode até mesmo estar completamente equivocado e é a própria empresa que pagará pelos seus erros. O Poder Público não pode ser dar a este luxo.

É exatamente pela lacuna trazida pelo fato desses princípios serem tão limitantes, que a Administração Pública passa a dispor do uso dos amplos desenhos da moralidade como princípio. Quis a Constituição elevar o uso da moralidade para a administração ao mesmo nível que a própria legalidade.

Não só isso, instituiu também como princípio a eficiência. A ideia de eficiência é sofisticada, pois já pressupõe que se sabe onde se quer chegar. O ato público, como uma expressão da vontade pública, tem uma finalidade, um objetivo em si. A eficiência mede a adequação do método para atingir um objetivo, vontade essa que é trivial para as empresas lucrativas, em que o objetivo simples e bem definido.

É essa “vontade pública”, definida em quatro dimensões pela legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência, que estabelece o que vai ser feito pela administração, informada pelos dados de que dispõe.

Isso, porém, não se faz de forma simples, pois a vontade pública se compõe com o mais complexo desses valores, a publicidade. Publicidade, evidentemente, não se refere à disciplina de divulgação desvairada dos dados públicos, como quando o termo publicidade é sinônimo de propaganda. Publicidade envolve informar, sim, mas informar um órgão competente e específico, que deve lidar com essa informação protegendo a identidade e intimidade pessoal, mas tomando

as medidas necessárias para desempenhar a vontade pública. Neste sentido, publicidade não se identifica com transparência, mas tem uma relação complexa com ela. A transparência está consubstanciada dentro do princípio da publicidade, mas não pode se identificar com ela totalmente.¹

O ato administrativo expressa, assim, uma vontade impessoal, consubstanciada pela legalidade, moralidade, eficiência, na forma necessária para atender ao princípio da publicidade.

Estado como expressão da Vontade dos Cidadãos

No conceito platônico sobre a República, chega-se a um consenso entre filósofos sobre um ideal que se torna inegável, sendo fácil imaginar que a expressão da vontade desse Estado só pode ser a vontade geral, mesmo que não expressa, por todos. É a verdade universal, não precisando de nenhuma validação ou contingenciamento. É neste sentido que qualquer anarquista diz que aceitaria pagar impostos e obedecer às leis, se elas fossem perfeitas e o Estado fosse perfeito. Quando se trata de um Estado real, não de um ideal utópico, a questão é mais complexa. O Estado é imperfeito, os representantes aquém do ótimo e é o que temos para conviver na realidade. Mesmo que exista essa utopia, que não se converta rapidamente em distopia como muitas, mesmo que ela seja única e haja boa vontade de todos para chegar até ela, sabemos que seu atingimento não é possível.

Afora essa ideia platônica, é difícil se conceber uma vontade para o Estado que não seja vaga, difusa e contraditória, mas se formos rigorosos, nem mesmo a vontade individual é simples de se detectar e acreditar, senão como ficção ou como uma razoável aproximação da verdade. Maurício Barcelos Almeida (2020, p. 285) enfrenta esse problema do ponto de vista da existência desta vontade, ou mais precisamente da ontologia da expressão coletiva de linguagem, pois “os indivíduos realizam diversos atos em coordenação com outros no âmbito de grupos de todos os tipos”. Vejamos inicialmente as expressões dessas vontades e depois passamos a pragmática de como lidar com a fragmentação ontológica dessa vontade.

Iluminismo e o Contrato Social

O Iluminismo cresceu em volta de um princípio cartesiano, que é descrito pelo próprio Descartes no discurso do método (Descartes, 2001, p. 11): As antigas cidades, tendo sido no começo apenas aldeias, e se transformando no decorrer do tempo em grandes cidades, são mal proporcionadas em relação às praças regulares que um engenheiro traça à sua vontade. É uma declaração de valores que percorrerá todo o iluminismo, o desprezo pelo natural, pela história evolutiva e a celebração do produto da razão, do lógico e da forjada simplicidade das coisas artificiais. É nesse sentido que o Plano Piloto de Brasília foi criado de forma a maximizar a eficiência

1 A autoria da ideia de que transparência e publicidade são valores diferentes e, em certa medida opostos, não é original desse estudo. Foi explicada pelo professor Tércio Sampaio Ferraz Júnior, em um seminário em Ilhabela, em 27 de abril de 2019, sem registros mais detalhados.

do trânsito, mas talvez desprezando a necessidade de vivenciar a cidade no trajeto, no vagar pela cidade. Apesar do gigantesco esforço de jardinagem para embelezar o caminho, o cenário não é uma manifestação autêntica do povo nem da natureza, é uma distração artificial imposta para distrair o espectador.

Neste espírito, é difícil tolerar as gigantescas imperfeições do Estado. O Iluminismo ceifou a gigantesca condescendência dos modernos quanto aos erros, defeitos e malfeitos dos monarcas. Surge então uma dúvida que não existia até então, de como criar um Estado, como exercício da razão, evidentemente com toda o apoio nos pensadores da Antiguidade, que os Iluministas (mais antigos, pelo menos) acreditavam que detinham todo o conhecimento do mundo. Sendo os humanos dotados de livre iniciativa, nada mais ao sabor das revoluções liberais burguesas que o fundamento jurídico deste Estado surgisse de um contrato, uma vez que a infinita sabedoria da Antiguidade já havia concedido a eles o direito romano que englobava este conceito. Sem dúvida que é um contrato muito atípico, dado que não se pode dizer que tenha sido efetivamente celebrado, nem que tivesse sido substanciado de alguma forma. Ficava, porém, difundida a ideia nascente que existia um complexo liame jurídico entre os cidadãos de um Estado e que esse liame poderia ser maior ou menor conforme o Estado representasse efetivamente suas ideias de justiça.

Rousseau criou em torno desta ideia, consolidando a ideia de “vontade geral” (*volonté generale*). Há uma vontade geral do povo que cria esse liame jurídico. Judith Shklar (1969) afirma que esta é a mais bem sucedida metáfora de Rousseau, traz o que muitos querem dizer. Amarra sua psicologia moral, teoria política como nenhuma outra expressão poderia. A vontade geral é, para Shklar (1969), a transposição da mais essencial faculdade moral individual para o mundo da experiência pública. A expressão do Estado como vontade geral atinge sua máxima expressão quando se aplica ao condenado prestes a ser executado, segundo a expressão da vontade geral, ou seja, das leis e do Estado, estando o próprio condenado incluído na contagem desses cidadãos que teriam a vontade geral. Assim, é a vontade geral que defende o povo dos grupos disruptivos que desejam a desigualdade. Ela defende os interesses do humano em geral contra as vontades particulares, que levam os homens a buscar privilégios.

Patrick Riley (2006, p. 125) aponta como essa vontade geral pode justificar brutalidades, sabemos o quanto o pensamento de Rousseau serviu para justificar tiranias. Para Riley (2006), a vontade geral de Rousseau não é natural, pode ser artificialmente produzida (ao longo do tempo) pela desnaturação de um egoísmo que esteja presente em alguém, em um processo que pode ser denominado de “educação”. Emílio, personagem de Rousseau (1995) em seu modelo de educação, diz ao fim que decidiu “ser o que o senhor me fez”. Novamente se recai em uma utopia que se converte em distopia.

É neste ponto em que entra a brilhante solução de não tentar que essa vontade geral seja coerente. É da ciência tentar projetar uma uniformidade, uma coerência no mundo, mesmo quando sabemos que esse mundo pode não ser tão coerente. Por outro lado, afora a simplificação do modelo, que tem sua utilidade limitada, não

podemos embotar a visão da realidade pela limitação do óculos epistemológico do modelo, limitar a percepção da complexidade do natural pelo nosso desejo de projetar na natureza o modelo artificial. Compreender a vontade geral e amá-la como complexa, multifacetada, fragmentada e mutante, características que podem estar presentes até mesmo em uma vontade individual, quanto mais em uma coletiva. Rousseau imaginava uma vontade geral para uma comunidade como a sua, na pequena cidade de Genebra, mas surgia fortemente a necessidade de um Estado em proporções continentais. Surge a ideia de separação de poderes, de Montesquieu (1934).

É importante notar que a separação de poderes não se extingue na mera criação de três órgãos independentes moldados como Executivo, Legislativo e Judiciário. Se, por acaso, como acontece em alguns lugares, o poder executivo tiver hegemonia da prerrogativa de compor o orçamento dos outros dois poderes, não se tem freios e contrapesos, mas freios, arreios e esporas para os outros poderes. Em segundo lugar, essa tripartição não esgota a necessidade de separação de poderes. O próprio federalismo tem essa função, o bicameralismo. Do ponto de vista administrativo, a multiplicidade de polícias evita a possibilidade de corrupção e complacência com o delito, fazendo com que um controle o outro.

Sharon Krause (2000, p. 231) realça que a teoria de Montesquieu sobre a separação dos poderes foi elaborada em uma discussão sobre a constituição da Inglaterra. Principalmente por conta da longa Guerra dos Cem Anos, o poder monárquico inglês se enfraqueceu frente a um Parlamento que ganhava cada vez mais poder. O Rei dependia do Parlamento para os impostos necessários para a Guerra e o Parlamento fazia ou não concessões, regulando o poder real de tributar. Com isso se distinguiu o Poder Executivo do Legislativo, o que para Montesquieu (1834) era mais uma brilhante solução do que uma excentricidade inglesa. Este poder Legislativo independente, note-se, tem ampla capacidade de controlar o sistema tributário e se responsabiliza e responde por ele. Como é amplamente sabido, os pais da constituição dos EUA, os Founding Fathers, reverenciavam a obra de Montesquieu e acabaram por reproduzir o sistema inglês nos Estados Unidos, criando um sistema onde o Presidente dos EUA cuida das relações internacionais, eventualmente a guerra e mantém um complexo aparato estatal. Um enorme sistema administrativo que envolve vários órgãos e cargos, entrelaçados entre o legislativo e executivo, a começar da vice- presidência, porta-vozes, elaboração de iniciativas legislativas, planos e programas de governo, polícias da mais diversas desde o IRS, Tesouro, órgãos executivos especializados em clima, gênero, ciência, economia, o FBI, por vezes entrelaçando o federal com o internacional e envolvendo a ONU, o FMI, o Banco Mundial.

Para Montesquieu, não se trata de uma vontade geral, mas do “espírito”, uma expressão que tem a intenção de denotar a presença nebulosa e fragmentada. Diz Montesquieu que a lei clara deve ser aplicada pelo juiz, a que não for clara, tem de ser aplicada em seu “espírito geral” (Krause, 2000, p. 231). De todas as coisas que governam os humanos, o clima, a religião, as leis, as máximas de governo, os exemplos das coisas passadas, a moral, de tudo isso se forma um espírito geral,

segundo Montesquieu (1834). Certamente, não objetiva retratar o mesmo instituto que a vontade geral de Rousseau (1995), mas a formulação que sugere para o Estado facilita enormemente a existência de uma vontade geral fragmentada.

Para muitos comentadores, essa situação complexa é apresentada como se Montesquieu fosse apenas um admirador do sistema inglês, mas, em verdade, segundo Sharon Krause (2000), ele mostrava preocupação quanto ao fato de que o espírito de “extrema” liberdade entre os ingleses pudesse suprimir a constitucional separação dos poderes. De fato, é uma característica única inglesa, cuidar de que seus institutos sejam preservados, de forma que o risco ocorre quando se tenta reproduzir a experiência em outros lugares menos afeitos às suas tradições, de forma que se torna necessária uma constituição formal para consignar a separação dos poderes.

Uma evolução na elaboração de Rousseau sobre a Vontade Geral, porém, é conquistada por John Rawls (1985), no conceito de Razão Pública e de publicidade propriamente dita, aproximando ainda mais a Vontade Geral do princípio da Publicidade como comunicação. Charles Larmore (1987) destaca que a razão pública de Rawls (1985) envolve mais do que simplesmente a ideia de que os princípios de associação política devem ser um objeto de conhecimento público, mas concerne a própria base das decisões coletivas. Nós atendemos a razão pública quando trazemos a nossa própria razão de acordo com a razão de outros, esposando um ponto de vista comum e estabelecendo os termos da vida política. O conceito de justiça pelo que vivemos é, então, uma concepção que endossamos, não por razões que descobrimos, não por diferentes razões que possamos descobrir, não por razões que simplesmente nós calhamos de compartilhar, mas sim por razões que são caras para nós pelo fato de compartilharmos juntos em sociedade. Este espírito é a fundação da sociedade democrática.

Evidentemente que não há como nos comunicar com essa comunidade sem um sofisticado Estado constituído com órgãos especializados em sintonia com essa moral compartilhada, coletivos e impessoais, firmemente ancorados em sua criação legal, eficientes e prontos para receber nossos atos individuais de comunicação.

A Razão Pública floresceu no trabalho de Rawls (1985) apenas após a publicação de sua Teoria da Justiça, de forma que não deve ser procurada nesse livro, apesar de que o conceito sempre esteve em sua filosofia. Compunha a teoria da justiça disfarçada na forma de uma “publicidade” genérica, mas desempenhando uma parte indispensável na teoria da justiça como equidade (fairness). A própria noção de equidade, tão central ao pensamento de Rawls, denota um reconhecimento mútuo de princípios demandados pela razão pública e que formam uma importação da linguagem do contrato social, usada para articular o seu conceito de justiça. O contrato social parte da ideia de um indivíduo livre que pode, pelo conhecimento herdado da Antiguidade, usar o Direito Romano e celebrar contratos, podendo por isso construir vínculos sociais artificiais, criados pela sua vontade. Na verdade, não é todo o instituto jurídico do contrato que importa, apenas de uma vontade mútua, acordada, que gera um vínculo. Esse liame criado pelo consenso é um acordo que está presente na ideia de razão pública para Rawls. Ela é pública por ser consensual e celebrada mutuamente, tal qual o contrato social.

Está presente na cultura contemporânea uma ideia leiga de democracia direta, referida mais nos grupos de whatsapp do que nos compêndios de filosofia política. A ideia popular ingênua de democracia direta é o retorno para o sonho iluminista de voltar a ser como os antigos gregos que decidiam as coisas públicas na praça, decisões que se imagina que eram eficientes e satisfatórias. Vivemos uma nostalgia de uma vida tribal que romantizamos, como voltaremos a abordar abaixo. Em verdade, uma romantização tola de uma vida sofrida e insatisfatória, mas que a nostalgia faz parecer melhor do que era. Democracia na prática é, e deve ser, exercida por órgãos mínimos e homogêneos de Estado, se constitui em complexas arquiteturas deliberativas, no que se denomina de “democracia deliberativa”. Como qualquer sistema, o aumento de escala propicia o surgimento de complexas estruturas emergentes, para o macrocosmo atender aos fenômenos microscópicos. Como as estruturas de escoamento macroscópico da água atendem às características peculiares dos orbitais nas moléculas de água, suas pontes de hidrogênio e formas de empacotamento, como todo sistema macroscópico atende às peculiaridades de seu microcosmo. O Estado que decide em assembleia homogênea é uma simplificação para sistemas sociais não muito maiores do que a cidade de Genebra onde vivia Rousseau. O que era intuitivo, feito pela cultura oralmente compartilhada na tribo, precisa se articular em estruturas estatais na ampla sociedade moderna.

Segundo John Parkinson (2006, p.100), a consideração da publicidade pode se dar em deliberações de ordem microscópica ou macroscópica. Em ordem microscópica, todos os participantes formam um fórum juntos, trocam razões face a face. Na sua versão macroscópica, é preciso constituir cortes, com toda a sorte de debates, conversas, fóruns e assembleias, com cada um dos quais tendo que dar conta aos outros. O problema de tentar criar uma publicidade pela soma de vários fóruns microscópicos é que o consenso se forma apenas entre os participantes, não entre os que estão ausentes. A imprensa exerce um essencial papel nesse trabalho de escala e sendo um instrumento privado (tanto a imprensa formal quanto a rede social), patrocinado por anunciantes, naturalmente tende a trazer uma visão editorial da realidade. Parkinson entende que a mídia informativa é notória por distorcer os efeitos da comunicação, ainda que instituições deliberativas que confiam na mídia não levem essas distorções em conta e esses efeitos podem minar os próprios valores deliberativos de tais processos.

A ideia de que a imprensa é essencial para a democracia remonta a John Stuart Mill (1974, p. 75). Para que o livre arbítrio individual, centelha divina de existência ou âmagô da inteligência e da percepção do mundo, essencial ao Iluminismo, para que o ser humano possa se expressar, é fundamental que ele possa gritar ao mundo suas ideias, na forma de liberdade de expressão ou, em uma dimensão social, na liberdade de imprensa. A imprensa multiplica as comunicações transmitidas, mas dá somente a alguns o poder de usar esse alto-falante. A sensação é de que a pessoa fala em uma ágora, mesmo em uma sociedade de milhões de pessoas, só que as pessoas que falam são poucas e é preciso se identificar com essas vozes. O Iluminismo surgiu com a divulgação da palavra escrita, multiplicando

a capacidade de atingir quem o ouvisse. A representação iluminista se mostra, assim, já totalmente diversa da democracia tribal. Com a implementação dos meios eletrônicos de comunicação, surge a possibilidade de aumentar exponencialmente esse alcance, em uma outra transformação do Estado, de uma democracia iluminista, para uma democracia de espetáculo, com os riscos de arrastar as massas para paixões de unificação nacional e ideologias internacionalizantes. A internet e as redes sociais compõem uma camada a mais para essa democracia de espetáculo, criando a sensação de que a sociedade pode se apresentar como uma conversa de boteco, onde as pessoas pensam que estão na ágora grega, mas em verdade estão em incubadoras cuidadosamente mantidas por empresas comerciais para essas pessoas se sentirem confortáveis e representadas em suas ideias radicais, fazendo com que as ideias se tornem cada vez mais radicais para uma sensação cada vez mais acalentadora de identificação. Uma distorção da sociedade, uma apresentação sedutora e provocante de um retrato exagerado da realidade, uma espécie de pornografia social, onde as características sedutoras são grotescamente exageradas e realçadas para provocar o prazer fácil.

Não pode ser a rede social, com sua pornografia social, a única a ligar a sociedade, é preciso construir algo mais articulado para a vida comum. Torna-se essencial que, para conjugar coletivamente as decisões, surjam cortes sociais organizados em instituições com formas de representação. Segundo Parkinson (2006), a solução mais óbvia para o problema da escala é a representação e a forma mais forte é a em que os representantes são firmemente ligados eleitoralmente aos representados. Nem é necessário que este vínculo seja estabelecido pelo voto, mas pela complexa forma de estabelecimento e outorga do poder. Os grupos de interesse tem um papel central no monitoramento da esfera pública, repercutindo sucessos e fracassos, usando o poder para abrir espaços onde o debate está alojado.

Parkinson (2006) denomina quem exerce esse papel pela palavra inglesa *champion*, que (além do óbvio campeão) significa advogado ou defensor. Nesse papel a pessoa possui poder suficiente para confrontar outras pessoas poderosas, por virtude de sua posição especialista em um campo. Esses representantes podem vir de todos os campos da sociedade, das esferas econômicas, das burocracias, assim como das sociedades constituídas. Ser um representante autodenominado, porém, não é suficiente, é preciso ter seu status confirmado por um ato público de consentimento e mesmo esse ato tem claras limitações.

Fica claro que toda essa estrutura e esse esforço representativo não tem como influenciar a decisão se o próprio Estado em seus poderes não criar órgãos de relação e diálogo com esses representantes diretos da sociedade.

Como foi escrito acima, a elaboração de Rawls (1985,) em torno da publicidade é posterior ao livro "A Teoria da Justiça". No artigo "Justiça como Equidade" (Rawls, 1985, p. 225) ele manifesta a ideia de que o conceito de justiça seja apoiado no que chama de consenso sobreposto, isto é, um consenso que inclui doutrinas filosóficas e religiosas opostas, que persistem e ganham aderência a uma sociedade democrática constitucional mais ou menos justa. Consenso, de fato, é muito diferente de unanimidade, é o acordo que envolve divergências toleráveis e despreza intransigências ilícitas ou vazias.

Neste ponto, chega-se quase no limite em que a filosofia política pode auxiliar a criação de um Estado eficiente e democrático. Rawls (1988, p.474) reconhece que assegurar um regime constitucional de unidade social estável por meio de um consenso sobreposto se desloca a filosofia política de filosofia para a política. O político olha para a próxima eleição e o estadista para a próxima geração, enquanto o filósofo contempla um futuro indefinido. Este conflito faz com que, não surpreendentemente, Rawls (1989, p. 474) publique no ano seguinte um artigo em que aborda o problema do ponto de vista mais político, com afirmações que podem ser compreendidas como apoiando desde um liberalismo utópico e anárquico até o mais opressivo estatismo.

Neste ponto é preciso alertar que Rawls, para descrever as discondâncias da sociedade, fala em divergências filosóficas, religiosas ou morais, como se fossem esses os pontos principais de discórdia. Talvez em alguns ambientes acadêmicos especiais realmente seja, mas não é, de fato, representativa da discórdia que se encontra frequentemente na sociedade real, onde machismo, racismo ou tribalismos como identificações com times de futebol ou escolas de samba são mais relevantes e onde teorias econômicas são formas de justificar moralmente a convivência com a brutal desigualdade em que vivemos. Precisamos de uma teoria democrática para aplicar para a sociedade que conhecemos, não para essa sociedade ideal. Resguardado esse fato, afirma Rawls, como fato que somente um uso opressivo do poder estatal pode manter uma afirmação continuada de doutrinas filosóficas, religiosas ou morais (sem mencionar as doutrinas econômicas, talvez mais candentes hoje) e o fato de que, em um regime democrático durável e seguro, não deve haver divisões por doutrinas religiosas e classes sociais hostis, sendo que as minorias deveriam ser apoiadas pela substancial maioria dos cidadãos politicamente ativos.

Revelando a Sociedade

Heráclito de Éfeso dizia que “os fenômenos gostam de se esconder”², o que era um paradoxo em grego, pois fenômeno era exatamente o que se mostrava, apresentava. Para realçar o fenômeno pode-se traduzir: “as aparências gostam de se velar”. A explicação do fenômeno muitas das vezes está naquilo que não se está percebendo, no que não se mostra. O que não se mostra é fantasmagórico, assustador, oculto, cabendo a alguém com coragem fazer a “revelação”, retirar o véu que nos impede de ver.

Existe, de fato, um mundo que o Estado não capta com os seus dados oficiais, o mundo da informalidade, economia de sombra, economia submersa, onde convivem se misturando os miseráveis que tentam sobreviver do precário comércio que tem como produzir e os francamente delinquentes que se aproveitam da sombra para acumular cada vez mais riquezas. Vive o desempregado que faz da venda de bolo e café na saída de um metrô o seu sustento e os exploradores e estelionatários que se aproveitam da situação. De parte do cidadão que luta para manter sua economia em segredo, compreende-se naturalmente o desejo de se

² Fragmento 15: “Φύσις κρύπτεσθαι φιλεί.”

manter discreto. Na Itália, com sua longa história de luta contra a informalidade, diz-se que ao lavrador é melhor não deixar saber como é bom o queijo com peras (*Al contadino non far sapere quanto è buono il formaggio con le pere*). O segredo sempre foi o melhor protetor para as posses duramente conquistadas, principalmente em ambientes conturbados e subdesenvolvidos, pouco confiáveis e volúveis.

Até pouco tempo, havia firmemente consolidada a ideia de que a economia informal era um resquício pré-capitalista que facilmente se diluía com o advento de um capitalismo bem instalado. A fascinante estabilidade da informalidade, defendendo-se com toda a sua força, levou a economista Anna Danielsson (2019, p. 5) a escrever uma monografia a respeito dessa resiliência, a despeito de esforços continuados por parte do Governo. O objeto do seu estudo é Kosovo no fim do século XX, mas é de se reconhecer que o fenômeno é onipresente no mundo. A informalidade, relata Danielsson, faz parte do senso comum, formando uma espécie de norma social. Cita uma frase eloquente da jornalista Migjen Kelmendi: “todos sabem como funciona, não é preciso dizer. É a forma natural de fazer.”. Analisando a fundo, descobre-se toda uma estrutura hierárquica dentro da informalidade, uma forma de sistema paralelo dentro da economia informal, diferenciando entre mais e menos privilegiados.

É importante para toda pessoa que tenta mudar um sistema, saber que deslocar este sistema do seu natural provoca tensões e resistências e respeitá-las é fundamental para o sucesso do controle. Danielsson (2019, p. 39) afirma que estudos mostram que o capital social detido por grupos criminosos permite a esses grupos – frequentemente com o uso de violência ou ameaças – regular atividades econômicas informais na sociedade. Evidentemente, o Estado age nesse caso como antagonista, competindo pelo controle social.

É neste sentido que, no subdesenvolvimento, a economia informal impede a igualdade entre pessoas, criando estruturas hierárquicas totalmente contrárias ao liberalismo. Liberalismo, como quer Rawls, só existe quando um Estado garante a transparência do poder, na medida em que esse Estado consegue abranger a economia formal e na medida da formalidade dessa economia. Paradoxalmente, só o Estado pode garantir o liberalismo, pois a informalidade se estrutura hierarquicamente e força rígidos controles.

A informalidade tem sido amplo objeto de estudo no âmbito do Direito do Trabalho e Danielsson (2019, p. 57) cita uma conclusão da Organização Internacional do Trabalho de 2014 que estabelece que para a comunidade internacional, a informalidade emergente vem sendo vista cada vez mais como o “principal desafio do desenvolvimento”. Danielsson chama de “dualista” uma visão que envolve uma coexistência da economia informal em pleno equilíbrio estável com a economia formal, ou talvez bem mais estável que esta última. Dualista por compreender que há dois mundos distintos, um formal e um informal, em coexistência. De qualquer forma, não se pode mais entender a informalidade como um vestígio pré-capitalista que seria sistematicamente dissipado em favor de uma formalidade que se expande naturalmente, é uma estrutura em si, formal e presente. Por vezes, a economia informal é representativa de uma sociedade tradicional que funciona harmonicamente

por milênios e tem institutos muito bem definidos e muito mais adequados do que as estruturas capitalistas copiadas e impostas que se tenta implementar.

Resguardado, assim, o limite do que é possível (ou sensato) o Estado ter de informações em uma economia com sérios graus de subdesenvolvimento ou informalidade, podemos voltar aos objetivos contemporâneos do Estado, na implementação de uma plena publicidade para seus atos.

Governando no Século XXI

O Estado tem meios no Século XXI de fazer muito mais do que fazia para a população no Século XX, em termos de serviços, atendimento e regulação. Há, porém, duas forças principais que impedem esse desenvolvimento. Em primeiro lugar, o enorme receio que a economia formal tem de o Estado ocupar o espaço que ela hoje ocupa. Em segundo lugar, a necessidade de consideráveis investimentos para a implementação desse Estado eficaz, facilita aos defensores da informalidade o impedimento da criação desse Estado. Uma forma bastante eficaz de criar um ambiente avesso à formalização é garantir que as regras de uso de recursos em campanhas políticas sejam irrealistas e kafkianas, para garantir a eleição de um corpo legislativo que conhece e defende fortemente a informalidade, em uma ideologia liberal anárquica que flerta com a fantasia de um mundo sem Estado e propugna por esse sonho, usando de todas as oportunidades que encontra para prejudicar e danificar a máquina estatal. Um liberalismo brasileiro que remonta ao tempo em que éramos uma colônia e Estado representava uma corte que nos tributava e nos levava embora as riquezas. Burlar esse Estado colonizador é, então, um objetivo do povo, em uma vontade consensual mas silente de impedir que o colonizador lhe prejudique. Em certo momento do Século XIX, quando a Corte Portuguesa se mudou para o Brasil, nós nos tornamos colônias de nós mesmos, confusos com essa situação até hoje. Nossa luta contra a informalidade enfrenta grandes desafios, pois a máquina colonizadora portuguesa foi um aparato extraordinariamente eficiente criado na reconquista da península ibérica, com uma sofisticada estrutura jurídica prevista nas Ordenações Filipinas, que prevê uma forma possível de convivência com a informalidade, pela criação de uma estrutura jurídica subjacente ao direito positivado formado pelo Direito de Fato, formado pelas leis que “pegam” e pelos direitos que são de fato reconhecidos pelo Poder Judiciário e implementados pelo Poder Executivo. Determinado tributo, portanto, pode ser previsto pelo Direito Positivo e ser devido segundo ele, mas o Direito de Fato não o cobra, de forma que ele não deve realmente ser pago por um brasileiro informado. Como se diria em Kosovo, “todos sabem como funciona, não é preciso dizer. É a forma natural de fazer” (ver acima). Mais do que nunca, mais do que em qualquer outro lugar, se tona fundamental uma inovação do modelo de governo.

Das perspectivas de inovação para um novo modelo de governo destaca-se a de Tim O’Reilly (2022) que propugna pelo governo como plataforma. A ideia é que se possa evoluir do sistema hoje existente que ele denomina de “governo como vending machine”, onde se insere os valores dos impostos e se retira serviços. O Governo pode e deve se oferecer como uma plataforma para a iniciativa dos

cidadãos, articulando e potencializando atuações individuais. Um dos exemplos é a estrutura meteorológica dos EUA, em que o poder público disponibiliza dados na forma bruta que são utilizados por diversas iniciativas privadas para apresentar previsão de tempo e outros serviços adaptados para as inúmeras necessidades que surgem na complexa sociedade moderna. Comparamos isso ao problema encontrado pelo Simples Nacional para proporcionar possibilidades para os seus optantes emitirem notas fiscais. O modelo principal que se tem hoje é o do Estado tentar atender individualmente as necessidades individuais com aplicativos para uso direto da população, padronizados de forma naturalmente inadequada para a diversidade existente. Um motorista de taxi, por exemplo, não tem como emitir as suas notas fiscais com soluções preparadas para seus celulares e facilmente instaláveis. Precisaria de um esforço coletivo de soluções mutualmente interessantes para quem as elabora e para quem delas usufrui. Tim O'Reilly (2022) entende a iniciativa de um Estado como Plataforma, em verdade, como uma continuidade corajosa do espírito empreendedor norte americano, criando uma estrutura que permita que as pessoas possam acrescentar valor ao longo do tempo, pelas suas próprias iniciativas.

O Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos das Nações Unidas editou, em 2020, um apanhado das evoluções dos países membros em termos de governo eletrônico, definindo (ONU, 2020, p. 180) a transformação digital do governo como uma forma de transformar os modelos de governança e mecanismos de interação entre o governo e a sociedade e inovando a elaboração de políticas públicas pelo governo, organizações, serviços e programas, pelo nivelamento das tecnologias digitais, destacando os esforços exemplares da Austrália, Dinamarca, Estônia, Finlândia, República da Coreia, Singapura, Suécia, Reino Unido e Irlanda do Norte, mencionados na ordem alfabética em inglês.

Nos Estados Unidos, o ímpeto de desenvolvimento tecnológico governamental foi especialmente forte durante a administração Barack Obama, em que foi emitido um memorando histórico (Lathrop, 2010), em que são apresentados três eixos para estabelecer uma democracia digital: O governo deve ser (em primeiro lugar) transparente, preparando a informação para ser divulgada sem prejuízo da esfera individual de forma a permitir a população acompanhar a ação governamental, participativo (em segundo lugar, com a presença pública nas decisões), com amplo engajamento público e colaborativo (em terceiro lugar, com a presença do esforço público na criação de soluções), incentivando os cidadãos a trabalharem neste esforço com seu governo.

Comparemos o nível de desenvolvimento tecnológico governamental de 2004 até 2020 nos Estados Unidos, com datas especialmente escolhidas para suprimir juízos sobre desempenhos partidários Republicanos, do final do Governo George W. Bush até o Final do Governo Donald Trump, mostrando que os Estados Unidos estavam em primeiro lugar no mundo em governo eletrônico em 2004, mas caíram para o nono lugar. O Reino Unido, que estava em terceiro lugar, caiu para o sétimo. A Irlanda, do décimo nono, caiu para vigésimo sétimo e a Itália caiu do 26º ao 37º. Observa-se que, muitas vezes, são os países em que há uma grande evolução do Estado frente à informalidade que logo depois apresentam um retrocesso. Há uma

transformação real da informalidade, mas há também uma tensão social causada por abdicar de formas de equilíbrio social tradicionais. Ressaltamos a ideia que foi sublinhada acima, dos perigos da inovação frente à redução da informalidade e reações sociais às mudanças abruptas, de forma que é de se esperar contra reações políticas que não raro acabam por retroceder ainda mais a evolução da informatização governamental. O Brasil, neste período, caiu da trigésima quinta posição para a quinquagésima quarta, em um desempenho muito semelhante ao da Hungria.

A Dinamarca é o país que lidera a lista em 2020 em governo digital, seguido da República da Coreia em segundo lugar, da Estônia em terceiro e Finlândia em quarto lugar em governo digital em todo o mundo.

Governança de Dados pelo Setor Público

Quando gestores do setor público têm uma informação básica sobre a governança de dados, percebendo os riscos envolvidos com a manutenção, acesso indevido, uso inadequado e vazamento de informações sob sua governança, não raro, aumentam as restrições de acesso a dados o máximo que podem, a ponto de nem os responsáveis por fiscalizar os dados têm acesso a eles. O sistema político cria um poder de polícia para corrigir uma situação de anomia, mas toma a providência de impedir que esse setor tenha acesso aos dados, na mesma tônica que nos referimos acima, de que toda luta contra a informalidade cria tensões, às vezes insuportáveis, para o equilíbrio social. Com isso, os órgãos nem mesmo tomam conhecimento do potencial que tem nos dados para desenvolvimento ou, efetivamente, para caminhos não conflituosos de adequação às normas. Como o setor público não é premido pela necessidade de extrair mais valia dos seus ativos, acaba por se acomodando na zona de conforto mais evidente, nada fazer, senão o estritamente necessário.

Por este motivo, a Organização dos Estados para o Desenvolvimento Econômico, OECD³, desenvolveu um conjunto de diretrizes para assegurar o projeto, desenvolvimento e implementação bem sucedidos de estratégias de governo digital para permitir e incentivar transformações. Em primeiro lugar, seis dimensões de atividades moldam o nível de maturidade digital de um governo:

1. Um setor público com atenção voltada aos dados: reconhecimento da importância dos dados como elemento de capacitação para as organizações do setor público trabalharem conjuntamente na previsão de necessidades, moldando a demanda e compreendendo e respondendo às mudanças tecnológicas.
2. Basear a normalidade na cultura “aberta”, criando o desejo dos governos de colaborar não apenas entre si, mas envolvendo quem está fora do governo, marcando uma cultura que abraça os princípios da transparência e da prestação de contas.

³ O caminho para se tornar um Setor Público voltado aos dados: OECD, “The Path to Becoming a Data-Driven Public Sector”. OECD Digital Government Studies, OECD Publishing, Paris, <http://doi.org/10.1787/059814a7-en>, p. 16

3. Governo como plataforma, construindo um ecossistema para apoiar e equipar os agentes públicos na criação de políticas e entrega de serviços que encorajem o governo a colaborar com os cidadãos, empresas, a sociedade civil e outros. Trata-se da ideia original de O'Reilly, de que o governo deve passar a se entender não mais como um posto, uma delegacia, mas uma plataforma de serviços, assim como os bancos deixaram de ser agências e passaram a ser aplicativos. A ênfase do fisco, principalmente, não é cobrar impostos, assim como a ênfase dos bancos não é cobrar juros, mas sim prestar serviços.
4. Projetado para ser digital. A intenção do governo de ser digitalizado passa pela percepção de que todas as atividades estratégicas precisam facilitar uma transformação sustentável bem-sucedida, mudando a natureza e a cultura dos processos. Não basta digitalizar o processo que já existe, na ideia chamada de “pavimentar o caminho de bois”.
5. Dirigida ao usuário: Uma abordagem que ambiciona as necessidades do público e se deixa dirigir por elas, não as suposições do governo do que seriam essas necessidades.
6. Proativo: a habilidade de antecipar e responder rapidamente às necessidades dos cidadãos pela aplicação das cinco dimensões acima. O governo transformado permite que os problemas sejam abordados partindo de suas finalidades últimas, não apenas com a digitalização de vários processos-meios. A perspectiva de olhar os produtos do ponto de vista do consumidor foi uma grande revolução implementada por Steve Jobs, analisando o que o consumidor gostaria que o produto fosse, antes de se contaminar pelo que os engenheiros querem oferecer como tecnologia. Pode-se dizer que foi um esforço fundamental para o surgimento dos smartphones, criando o ambiente das redes sociais.

A fragmentação dos bancos de dados em vários setores, vários entes federativos, vários lagos de dados sem comunicação é algo que prejudica sensivelmente a capacidade dos dados de fornecer valor público. Por isso os primeiros que conseguiram retirar produzir valor de forma mais eficiente dos dados são estados unitários e pequenos, com Estônia. Luxemburgo⁴, por exemplo, pode desenvolver um framework só para a governança de dados, em um sistema refeito para ser digital, com a centralização da transparência em um só sistema e a criação de padrões de operabilidade (com APIs⁵) para todas as comunicações com o sistema único de informações.

4 O caminho para se tornar um Setor Público voltado aos dados: The Path to Becoming a Data-Driven Public Sector, p. 29

5 APIs, ou Interface de Aplicação Programada, “Application Programming Interface”, é uma forma de oferecer serviços de informática, acessos a banco de dados, análises específicas, acessos a sistemas. Uma forma comum de APIs são os Rest (Representational state transfer) APIs, que atuam como sites de internet que não apresentam como resposta uma página de verdade, mas apenas o resultado de uma consulta feita junto ao endereço.

O Governo da Estônia também pode unificar o seu framework de governança de dados, dividido em três componentes, fonte, manipulação e armazenamento. A experiência estoniana relata a dificuldade de identificar as diferentes fontes dos dados (setor privado, setor administrativo e censo) e os diferentes tipos de destino de uso desses dados (análise política, pesquisa, operacional) para assegurar adequadamente a manipulação e armazenamento dos dados. Foram quatro os desafios da experiência estoniana: o colecionamento dos dados necessários, a sua guarda, a previsão e gerenciamento do crescimento do banco de dados e a concessão de acesso.

O governo federativo envolve uma complexidade ainda maior para a harmonização das regras de governança de dados. No México⁶, por exemplo, o governo central desenvolveu a Rede Aberta México (Red Mexico Abierto, 2015-2017) para engajar governos locais a centralizar a sua política de dados abertos e facilitar a produção de uma governança nacional de dados (ver <https://datos.gob.mx/>).

A Tailândia, que também é uma federação, projetou um sistema multifederativo para relatar dados de desenvolvimento em todos os níveis federativos. Apesar da implementação não ter sido levada adiante, sua arquitetura acabou por implementar uma complexa coleção de dados e um modelo de compartilhamento que envolve autoridades locais, provinciais, departamentais e ministeriais, sob a liderança do Primeiro Ministro.

É uma reclamação recorrente no Brasil a requisição de informações e declarações multiplicadas pelos vários níveis da federação em várias localidades. Neste sentido, a Holanda criou um sistema chamado de Relatório Empresarial Padrão para centralizar os dados requeridos pelos vários órgãos públicos. Foi criado um framework de dados compartilhado público e privado gerando:

- a) Uma camada estratégica, com um comitê de direção dentro do setor público responsável definindo os objetivos do programa, um conselho encarregado de decidir o curso de ação, que se beneficia de visões públicas e privadas.
- b) Uma camada tática, com um cargo de coordenador para assegurar uma implementação coerente do programa e uma plataforma onde os setores público e privado podem monitorar e aconselhar na implementação do programa.
- c) Uma camada executiva, onde são estabelecidas padronizações de definições de dados usando uma taxonomia comum definida pelo governo holandês (Netherlands, 2013).

Até mesmo a experiência de frameworks internacionais de dados já foi iniciada, como por exemplo na experiência (Netherlands, 2013, p.37) entre Finlândia e Estônia, de 2013, em uma agenda comum para o desenvolvimento de um governo digital como um meio de apoiar os serviços digitais entre fronteiras em áreas como a tributária, saúde e educação, com a criação da plataforma de compartilhamento de dados “X-Road” da Estônia (ver <https://x-road.global/>).

⁶ *O caminho para se tornar um Setor Público voltado aos dados: The Path to Becoming a Data-Driven. Public Sector*, p. 35

Em junho de 2019, o governo dos Estados Unidos criou a Estratégia Federal de Dados, um planejamento para em dez anos para revelar o total potencial do ativo de dados federal, assegurando a segurança, privacidade e confidencialidade. A Estratégia Federal de Dados envolve quarenta práticas que guiam diversas agências para adotar a estratégia. Para assegurar uma implementação coerente das estratégias em uma fase inicial, as agências têm que aderir a um plano de ação governamental, com entidades responsáveis e cronograma de implementação (ver <https://strategy.data.gov/>)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem um longo trabalho pela frente, muitos desafios, muita coisa a fazer. Algumas coisas, se deve reconhecer que já foram feitas. A Lei Geral de Proteção de Dados é uma iniciativa importante, principalmente para o setor privado. Dentre outras iniciativas, ressalta-se a agenda digital criada no Mercosul. O “Grupo Agenda Digital” do Mercosul negociou já o seu primeiro plano de ação. O programa “Conecta gov.br” tem realizado importantes avanços no uso interno federal de dados.

Temos que reconhecer, entretanto, que é hora de um plano corajoso e abrangente, para garantir a posição futura do Brasil no cenário internacional. Os atos administrativos são atos de comunicação, informados do princípio da publicidade que é muito mais profundo e abrangente do apenas e tão somente se dizer que deve haver transparência. Publicidade envolve a própria essência do pacto público, a consolidação da democracia e das representações de poder dentro da própria Administração Pública.

O ato administrativo tem de atender ao princípio da impessoalidade por não visar à vontade do agente, mas sim à Vontade Geral de Rousseau. Não se pretende, porém, que essa vontade geral seja única e coerente, ela se dá de forma fragmentária e nas diversas formas de representação social que um Estado contemporâneo pode oferecer. Principalmente, na forma de divisão dos poderes estatais, não apenas em três, mas em muitas ações e acompanhamentos, em muitos poderes de polícia, análises e planejamentos.

A publicidade dos atos administrativos encontra uma limitação real na informalidade instalada e tradicional na sociedade, que tem suas próprias formas de poder e dominação e que frequentemente repele a formalização feita pelo Estado como uma forma de invasão de sua esfera de poder. O Direito do Trabalho é o que mais comumente esbarra com essas formas de dominação privada ou informal, em contratos abusivos ou coercitivamente mantidos de forma extralegal. A luta pela formalização é hoje o maior obstáculo do desenvolvimento e a história da formalização mostra o quanto se teve que lutar para obter o grau de formalização de hoje e o quanto seria fácil perder essa formalidade para uma nova estrutura moldada ao sabor das forças do submundo do crime, da opressão, do preconceito e da arbitrariedade. Nenhum empregador quer um contrato de trabalho que mostre claramente os direitos do empregado, preferível sempre é forjar uma falsa relação

de igualdade onde uma empresa gigantesca contrata uma empresa individual em uma relação comercial ente iguais.

Por isso que a evolução do Estado em um Estado digital não deve esperar uma sociedade ideal com um comportamento ideal, deve levar em conta toda a complexidade real de um Estado contemporâneo e assimilar essa complexidade em seu funcionamento. Não pode ser uma estrutura totalitária que depende de uma vontade única, mas uma plataforma que incite o povo a participar e, principalmente, a ajudar a construir soluções que se tornam suas próprias iniciativas empresariais. A Razão Pública de Rawls pode ser formada a partir da observação de várias comunicações sociais pelo Estado e deve ser atendida como tal. Como análise de Big Data de um lago de dados de informações, não se obtém como resultado uma Razão Pública enxuta e sintética, mas uma fotografia real do que é a razão pública de fato em determinada sociedade.

Alguns países do mundo já fizeram muito nesse sentido. A mentalidade governante de terceiro mundo é aquela que espera todos os países fazerem algo para chegar à conclusão de que algo deve ser feito. A hora de planejar e criar é agora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maurício Barcellos. **“Ontologia em Ciência da Informação: Teoria e étodo”**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

ADAM, Charles e TANNERY, Paul. **“Discours de La Methode”** in **“Oeuvres de Descartes”**, Vol. VI, Paris: Leopold Cerf, 1902.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019**. Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jul. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13853.htm. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 set. 2025.

DANIELSSON, Anna. **“Informal Economies and Power”**. Nova York: Routledge, 2019.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KRAUSE, Sharon. **“The Spirit of Separate Powers in Montesquieu”**. The Review of Politics, Vol.62, No. 2 pp. 231-265. Londres: Cambridge University Press, 2000.

LARMORE, Charles. **Patterns of Moral Complexity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

LATHROP, Daniel e Ruma, Laurel. **“Open Government: Collaboration, Transparency, and Participation in Practice”**. Sebastopol (California): O’Reilly Media, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes tropiques**. Paris: Plon, 1955

MAUSS, Marcel. **Essai sur le don: forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques**. L’Année Sociologique, 1925.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MILL, John Stuart. **On Liberty**. Harmondsworth: Penguin, 1974, p.75.

MONTESQUIEU. **“Ouvres Completes de Montesquieu”**. Paris: Éditeur des Classiques Français em Cent Volumes, 1834.

NETHERLANDS. **Ministry of Economic Affairs. Standard Business Reporting Program (SBR)**. The Hague: Government of the Netherlands, 2013. Disponível em: <https://www.sbr-nl.nl>. Acesso em: 4 set. 2025.

O’REILLY, Tim. **“Government as a Platform for Greatness”**. digitalgovernment.io, 2022, Disponível em: < <https://digitalgovernment.io/tim-oreilly-gaap/>>. Acesso em 28/3/2022.

OECD. **“The Path to Becoming a Data-Driven Public Sector”**. OECD Digital Government Studies, OECD Publishing, Paris, <http://doi.org/10.1787/059814a7-en>ONU. 2020 “Un E-Government Survey”. Nova York: UNON Publishing Services Section, 2020.

PARKINSON, John. **“Deliberating in the Real World”**. Nova York: Oxford University Press, 2006, p.100.

RAWLS, John. **“Justice as Fairness: Political not Metaphysical”**. Philosophy and Public Affairs, Vol. 14, No. 3, pp. 223-251, 1985, p. 225.

. **“The Idea of an Overlapping Consensus”**. Oxford Journal of Legal Studies, pp. 1-25. Oxford: Oxford University Press, 1988, p.447.

. **“The Domain of the Political and Overlapping Consensus”**. Collected papers. Edited by Samuel Freeman, Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1999, pp.473- 496, 1989, p. 474.

RILEY, Patrick. **“The Cambridge Companion to Rousseau”**. 1ª ed. Londres: Cambridge University Press. 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHANNON, Claude. **“A Mathematical Theory of Communication”**. The Bell System Technical Journal, Vol. 27, pp. 379–423, 623–656, July, October, 1948.

SHKLAR, Judith N. **“Men and Citizens: A Study of Rousseau’s Social Theory”**. 1ª ed. Londres: Cambridge University Press. 1969.

Ednan Galvão Santos

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra. Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra. Doutorando em Filosofia pela Universidade do Porto. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

Karine Chaves Pereira Galvão

Psicóloga - Universidade Católica do Salvador. Mestre em Saúde. Linha de Pesquisa: Saúde Coletiva/ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Saúde Mental.

A

abordagem 4, 6, 8, 3, 1, 7, 17, 16, 3, 1, 3, 4, 20, 21, 22, 15, 19, 1, 3, 10, 11, 2, 2, 3, 17
administrativa 9, 4, 11, 1, 3
agronegócio 1, 3, 9
analfabetismo 6, 10, 1, 2, 4
arqueológico 1, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 22

B

botânica 1, 2, 4, 8, 13
burocracia 2

C

campo 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 4, 13, 1, 8, 15, 5, 11
classe social 7, 1, 4, 10
comportamento 12, 20, 1, 3, 4, 20
comunicação 9, 18, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 3, 3, 4, 5, 6, 1, 2, 3, 9, 10, 11, 17, 19
comunidade 4, 6, 9, 19, 1, 20, 21, 14, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 8, 9, 13
comunitária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
comunitárias 2, 8, 9
consciência 7, 1, 2, 18
covid-19 1, 2, 5, 6, 7
crônicas 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10
cultura 6, 8, 2, 19, 3, 10, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 14, 16, 17, 19, 22, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 18, 6, 10, 16, 17
cultural 2, 4, 7, 9, 10, 3, 6, 1, 3, 14, 16, 2, 3, 20, 21

D

dados públicos 1, 5
deliberativa 1, 4, 10

democracia 6, 11, 1, 2, 3, 4, 5, 12, 13, 16, 18, 1, 4,
10, 11, 15, 19
desafios 1, 3, 4, 3, 19, 8, 10, 21, 6, 8, 15, 17, 20, 1, 3,
6, 14, 18, 19
desenvolvimento 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 5, 8, 1, 2, 3, 2, 4,
5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 8, 4, 5, 6, 2, 5, 6,
7, 9, 10, 18, 3, 13, 14, 15, 16, 18, 19
digitalização 1, 18, 17
dignidade humana 8, 16, 8, 16, 17, 20, 4
direito 5, 8, 1, 4, 11, 2, 6, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 10, 3,
4, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19,
7, 14
direito do trabalho 3, 6, 1, 2, 3, 5, 6, 9, 16
direito humano 2, 1, 2, 3
direitos básicos 1
direitos trabalhistas 1, 6, 7, 8
direito trabalhista 3, 6
diretamente 2, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 5,
17, 4, 20, 3, 3, 6, 2, 7
discriminação 2
discriminação racial 2
discurso de ódio 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14,
15, 16, 17
dissertação 1
docência 7

E

educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 4, 5,
6, 7, 8, 9, 10, 1, 2, 3, 4, 1, 3, 4, 7, 6, 7, 18, 22
educação superior 2, 1, 7
ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9,
10, 1, 2, 3, 4, 2, 4, 5, 6, 7, 19, 21, 7, 18
ensino médio 1, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11
escola 1, 6
escolarização 1, 3, 9
escravidão 8, 7, 14, 3
estado digital 1
estratégico 2, 15, 1, 3, 4, 6, 8
estruturas sociais 2
ética 7, 3, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 20, 7, 17

F

ferramenta 7, 1, 3, 4, 9, 20, 3
ferroviários 1, 2, 4, 5, 7

G

governança 20, 1, 1, 3, 4, 15, 16, 17, 18

H

habilidades 1, 7, 1, 5
habitantes 2, 3, 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 5
hábitos 1, 2, 4, 11
história 4, 2, 10, 2, 2, 3, 4, 7, 11, 17, 18, 3, 7, 3, 6, 21,
1, 3, 4, 6, 7, 6, 17, 19, 20, 6, 13, 19
homofóbicos 1

I

inclusivas 1
informação 12, 14, 15, 6, 11, 5, 4, 1, 2, 3, 4, 5, 15, 16
informalidade 1, 4, 12, 13, 14, 15, 16, 19
instituição 3, 1, 1, 2, 4, 5, 7, 8, 18, 1, 9, 11, 13, 17, 19,
3, 4
instrução 1, 5, 6, 7, 10
instrumentos 14, 13, 4, 18, 3, 1
intersetorial 1, 3, 11, 5, 6
intolerância 1, 7, 9, 10, 16

J

judiciais 1, 2, 3, 6, 7, 15, 16, 17
jurídico 11, 9, 12, 13, 3, 14, 16, 17, 19, 4, 7, 9
justa 1, 4, 3, 4, 16, 19, 11
justiça 3, 9, 1, 3, 7, 14, 15, 19, 7, 9, 11

L

legalidade 16, 1, 5, 6

lei geral 1

leitura 1, 2, 3

liberdade 1, 2, 3, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 3, 7,
15, 9, 10

liderança 3, 5, 7, 10, 18

literatura 4, 1, 2, 3, 10, 1, 2, 3, 4, 7, 13, 14, 3, 3

localização geográfica 1

M

meio ambiente 2, 6, 9, 18, 23, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 17, 18,
19

misóginos 1

O

organizações 3, 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 19, 3, 3, 6,
7, 9, 20, 21, 2, 3, 1, 2, 3, 4, 5, 15, 16

P

paisagem geográfica 1, 2

patrimônio 9, 3, 21, 7, 9, 7

pedagogia 5, 1

pedagógicas 1, 3, 6, 8, 11

perdura 3

planejamento 6, 10, 6, 9, 14, 19, 21, 1, 3, 4, 6, 7, 5,
19

política 3, 11, 2, 4, 5, 7, 10, 2, 3, 1, 2, 3, 14, 16, 3, 1,
6, 2, 3, 7, 9, 10, 12, 18

políticas 1, 2, 9, 11, 3, 4, 16, 17, 1, 2, 3, 6, 8, 11, 5, 6,
14, 15, 16, 17

políticas públicas 2, 9, 2, 1, 2, 3, 6, 11, 5, 15

políticos 1, 2, 5, 3, 3

população 7, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 1, 5, 2, 5, 8, 12, 1,
2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 14,

15
populações 2, 4, 11, 7, 9, 14, 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19, 20,
21, 1, 6
possibilitando 5, 1, 2, 3, 10, 1, 8, 9
práticas 1, 2, 3, 6, 8, 9, 11, 1, 2, 3, 4, 10, 20, 21, 5, 10,
15, 6, 19
princípio 18, 5, 6, 10, 15, 1, 3, 5, 6, 9, 19
processo judicial 7
processos 5, 7, 1, 4, 6, 7, 13, 1, 3, 5, 19, 22, 1, 2, 3, 6,
7, 8, 3, 5, 15, 16, 10, 17
projetos 1, 9, 10, 3, 21, 8, 9, 2, 5
pública 2, 5, 1, 5, 6, 10, 4, 6, 10, 1, 3, 4, 6, 1, 3, 4, 5,
6, 7, 9, 11, 15, 20
publicidade 1, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 14, 19

R

racial 2, 1, 3, 15
racismo 2, 6, 12
redes de informação 1
redes sociais 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14,
15, 16, 17, 18, 5, 8, 11, 17
religiosa 1, 14
responsabilidade social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 20,
21

S

saúde 2, 4, 14, 1, 3, 4, 19, 20, 21, 22, 4, 1, 2, 3, 4, 5,
6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 2, 3,
4, 6, 4, 18
segurança 4, 7, 4, 8, 11, 18, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 4,
19
serviço 2, 9, 5, 4, 3, 4, 6
serviço público 2, 3
serviços 9, 5, 6, 3, 6, 7, 12, 13, 14, 2, 3, 4, 1, 2, 5, 14,
15, 17, 18
serviços públicos 3
setor público 4, 11, 1, 16, 18
social 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10,
1, 2, 3, 4, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 18, 19, 20,

21, 3, 4, 5, 8, 13, 15, 19, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 1, 2, 5,
6, 7, 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 19
sociedade 2, 4, 7, 8, 11, 5, 6, 1, 2, 4, 2, 3, 4, 5, 6, 9,
10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11,
12, 14, 17, 3, 6, 7, 8, 3, 4, 6, 8, 14, 19, 3, 1, 2, 6, 7,
2, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20
subdesenvolvimento 1, 4, 13, 14
sustentabilidade 7, 3, 6, 7, 10, 5, 6
sustentável 3, 3, 5, 6, 16, 1, 2, 7, 9, 10, 14, 15, 17, 18,
17

T

tecnológica 2
trabalhadores 1, 3, 9, 11, 10, 17, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 1,
2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 18
trabalhista 2, 3, 5, 6, 7, 2, 3, 17
trabalho 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 5, 1, 3, 4, 5,
6, 11, 12, 14, 2, 3, 4, 14, 1, 3, 17, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7,
8, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 16, 17, 18, 19, 20,
2, 4, 2, 4, 3, 9, 10, 19

U

urbanização 1, 5, 5, 6, 2

V

viajante 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 13, 14
vulnerabilidade 11, 1, 1, 2, 4, 5, 6
vulneráveis 1, 2



AYA EDITORA
2025

